

Culturas cidadãs

Caroline Luvizotto
Jorge Cruz
Vivianne Lindsay Cardoso
(Coordenação)

Culturas cidadãs

Caroline Luvizotto
Jorge Cruz
Vivianne Lindsay Cardoso
(Coordenação)

RIA
Editorial

Ria Editorial - Conselho Editorial

PhD Abel Suing (UTPL, Equador)

PhD Andrea Versutti (UnB, Brasil)

PhD Anton Szomolányi (Pan-European University, Eslováquia)

PhD Carlos Arcila (Universidade de Salamanca, Espanha)

PhD Catalina Mier (UTPL, Equador)

PhD Denis Porto Renó (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)

PhD Fátima Lopes Cardoso (ESCS/IPL, Portugal)

PhD Fernando Gutierrez (ITESM, México)

Ms. Fernando Irigaray (Universidade Nacional de Rosario, Argentina)

PhD Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Brasil)

PhD Jerónimo Rivera (Universidade La Sabana, Colombia)

PhD Jesús Flores Vivar (Universidade Complutense de Madrid, Espanha)

PhD João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)

PhD John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)

PhD Joseph Straubhaar (Universidade do Texas – Austin, Estados Unidos)

PhD Juliana Colussi (Universidade Rey Juan Carlos, Espanha)

PhD Koldo Meso (Universidade do País Vasco, Espanha)

PhD Lionel Brossi (Universidade do Chile, Chile)

PhD Lorenzo Vilches (Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha)

PhD Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)

PhD Marcelo Martínez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)

PhD Marcos Pereira dos Santos (Univ. Tec. Federal do Paraná – UTFPR e
Fac. Rachel de Queiroz, Brasil)

PhD Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)

PhD Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)

PhD Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)

PhD Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Brasil)

PhD Piero Dominici (Universidade de Perugia, Italia)

PhD Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil)

PhD Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo – USP, Brasil)

PhD Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Brasil)

PhD Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)

PhD Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

FICHA TÉCNICA

Copyright 2024 ©Autoras e autores. Todos os direitos reservados

Foto de capa: Adaptado de ©JCLobo - stock.adobe.com (arquivo nº 227563830)

Design da capa: ©Denis Renó

Diagramação: *Luciana Renó*

ISBN 978-989-9220-12-6

Título: Culturas cidadãs

Coordenadores: Caroline Luvizotto, Jorge Cruz e Vivianne Lindsay Cardoso

1.ª edição, 2024



Esta obra tem licença Creative Commons *Attribution-NonCommercial-NoDerivatives*. Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato sempre que seja feito o reconhecimento de seus autores, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

©Ria Editorial

RIA
Editorial

riaeditora@gmail.com

<http://www.riaeditorial.com>

ESSA OBRA FOI AVALIADA POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e selecionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pelo avaliador externo Dra. Laís Akemi Margadona (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas), que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

O livro “**Culturas cidadãs**”, coordenado por Caroline Luvizotto, Jorge Cruz e Vivianne Lindsay Cardoso, é uma análise rica e pulsante do novo ecossistema midiático. Publicado pela Ria Editorial, a obra é leitura indispensável para pesquisadores, jornalistas e estudantes da Comunicação, trazendo como principal contribuição uma visão contemporânea e atualizada de diversos nichos da ecologia midiática conectada.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autoras e autores

Adriel Henrique Francisco Cassini

Ana Carolina Trindade

Ana Luísa Schuchter Rofino

Bruno Paiva

Caio Ferreira

Carla Negrin Fernandes de Paiva

Cláudia de Albuquerque Thomé

Cristóvão Domingos de Almeida

Dorival Campos Rossi

Eshiley Lislaine Almeida da Silva Sousa

Francisco Arrais Nascimento

Gisele Cristina Rodrigues Correa

Isabela Campos Menezes

Isadora da Silva Prestes

Jhonatan Mata

João Clarindo da Silva

Kahena Quintaneiro Bizzotto

Mirella Lopes de Aquino

Raul Ramalho

Samara Miranda da Silva

Sara de Moraes

Silvia Aparecida do Carmo Rangel

Vicente Gosciola

Vivianne Lindsay Cardoso

Vladimir Bartolome Tornero Cruzatt

SUMÁRIO

Apresentação.....	11
<i>Denis Renó</i>	
Jornalismo alternativo além da contra hegemonia.....	13
<i>Mirella Lopes de Aquino</i>	
Massacre do Carandiru: contribuições jornalísticas para os direitos humanos, cidadania e diversidade cultural nas obras audiovisuais.....	30
<i>Eshiley Lislaine Almeida da Silva Sousa</i>	
<i>Vivianne Lindsay Cardoso</i>	
Desafios e perspectivas dos meios de comunicação em tempos de desinformação: como será o futuro comunicacional?.....	57
<i>Ana Carolina Trindade</i>	
Meta terreiro, Orixás online e comércio religioso: os influenciadores de axé na cultura digital.....	75
<i>Ana Luísa Schuchter Rofino</i>	

Desafios para a democracia diante da midiaticização da sociedade: movimentos sociais feministas e contramovimentos.....	105
<i>Carla Negrin Fernandes de Paiva</i>	
Narrativas e contranarrativas no X: análise das publicações de parlamentares sobre a regulamentação das plataformas.....	124
<i>Isadora da Silva Prestes</i>	
<i>Francisco Arrais Nascimento</i>	
<i>Adriel Henrique Francisco Cassini</i>	
O papel da representação imagética audiovisual no imaginário cultural hegemônico.....	150
<i>Gisele Cristina Rodrigues Correa</i>	
O vídeo como expressão e ruptura: novos formatos e estratégias de produção e participação do público.....	167
<i>Jhonatan Mata</i>	
<i>Sara de Moraes</i>	
<i>Caio Ferreira</i>	
Os impactos positivos na construção da cidadania através do ecossistema comunicacional.....	184
<i>Silvia Aparecida do Carmo Rangel</i>	
<i>Vicente Gosciola</i>	
Participação política de mídias alternativas no contexto digital: os exemplos do Fala Roça e do Infoamazônia.....	196
<i>Raul Ramalho</i>	

Preto, gay, nordestino e macumbeiro: ativismo social no desfile da Grande Rio sobre Joãozinho da Goméia.....	221
<i>Samara Miranda da Silva</i>	
<i>Cláudia de Albuquerque Thomé</i>	
Religião e democracia: uma análise do discurso de Padre Júlio Lancellotti.....	245
<i>Bruno Paiva</i>	
Mulheres negras no cinema: uma análise crítica a partir do filme: Vênus Negra.....	275
<i>Kahena Quintaneiro Bizzotto</i>	
Site Bauru Cidade Criativa: uma ferramenta para agentes criativos locais.....	294
<i>Isabela Campos Menezes</i>	
<i>Dorival Campos Rossi</i>	
A contribuição do fluxo migratório na cultura matogrossense.....	319
<i>João Clarindo da Silva</i>	
<i>Cristóvão Domingos de Almeida</i>	
Fotoreporteros escolares y la gestión de riesgos de desastres.....	357
<i>Vladimir Bartolome Tornero Cruzatt</i>	
Índice Remissivo.....	375

CULTURAS CIDADÃS

APRESENTAÇÃO

O ecossistema midiático contemporâneo traz desafios que superaram os espaços midiáticos, chegando à sociedade em si e suas dinâmicas organizacionais. Cada vez mais seres-meio (Gillmor, 2005) - tema do 6º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies -, os cidadãos precisam se educar midiaticamente. Neste contexto, devem ser considerados não somente a formação técnica, mas também a preocupação ética e a noção do que é ou não verdade. Isso tem feito com que processos democráticos, que evoluíram nos últimos séculos para promover a paz e a harmonia entre as pessoas, fossem afetados. E esse problema não se limita a sociedades consideradas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Países que se autodefinem desenvolvidos, como os pertencentes à União Europeia e os Estados Unidos, caem frequentemente nos contos das “verdades” midiáticas, que frequentemente distanciam-se radicalmente da verdade.

Com base nestes parâmetros, promoveu-se o 7º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies, que teve como temática “Democracia e Educação Midiática”. O tema, aliás, é apropriado para o campo da ecologia dos meios, e enfrenta um desafio global. Com base nisso, foram programadas 15 videoconferências e nas 13 mesas de trabalho, reunindo representações de nove países. Das mesas de trabalho, surgiram os textos completos que compuseram 16 livros que, após serem avaliados por pares, foram publicados pela Ria Editorial. Uma das obras é esta, que reflete resultados científicos e/ou empíricos observacionais sobre o ecossistema midiático.

Através deste livro, o Congresso MEISTUDIES e a Ria Editorial cumprem com um compromisso comum entre as duas entidades: a disseminação do conhecimento científico sem limites ou barreiras. Como diretor geral do MEISTUDIES, desejo uma excelente leitura, repleta de aprendizados e reconexões críticas. Viva a Ecologia dos Meios. Viva a Democracia. Viva os estudos sobre comunicação. Viva o MEISTUDIES!

Denis Renó
Diretor Geral

JORNALISMO ALTERNATIVO ALÉM DA CONTRA HEGEMONIA

Mirella Lopes de Aquino¹

Ao longo da história, os jornais foram usados não apenas para divulgar informações, como também serviram de meio de propagação de crenças, valores, estilo de vida, consensos e regras sociais que reproduziam padrões estabelecidos pelo *status quo* dominante. Atton e Hamilton (2008) relatam que os jornais ajudaram a consolidar os valores da burguesia, mesmo que com o tempo eles tenham sido apropriados pela finalidade comercial.

No Brasil, Beltrão (1992) e Bahia (2009) resgatam que o registro de imprensa de oposição remete à época do Brasil Colônia e que foi durante a ditadura militar que se firmou o termo ‘imprensa alternativa’, quando publicações como *O Pasquim* e *Pif-Paf* demarcaram um claro

1. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
lopesmirella@gmail.com

posicionamento contrário ao poder dominante, à época, exercido pelo Estado.

No entanto, passados alguns anos e com a queda dos regimes ditatoriais exercidos pela força, no contexto mais recente, no qual predomina a virtualidade no processo de comunicação de massas, o jornalismo alternativo passou a ser contraponto à ditadura do capital, segundo Oliveira (2009). No contexto atual, marcado pela formação de conglomerados midiáticos com participação de grandes corporações financeiras no controle das empresas de comunicação, tem resultado numa crescente concentração de recursos, segundo o pesquisador. Nessa lógica, grandes jornais passam a ter os mesmos interesses que o capital do qual são parte e, conseqüentemente, passam a usar seu poder simbólico para ditar tendências, enquanto o interesse público é substituído pelo comercial, colocando em xeque os princípios e valores do jornalismo. É a transição para o que Bauman (1999) chama de modernidade líquida, na qual o cidadão se torna apenas consumidor e os espaços de solidariedade são transformados em arenas de competição à medida que os cidadãos também vão perdendo o sistema de proteção social.

Mas o que, precisamente, seria o jornalismo alternativo diante da diversidade de cenários históricos? De maneira geral, apesar dos diferentes conceitos, os autores trabalham o jornalismo alternativo a partir de três vertentes: o produto, o processo e o público, sendo que cada pesquisador costuma enfatizar com mais intensidade uma das perspectivas. Analisando sob a vertente do produto, seria considerado jornalismo alternativo aqueles veículos que tratam de pautas não trabalhadas na mídia hegemônica, com espaço para fontes de origem popular e de movimentos sociais, ao contrário das grandes corporações que dão

preferência para fontes oficiais e oficiosas, além de perspectiva ideológica divergente daquela presente na grande mídia. Já sob o ponto de vista do processo, ao contrário do padrão capitalista de produção, com o estabelecimento de metas, como se numa linha de produção, a lógica nesses novos arranjos tende a ser mais horizontal, através de coletivos e cooperativas. O público também é visto de maneira diferente, mais ativo e menos subestimado, não sendo tratado apenas como potencial consumidor.

Atton (2002), define a mídia alternativa como um campo híbrido que reúne práticas culturais e jornalísticas, às quais são incorporadas mudanças radicais nos produtos, processos e relações entre ambos. Fuchs (2010) acredita que o jornalismo alternativo não deve aceitar as estruturas sociais como elas são, mas como podem ser. Karppinen & Moe (2016) resumem as principais características do que seria o jornalismo alternativo como ausência de controle externo e autogestão. Já Assis et al. (2017) justificam que a nomenclatura ‘independente’ é inadequada, tendo sido descartada por trazer consigo a ideia de que o jornalismo não está sujeito a nenhum tipo de controle, o que excluiria até as agências reguladoras dos veículos de comunicação.

Downing (2002), por sua vez, amplia o conceito de ‘jornalismo alternativo’ para ‘mídia radical’ ao incluir os diversos meios de comunicação, como grafites de rua. Para ser radical, o autor destaca que a mídia deve ter atuação em pequena escala, posição oposta às políticas, prioridades e perspectivas dominantes, além de organização coletiva e horizontal. Num mundo dominado pelo imagético, o pesquisador também defende que esses novos veículos têm o papel de fornecer os elementos para que as pessoas sejam capazes de criar suas próprias

imagens, ou seja, ter senso crítico para elaborar sua realidade enquanto seres conscientes da própria existência.

Por fim, Fígato et al. (2019), denomina como novos arranjos jornalísticos digitais os grupos surgidos nesse contexto do avanço no acesso aos recursos tecnológicos e de oposição às grandes corporações midiáticas, com a intenção de produzir jornalismo independente, voltado ao interesse público e aberto à população.

São arranjos alternativos e independentes, porque esses e essas jornalistas buscam arranjar-se para cumprir a missão de bem informar, muitas vezes, deixada de lado pela mídia mainstream. Também porque buscam uma alternativa independente de trabalho que possa trazer dignidade ao fazer cotidiano, sem afrontar a ética profissional, causando maior sofrimento. (Fígato et al., 2024, p. 8)

É nesse cenário de esfera pública colonizada pelos interesses corporativos que o jornalista percebe a fragilidade de, sozinho, ser o braço do interesse público numa disputa desproporcional com grandes corporações que sintetizam o interesse privado. É nesses novos veículos alternativos que o jornalista encontra o espaço e liberdade para exercer seu ímpeto relativos aos princípios da profissão pelos quais luta sem o medo da demissão ou outros tipos de constrangimentos.

Assim, o jornalismo tido como alternativo surge num contexto de reconstrução da esfera pública levantando uma série de questões que expõe contradições, princípios e práticas da profissão, nem sempre correspondentes devido as dificuldades para sustentar financeiramente essa cadeia de elaboração de sentidos. Habermas (2003a) aponta que são os novos arranjos de jornalismo alternativo que vêm tentando reverter

a lógica de produção jornalística, que trocou o interesse público pelo privado. A questão que permanece é como não aderir a um sistema e manter a autonomia, funcionando dentro dele.

Sensibilização dos Sentidos

Ao escrever sobre a sensibilização dos nossos sentidos num cotidiano preenchido por virtualidades no livro ‘As estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política’, Sodré (2006) demonstra como o *mainstream* se utiliza da cultura para seduzir nossos sentidos, nos cercar de consumo e imiscuir-se em nossas vidas com naturalidade, criando um novo ambiente, o *bios* virtual, tão ou mais verdadeiro do que a própria realidade. Porém, ele nos alerta para a atuação intencional das grandes corporações midiáticas enquanto extensão do capitalismo, sendo o jornalismo hegemônico apenas mais um produto a ser comercializado e, por isso mesmo, incapaz de questionar o atual estado das coisas. Portanto, caberia ao jornalismo alternativo não apenas combater as atuais injustiças, mas explorar novas ambiências e ir além do discurso, não repetindo os mesmos erros percorridos até aqui pelos veículos hegemônicos, como superexploração da mão de obra e precarização dos serviços.

Na configuração atual, os veículos alternativos possuem forte atuação no âmbito virtual, até como consequência do barateamento dos equipamentos eletrônicos e acessibilidade à internet. Eles começaram a aparecer de maneira mais notória durante as manifestações de rua como o *Occupy* Walt Street, nos Estados Unidos, em 2011, e nas ‘Jornadas de Junho’, no Brasil, a partir de 2013, como resultado de uma insatisfação com a cobertura realizada pela imprensa tradicional das grandes corporações. Porém, a virtude que reside no jornalismo

alternativo enquanto espaço de denúncia e resistência tem sido, também, sua limitação à medida que faz apenas contraposição ao hegemônico, sendo ainda incapaz de engendrar novas possibilidades.

Numa realidade metrificada e avaliada pelas curtidas e desempenho, o domínio tecnológico também é estratégico no desenvolvimento de novos produtos e gerenciamento das emoções sob o signo do valor, influenciando as subjetividades e acentuando elementos do imaginário que coadunem com os interesses corporativos. Sob esse aspecto, diante de uma infraestrutura ainda incipiente, os veículos de jornalismo alternativo seguem correndo atrás de uma ambiência dominada pelas grandes corporações, que se desdobram e colonizam diferentes aspectos da vida, exigindo do jornalista que ele seja mais do que um mediador, senão um múltiplo profissional que já não se preocupa apenas com o conteúdo jornalístico que produz.

Fundamentação Teórica

Autores como Atton e Hamilton (2008) definem o jornalismo alternativo como um campo híbrido formado por práticas culturais e do jornalismo, incorporando a ambos as mudanças correntes e formas inovadoras de gestão participativa, produção e circulação dos conteúdos. Assim, sua força viria da insatisfação e lacunas deixadas pelo jornalismo convencional praticado pelas grandes corporações.

Downing (2022) reforça essa lógica ao afirmar que a audiência das mídias alternativas são reflexo direto da insatisfação do público com aquilo que é veiculado pela mídia tradicional das grandes corporações, o que também demonstra haver um público ávido por novas possibilidades informacionais, estéticas e existenciais. O autor também destaca que

ao se colocar como porta voz das causas populares, a mídia radical tem considerável apoio da sociedade e forte conexão com a cultura popular.

Assis et al. (2017) cita Fuchs e Sandoval (2010) para explicar que o termo ‘alternativo’ utilizado para distinguir os coletivos de comunicação deve ser aplicado, também, à forma de gerenciamento desses novos arranjos de veículos de comunicação, primando por produtos não comerciais e abrindo-se à participação popular. Porém, os autores alertam para o alto grau de idealização em torno do jornalista e a necessidade de busca por sustentabilidade que acaba por comprometer sua autonomia, como financiamento de partidos ou governos.

No entanto, apesar da demanda em potencial, esses veículos de mídia ou jornalismo alternativo enfrentam sérias dificuldades financeiras, o que prejudica sua estruturação. Becker (2009, p.12) afirma que “a sustentação financeira é o ponto-chave não só da sobrevivência de rádios e TVs como de todos os veículos alternativos, dado o seu caráter intrinsecamente anticapitalista”. Kucinski (1991, pp. 25-26) relata algo semelhante ao lembrar o “desprezo por questões de administração, organização e comercialização” durante suas pesquisas sobre publicações de revistas e jornais alternativos do período da ditadura militar.

Num universo colonizado por imagens e capitaneado pelo desempenho, mesmo que às custas da sobrecarga e adoecimento, a mídia alternativa reaparece no vácuo deixado pela ditadura do capital que exige novas soluções.

O assim chamado aceleracionismo, muito badalado atualmente, não percebe que na crise que atravessamos não pode ser alcançado nem pelo processo de desaceleração nem pela aceleração. Precisamos de uma nova forma de vida, um anova narrativa, donde possa surgir uma nova época, um outro tempo vital, uma

forma de vida que nos resgate da estagnação espasmódica. (Han, 2017, pp. 112-113)

Dessa forma, para alcançar o objetivo proposto por Downing (2002), de não somente criar suas próprias regras e demarcar um posicionamento contrário às forças de interesse do *status quo* e seus tentáculos nas diferentes frentes, a mídia alternativa precisa, como o autor coloca, ser radical, diante de uma realidade conveniente para alguns poucos e massacrante no caso de muitos outros. As iniciativas devem ser elaboradas em pequena escala, com uma organização interna horizontal e em formatos diferentes, que sejam capazes de expressar uma visão alternativa às perspectivas hegemônicas.

A percepção social do tempo, dos conflitos e demandas fazem parte de uma construção imagética, ou seja, estética, para a qual a mídia contribui diariamente através de suas práticas. A ideia do empreendedorismo heroico, do Agro Pop e do “trabalhe enquanto eles dormem”, escondem uma ideologia perversa que omite a precarização das relações de trabalho, o funcionamento do sistema de poderes que exige o sacrifício cego e voluntário daqueles mais frágeis da cadeia social, travestidos de uma estética pop, arrojada e inovadora, que camufla a sobrecarga do ônus para a maioria, enquanto o bônus é reservado aos donos do poder.

Além disso, a maior acessibilidade a produtos pela lógica do consumo também alimenta e superestima o comportamento cultural que permitiu o surgimento desses novos arranjos jornalísticos, ignorando todo o atraso e dependência tecnológica desses veículos em relação aos produtores primários das tecnologias, desenvolvidas pelas grandes *big techs*. Num cenário no qual o jornalismo é, cada vez mais, atravessado

pelas disputas de narrativas, os novos arranjos alternativos precisam não apenas organizar uma lógica interna, mas se pensar enquanto engendramento de um novo *bios* num universo de realidades midiáticas.

Hipóteses

Apesar de serem veículos criados recentemente na crescente dos movimentos sociais e do uso intenso da internet e aparelhos eletrônicos, esses novos arranjos de jornalismo alternativo enfrentam certa dificuldade em desenvolver produtos e conteúdos diferentes daqueles já existentes no mercado, limitando-se mais à disputa de narrativas e contraposição ao discurso hegemônico.

Diante da importância da imagem na sociedade do consumo, trabalhar as produções a partir de um ponto de vista estético parece ser algo que também não vem sendo explorado, mas que poderia agregar na imagem que o público têm da instituição, desdobrando-se em outros produtos que remetam a uma causa ou, até mesmo, na criação de um *bios* próprio, de uma comunidade povoada por uma cultura própria que possa resultar na criação e consumo de maneira responsável e educativa, contribuindo para a solidez financeira dos grupos, cujo financiamento parece se limitar à concorrência de editais, doações e campanhas coletivas.

Porém, conforme Fígaro et al (2019), há uma repetição leiga das práticas executadas nas grandes redações, acrescidas pelo agravamento da precarização do trabalho devido à falta de gerenciamento adequado. Assim, as jornadas exaustivas que levam muitos profissionais a criticar as redações das grandes corporações, são relativizadas diante das necessidades e limitações estruturais nos veículos de jornalismo alternativo.

Considerações Finais

Enquanto sistemas abstratos nos quais confiamos, como afirma Silverstone (2002, p. 223), para além das mediações da escola, família e religião, e de maneira cada vez mais presente nas diferentes esferas, é a mídia que tem nos fornecido os elementos para interpretar realidades, operar mudanças ou nos conformarmos com a falta delas.

Assim, com maior aporte financeiro e capital de investimento, as grandes corporações midiáticas seguem à frente na disputa pela conquista das subjetividades, considerando o domínio técnico que ainda possuem dos equipamentos e todo o aporte tecnológico, cujo barateamento e acessibilidade, permitiu o surgimento dos grupos de jornalismo alternativo.

Além disso, já não é mais possível aos empreendedores do jornalismo preocupar-se apenas com a legitimidade de seu conteúdo, que também precisa vir revestido de uma linguagem estética que traduza os valores e concepções da instituição de maneira atrativa para conseguir competir no mercado. Da mesma forma, as grandes empresas de jornalismo investem em diferentes setores em busca de diversificação suas fontes de renda, para não depender exclusivamente de anúncios e assinaturas, como já funcionou em um passado nem tão distante.

Enquanto mercado em expansão e sujeito às mudanças constantes das tecnologias de informação e comunicação – TICs –, os arranjos de jornalismo alternativo podem ser encarados enquanto laboratórios de práticas em permanente desenvolvimento. Ao tratar da organização estrutural dos veículos de jornalismo alternativo que Fígaro (2019) chama de novos arranjos, Nunes e Flores (2024) tratam a questão sob a perspectiva de indústrias criativas que agregam, a perspectiva

administrativa chama de 4Ps da Inovação, sendo a inovação do produto (P1), a inovação do Processo (P2), a inovação de Posicionamento (P3) e a inovação Paradigmática (P4).

“As categorias 1 e 2 dão conta das características mais notórias da inovação, a primeira focada no que a empresa oferece, produto ou serviço, e a segunda em como a organização cria e entrega esses produtos ou serviços, ou seja, destaca o processo. Já os pontos 3 e 4 focam em uma perspectiva mais abrangente, envolvendo a (re)definição do posicionamento da empresa ou se seus produtos, enquanto o P4 define ou redefine o arquétipo dominante da empresa, incluindo seus valores e modelos de negócio”, detalha Nunes e Flores (2024, p. 16).

No entanto, as autoras destacam que a inovação é diferente para cada área, podendo cada um dos pontos citados ter mais ou menor ênfase. Além disso, as pesquisadoras reforçam que a fórmula dos 4 Ps é insuficiente para abarcar todos os tipos de inovação midiática. Por isso, elas acrescentam um S simbolizando a inovação social como elemento diferencial da comunicação nesse processo.

O conceito de indústrias criativas, apesar de remeter à década de 1990 ainda é pouco utilizado no mercado de jornalismo alternativo, principalmente, diante de sua dificuldade em lidar com a atividade enquanto negócio, apesar de esta ser um trabalho ligado à criatividade e à produção intelectual. Nesse processo, coincide com o deslocamento das atividades industriais para aquelas do conhecimento, mais presente no setor de serviços, no qual há uma associação com agenda política e econômica.

Bendasolli et al. (2008) ressalta que o conceito de indústrias criativas está associado a uma virada cultural da sociedade baseada

em valores materialistas para uma outra fincada no pós-materialismo, caracterizado pela valorização do conhecimento. Castells (2000) esclarece que esse tipo de sociedade troca a produção industrial em massa por outra baseada na produção intelectual, o que implica na formação de redes de trocas de conhecimento.

Dessa forma, nesse novo setor há uma valorização da inovação e originalidade, o que também interfere no estilo de vida e perfil de trabalho, no qual os indivíduos têm deixado a relação tradicional de vínculo empregatício por novas formas de exercer a profissão nas quais, além de atender aos níveis básicos da subsistência, também há uma demanda por quebra de vínculos e resignação superados por demandas de qualidade de vida e processos de tomada de decisão autônomos que, de certa forma, revelam a necessidade de controle da própria vida.

Na economia dos signos observada na indústria criativa, o valor cultural é transformado em produto. Assim, Bendasolli et al. (2008) resume o setor com a definição de quatro componentes principais:

Primeiro, nas indústrias criativas a criatividade é o elemento central, sendo percebida como necessária para a geração de propriedade intelectual. Segundo, observa-se que a cultura é tratada na forma de objetos culturais. Terceiro, nota-se que as indústrias criativas transformam esses significados em propriedade intelectual e, portanto, em valor econômico. Quarto, observa-se um pressuposto de convergência entre artes, negócios e tecnologia. De certo modo, essa convergência não é inédita, tendo sido observada pelos teóricos da Escola de Frankfurt, os quais cunharam o termo indústria cultural (Adorno & Horkheimer, 1985, pp. 12-13)

Há uma tendência a monetizar a criatividade à medida que a cultura é tratada enquanto objeto cultural. Tal lógica tende a beneficiar,

justamente, a produção local, tradicionalmente ignorada pelas grandes corporações. Porém, um outro lado que precisa ser observado e que esse tipo de indústria exige um esforço de criatividade permanente, o que pode influenciar negativamente na viabilidade econômica do negócio.

Figaro et al. (2021), em estudo desenvolvido pelo Centro de Pesquisa, Comunicação e Trabalho da Universidade de São Paulo – USP, aponta que há uma unanimidade sobre o problema da fragilidade financeira e precarização do trabalho que se repetem nas diferentes redações, inclusive as virtuais, com jornadas de trabalho exaustivas e falta de registro na carteira de trabalho, situação que só é tolerada pela categoria devido ao propósito de realização dos princípios da profissão e desejo de liberdade editorial, cerceada indiretamente nos ambientes corporativos implicando, inclusive, na autocensura na tentativa de angariar posições mais vantajosas dentro da empresa.

Ao tratar da dispersão da atenção e o processo de mudança do entorpecimento pelas imagens para a ativação de uma rede comum, Flusser (2008) já vislumbrava que as imagens podem servir de mediação para a troca de informação e criação da mesma em conjunto. “Começa a aparecer, no horizonte de suas consciências entorpecidas, uma visão de sociedade na qual eles deixam de contemplar, passivos, as imagens divertidas, para passar a usar as imagens como trampolim rumo a relações intra-humanas” (p. 94).

Ao falar sobre esses novos mecanismos de engajamento e envolvimento coletivo no processo de reformulação da sociedade, Flusser denomina os profissionais que trabalham dentro dessa lógica de “os novos revolucionários”:

Os novos revolucionários são fotógrafos, filmadores, gente do vídeo, gente de software, e técnicos, programadores, críticos, teóricos e outros que colaboram com os produtores de imagens. Toda essa gente procura injetar valores, ‘politizar’ as imagens, a fim de criar sociedade digna de homens. (p. 95)

Por outro lado, segue relevante e preocupante a dependência tecnológica que esses veículos de jornalismo alternativo ainda possuem das grandes empresas de tecnologia, as *big techs*, também proprietárias das redes sociais mais usadas para divulgar o material produzido, o que também fragiliza a capacidade de inovação desses novos arranjos jornalísticos, assim como sua distribuição e criação de novos produtos. A falta de domínio da linguagem acaba, na maioria dos casos, por fortalecer a lógica que os pequenos veículos tentam combater ao fornecer, gratuitamente, conteúdo para essas plataformas sediadas em países estrangeiros e sem relação com a cultura local.

A partir dessa dinâmica, também se faz necessário compreender as entranhas do jornalismo alternativo para apontar equívocos e caminhos possíveis para sua sustentabilidade financeira, o que lhes permitirá a longevidade necessária para seu amadurecimento e fortalecimento da esfera pública para uma lógica que supere a finalidade do consumo e seja capaz de balizar percursos que congreguem culturas e elevem a humanidade a patamares mais agregadores. Por fim, não há solução que não passe por uma reavaliação das formas de financiamento do jornalismo numa realidade onde até o bem estar vem sendo monetizado.

Referências

Assis, E. de, Camasão, L., Silva, M. R., & Christofoleti, R. (2017). Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate

sobre a mídia independente contemporânea. *Revista Pauta Geral*, 4(1), 3-20.

Atton, C. (2002). *Alternative media*. Sage Publications.

Atton, C., & Hamilton, J. (2008). *Alternative journalism*. Sage Publications.

Bahia, J. (2009). *Jornal, história e técnica*. Mauad X.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Becker, M. L. (2009). Mídia alternativa: antiempresarial, anti-industrial, anticapitalista? In K. J. Woitowicz (Org.), *Recortes da mídia alternativa: histórias & memórias da comunicação no Brasil*. Ed. UEPG.

Beltrão, L. (1976). *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Sulina.

Bendassolli, P. F., Wood Júnior, T., Kirschbaum, C., & Cunha, M. P. (2009). Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. *RAE - Revista De Administracao De Empresas*, 49(1), 10–18. <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/36013>

Bonin, J. A. (2001). *Identidade étnica, cotidiano familiar e telenovela* [Tese Doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo]. Biblioteca de Teses e Dissertações. <https://repositorio.usp.br/item/001218570>

- Bonin, J. A. (2004). Estratégia multimetodológica de captação de dados em pesquisa de recepção: a experiência da investigação telenovela, identidade étnica e cotidiano familiar. *Rastros*, (5), 6-18.
- Corbin, J., & Strauss, A. (2008). *Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Artmed.
- Duarte, J. (2008). Entrevista em profundidade. In J. Duarte, & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de Pesquisa em comunicação*. Atlas.
- Downing, J. (2002). *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. Senac.
- Figaro, R., Barros, J. V., & Kinoshita, J. (2019). *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO.
- Flusser, V. (2008). *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. Annablume.
- Fuchs, C., & Sandoval, M. (2010). Towards a critical theory of alternative media. *Telematics and Informatics*, 27(2), 141-150. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0736585309000410>
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Habermas, J. (2003a). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tempo Brasileiro.

Han, B-C. (2017). *Sociedade do Cansaço*. Vozes.

Karppinen, K., & Moe, H. (2016). What we talk about when talk about “Media Independence”. *Javnost - The Public*, 23(2), 105-119.

Kuncinski, B. (1991). *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. Scritta.

Lopes, M. I. V. (2002). *Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico*. Loyola.

Nunes, A. C. B. & Flores, A. M. M. (2024). *Inovação nas Indústrias Criativas: tendências e Labs para reinventar a mídia e os negócios*. Alta Books Grupo Editorial.

Oliveira, Dennis de. (2009). *Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta*. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Anais eletrônicos SBPJor. <https://dennisdeoliveira.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/358462363-jornalismo-alternativo-o-utopismo-iconoclasta-pdf.pdf>

Otoni, M. A. R., & Souza, B. M. G. de. (2022) Uma análise discursiva crítica da representação das mulheres e do aborto na revista AZMINA. *Ilha do Desterro*, 75(3), 115–139.

Peruzzo, C. M. K. (Org.). (1995). *Comunicação e culturas populares*. Intercom.

Sodré, M. (2006). *As Estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política*. Vozes.

MASSACRE DO CARANDIRU: CONTRIBUIÇÕES JORNALÍSTICAS PARA OS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL NAS OBRAS AUDIOVISUAIS

*Eshiley Lislaine Almeida da Silva Sousa¹
Vivianne Lindsay Cardoso²*

Em 2 de outubro de 1992, ocorreu o trágico episódio conhecido como Massacre do Carandiru, na Casa de Detenção de São Paulo, que resultou na morte de 111 detentos no Pavilhão 9. Esse evento se consolidou como um marco na violação dos direitos humanos no Brasil, destacando a tensão estrutural do sistema prisional e a brutalidade das forças de segurança.

-
1. Graduada do Curso de Jornalismo, Universidade Estadual Paulista (UNESP).
eshiley.lislaine@unesp.br
 2. Doutora em Comunicação.
Professora assistente Departamento de Comunicação Social, Universidade Estadual Paulista (UNESP).
vl.cardoso@unesp.br

A Casa de Detenção Professor Flamínio Fávero, popularmente conhecida como “Carandiru”, foi inaugurada em 1954, durante o governo de Jânio Quadros, ocupando uma área de aproximadamente 60 mil metros quadrados. Na época de sua criação, a penitenciária foi denominada o maior presídio da América Latina e o segundo maior do mundo (Onodera, 2005). Entretanto, esta posição de destaque foi acompanhada por problemas estruturais significativos, que culminaram nas condições que precederam o massacre.

Em 1992, ano do massacre, a penitenciária encontrava-se em situação de superlotação, abrigando 7.257 presos, embora sua capacidade original fosse projetada para apenas 3.300 detentos (Onodera, 2005). Essa discrepância acentuou as condições degradantes dentro do sistema penitenciário. O massacre exposto, de forma alarmante, evidenciou as condições desumanas enfrentadas pelos detentos e a brutalidade da intervenção das forças de segurança. Tal episódio evidenciou a urgência de reformas no sistema penitenciário e na política de segurança pública do país (Barcelos, 2003).

No dia do massacre, durante uma partida entre detenções do Pavilhão Nove, um confronto entre dois presos de facções rivais, evoluiu rapidamente para um conflito de maiores proporções. O tumulto levou à expulsão dos funcionários civis pelos próprios presos, que justificaram a ação afirmando que “era uma briga entre eles” (Onodera, 2005, p. 03)

Por volta das 15h30, o diretor da penitenciária, José Ismael Pedrosa, acionou as autoridades, resultando na chegada de aproximadamente 325 policiais, incluindo o Batalhão de Choque, o GATE (Grupamento de Ações Táticas Especiais), o COE (Comando de Operações Especiais) e a ROTARondas Ostensivas Tobias de Aguiar, sob

o comando do coronel Ubiratan Guimarães. Os policiais não possuíam a planta da penitenciária, e o Secretário de Segurança Pública, responsável pela administração do Carandiru, estava ausente, contrariando os protocolos estabelecidos de invasões penitenciárias (Onodera, 2005)

A operação foi marcada pela rapidez e letalidade. Laudos periciais posteriores indicaram que a maioria dos disparos foi realizada nas portas das celas, demonstrando que não houve resistência significativa dos presos (Anistia Internacional, 1993).

Em 1948, quatro décadas antes do trágico Massacre do Carandiru, a Organização das Nações Unidas (ONU), em colaboração com 58 países, incluindo o Brasil, prometeu a Declaração Universal dos Direitos Humanos como uma resposta às atrocidades perpetradas durante a Segunda Guerra Mundial. Essa declaração visa estabelecer a proteção universal dos direitos humanos, assegurando dignidade, liberdade, justiça e paz a todas as pessoas, independentemente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra condição (ONU, 2009). No artigo 5º, enfatiza-se que: “Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”.

A Constituição Federal de 1988 do Brasil consagrou a dignidade humana como um dos pilares do Estado Democrático de Direito, conforme evidenciado em seu artigo 1º, inciso III. Este artigo garante que todos os seres humanos no território brasileiro sejam tratados de maneira digna, incluindo aqueles que tenham privacidade de liberdade. A estrutura normativa do artigo 1º tem como propósito proteger a dignidade da pessoa humana como um direito fundamental. Complementarmente, o artigo 5º, inciso XLVII, estabelece as disposições de penas que incluem: a) a morte, exceto em caso de guerra declarada; b) penas

de caráter perpétuo; c) trabalhos solicitados; d) banimento; e) penas cruéis (Brasil, 1988).

Dessa forma, o massacre no Carandiru violou os princípios fundamentais consagrados na Declaração. Muitos dos detentos do Pavilhão 9 foram assassinados antes de um julgamento formal, uma vez que esse pavilhão era destinado a indivíduos que analisavam judicialmente, muitas vezes aqueles envolvidos em crimes de primeira instância. Dentre os 111 mortos, 89 eram detentos provisórios que ainda não tinham sido julgados (Gil, 2022, *Massacre Carandiru: 30 anos de impunidade*).

Sob a perspectiva da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um Estado Democrático de Direito deve seguir diretrizes que assegurem uma vida digna. As ações policiais durante o massacre evidenciaram a necessidade urgente de efetivação do artigo 5º da Constituição, que proíbe penas cruéis e desumanas. Esse episódio trouxe à tona discussões sobre a desumanização dos presos, refletindo uma visão de que estes mereceriam punições extremas, independentemente do devido processo legal. Tal tragédia repercutiu em debates nacionais e internacionais sobre estereótipos sociais e preconceitos em relação às condições dos detentos, além de suscitar questões críticas sobre segurança pública e justiça social (Birck & Grando, 2018).

Portanto, a pesquisa teve como objetivo compreender como o jornalismo pode atuar como um agente motivador no consumo de obras audiovisuais, posicionando-as como ferramentas transformadoras voltadas para a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da diversidade cultural. Para atingir esse objetivo, foram definidos objetivos específicos que incluem a análise das interações, sob a perspectiva da linguagem, entre o jornalismo e as produções audiovisuais cinematográficas, tanto

ficcionais quanto documentais, que abordam o massacre do Carandiru. Além disso, buscou -se entender de que maneira a linguagem influencia a compreensão de questões relacionadas aos direitos humanos, à cidadania e à diversidade cultural na representação de eventos históricos e explorar estratégias para estimular o consumo dessas obras, buscando combater estereótipos e preconceitos relacionados às minorias sociais, utilizando o jornalismo audiovisual e o gênero documental como veículos.

A partir da cobertura jornalística dos veículos de comunicação, foram analisados os elementos de linguagem discursiva que permeiam duas obras audiovisuais: o filme “Carandiru” (2003) e o documentário “Massacre do Carandiru: 30 anos de impunidade” (2022). A análise discursiva se concentrou nas capas dos jornais *Notícias Populares*, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* durante os três meses que se seguiram ao massacre, compreendendo o período de 2 de outubro de 1992 a 31 de dezembro de 1992. Esses veículos foram examinados com base na definição de gêneros informativos proposta por Marques de Melo (2016). A atuação do jornalismo como intérprete neutro das relações sociais foi considerada à luz do pensamento de Bakhtin (2006).

Conforme delineado no *Dicionário de Filosofia e Ciências Humanas* (2018), a cidadania é caracterizada como a relação jurídica e política que se estabelece entre um indivíduo e o Estado, fundamentada em um conjunto de direitos e deveres. Este conceito abrange também a participação ativa do cidadão na vida política e social. A cidadania outorga direitos, como o de voto, o acesso aos serviços públicos e a proteção legal, além de impor deveres, como a obediência às leis e o pagamento de impostos (Dicionário FMP, 2018). No escopo da pesquisa, a cidadania foi entendida como a totalidade dos direitos e deveres que

um indivíduo exerce em virtude de sua pertença a um território específico, regido pelas normas e legislações do Estado.

A diversidade cultural é conceituada com base na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, adotada pela UNESCO em 2001. De acordo com essa Declaração, o artigo 3 defende que a diversidade cultural não apenas promove o desenvolvimento econômico, mas também contribui de maneira significativa para o enriquecimento existencial, intelectual, emocional, moral e espiritual dos indivíduos e das sociedades (UNESCO, 2001). Além disso, a diversidade cultural está intrinsecamente ligada aos direitos humanos, conforme estipulado no artigo 4 da Declaração: “Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.” (UNESCO, 2001, p. 3). Assim, a diversidade cultural é apresentada como um fator essencial para a convivência pacífica e o desenvolvimento integral, em consonância com os princípios dos direitos humanos.

No contexto do jornalismo, Marques de Melo (2016) argumenta que as interações entre a expressão jornalística e a maneira como são percebidas pela sociedade específica a base dos gêneros jornalísticos. Segundo o autor, um gênero é classificado como informativo quando uma instituição jornalística observa a realidade de forma atenta, registra os fatos e comunica os eventos. Assim, ao atuar como observador e veiculador de informações, o jornalismo exerce um papel significativo no impacto social, influenciando e potencialmente modificando as percepções da realidade. Com base na definição proposta por Marques de Melo, a interpretação dos enunciados presentes nas manchetes dos veículos jornalísticos pode ser entendida através da perspectiva bakhtiniana,

que enfatiza a dialogicidade e a construção social do significado nas práticas comunicativas.

Mikhail Bakhtin (2006) propõe que a compreensão da linguagem se desenvolva através de diversas fases de estudo sobre gêneros discursivos, cada uma delas contribuindo para uma visão mais abrangente e complexa da dinâmica linguística. De acordo com Bakhtin, a análise de um enunciado deve considerar não apenas seu conteúdo, mas também seu estilo e construção, pois o significado transcende o que é explicitamente dito, englobando também a maneira como isso é articulado. Assim, o significado de um enunciado transcende o seu conteúdo temático, abrangendo também a forma como as ideias são expressas.

Os enunciados, portanto, diferenciam-se da língua e das orações isoladas, sendo consideradas unidades comunicativas que bloqueiam uma análise atenta para se compreender as regularidades gramaticais e as escolhas estilísticas dos falantes. O enunciado, está intimamente ligado à intenção do falante e à interação com os ouvintes, refletindo sua posição e os objetivos esperados dentro de uma situação específica de comunicação

Embora Bakhtin não especifique tipos concretos de gêneros do discurso, ele estabelece uma distinção entre gênero primário e gênero secundário, sem, no entanto, estabelecer as características desses gêneros funcionais. Além disso, o autor não limita sua análise às formas de discurso social tradicionalmente abordadas pela Poética e pela Retórica, ampliando assim o escopo de sua investigação sobre a linguagem.

Para aprofundar a análise do impacto do Massacre do Carandiru nas obras audiovisuais, torna-se imprescindível adotar o referencial teórico de Fernão Ramos (2008) e Edgar Morin (1970) na análise do

filme *Carandiru* (2003). Fernão Ramos discute a concepção de ficção, ressaltando o entretenimento gerado por meio de um universo ficcional que compreende personagens e uma trama logicamente estruturada. A narrativa, segundo Ramos, é organizada em torno dessa trama, sendo condicionada pelas dimensões espaço-temporais e pela ação ficcional. Por sua vez, Morin (1970) oferece uma análise mais aprofundada acerca do impacto do ficcional sobre o público, destacando a importância da construção da empatia e da sensibilização, bem como o desenvolvimento dos personagens e da narrativa em si.

No que tange ao documentário, é pertinente empregar as teorias de Fernão Ramos (2008) e Bill Nichols (2001). De acordo com Ramos, o documentário se distingue pela diversidade de vozes que se pronunciam sobre o mundo, apresentando uma narrativa que pode variar ao longo do tempo e que incorpora elementos como locução over, entrevistas, depoimentos e imagens de arquivo. O autor também aborda as limitações, características, estilos e intenções do documentarista. Por sua vez, Nichols classifica os distintos tipos de documentários existentes, contribuindo para uma compreensão mais ampla deste gênero. Essas perspectivas teóricas oferecem uma base robusta para analisar a representação do Massacre do Carandiru, tanto na ficção quanto no documentário, levando em consideração a intenção e o estilo narrativo específicos de cada obra.

A partir do referencial teórico, a pesquisa se justifica pelo reconhecimento da comunicação como uma prática fundamental para a interação social e a construção cultural, conforme delineado por Martino (2003, 2010). A comunicação transcende o simples intercâmbio de informações; é um ato que envolve a expressão da consciência de um

indivíduo em direção a outro com capacidades cognitivas semelhantes, estabelecendo, assim, uma relação intersubjetiva entre consciências. Este processo é crucial para a formação e a transformação das estruturas sociais e culturais, exercendo uma influência direta na cultura e na transmissão de patrimônios ao longo das gerações (Martino, 2010). Assim, a comunicação e a cultura apresentam uma correlação intrínseca. Portanto, pode-se afirmar que a comunicação, enquanto forma de manifestação cultural, desempenha um papel determinante na manutenção, preservação e transformação social, efetivadas de maneira consciente sobre a própria cultura e suas estruturas sociais.

O cinema é considerado uma ferramenta comunicacional poderosa para a manifestação cultural, tanto real quanto ficcional. Ele se configura como um espaço midiático que favorece a reflexão e o debate sobre direitos humanos, cidadania e diversidade cultural, funcionando como um guia para explorar as potencialidades das ações audiovisuais. Segundo Morin (1970), o cinema transcende a mera representação visual, manipulando o movimento das imagens para estabelecer conexões com a realidade por meio da imaginação. De acordo com Edgar Morin (1970), o cinema vai além de uma simples representação visual do mundo, a mobilidade da câmera e a sucessão de planos geram novas subjetividades e uma percepção global a partir de fragmentos, permitindo que o espectador conecte-se emocionalmente às imagens. Isso facilita a superação de barreiras em relação a temas sensíveis, como a diversidade cultural.

O documentário é definido, segundo Ramos (2008, p. 22), como uma narrativa na qual o espectador busca “asserções sobre o mundo”. Para o autor, “documentário é uma narrativa com imagens-câmera

que estabelece asserções sobre o mundo, na medida em que haja um espectador que receba essa narrativa como afirmações sobre o mundo” (Ramos, 2008, p. 22). Essa definição fundamenta a importância da apropriação da linguagem jornalística como suporte para a reflexão no cinema e no documentário. A incorporação de fatos apurados, a busca por informar sobre o real, e a função de apontar, fiscalizar e denunciar — especialmente em temas como o sistema penitenciário e a impunidade — enriquecem o conteúdo dessas produções audiovisuais. Além disso, essa integração entre a linguagem jornalística e o audiovisual não apenas sensibiliza, mas também convida o espectador a questionar suas percepções e interpretações da realidade.

A cultura e suas práticas são compreendidas como formas tanto materiais quanto simbólicas, criadas e modificadas ativamente pelos indivíduos no contexto social e econômico, influenciando-se mutuamente com as relações político-econômicas e os meios de comunicação de massa, que transmitem e transformam a história. Ruiz (2012) ressalta que esse processo ocorre em uma ordem democrática, enfatizando a importância do acesso à produção, distribuição e consumo de mensagens. Questões centrais incluem liberdade de expressão, direito à informação e circulação de discursos e ideias (UNESCO, 2002, em Ruiz, 2012). Segundo Sierra (2011, p. 192), “toda atividade cultural se percebe, por outra parte, como uma forma de resistência às desigualdades de poder e de posição”. Martín-Barbero (2001) argumenta que a política, a cultura e a comunicação constituem campos estratégicos de luta, sendo fundamental recuperar a dimensão simbólica da política por meio da comunicação para restaurar o vínculo entre os cidadãos e o sentimento

de pertencimento à comunidade, essencial para enfrentar a erosão da ordem coletiva.

Para analisar o papel da linguagem jornalística no cinema e no documentário como ferramentas de impacto e transformação social, são utilizados os conceitos de gênero discursivo e análise do discurso de Bakhtin (2006). O autor define os gêneros jornalísticos como formas midiáticas estruturadas por suportes tecnológicos e códigos linguísticos específicos (Wright, 1968). A pesquisa foca nos gêneros informativo e interpretativo, considerados por José Marques de Melo (2016, p. 44) como artifícios que auxiliam a indústria midiática a criar conteúdo alinhados às expectativas da audiência. Os gêneros exercem uma função de “vigilância social” e têm um “papel educativo e esclarecedor” (Melo, 2016, p. 50).

As retratações do massacre nos jornais e nas obras audiovisuais

Para o desenvolvimento da pesquisa exploratória, a partir dos conceitos de cidadania e diversidade, com o suporte teórico da análise do discurso foram levantadas matérias de jornalismo informativo e interpretativo nos jornais impressos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Notícias Populares*.

A análise concentrou-se nos fatos relativos ao massacre, optando por não incluir os desdobramentos judiciais subsequentes.

A partir disso, aplicou-se a análise do discurso, embasada nos conceitos de Mikhail Bakhtin, tanto sobre os conteúdos jornalísticos quanto sobre as produções audiovisuais, buscando-se identificar as contribuições do jornalismo para essas representações. Também visou-se compreender de que maneira as informações foram estruturadas nas

relações entre fatos e ficção, levando em consideração estereótipos, preconceitos e estigmas sociais. O estudo buscou identificar o tratamento dado a valores como direitos humanos, cidadania e diversidade cultural, além de examinar os elementos e atores envolvidos no processo dialético que emerge do confronto entre os fatos e suas representações midiáticas.

A análise das capas desses veículos requer não apenas a consideração do conteúdo veiculado, mas também do modo como é apresentado e da sua estruturação (Bakhtin, 1992, p. 261). A cobertura jornalística do Massacre do Carandiru revela uma pluralidade de vozes e perspectivas, característica essencial da heteroglossia bakhtiniana. Cada veículo, por meio de suas escolhas lexicais, seleciona e apresenta os fatos com entonações, intenções e posicionamentos distintos, incorporando vozes de autoridades, vítimas, sobreviventes, especialistas e outros.

O *Notícias Populares*, caracterizado por seu estilo popular e linguagem coloquial, oferece um exemplo de cobertura sensacionalista, priorizando o impacto emocional. Suas manchetes ecoam e incorporam vozes de autoridades, especialistas, sobreviventes, familiares das vítimas que expressam dor e indignação, bem como da opinião pública. A cobertura teve início dois dias após o massacre, dedicando a primeira página inteira ao evento. A manchete “Detenção: Mortos são mais de 200”, publicada em 5 de outubro de 1992, acompanhava a imagem de corpos de detentos em caixões no Instituto Médico-Legal de São Paulo. A estrutura gramatical simples e direta reforçava a gravidade do ocorrido. A escolha lexical do termo “detenção” em vez de “massacre” foi intencional, reconhecendo as mortes enquanto intensificava o impacto sobre o leitor.

Essas escolhas terminológicas revelam que o enunciado não é neutro, mas está carregado de implicações estilísticas, moldadas pelo contexto social e pela intenção comunicativa do jornal (Bakhtin, p. 270). A cobertura do *Notícias Populares* desumaniza os detentos ao enfatizar o sensacionalismo, enquanto expressões como “bestas”, referindo-se aos cães policiais, carregam conotações negativas e acusam diretamente os agentes do Estado. Apesar da diversidade de vozes presentes, elas são filtradas pela ideologia editorial do jornal, que culpa principalmente o governo e a polícia pelo ocorrido. A cobertura foi encerrada após 12 dias consecutivos com a manchete “Contra a Violência”, evidenciando a oposição formal do veículo aos métodos policiais.

A *Folha de S. Paulo* e o *Estadão*, embora adotem abordagens distintas, oferecem uma diversidade maior de vozes, incluindo críticas à ação policial e questionamentos sobre a responsabilidade do Estado, com menor ênfase na representação das vítimas e maior foco nas questões de segurança pública.

Na *Folha de S. Paulo*, o massacre foi destaque seis vezes na primeira página. Em sua cobertura, identificam-se os estilos “objetivo-neutros”, conforme Bakhtin, que visam a uma linguagem impessoal e clara, sem revelar opiniões pessoais do autor. Entretanto, a heteroglossia permanece evidente, trazendo múltiplas perspectivas. A primeira publicação, de 4 de outubro de 1992, traz a manchete “Chacina mata 111 presos em SP”, com uma linha fina que destaca a magnitude das mortes nas penitenciárias brasileiras. A escolha lexical de “chacina” reforça o tom negativo, contribuindo para a construção de um determinado sentido. As capas seguintes retratam tanto a agressividade policial quanto as posições políticas das autoridades envolvidas. As reportagens

também levantam estatísticas de opinião pública, revelando que 53% da sociedade era contrária à ação policial, enquanto 29% a apoiavam.

A ideologia de cada veículo molda a seleção de fatos, a escolha de palavras e a construção narrativa. O *Notícias Populares*, com sua abordagem popular e sensacionalista, enfatiza a violência e culpa a polícia e o Estado. A *Folha de S. Paulo* apresenta uma cobertura mais equilibrada, enquanto o *Estadão* adota uma abordagem tradicional, priorizando informações factuais e a voz das autoridades.

O *Estadão* mencionou o massacre seis vezes em sua capa, sem dar grande destaque ou aprofundamento investigativo. A primeira manchete, publicada em 3 de outubro de 1992, relatava, de forma discreta, a “Rebelião deixa 8 presos mortos e mais 100 feridos”. Essa escolha revela uma tentativa de neutralidade, porém, nos dias seguintes, a cobertura evoluiu, com manchetes como “Massacre deixa 111 presos mortos” e “Presos denunciam o fuzilamento”. Sob a perspectiva bakhtiniana, a palavra “massacre” marca uma mudança gradual de postura, influenciada pela pressão da opinião pública e pela necessidade de maior aprofundamento investigativo.

Ao comparar os três veículos, observa-se que cada um construiu uma representação distinta do Massacre do Carandiru. O *Notícias Populares* optou por uma cobertura sensacionalista e emocionalmente carregada, enquanto a *Folha de S. Paulo* buscou um equilíbrio entre as diversas perspectivas. O *Estadão* adotou uma abordagem factual, priorizando a voz das autoridades.

Sob a lente de Mikhail Bakhtin, a análise revela que a escolha dos gêneros discursivos, a heteroglossia, a ideologia e o posicionamento

político moldaram a construção da notícia, influenciando a percepção pública do massacre e contribuindo para a memória coletiva do evento.

Cada meio de comunicação constrói narrativas próprias, moldadas por suas ideologias e estilos discursivos distintos, como vimos acima. Essas variações narrativas não apenas moldam a percepção pública do evento, mas também desempenham um papel significativo na construção da memória coletiva sobre o Massacre do Carandiru. Embora a cobertura jornalística tenha sido crucial para a documentação do massacre, sua insuficiência em denunciar as violações de direitos humanos permitiu que esse papel fosse preenchido por produções culturais posteriores. Um exemplo é o filme *Carandiru*, dirigido por Hector Babenco, que utiliza a estética cinematográfica como ferramenta poderosa para sensibilizar o público e fomentar discussões sobre direitos humanos. Assim, o cinema, por meio de sua política e estética, contribui para o fortalecimento de uma cultura de cidadania (Dezordi Wermuth et al., 2024).

Para uma análise cinematográfica, é necessário considerar tanto os aspectos internos quanto os externos da obra cinematográfica. Os aspectos internos referem-se aos elementos da linguagem audiovisual, compreendendo o filme como um produto. Por outro lado, os aspectos externos envolvem a temporalidade, sendo o contexto histórico e social essencial para a compreensão do filme. O Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992, e o lançamento do filme *Carandiru*, dirigido por Hector Babenco em 2003, traz à tona um hiato temporal de aproximadamente 11 anos, que deve ser considerado ao analisar a representação da época no filme, bem como o contexto econômico, social e cultural do Brasil no momento de sua produção.

O contexto social externo ao massacre é marcado por uma crise no sistema prisional brasileiro e pelo aumento da violência urbana, especialmente em São Paulo. Naquele período, o Brasil enfrentou problemas sociais graves, como a pobreza, a desigualdade e os elevados índices de criminalidade, refletidos no crescimento da população carcerária (Onodera, 2005). Em contrapartida, no momento do lançamento do *Carandiru*, em 2003, o país passava por uma transição política e social, com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse contexto, os debates sobre desigualdade social e justiça se intensificaram, temas que permeiam a narrativa do filme.

O filme *Carandiru*, baseado no livro *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella, retrata ficcionalmente a vida no maior presídio da América Latina e o massacre que ocorreu durante a década de 1990. Sendo uma obra ficcional baseada em fatos históricos, o filme pode ser classificado como um docudrama. Segundo Fernão Ramos, esse gênero proporciona ao espectador a frutificação característica da ficção, ainda que a realidade histórica interfira na construção do “faz-de-conta”. Não se trata de um documentário, pois o filme não enuncia como tal; os personagens e a narrativa, embora baseados em fatos reais, são apresentados por meio de uma abordagem não-documental.

A narrativa do filme utiliza flashbacks para explorar as histórias dos detentos, que culminam no fatídico dia do massacre. A maior parte dos personagens retratados são indivíduos negros (pretos e pardos), oriundos de segmentos sociais marginalizados. A sociabilidade dentro do presídio é dominada pela violência, com uma ruptura nos laços de solidariedade e nas relações comunitárias. O filme de Babenco denuncia a subcultura opressiva e a violação sistemática dos direitos humanos

na Casa de Detenção de São Paulo, tanto nas relações entre os presos quanto nas interações com os agentes do Estado, como a polícia militar e as forças de choque.

Do ponto de vista cinematográfico, a construção espaço-temporal das imagens, organizada em planos, é estruturada para narrar o cotidiano dos detentos e, por fim, o massacre. O filme oferece uma reflexão sobre a desumanização dos presos, tratados como subumanos pelo sistema prisional e pelo Estado, sendo alvejados indiscriminadamente e privados de qualquer forma de defesa.

A representação dos presos, em sua maioria negra e oriundos de classes sociais marginalizadas, reforça a crítica social presente no filme e denuncia as condições degradantes enfrentadas pelos detentos (Dezordi Wermuth et al., 2024). Essa interseção entre ficção e realidade histórica contribui para uma reflexão mais ampla sobre as injustiças sociais e a violação dos direitos humanos no Brasil, tanto no período retratado quanto na época de lançamento do filme.

A análise do documentário *Carandiru: 30 Anos de Impunidade*, produzido pelo veículo Ponte Jornalismo, pode ser conduzida com base nas teorias de Fernão Ramos e Bill Nichols, proporcionando uma compreensão mais profunda de suas características e interesses. De acordo com Fernão Ramos, o documentário é uma forma narrativa que abrange múltiplas vozes e abordagens, integrando o mundo real com as experiências pessoais. Elementos essenciais do gênero, como locução (voz over), entrevistas, depoimentos, imagens de arquivo e a intensidade das tomadas de cena, são amplamente utilizados nesta obra, fortalecendo seu impacto.

Para compreender o documentário em sua totalidade, é necessário também analisar tanto os aspectos internos quanto externos da obra. Os aspectos externos se revelam já no título, *30 Anos de Impunidade*, que sintetiza a continuidade da injustiça e a falta de responsabilização pelo massacre do Carandiru, ocorrido em 1992. O julgamento desses eventos, que se estendeu por décadas, expõe uma persistente impunidade do sistema judiciário brasileiro. Em resposta a esse cenário, a Ponte Jornalismo produziu o documentário com o objetivo claro de denunciar essa situação e sensibilizar o público sobre a ausência de justiça, refletindo a definição de documentário como um ato intencional do autor, conforme descrito por Ramos (2008).

O documentário *Carandiru: 30 Anos de Impunidade* se caracteriza pela predominância dos modos participativo e expositivo, conforme a tipologia de Bill Nichols (2001). O modo participativo é visível nas entrevistas e depoimentos dos sobreviventes, na interação com o repórter, bem como na presença do cineasta em cena. Já o modo expositivo torna-se evidente quando o jornalista desaparece da tela e o documentário utiliza imagens de arquivo e vídeos da época do massacre como plano de fundo, reforçando e comprovando as informações apresentadas, conforme a teoria de Nichols, que destaca o uso dessas imagens como uma estratégia de verificação e reforço da narrativa.

A intenção expositiva é claramente observada em momentos em que os presos denunciam o Estado, como no depoimento de Maurício Monteiroque, “o braço do Estado assassinou” (*O Massacre Carandiru: 30 anos de impunidade*, 2022, 23:14). Além disso, o uso intencional do número 111 na campanha de Ubiratan Guimarães (*O Massacre Carandiru: 30 anos de impunidade*, 2022, 22:10) referindo-se ao número de mortos

no massacre, reforça a acusação de impunidade estatal e brutalidade policial, além das contínuas reveladas dos direitos humanos.

A ausência de justiça e a falta de responsabilização ao longo dos anos são elementos centrais no documentário. Utilizando o modo expositivo, a obra apresenta fatos e eventos, incorporando uma ética reflexiva que promove um olhar crítico sobre a realidade (Ramos, 2008). O jornalista, enquanto mediador entre os eventos e o público, desempenha um papel fundamental, evidenciando a importância de uma visão mais humana e integral sobre a reinserção social dos ex-detentos.

As linguagens jornalísticas do período do massacre são comentadas de maneira estratégica em duas produções audiovisuais. O filme *Carandiru* (2003), com sua abordagem dramática e fundamentada no gênero docudrama, humaniza os presos e denuncia a superlotação e a violência nas prisões brasileiras, sensibilizando o público para a questão da humanidade e dos direitos humanos. Em contrapartida, o documentário *Carandiru: 30 Anos de Impunidade* aprofunda a análise das consequências do massacre e a luta por justiça, apresentando dados estatísticos e depoimentos de familiares das vítimas, ampliando a discussão política e social.

No entanto, o impacto dessas obras vai além da simples conscientização. Ao humanizar as vítimas e sobreviventes, e ao denunciar as injustiças, tanto o filme quanto o documentário apontado para a construção de uma narrativa contra-hegemônica. Essa narrativa desafia as versões oficiais dos fatos e questiona as instituições responsáveis, reafirmando o papel crucial dessas produções audiovisuais na preservação da memória do massacre do Carandiru e na promoção da busca pela justiça.

As vozes marginalizadas nas narrativas

Partindo dessa perspectiva, o antropólogo e filósofo Jesús Martín-Barbero (1997), argumenta que os meios de comunicação funcionam como dispositivos que não apenas consolidam e amplificam as desigualdades e contradições sociais, mas também têm o potencial de neutralizar as interações sólidas entre diferentes grupos. Embora esses veículos possam expor a diversidade presente na sociedade, também correm o risco de fomentar a indiferença em relação à integração dessa diversidade. Essa dinâmica estrutura as diferenças culturais e suas representações de maneira que, ao integrar a diversidade, apaga características distintivas, consolidando fronteiras entre as várias alteridades culturais.

Nesse contexto, a cobertura do massacre pelo jornalismo contribuiu para a formação de narrativas que fortaleceram estereótipos e preconceitos sobre os presos, ao mesmo tempo em que silenciaram vozes críticas e marginalizadas. Essa representação distorcida das realidades sociais e das complexas interações humanas foi crucial para a consolidação de um discurso que, em vez de promover a compreensão e a empatia, acabou por perpetuar divisões e desigualdades. Portanto, a análise da cobertura midiática do massacre do Carandiru revela não apenas as limitações do jornalismo da época, mas também a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel dos meios de comunicação na construção e na desconstrução das narrativas sociais, especialmente em temas tão sensíveis quanto os direitos humanos e a justiça social.

Martín-Barbero (1997) argumenta que um mecanismo de distanciamento atua para transformar o “outro” em um ente externo e folclorizado. Este mecanismo se torna evidente quando se afirma a diversidade, mas se exclui o “outro” do nosso próprio contexto cultural. Tal exclusão

resulta na negação da capacidade do “outro” de interpretar nossa realidade e de nos provocar reflexões críticas sobre ela (Barbosa, 1997, p. 41). Essa dinâmica de distanciamento estava presente na sociedade da época, como demonstram pesquisas que investigaram a percepção pública acerca da atuação policial durante o massacre de Carandiru.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha, que acompanhou a manchete “Chacina derruba secretário de segurança”, publicada no jornal Folha de S.Paulo em 8 de outubro de 1992, revela que 53% da população se posicionou contra a ação policial, enquanto 29% a apoiaram e 39% acreditaram na versão dos policiais, que alegavam ter agido em “legítima defesa”. Esses dados evidenciam um pensamento coletivo que tende à exclusão do cidadão detento e reforçam uma ideia que persiste até os dias atuais: “bandido bom é bandido morto”. Esse tipo de discurso não apenas perpetua estigmas sociais, mas também dificulta a construção de uma narrativa que reconheça a complexidade das realidades e das experiências dos indivíduos envolvidos no sistema penitenciário.

Na análise da linguagem discursiva jornalística dos veículos selecionados nesta pesquisa, observa-se uma ação que contraria as expectativas. O jornalismo, ao se afastar de suas funções essenciais de fiscalização, apuração e promoção de debates em torno do massacre, comprometeu seu papel informativo. Diante desse cenário, tornou-se imperativa a contribuição do audiovisual na reconstituição da imagem do indivíduo encarcerado, conforme exemplificado no filme. Além disso, essa produção audiovisual se propôs a fiscalizar e questionar a impunidade que perdura após o massacre, que, ao longo de mais de 30 anos, resultou na ausência de responsabilização pelos atos cometidos. Essa lacuna na cobertura jornalística evidencia a necessidade de narrativas que não

apenas documentem eventos, mas que também promovam reflexões críticas sobre as injustiças sistemáticas presentes no sistema penal.

O audiovisual, em sua essência, transcendeu as limitações inerentes à cobertura jornalística tradicional. O filme *Carandiru* (2003) proporcionou uma representação mais emocional e pessoal dos acontecimentos, ao centrar-se nas histórias individuais dos detentos e ao elaborar uma narrativa mais envolvente. Essa abordagem favoreceu o desenvolvimento de empatia e uma compreensão mais profunda das circunstâncias que levam à detenção. A centralidade das vozes marginalizadas, expressa por meio de citações diretas e alusões, dialoga com a teoria de Mikhail Bakhtin, que enfatiza a relevância das vozes dos sujeitos no discurso. Embora a dramatização tenha sido eficaz para evidenciar as injustiças do sistema prisional, é importante notar que essa mesma dramatização pode ter simplificado ou modificado os eventos reais para se alinhar a uma narrativa mais emocional. A representação da realidade, com sua dinâmica e forma, evocada pelo filme, provoca uma sensação de vida concreta, bem como uma percepção ampliada da realidade, conforme discutido por Edgar Morin (1970).

Dessa forma, o audiovisual, aliado às novas tecnologias, cria temporalidades e experiências que moldam a circulação dos imaginários individuais e coletivos, conforme postulado por Martín-Barbero (2006). O documentário *Carandiru: 30 Anos de Impunidade* proporciona, por sua vez, uma análise mais factual e crítica do massacre. A abordagem expositiva e participativa promovida pelo Ponte Jornalismo se evidencia nos títulos e subtítulos, como “Carandiru: 30 Anos de Impunidade” e “A História que o Estado Não Quer que Você Saiba”. Esse enfoque facilita uma reflexão mais aprofundada acerca da persistência da impunidade e

das falhas no sistema penal. Segundo Bill Nichols, o modo expositivo emprega uma diversidade de evidências para construir um argumento robusto e informativo. A inclusão de depoimentos, imagens, vídeos e áudios não apenas reforça a credibilidade da narrativa, mas também amplifica o impacto da mensagem, solidificando a perspectiva crítica do documentário em relação à justiça e à responsabilidade do Estado.

Conclusões

Logo, a pesquisa revelou como a linguagem discursiva do jornalismo pode atuar como um agente impulsionador do consumo de obras audiovisuais, com o Massacre do Carandiru servindo como um estudo de caso. A análise destacou o potencial transformador dessas produções, não apenas como entretenimento, mas como instrumentos que promovem a cidadania, os direitos humanos e a diversidade cultural.

Com base nas evidências e argumentos apresentados, conclui-se que o Massacre do Carandiru representa uma violação significativa dos direitos humanos, expondo as deficiências estruturais do sistema penal e judiciário brasileiro. A análise tanto da cobertura jornalística quanto das obras audiovisuais relacionadas evidencia a importância de uma abordagem interdisciplinar para compreender a complexa interseção entre mídia, poder e sociedade. Essas produções audiovisuais, ao humanizar os detentos e denunciar as condições degradantes enfrentadas por eles, constituem uma narrativa contra-hegemônica, influenciando a opinião pública e potencialmente impactando a formulação de políticas públicas.

Ao examinar o papel da linguagem jornalística como catalisador na disseminação de obras audiovisuais, o presente estudo aponta para a capacidade dessas produções em sensibilizar e conscientizar o

público sobre questões de cidadania e diversidade cultural. Fica claro que a linguagem jornalística possui uma dualidade: pode tanto perpetuar estigmas quanto promover justiça social e a defesa dos direitos humanos.

Os achados desta pesquisa sublinham a necessidade de uma mídia comprometida com a busca pela verdade, a justiça e os direitos humanos, destacando a importância de práticas jornalísticas que evitem a reprodução de preconceitos e estigmas que prejudiquem a diversidade cultural. Além disso, o acesso à informação e o pluralismo de vozes são essenciais para a construção de uma memória coletiva mais justa e completa acerca de eventos históricos como o Massacre do Carandiru.

Por fim, este relatório ressalta a urgência de adoção de políticas que não apenas previnam abusos, mas também promovam um sistema de justiça verdadeiramente equitativo, que respeite a dignidade humana em todas as suas dimensões. A continuidade de estudos sobre o massacre, incluindo a cobertura dos julgamentos ao longo dos mais de 30 anos que se seguiram, é fundamental para uma compreensão mais profunda de como a linguagem jornalística pode ser utilizada como uma ferramenta poderosa no campo do audiovisual.

Referências

Anistia Internacional. (1993). *Chegou a morte: A violência no sistema penitenciário brasileiro* (Relatório). Anistia Internacional.

Bakhtin, M. (2003). *Teoria do Romance: Volume 1 - A Poética da Novela*. Editora Martins Fontes.

Bakhtin, M. (2006). *Estética da criação verbal*. Editora Martins Fontes.

- Birck, V. B., & Grando, J. B. (2018). *As revelações de direitos humanos no sistema prisional brasileiro: Releitura a partir do filme Carandiru* (3ª ed.). Semana Acadêmica do curso de Direito.
- Babenco, H. (Diretor). (2003). *Carandiru* [Filme]. Columbia Pictures.
- Dezordi Wermuth, M., Marcolla, F. A., & Sánchez, C. L. (Orgs.). (2024). *Direitos humanos e cinema: Um convite ao diálogo*. Editora Bagai.
- Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. (2001). Obtido em <https://www.unesco.org/pt/node/66708>
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. (2009). Obtido em <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>
- Dicionário FMP. (2024). *Dicionário de filosofia moral e política*. Obtido em <https://www.dicionariofmp-ifilnova.pt/>
- Fernandes, C. P. (2021). *O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Massacre do Carandiru de 1992: Ações e relações internacionais* [Dissertação de mestrado, Goiânia].
- Folha de S.Paulo. (1992, outubro 8). 53% condenam a ação da polícia. *Folha de S.Paulo*. <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=11840&anchor=4768024&origem=busca&originURL=&maxTouch=0>

- Barros, M. F. (1992, 5 de outubro). Comissão visita detentos e diz que houve genocídio. *O Estado de S. Paulo*.
- Martinho, L. (2003). As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. In M. I. V. Lopes (Ed.), *Epistemologia da comunicação* (pp. 69-101). Editora Loyola.
- Martinho, L. (2010). De qual comunicação estamos falando? In A. Hohlfeldt, L. Martino, & V. V. França (Eds.), *Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências* (pp. 11-26). Editora Vozes.
- Martín-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ.
- Martín-Barbero, J. (2001). Das políticas de comunicação à reimaginação da política. *Nova Sociedade*, 175, 70-84. <https://nuso.org/articulo/de-las-politicas-de-comunicacion-a-la-reimaginacion-de-la-politica/>
- Martín-Barbero, J. (2006). Tecnicidades, identidades, alteridades: Mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In D. Moraes (Ed.), *Sociedade midiaticizada* (pp. 51-79). Editora Mauad.
- Melo, J. M. de. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: Um modelo classificatório. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39(1), 39-56.
- Mendes, G. L., & Mendonça, J. (2022). Em 1992, a morte de 111 presos na Casa de Detenção de São Paulo mostrou que a redemocratização não conseguiu mudar o modo como o Estado lida com presos,

pretos e pobres. *Ponte Jornalismo*. <https://ponte.org/massacre-do-carandiru-30-anos-de-impunidade/>

Morin, E. (1970). *O cinema ou o homem imaginário*. Moraes Editores.

Nichols, B. (2001). *Introdução ao documentário* (3ª ed.). Editora Papirus.

Onodera, I. (2005). *Estado e violência: Um estudo sobre o Massacre do Carandiru* [Dissertação de mestrado, Rosário].

Ponte Jornalismo. (2022). *O Massacre Carandiru: 30 anos de impunidade* [Filme]. Ponte Jornalismo.

Ramos, F. P. (2008). *Mas afinal... O que é mesmo documentário?* Editora Senac/SP.

Ruiz, E. S. (2012). Diversidade e concentração no espaço audiovisual iberoamericano. Em C. Valle, F. J. Moreno, & F. Sierra Caballero (Eds.), *Políticas de comunicação e cidade cultural ibero-americana* (pp. 51-79). Editora Gedisa.

Serra, F. (2011). Consumo cultural e poder mediático. Em L. A. Albornoz (Ed.), *Poder, meios, cultura: Uma mirada crítica desde a economia política de la comunicación* (pp. 51-79). Editora Paidós.

Wright, C. R. (1968). *Comunicação de massa: Uma perspectiva sociológica*. Editora Bloch.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE DESINFORMAÇÃO: COMO SERÁ O FUTURO COMUNICACIONAL?

Ana Carolina Trindade¹

A comunicação é um fenômeno social intrinsecamente ligado à vida cotidiana, que envolve todos os cidadãos e desempenha um papel crucial nas interações e relações interpessoais. Cada indivíduo experimenta a comunicação de maneira distinta, influenciada por fatores como cultura, contexto socioeconômico e acesso à tecnologia em uma sociedade marcada pela diversidade de meios e plataformas. Em um mundo hiperconectado, a comunicação pode servir tanto para promover

1. Doutoranda em Com. Midiática na Universidade Estadual Paulista, (UNESP) Bolsista de Doutorado, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, processo nº 2021/05888-6. Em 2023, realizou estágio na Universidade de Coimbra, em Portugal, Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, processo nº 2023/01841-0. carolina.trindade@unesp.br

a inclusão e o diálogo quanto para perpetuar desigualdades e desinformação. Assim, entender essa dinâmica é essencial para fortalecer a participação cidadã e fomentar um ambiente de troca que valorize as vozes de todos os grupos sociais (Castells 2013).

Marcondes Filho (2019) destaca que definir a comunicação é uma tarefa complexa e difícil. Neste sentido, elencamos formas para elucidar o conceito, sem a pretensão de defini-lo integralmente por não ser este o objetivo deste estudo teórico, mas apenas para iniciar as reflexões propostas: a palavra comunicação, derivada do latim *communicare*, reflete seu propósito de tornar comum e de compartilhar conhecimentos (Sena, 2020). Esse conceito envolve não apenas a transmissão de informações, mas também a capacidade de gerar reflexão e desconforto, influenciando profundamente as perspectivas individuais perante as interações comunicacionais (Marcondes Filho, 2019).

O crescimento da internet e a criação desenfreada de conteúdos ocasionaram uma nova dinâmica, além de desafios significativos perante as perspectivas de transmissão de conteúdos e fenômenos comunicacionais. Atualmente, as interações cotidianas são cada vez mais moldadas pela presença da mídia. O avanço das tecnologias eletrônicas e digitais, juntamente com o acesso por meio de dispositivos móveis que nos acompanham constantemente, impactam o trabalho e a família. Essas transformações também impactam a maneira como estabelecemos conexões no espaço público (Volpato & Trindade, 2020).

Dito isso, o nosso estudo teórico explora desafios e perspectivas essenciais para o futuro da qualidade da comunicação e dos meios de comunicação, enfatizando a necessidade de enfrentar a desinformação. Para isso, acredita-se ser fundamental desenvolver projetos de literacia

mediática com foco na responsabilidade social dos cidadãos. Além disso, torna-se importante que a sociedade contemporânea reforce o seu compromisso com os valores democráticos nos meios de comunicação.

Meios de comunicação

A história dos meios de comunicação se torna antiga perante as novas tecnologias de comunicação. A imprensa brasileira do século XX foi considerada uma atividade meramente lucrativa, a qual também enfrentava dificuldades econômicas e técnicas que limitaram a expansão. Foi com a chegada do rádio em 1922 e, posteriormente, da televisão na década de 1950, que os meios de comunicação puderam expandir significativamente sua presença no Brasil. A década de 1980 representou um período crucial, marcado pelo fortalecimento dos movimentos sociais, quando trabalhadores começaram a criar suas próprias rádios. Essas iniciativas proporcionaram uma alternativa ao regime autoritário ainda em vigor, permitindo que novas vozes e propostas alcançassem a população (Rolim, 2011).

O tempo passa e o desenvolvimento dos meios de comunicação começa a acontecer. Lima (2011) destaca cinco características principais dos meios de comunicação no Brasil no século XXI. A primeira característica, correspondente ao *Trusteeship Model*, remonta à década de 1930, quando o Brasil adota uma abordagem privada e comercial para a regulação de rádio e televisão, baseada no modelo norte-americano. Nesse sistema, a União delega a exploração de serviços a terceiros, resultando em concessões públicas para a maioria das rádios e televisões brasileiras.

A segunda característica é a ausência de regulação, conhecida como *no law*, que permite a propriedade cruzada (Lima, 2011). Ou seja, um mesmo grupo controla tanto emissoras de rádio quanto de televisão. Embora o Decreto-lei 236/1967 tenha tentado estabelecer limites para o número de concessões que um único grupo pode controlar, esses limites não são respeitados, levando à formação de um oligopólio na mídia brasileira. A terceira característica aborda a oligarquia política e familiar, onde grupos familiares com poder aquisitivo elevado controlam a mídia e estão inseridos na política. O fenômeno do coronelismo eletrônico reflete essa confusão entre poder público e as concessões privadas (Lima, 2011).

A quarta característica refere-se à influência das Igrejas, que dominam a programação na TV aberta, mídia impressa e radiodifusão. Segundo Mourão (2016), dados indicam que 21% da programação televisiva brasileira é religiosa, com predominância de Igrejas católicas e evangélicas. Por fim, a quinta característica é a hegemonia de um grupo privado na mídia, exemplificada pelo fato de que cerca de 60% das verbas publicitárias vão para as Organizações Globo. A concentração do setor televisivo é evidente, com a Rede Globo alcançando 98,3% de cobertura em municípios brasileiros, enquanto outras emissoras têm uma participação significativamente menor (Mídia Dados, 2018).

A partir disso, a comunicação online abre possibilidades para a criação e divulgação de ações e propostas que se distanciam dos meios de comunicação hegemônicos, oferecendo espaço e voz aos cidadãos. Essa é apenas uma parte do processo comunicativo contemporâneo, que também demandam um espaço público. Nesse espaço, reúnem-se causas e motivos estruturais que contribuem para o enfrentamento da

dominação social, assim comunicação online se torna uma ferramenta fundamental para fortalecer a luta por justiça e equidade (Castells, 2013).

Além disso, Castells (2013) ressalta a autonomia dos cidadãos promovida pelo uso de meios de comunicação alternativos, frequentemente viabilizados por redes Wi-Fi. Esses meios permitem a troca de conteúdos entre os cidadãos, que se reúnem em espaços públicos para contestar as práticas das instituições tradicionais, muitas vezes identificadas como mídias hegemônicas. Assim, emergem novas redes de debate que abordam as demandas da sociedade, marcada por uma crise de representação e pela busca de independência em relação às instituições políticas dominantes. Nesse contexto, frequentemente surgem informações criadas para confundir ou enganar os cidadãos, conhecidas como desinformação.

A horizontalização da comunicação possibilita uma interação multidirecional e interativa dos cidadãos. Essa multidirecionalidade se deve ao amplo alcance da tecnologia, enquanto a interatividade oferece ferramentas que conectam e mobilizam cidadãos por meio desses meios de comunicação. Essas características se alinham ao questionamento de Castells (2003, p. 277) sobre a relação entre internet e movimentos sociais: “o que confere uma especificidade à mobilização social a partir do fato de se realizar através da internet?”. A resposta do autor se fundamenta na crise das organizações tradicionais na contemporaneidade, na capacidade de reforçar rapidamente valores e na conexão global-local, onde iniciativas locais se desenvolvem a partir de projetos globais que estimulam essas mobilizações (Castells, 2003). Além disso, essa dinâmica ressalta a importância de abordar a desinformação e a promoção da

literacia mediática, essenciais para capacitar os cidadãos a interagirem de maneira crítica e consciente nesse novo cenário comunicacional.

Desinformação

Os meios de comunicação são vistos como forças que podem provocar mudanças, tanto benéficas quanto prejudiciais, nos governos e nas organizações. Segundo Kucinski (2011), a complexidade da inserção e disseminação de informações confiáveis nesses meios revela uma problemática central na atualidade, especialmente em nosso país. Essa questão se desdobra em duas vertentes políticas: o bem e o mal. Assim, a forma como utilizamos esses canais de comunicação pode ter um impacto na sociedade, moldando a opinião pública e influenciando decisões coletivas (Volpato & Trindade, 2020).

“A internet nasceu com vocação libertária, tornando-se o meio principal de comunicação livre e barata entre as pessoas, organizações e movimentos sociais” (Kucinski, 2011, p. 13). A disseminação descontrolada de desinformação tem comprometido a democracia em nível mundial. Essa situação gera uma série de consequências negativas, como a polarização da opinião pública e a diminuição da confiança nas instituições por parte dos cidadãos. Dourado (2020) categoriza a desinformação de três formas distintas: a *misinformation*, a qual se refere à informação falsa disseminada sem que haja uma intenção maliciosa; a *disinformation*, a qual é a desinformação intencionalmente criada para enganar os cidadãos; e a *mal-information*, a qual se baseia em fatos e é utilizada de maneira maliciosa para manipular a percepção pública.

Essas categorias ajudam a entender a complexidade do problema e suas diferentes motivações. A *misinformation*, resulta-se de

erros ou interpretações equivocadas. Por outro lado, a *disinformation* e a *mal-information* são deliberadas, visando enganar ou desestabilizar a opinião pública. A compreensão dessas diferenças se torna essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de comunicação e ética nos meios, as quais possam mitigar os impactos negativos da *desinformação* e fortalecer a democracia (Dourado, 2020).

Para enfrentar esses desafios, Mielli et al. (2021) destacam a importância de promover informações de qualidade e educar os cidadãos sobre o uso positivo das novas tecnologias. Essas iniciativas não apenas ajudam a proteger os cidadãos da *desinformação*, mas também contribuem para a democratização da comunicação, capacitando os indivíduos a identificarem e avaliarem criticamente os tipos de conteúdo que consomem. Assim, é possível fomentar um convívio mais saudável nos ambientes digitais, fortalecendo a democracia e a cidadania. “Toda a indústria por trás da *desinformação* deve ser combatida por meio de informações de qualidade na sociedade contemporânea, prezando pela transparência de plataformas, a proteção de dados pessoais e por lutas perante comportamentos maliciosos” (Trindade et al., 2023, p. 41). Em resumo, Trindade et al. (2023) afirmam que a questão da *desinformação* não é apenas um desafio direcionado a profissionais, entidades privadas e públicas, e ao Estado, mas também um alerta para a sociedade. A transparência e a responsabilidade na comunicação por parte de todos os cidadãos também passaram a ser fundamentais para proteção da democracia brasileira.

Rêgo e Barbosa (2020) nomeiam de construção intencional da ignorância o processo mercadológico e de manipulação política das massas que ocorre em diversos países, como a Rússia, os Estados Unidos

e a Inglaterra. Essa ignorância intencional é marcada pelo negacionismo científico e histórico da população, além do embate entre a confiabilidade no jornalismo e a disseminação de desinformação na internet.

Dito isso, temas como a literacia mediática, o investimento em projetos e o incentivo às agências de verificação de fatos são estratégias essenciais para mitigar os efeitos da desinformação e promover um ambiente informativo confiável e seguro para todos os cidadãos (Trindade et al., 2023). Isso se justifica pelo fato da literacia mediática capacitar os cidadãos a interpretar e analisarem criticamente as informações que recebem, ajudando-os a distinguir entre fontes confiáveis e não confiáveis, e a identificar possíveis vieses e manipulações.

Segundo Trindade et al. (2023), esses fenômenos não apenas distorcem a realidade e impactam a cidadania e a democracia, mas também fomentam discursos de ódio, gerando consequências negativas na sociedade contemporânea. Assim como afirma Kucinski (2011, p. 09), “todos sabemos que a imprensa pode destruir reputações, derrubar ministros e às vezes um governo inteiro”. Isso também serve para cidadãos comuns. A ausência de informações precisas compromete a capacidade dos indivíduos de tomar decisões informadas, aumentando o risco de erros significativos e consequências indesejadas. No entanto, essa situação pode ser significativamente minimizada por meio da implementação de práticas de fact-checking e de estratégias robustas de literacia mediática. O fact-checking, ou verificação de fatos, é uma ferramenta vital que ajuda a combater a desinformação, permitindo que os cidadãos verifiquem a veracidade das informações antes de compartilhá-las; e de estratégias de literacia mediática, comentadas a seguir.

Investimentos em projetos voltados para a literacia mediática fortalecem essa capacidade, oferecendo ferramentas e conhecimentos que os indivíduos precisam para navegar em um fluxo constante de informações e desinformações. Recentemente, o Brasil lança a primeira versão do documento intitulado Estratégia Brasileira de Educação Midiática - EBEM, no mês de outubro de 2023. O objetivo principal desta estratégia é “promover habilidades e competências em crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas para compreensão, análise, engajamento e produção crítica na experiência com canais de mídia digital e da informação de forma criativa, saudável, consciente e cidadã” (Ebem, 2023b).

Esta e outras iniciativas buscam fortalecer a capacidade dos cidadãos de interagir de maneira informada e responsável com a mídia, refletindo um compromisso com a literacia mediática em todas as faixas etárias e contextos sociais. Além disso, o apoio a agências de verificação de fatos são fundamentais ao fornecer uma fonte adicional de verificação, e possíveis correções de informações falsas ou enganosas (Trindade, Luvizotto & Cabral 2023). Essas medidas, combinadas, ajudam a criar um ambiente informativo mais robusto e transparente para os cidadãos, promovendo a confiança pública e a integridade da informação em nossa sociedade.

Literacia mediática

A partir do final da década de 1980, o interesse pela literacia mediática começa a ganhar destaque em diversos países, especialmente naqueles em que se vivia o período pós ditadura (Pinto, 2014). Este enfoque foi impulsionado pelas diretrizes da Comissão de Reforma do

Sistema Educativo, as quais buscavam atualizar e modernizar o sistema de ensino para atender às novas demandas sociais e educativas. A inclusão da literacia mediática no currículo escolar surgiu como uma resposta crucial para capacitar os cidadãos com as habilidades necessárias, e para adaptar a educação às rápidas mudanças e às novas exigências da sociedade contemporânea.

O desenvolvimento do conceito de literacias em relação aos meios de comunicação tem suas raízes nas publicações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), as quais promovem a capacitação para o uso das mídias em países da África e da América Latina, além de estimular uma variedade de orientações sobre o tema (Cunha, 2022). Na década de 1960, o conceito de literacia se conecta à ideia de educação para as mídias, refletindo os processos educacionais específicos de países do mundo ocidental. Essas nações, com seus distintos territórios, histórias, vivências e necessidades, contribuíram para a formação de uma abordagem diversificada sobre a literacia midiática.

Nesse contexto, emergiram conceitos fundamentais, como o direito à comunicação e a democratização da comunicação, os quais buscam garantir acesso equitativo à informação e ao diálogo. Além disso, surgem perspectivas relacionadas à língua, à diversidade e ao multiculturalismo, reconhecendo a importância de respeitar e valorizar as diferentes vozes presentes em uma sociedade. Como destaca Cunha (2022, p. 185), essa evolução do conceito de literacia não apenas enriquece a discussão sobre a comunicação, mas também propõe um modelo inclusivo e participativo, essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da comunicação e dos meios.

O desenvolvimento de estudos e planos relacionados ao tema da literacia mediática tiveram início com a publicação da Declaração de Grünwald, em 1982, durante *Simpósio Internacional sobre Educação para os Media*, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. Este documento foi um marco ao estabelecer diretrizes para promover a literacia mediática e moldar as práticas e políticas educacionais daquela época. Especificamente, a Declaração de Grünwald (Unesco, 1982) ressalta a importância de capacitar os indivíduos para interpretar e analisar criticamente as informações veiculadas pelos meios de comunicação, refletindo uma crescente consciência sobre o papel fundamental da mídia na formação da opinião pública, e na sociedade.

A temática da literacia mediática tem avançado consideravelmente nos últimos anos, impulsionada por pesquisas científicas desenvolvidas em centros acadêmicos e universidades, além de eventos como encontros e congressos nacionais e internacionais. Esse progresso reflete a crescente conscientização sobre a importância da literacia mediática para o fortalecimento da cidadania e da democracia em um mundo cada vez mais digital. Um exemplo recente desse movimento corresponde ao 2º Encontro Internacional de Educação Midiática, que ocorre no Brasil nos dias 23 e 24 de maio de 2024, no Rio de Janeiro. Com o tema “Direitos Humanos, Meio Ambiente e Democracia na Era da Inteligência Artificial”, o evento discute principalmente como as novas tecnologias influenciam questões sociais fundamentais.

Além disso, eventos tradicionais, como o 5th International Media Literacy Research Symposium e o VII Congresso Literacia, Media & Cidadania, também acontecem no ano de 2024, em Portugal, refletindo

o engajamento europeu em torno da questão. A aprovação do Plano Nacional de Literacia Mediática em Portugal (Plano de Atividades & Plano Estratégico, 2024) evidencia o compromisso das instituições em promover a educação mediática como uma prioridade. Esses esforços coletivos são cruciais para capacitar indivíduos a navegar de maneira crítica e informada no vasto ambiente informacional contemporâneo.

A existência de recomendações abrangentes que visam o avanço da literacia mediática em diversas áreas essenciais no Brasil se referem à comunicação, educação, psicologia, sociologia. Entre essas recomendações, destacam-se a implementação de programas integrados que coordenem esforços educativos e informativos, além do desenvolvimento de cursos de formação especializados para capacitar profissionais e educadores. A exemplo disso, o Instituto Palavra Aberta cria o EducaMídia, o qual se torna um exemplo claro de programa que objetiva a capacitação de professores e cidadãos em prol da temática (Mandelli & Thobias, 2024). Neste programa, há a possibilidade de aprofundar o conhecimento e aprender a implementar projetos para crianças e adolescentes. O programa está atrelada às competências e habilidades previstas na BNCC – Base Nacional Comum Curricular (Ministério da Educação, 2017), ou seja, essenciais para a área da educação brasileira. Estímulos como esses e a realização de atividades de pesquisa em centros acadêmicos contribuem para uma disseminação de práticas e para uma compreensão mais robusta da literacia mediática.

Adicionalmente, é crucial oferecer suporte contínuo às ações em curso e às iniciativas planejadas pela UNESCO (Grizzle et al., 2016), pelo fato da Organização das Nações Unidas buscar ser um fator de inclusão cidadã e preservação das democracias. Essa continuidade não

apenas garante a eficácia dos esforços para promover a literacia mediática, mas também assegura que as práticas e políticas desenvolvidas sejam sustentáveis ao longo do tempo. Assim, fortalece-se o compromisso global com a educação e a conscientização, preparando os cidadãos para navegar de maneira crítica e responsável no mundo da informação.

Considerações finais

Este estudo teórico destaca, de forma inicial, a importância da literacia mediática como uma ferramenta essencial para enfrentar estes desafios impostos pela desinformação na sociedade contemporânea, especialmente no Brasil. Com a evolução da comunicação e o aumento da disseminação de informações, torna-se fulcral pensar sob a perspectiva de capacitar os cidadãos a interpretar criticamente o conteúdo que consomem. Iniciativas como a Estratégia Brasileira de Educação Midiática e o EducaMídia exemplificam o compromisso com a formação de indivíduos informados e responsáveis, promovendo a transparência e a confiança nas instituições. Além disso, eventos nacionais e internacionais, além das diretrizes da UNESCO reforçam a necessidade de um esforço coletivo para garantir que a literacia mediática se torne uma prioridade.

A promoção da literacia mediática não apenas fortalece a cidadania e a democracia, mas também desempenha um papel crucial na construção de um convívio social mais saudável e consciente de jovens e adultos. Em um mundo cada vez mais digital e interconectado, a capacidade de interpretar, criticar e produzir conteúdo midiático se torna essencial. Isso permite que os indivíduos não apenas consumam informações de maneira crítica, mas também participem ativamente do debate público, combatendo a desinformação e promovendo uma

cultura de diálogo e respeito. O aumento do investimento comunitário em políticas públicas e recomendações para a implementação evidencia a necessidade de revisar as abordagens das competências para uso das mídias frequentemente. Essas considerações nos impulsionam a repensar os processos de aprendizagem de competências mediáticas, com especial atenção às gerações vulneráveis, como os idosos, assegurando que adquiram as habilidades necessárias para navegar de forma crítica e informada no ambiente midiático atual (Petrella, 2020; Petrella et al., 2012).

Portanto, a literacia mediática se revela uma ferramenta na formação de cidadãos críticos e bem informados, capacitando-os a enfrentar as complexidades da comunicação contemporânea. Essa competência não apenas os habilita a discernir informações de maneira clara e fundamentada, mas também os transforma em agentes ativos na promoção e fortalecimento do diálogo comunitário, reduzindo as desigualdades existentes e promovendo uma inclusão. Este estudo teórico também pretende instigar uma resposta para o título proposto – *Perspectivas dos meios de comunicação em tempos de desinformação: como será o futuro comunicacional?* – Essa pergunta nos permite refletir sobre o papel que a comunicação, a educação e a conscientização na construção de um ambiente comunicacional saudável e resiliente, onde a desinformação é confrontada e a diversidade de vozes é valorizada. O futuro comunicacional depende, portanto, do engajamento coletivo na promoção da literacia mediática e da transparência nos meios de comunicação, permitindo que os cidadãos não apenas consumam, mas também criem e compartilhem informações de maneira responsável e ética.

Referências

- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Castells, M. (2003). Internet e sociedade em rede. In D. de Moraes (Org.), *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Record.
- Cunha, I. M. R. F. (2022). Literacias para a cidadania global. *Comunicação & Educação*, (2). <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/200305>
- Dourado, T. M. S. G. (2020). *Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil* [Tese de Doutorado em Comunicação, Universidade Federal da Bahia]. Repositório da Universidade Federal da Bahia. https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31967/1/Tese_Tatiana%20Dourado.pdf
- Ebem. (2023b, 31 de outubro). *Estratégia Brasileira de Educação Midiática - EBEM apresenta as políticas públicas voltadas para a população*. Secretaria de Comunicação Social. <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao>
- Grizzle, A., Penny, M. Michael, D., Sanjay, A., Carolyn, W., Fackson, B., Chido, O. (2016). *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421>
- Kucinski, B. (2011). Prefácio: O poder da imprensa e os abusos do poder. In V. A. de Lima (Ed.), *Regulação das comunicações: História, poder e direitos* (pp. 09-17). Paulus.

Lima, V. A. de. (2011). *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. Paulus.

Mandelli, M & Thobias, E. (2024). *Site oficial do Educamídia*. Recuperado de <https://educamidia.org.br/>

Marcondes Filho, C. (2019). A questão da Comunicação. *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, 3(5), 17–26. <https://doi.org/10.31657/rcp.v3i5.87>

Mídia Dados. (2018). *Mídia dados Brasil 2018*. Grupo de Mídia.

Mielli, R., Bonone, L. & Rodrigues, T. (2021). Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular fake news? In L. Ormay, & T. Rodrigues (Orgs.), *Democratizar a comunicação: Teoria política, sociedade civil e políticas públicas*. Imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPa.

Ministério da Educação. (2017). *Base nacional comum curricular (BNCC)*. <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>

Mourão, M. (2016, 1 de outubro). *Mídia, política e religião: mistura que ameaça à democracia*. Intervozes – Observatório do direito à comunicação. Recuperado de <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29759>

Petrella, S., Pereira, S., & Pinto, M. (2012). *Literacia mediática e comunicação intergeracional: Estudo das trocas e partilhas no 'encontro' entre gerações distantes*. I Jornadas de Doutorandos em

Ciências da Comunicação e Estudos Culturais. Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/65150>

Pinto, M. (2014). O trabalho em rede na definição de uma política de literacia mediática. In I. Eleá (Ed.), *Agentes e vozes: Um panorama da mídia-educação no Brasil, Portugal e Espanha* (pp. 157-166). Sweden: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media. <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1534780/FULLTEXT01.pdf>

Plano de Atividades. (2024). Plano de Atividades Literacia Mediática 2024. Recuperado de https://www.pnl2027.gov.pt/np4/file/3766/Plano_de_Atividades_LM_2024.pdf

Plano Estratégico. (2024). Plano Estratégico Literacia Mediática 2024-2029. República Portuguesa. Recuperado de https://www.pnl2027.gov.pt/np4/file/3766/PLANO_ESTRAT_GICO_LITERACIA_MEDI_TICA_24.pdf

Rêgo, A. R., & Barbosa, M. (2020). *A construção intencional da ignorância: O mercado das informações falsas*. Mauad X.

Rolim, R. R. (2011). *Direito à comunicação: possibilidades, contradições e limites para a lógica dos movimentos sociais*. 8 de Março.

Sena, K. E. R. (2020). *Comunicação pública e redes digitais: atores, técnicas e políticas* [Tese de Doutorado em Comunicação, Universidade Estadual Paulista (UNESP)]. Repositório Institucional Unesp. <http://hdl.handle.net/11449/194513>

Trindade, A. C., Luvizotto, C. K. & Cabral, R. (2023). A Agência Lupa em prol da comunicação para a paz: um modelo de fact-checking e media literacy. *Movendo Ideias*, 28(2), 32-51. <https://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/2926>

Unesco. (1982, 22 de janeiro). Declaração de Grünwald. Grünwald, República Federal da Alemanha. <https://milobs.pt/wp-content/uploads/2018/06/Declaracao-de-Grunwald.pdf>

Volpato, A. N., & Trindade, A. C. (2020). Democratização da comunicação no contexto da midiatização: O que muda para os movimentos sociais? In C. K. Luvizotto & I. F. Cunha (Eds.), *Comunicação, cidadania e movimentos sociais: Perspectivas contemporâneas da participação cidadã*. Ria Editorial. <https://www.riaeditorial.com/livro/comunicacao-cidadania-e-movimentos-sociais-perpectivas>

META TERREIRO, ORIXÁS ONLINE E COMÉRCIO RELIGIOSO: OS INFLUENCIADORES DE AXÉ NA CULTURA DIGITAL

Ana Luísa Schuchter Rofino¹

Segundo Trivinho (2007, p. 26), a cibercultura atravessa a vida contemporânea ao circular e reforçar uma série de valores, práticas e repertórios culturais, estruturando processos sociais e arranjos materiais, simbólicos e imaginários. Neste ecossistema da comunicação contemporânea, o mercado da influência digital cruza-se com as Comunidades Tradicionais de Terreiro (Nogueira, 2020, p. 22) através do trabalho dos influenciadores de axé.

Trata-se de *creators* ou criadores de conteúdo que produzem vídeos, publicações, lives e memes, por exemplo, em plataformas

1. Mestranda em Comunicação Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFJF
analuisa.schuchter@estudante.ufjf.br

como TikTok e Instagram, sobre a cultura religiosa de tradições como Candomblés, Umbandas, Omolocôs e Quimbandas. Nos perfis deles, encontram-se, sobretudo, venda de cursos de desenvolvimento mediú-nico online; formação de sacerdotes à distância; comunidades virtuais de culto a Exu e Pombagira e; lives sobre pontos riscados. Ademais, fotografias de ritos iniciáticos, vídeos de Orixás, Voduns e Minkisi; reels com conselhos de entidades incorporadas ou trends de trabalhos mágísticos para clientes também fazem parte dos “terreiros online” dos macumbeiros do Instagram, como são popularmente conhecidos.

Transitando entre miragens distópicas, privilégios sociais e projetos direcionados de racismo religioso (Santos e Rufino, 2019), partimos do pressuposto que essas narrativas mantêm os territórios físicos e simbólicos dos cultos afro-diaspóricos em um horizonte perpétuo de aniquilação da colonialidade. Os conteúdos digitais, portanto, parecem soterrar a epistemologia negra sagrada das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) para alimentar um projeto cultural que vem, há séculos, transformando as culturas negro-africanas diaspóricas, do Brasil, em religiões meramente sincréticas, folclóricas, universais e, agora, imagéticas, virtualizadas, fast food cujas referências políticas são influencers e não quilombos negros com lutas de sentido político comunitário.

Neste cenário, assumimos como hipótese que o meme ‘Você está conhecendo o lado macumbeiro digital’ do influenciador de axé Guti Vieira (@gutipvieira): 1) catalisa uma ruptura performática (Polivanov & Carrera, 2019, p. 20) da influência digital de axé, ao promover críticas e reflexões sobre a comercialização, o esvaziamento e a espetacularização da cultura negro-africana operada na plataforma de

mídia do Instagram; 2) o meme personaliza a própria atuação de alguns influenciadores de Umbanda, Candomblé e Quimbanda, por exemplo, que instrumentalizam o ciberaxé (Conceição, 2019) como artifício colonial que reinscreve ideologias de dominação (Hooks, 2022, p. 16) enquanto aparenta abordar tópicos de cultura e religião.

Frisamos, que nesta proposta, é considerada ruptura-performática a construção e o gerenciamento de uma identidade digital que rompa, ainda que parcialmente, com determinados papéis sociais dentro de um contexto vivenciado, conforme preconiza os estudos de Polivanov e Carrera (2019). Assim sendo, tal conceito nos auxilia a refletir como o influenciador Guti Vieira (@gutipvieira) apresenta-se, em tese, como aliado na luta contra determinadas manifestações do ciberaxé apoiando-se em memes com sátiras, dinâmicas metafóricas, efeitos semióticos e jogos de construção do self que podem tecer críticas enquanto engajam lógicas de significação discriminatórias.

Consequentemente, este trabalho traz como perguntas norteadoras: 1) De que maneira o meme analisado auxilia no movimento de denúncia sobre os perigos e ameaças do ciberaxé e seus agentes na cultura digital²? 2) Como o efeito humorístico presente na zona fronteira do discurso (Sodré, 2023, p. 45) do meme instrumentaliza a ruptura performática do influenciador de axé e causa um processo de viralização e mimetização? 3) De que modo a ruptura performática (Polivanov & Carrera, 2019, p. 20) é construída quando táticas coloniais

2. Adotaremos o termo Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) como denominação aglutinadora de práticas como Umbandas, Candomblés, Tambores de Mina, Juremas, Quimbandas, Batuques e aparentados (Nogueira, 2020, p. 138).

de apropriação cultural, folclorização e comercialização de práticas espirituais-civilizatórias negras se tornam a tônica?

A fundamentação teórico-conceitual baseia-se nos estudos acerca do carrego colonial (Rufino e Simas, 2019, p. 21), do conceito de zona fronteira dos discurso (Sodré, 2023) e dos pressupostos sobre performance e ruptura performática (Polivanov & Carrera, 2019, p. 20) dentro do contexto dos Estudos Críticos de Plataforma (D'andrea, 2021, p. 16) buscando examinar os elementos de conexão e problematização entre os trâmites da performatização dentro das plataformas de mídia e os artificios e as especificidades da cultura digital. Além disso, as noções de racismo religioso (Nogueira, 2020, p. 15) e rastros digitais (Bruno, 2012, p. 882) são acionadas para interpretar e investigar criticamente as inconsistências, os deslizos e os descuidos da ruptura-performática do influenciador que podem agenciar e projetar o esvaziamento da epistemologia preta e o enfraquecimento identitário dos povos de terreiro.

Meta terreiro, Orixás online e comércio religioso: os influenciadores de axé na cultura digital

As discussões sobre desenvolvimento mediúcnico³ online, dentro da cultura digital, alcançaram eco através do lançamento do “metarreiro” pela plataforma @umbanda_ead, no Instagram, em 2023: “*Está cansado*”

3. Ainda que haja diversidade de ritos e compreensão sobre eles, o desenvolvimento mediúcnico, dentro das CTTRo, refere-se sobretudo ao processo de transe mediúcnico onde há o encontro com Entidades, como Pretos Velhos, Caboclos e Exus. Logo, considerando o código coletivo e hierárquico desses cultos, o contato com os ancestrais acontece tradicionalmente no chão das casas de axé sob os cuidados e as orientações de Mães de Santo, por exemplo, a fim de que as práticas comunitárias, os núcleos familiares e segurança espiritual de toda comunidade seja resguardada (Schuchter, 2024).

de se deslocar para se desenvolver no terreiro? Não se preocupe! Agora é possível participar de giras através do EAD. O meta terreiro veio para revolucionar o seu desenvolvimento”. As mobilizações digitais envolvendo críticas e defesas à proposta do terreiro virtual, por parte de usuários e personalidades públicas de axé, culminaram em debates principalmente sobre o embranquecimento da Umbanda em virtude da iniciativa ser gerida e envolver pessoas brancas praticantes da religião.

O caso soma-se a um cenário mais amplo e profundo não só de midiatização do sagrado preto pelos meios de comunicação (Freitas, 2011), mas também do cruzamento forjado entre ritos afro-religiosos com as práticas universalistas, neo-xamânicas, espiritualistas e new age que vem invadindo e cooptando, em ritmo acelerado, práticas negroafricanas no Brasil. A pesquisa por #umbanda e #candomblé no TikTok, por exemplo, oferece milhares de vídeos de médiuns incorporados com Maria Navalha; receitas de oferendas e padês; saídas de Santo nos barracões publicados por influenciadores de axé e usuários comuns. Outros conteúdos sobre rituais de sagrado feminino com Pombagira; cerimônia do cacau para conexão ancestral e; consagração de ayahuasca na gira de Umbanda são encontrados através da #macumbeirosdotiktok⁴ evidenciando as táticas e os agentes do esvaziamento e da apropriação da cultura negra religiosa na contemporaneidade.

A presença de influenciadores de candomblés, umbandas e quimbandas, no Instagram, também ilustra com precisão a virtualização de práticas ditas de axé e a oferta desenfreada de trabalhos magísticos

4. Ressaltamos que, neste artigo, as hashtags assumem proeminência enquanto marcadores semióticos de pertencimento sócio político (Moura, 2019, p.163), daí o destaque em mencioná-las ao longo da investigação.

religiosos por parte dos dirigentes, cartomantes, terapeutas espirituais e tarólogos, como se denominam esses criadores de conteúdo digitais. Enquanto Adérito Simões realiza a venda de um curso sobre teoria do sacerdócio por R\$ 49,00, Leo de Oxossi divulga o ritual virtual “Exu do Ouro” para prosperidade financeira e Cíntia Almeida lança o curso “Umbanda Livre 2.0” para compartilhar os fundamentos de terreiros através de aulas gravadas e e-books. Entre semelhanças e diferenças de marketing e comércio online, o movimento político e midiático deles declara aos seguidores, membros e não membros das CTTro que o viver comunitário, as tradições iniciáticas, o código linguístico, ético e civilizatório pode ser substituído por grupos online, cursos fast-food e culto ancestral virtual.

Uma diversidade de reels de médiuns com seus respectivos Caboclos, Pretos Velhos e Pombagiras, somado a publicações de Orixás dançando, lives de jogos de búzios e vídeos curtos de trabalhos espirituais, giras e festas dos terreiros também compõem o horizonte de materiais publicizados pelos influenciadores de axé. Logo, a presença dos Orixás Online (Freitas, 2015) indica para uma espetacularização da vida religiosa de axé onde a veneração, a estética e o entretenimento “online” é aparentemente mais importante, rentável e enriquecedora do que a vida “offline” no chão das casas. Seguindo essa lógica, compreendemos que alguns insta-dirigentes e as macumbas online vêm servindo como atores de teatralização e folclorização das CTTro, seja das Entidades e Orixás, seja ritos religiosos que regem as casas. Segundo Abdias Nascimento (2019, p. 147) a folclorização da cultura afro-brasileira refere-se ao processo de desqualificação, descaracterização e/ou caracterização estereotipada, mística e exótica que ridiculariza e inferioriza.

Entretanto, os jogos de apresentação de si, isto é, a construção do self, dos “’insta-dirigentes” também abarcam momentos episódicos de “’militância” macumbeira nas plataformas de mídia. Diante de discussões cada vez mais acirradas, no Instagram, sobre racismo religioso, rituais e gourmetização das práticas de umbandas, camdomblés e quimbandas, por exemplo, a nova moda dos influenciadores são os vídeos de *react*.

Tratam-se de produtos audiovisuais onde eles comentam, classificam e outorgam sobre ritos, médiuns, entidades e terreiros alheios presentes nas redes a partir de vídeos envolvendo *supostas* fofocas, xoxação e marmotas do universo afro religioso. Quadros como “’Jornal da Curimba”, “’Médium Sinceração” e “’E aí, o que vocês acham?” dos criadores de conteúdo Bella Pinheiro em parceria com Leandro Kassio; Jonathan Modesto e Guti Vieira, respectivamente, são casos exemplares desse tipo de conteúdo, como sinaliza a influencer em sua biografia no Instagram: “’Um pouco de humor, um negocinho do dia a dia aqui, uma macumbinha ali, um deboche lá...às vezes *militamos*”. Curiosamente, enquanto eles reagem aos materiais ditando o certo *versus* errado; tradicional *versus* moderno; fundamento *versus* criação numa performance de ativismo digital macumbeiro, faz-se silêncio sobre o fato de uma parte significativa dos conteúdos de marmota envolverem grupos marginalizados, como pessoas pretas, marginalizadas ou LGBTQIA+.

Nesse sentido, temos duas problemáticas. Primeiro, uma vez que pautas sociais de lutas históricas tendem a ser esvaziadas de sentido e teor político pelas dinâmicas das redes (Marques & Carrera, 2022), conseqüentemente narrativas que se formam dentro das plataformas digitais, evocadas pelos influenciadores, não dão conta de abarcar integralmente a filosofia de terreiro com seus valores religiosos e

civilizatórios. Segundo, compreendendo que a violência colonial se reatualiza na imposição da modernidade e seus artificios, é preciso manter a vigilância sobre as práticas discursivas que alguns grupos de influenciadores de axé vêm promovendo, sob o risco de produzirem e sofisticarem processos de embranquecimento, apropriação cultural e folclorização enquanto possíveis novos agentes destes processos.

Dessa forma, vale frisar que as plataformas não são – a princípio, pelo menos – o tema central das controvérsias, mas sim a ambiência em que os atores agem em busca de visibilidade (D’andréa, 2018), colaborando decisivamente para constituição das dinâmicas políticas, discursivas, identitárias contemporâneas.

Carrego colonial e ruptura performática

Partimos da proposta de Rufino e Simas (2019) que pensam as múltiplas agressões do racismo religioso como obras e efeitos do carrego colonial. Segundo os autores, o colonialismo compreende um sistema complexo, inacabado e ambivalente cuja engenharia de dominação e subordinação tem a raça e o racismo como base. Nesse sentido, as heranças do carrego colonial (Rufino e Simas, 2019) continuam vividas e a atuar na manutenção e no aprofundamento das violências contra as culturas e as pessoas negras através de agentes, roupagens e sistemas amplos, diversificados e sofisticados.

A diáspora negra é um acontecimento em aberto, é um contínuo. (...) Racismo/colonialismo/colonialidade marcam o nosso tempo. A raça e seus contratos de dominação (Mills, 2008) são os fundamentos alicerces da lógica colonial, perpetram a morte, aniquilamento, desencante e humilhação. A colonialidade é uma espécie de marafunda e carrego colonial, ela opera como

um sopro de má sorte que mantêm o assombro e a vigência de um projeto de dominação nas dimensões do ser/saber/poder. (Rufino, 2018, p.235)

Por conseguinte, Miranda e Rufino (2019) ressaltam que os ataques evocados pelo racismo religioso não buscam e/ou envolvem somente a fisicalidade das coisas, por exemplo, mas também atuam na aniquilação de sistemas produtores de vida, em uma escala de destruição da existência psíquica e espiritual. Como efeito, segundo os autores, somam-se aos atos concretos de depredações, incêndios, ameaças de morte, interdição de rituais em espaços públicos e assassinatos, o controle das subjetividades, o ataque à memória, o soterramento cultural, o extermínio de possibilidades, físicas e simbólicas, de invenção de mundo (Rufino & Miranda, 2019).

Assim, desdobrando o racismo religioso em ações ou formas elementares, compreendemos que as manifestações de sincretismo, embranquecimento, apropriação e folclorização cultural seguem andando juntos em terras coloniais. Assim, do ponto de vista da aniquilação de orientações culturais, estéticas, religiosas e raciais, temos casos exemplares desses fenômenos, como: o soterramento identitário da Umbanda Africana ante a criação da “Umbanda Branca e Demanda” sob estruturas higienizadas e distanciadas de africanidades (Delgado, 2022); a demonização de Exu como encarnação do diabo que atua enquanto dispositivo de desumanização direcionada aos corpos e às tradições afro religiosas (Nogueira, 2020; a perseguição legal e religiosa vociferada por igrejas e órgãos jurídicos sobre a prática sacrifício animal como rito sanguinário e selvagem (Nogueira, 2020).

Nessa lógica, esse sistema investe na linguagem como uma das principais formas de exercício de seu poder (Rufino & Miranda, 2019, p. 231). Ao se debruçar sobre as esferas de significação, comunicação e interação de mundo para manter sua política de dominação, as obras do racismo religioso se legitimam e perpetuam-se nas narrativas de que os terreiros são espaços demoníacos, selvagens, fruto de um saber menor. Consequentemente, sob formas discriminatórias dinâmicas e com intensidades variáveis, várias frentes discursivas seguem negociando a experiência religiosa negra com aquilo que é mais violentamente deprimido, empobrecido e bruto em uma sociedade.

Entretanto, pensando nas manifestações do racismo religioso nos espaços digitais, faz-se necessário também uma observação crítica sobre aqueles agentes que promovem rupturas performáticas (Polivanov & Carrera, 2019, p. 20) em paralelo a outros discursos que reescrevem ideologias de preconceito racial nas plataformas de mídia social. Segundo Polivanov e Carrera (2019), no contexto dos fenômenos de “representação” dos sujeitos na cultura digital, as rupturas performáticas referem-se ao rompimento, ainda que parcial e momentâneo, com as identidades digitais apresentadas, seja ela intencional ou não, produzindo sentidos e práticas sociais específicas e/ou efeitos inesperados.

As autoras partem dos pressupostos de Goffman (2009) para refletir sobre as performances de si e as construções identitárias que atores sociais fazem no ambiente em contextos mediados tecnologicamente, principalmente por um viés das rupturas ou das fissuras. Segundo elas, sustentar uma “fachada” de si nesses ambientes traz alguns desafios impostos pelas especificidades das plataformas de mídia social, principalmente ao que tange às características de buscabilidade

(Polivanov & Carrera, 2019) , rastros digitais (Bruno, 2012) e audiências invisíveis (Boyd, 2008). Enquanto a buscabilidade compreende materialidades digitais, como registros antigos de textos ou vídeos, que podem deslegitimar ou tensionar a representação de um ator; os rastros digitais destrincham os ditos e não ditos da performance através de um processo de checagem e avaliação pelas audiências, por exemplo. Isso porque no ciberespaço é possível se demorar sobre os conteúdos, analisando minuciosamente as inconsistências, os deslizos e os descuidos da performance apresentada.

Por fim, as audiências invisíveis dizem respeito à diversidade de públicos que cada influenciador tem no Instagram ou no Tik Tok, por exemplo, o que abre brechas para que seguidores ou meros espectadores com intenções distintas poderem, ocasionalmente, realizar intromissões que geram controvérsias sobre a performance dos sujeitos. Polivanov e Carrera (2019) ainda indicam que é importante atentar para a repercussão, a “espalhabilidade” que certos casos de rupturas performáticas conquistam, causando processos de viralização⁵ e mimetização, principalmente utilizando o humor.

No caso desta pesquisa, temos como indício que o influenciador @gutipvieira promove uma ruptura performática *intencional* no reels ‘Você está conhecendo o lado macumbeiro digital’ ao denunciar o cenário e os efeitos das expressões dos Orixás online, do comércio religioso e do meta terreiro. Entendemos que Guti Vieira, enquanto influenciador de axé, insere-se e partilha de uma agenda de conteúdos,

5. Conteúdos virais referem-se a postagens que adquirem grandes métricas de engajamento entre usuários de determinada plataforma de mídia social e tem muitas interações, como curtidas, compartilhamentos e comentários.

abordagens e temáticas comuns a outros criadores digitais pertencentes ao universo afroreligioso na cultura digital. Porém, ao mesmo tempo que ele personaliza a própria atuação de algumas personalidades de Umbanda, Candomblé e Quimbanda, promove essa fissura e contradição na apresentação de si enquanto influenciador de axé para construir seu episódio de “militância macumbeira”, como estamos descrevendo aqui.

Uma vez que as rupturas performáticas, na cultura digital, requerem um olhar mais atento e menos dicotomizado, investigaremos de que modo a ruptura performática (Polivanov & Carrera, 2019, p. 20) é construída a fim de garantir chaves interpretativas com maior complexidade e adensamento, principalmente quando táticas coloniais de apropriação cultural, folclorização e comercialização de práticas espirituais-civilizatórias negras se tornam a tônica:

“Você está conhecendo o lado macumbeiro digital”: análise do meme

Nosso objeto de pesquisa é o reels intitulado ‘Você está conhecendo o lado macumbeiro digital’ do influenciador de axé Guti Vieira (@gutipvieira). Como marcadores de influência, o perfil público reúne mais de 299 mil seguidores e mais de 1227 publicações. Na biografia, encontramos os seguintes enunciados que marcam o posicionamento e a territorialidade das narrativas: Umbanda e Ifá | Com muito amor, respeito e humor | E-books de Umbanda em promoção. A seleção do reels se deu pela sua representatividade para ilustrar as discussões

propostas, somado à sua notoriedade midiática, com base no alto número de curtidas e comentários⁶, conferindo robustez empírica ao trabalho.

Enquanto metodologia, as contribuições da Análise Crítica do Discurso (ADC), a partir de Norman Fairclough (2001), acerca do discurso enquanto prática social colaboram com essa reflexão ao proporcionar um debate sobre as narrativas que legitimam, tensionam e contradizem a performance dos influenciadores digitais. Logo, compreendendo o discurso como um espaço e momento de prática social, produzido historicamente, social e politicamente (Fairclough, 2001, p. 121) a aplicação da ADC irá explorar a complexidade dos repertórios discursivos que estão sendo postos socialmente por compreendê-los como cruciais para transformação social.

Para iniciarmos o percurso de tentar perceber as sátiras, as dinâmicas metafóricas e os efeitos semióticos que constroem a ruptura performática da influência digital de axé, personificada no material, partimos da abertura do reels: o influenciador, de chapéu e blusa branca, interpretando uma pessoa que está “conhecendo o lado macumbeiro digital”, como mostra a legenda. Para referenciar a entrada nesse universo, a encenação retrata ele abrindo uma porta com uma feição feliz e empolgada que logo é substituída por uma cara de espanto. Ou seja, ao som da trilha sonora de clássicos da Disney, o primeiro ato audiovisual já posiciona o objetivo do produto: ironizar e satirizar os tipos de casos que o povo de axé encontra navegando nas redes quando o assunto é os macumbeiros do Instagram.

6. Em 01.10. 2024, a [publicação](#) apresentava 28.475 curtidas e 729 comentários. O meme foi publicado em 30 de novembro de 2023 (Vieira, 2023).

Na sequência, a primeira cena: a publicidade sobre meta terreiro. Estrategicamente, enquanto a transcrição do vídeo traz “vivencie o terreiro no conforto da sua casa”, o influenciador encena ser um filho de santo que foi capturado pelos anúncios digitais sobre desenvolvimento mediúnico virtual, giras online ou incorporação em casa, por exemplo. Com uma venda sobre os olhos, ele simula estar em processo de transe, incorporado com uma entidade, possivelmente Pombagira, Malandra ou Cigana, por exemplo, ao movimentar seu corpo, gargalhar e fumar um cigarro ou charuto fictício.

Historicamente, desde o surgimento das tradições de Cabula, Macumbas⁷ e Candomblés Congo-Angola⁸, no Brasil, a partir do tráfico forçado de pessoas escravizadas de África, a coletividade e as comunidades mostraram-se como valores civilizatórios afro-brasileiros. Na prática, segundo Tata Kasulembê (2024), isso significa que a execução da liturgia somente se dá pela existência de uma comunidade enquanto corpo social que congrega os membros da casa de santo e se estende ao mundo espiritual, formando arranjos familiares, regionais, territoriais. Ou seja, os ritos envolvem um núcleo familiar onde é necessária

7. Embora o termo seja historicamente utilizado para desqualificar as práticas religiosas de umbanda e candomblé, versa sobre a popular religião alocada nos morros do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do século XX. Atualmente, a expressão é disputada pelos povos de terreiro, através da reapropriação crítica, como denominação política de insubmissão (Schuchter e Carrera, 2023).

8. Culto provenientes de Angola, Congo e Costa do Marfim centrado na figura do Inquice e dos Mkinses (divindades) que pode ser chamado genericamente de nação angola (Theodoro, 2010). Entre 1580 e 1850, cerca de 75% dos africanos escravizados levados para o Brasil eram bantos. Na sequência, os sudaneses, termo que engloba os iorubás, os haussás e os jejes, povos da África Ocidental, foram trazidos para o Brasil em grandes contingentes nos séculos 18 e 19, em um processo que culminou no esquecimento da cultura banto (Silva, 2023). Vale ressaltar que a tradição deu origem a diversas tradições de base bantu-ameríndia, no Brasil, a exemplo dos cultos de Umbandas.

a presença daquele que toca, daquele que canta, daquele que sacraliza, daquele que incorpora e daquele que orienta as práticas e os contatos com os ancestrais, sejam Orixás, Voduns e Minkisi, sejam Entidades, como Boiadeiros, Malandros e Pretas Velhas.

Consequentemente, os ideais de independência magística, individualização das práticas ancestrais negras e da virtualização do contato com a comunidade encarnada e desencarnada aponta para mais um estágio de tentativa do soterramento dos princípios basilares das CTTro que desemboca no desrespeito aos momentos iniciáticos, a hierarquia e a senioridade dessas tradições. Assim, entendemos que a representação dos “olhos vendados” performada por Guti Vieira seja intencional: à distância e no formato virtual, sem a presença de um matriarca ou patriarca de terreiro, o “culto ead” se torna totalmente às cegas, fadado à desorientação social e espiritual já que são as casas de santo os espaços de reelaboração comunitária, de preservação de saberes ancestrais e de ligação ancestral. Nessa lógica, pensando que as ofertas de “terreiros virtuais” têm sido vendidas por muitos influenciadores de terreiro, através das plataformas, Guti Vieira problematiza não só a comercialização da prática e o desrespeito aos fundamentos religiosos, mas o exercício de outros influenciadores, rompendo com a performance que essencialmente eles praticam.

Da comercialização dos ritos ao mercado dos jogos de sorte e apostas na internet, o influenciador mobiliza mais um clássico da nova onda macumbeira digital: a divulgação de jogos de azar. Nas cenas, Guti Vieira interpreta um “axé influencer” que convida seus seguidores a tentarem a sorte nos aplicativos, enquanto reproduz o velho estereótipo que a linhagem dos Malandros assumiu na cultura popular – o

cara boêmio, amante da noite, dos jogos e do dinheiro. Sob o pretexto de que “Seu Zé vai trazer a boa sorte” e assegurar o ganho financeiro, o meme ilustra os desafios e as ameaças da fusão entre religiosidade, influência digital e fenômenos sociais.

Isso porque, temos o seguinte cenário: enquanto a bênção espiritual de Seu Zé é vendida e comercializada, a publicidade feita sobre os jogos ilegais ganha eco, credibilidade e referência para diversos públicos uma vez que é feita por “mestres espirituais” que também são “influenciadores de axé”. Por consequência, o lugar de liderança espiritual, com toda carga simbólica de seriedade, sensatez e capacidade de orientação ética e comportamental, converge com o papel de direcionamento político, social e cultural que os profissionais digitais vêm assumindo na atualidade. O que, notoriamente, pode representar um problema e gerar efeitos colaterais a partir do momento que essa relação “religião e influência digital” se cruza com o desregulado mercado de azar em um país com baixa educação financeira. O caso da influencer Mãe Michelly da Cigana⁹ (@maemichellydacigana) ilustra com precisão esse cenário: recentemente ela foi contratada por uma fã da Deolane Bezerra para realizar um trabalho espiritual e retirar a advogada evangélica do presídio pelo seu envolvimento com lavagem de dinheiro a partir de jogos online.

Diante de outros exemplos similares, em meio à onda de polêmicas, críticas e projetos de regulamentação de lei envolvendo os jogos de apostas, no Brasil, a figura de Seu Zé é cruzada com as apostas de

9. Empresária e uma das maiores influenciadoras de axé na atualidade, reunindo mais de 1 milhão de seguidores no Instagram, além de atual candidata a vereadora de Alvorada/RS (Silva, 2024).

tigrinho e os bets. Enquanto isso, os influencers de macumba, independentemente de barreiras éticas ou compromisso social e religioso com os usuários, deixam transparecer que não desejam manter a seriedade dos trabalhos religiosos de terreiro dirigindo-os à própria comunidade e suas demandas, e que também não pretendem informar e/ou conscientizar seus seguidores sobre fenômenos e problemas sociais, como jogos de azar e lavagem de dinheiro.

Na sequência, partimos para a terceira cena onde Guti Vieira interroga sobre a oferta de jogos oraculares na cultura digital. Nas culturas de terreiro, ainda que haja diversidade de ferramentas e compreensão sobre elas, os oráculos¹⁰ são sistemas divinatórios que, através da comunicação com Espíritos e Divindades, possibilitam traçar caminhos, medicinas e comportamentos sociais e culturais que filhos de santos e consulentes¹¹ podem adotar para tratar de questões de ancestralidade, saúde, dinheiro, relacionamentos, por exemplo. Culturalmente, os oráculos são manipulados, principalmente, por sacerdotes e sacerdotisas por apresentarem fundamentos e ritualísticas específicas.

Porém, na contemporaneidade, a presença de jogos de búzios, cartas, ossos, ifá ou de obi, por exemplo, vem crescendo nas plataformas de mídias sociais. Segundo o meme de Guti Vieira, trata-se de “Pais de Santos”, com ele mesmo descreve entre aspas para alfinetar os

10. No Brasil Colônia, por exemplo, processos criminais trazem relatos de negros serem presos por usarem os mais diversos objetos como fonte de adivinhação (Moot, 1987). Sobre essas práticas mágicas, Laura de Mello e Souza aponta que auxiliam na resolução das agruras cotidianas dos sujeitos colonizados (Souza, 1986).

11. Dentro de algumas CTTro, é usual a diferenciação entre filhos de santo - membros da comunidade que trabalham na casa e tem um vínculo espiritual e comunitário - e clientes e/ou consulentes - demais pessoas atendidas pelo trabalho religioso, de forma paga ou não, mas sem qualquer tipo de vínculo iniciático e comunitário (Schuchter & Carrera, 2023).

oraculistas que realizam tiragem de jogos no formato online. No vídeo, assistimos a um suposto sacerdote, com filá (pano de cabeça) e uma guia, compartilhando a transmissão de uma live, enquanto realiza um jogo magístico com biscoitos de polvilho em um recipiente redondo. Os elementos acionados - biscoitos brancos e tabuleiro redondo - fazem alusão direta ao jogo tradicional de búzios onde as conchas representam signos míticos de orientação ancestral e a peneira consagrada a mesa do sistema divinatório.

A escolha de objetos inexatos, incorretos e incertos parece, então, traduzir a perspectiva do influenciador sobre essa nova realidade: a dos líderes espirituais marmoteiros, como são apontados por outros grupos de macumba na cultura digital, que cooptam essa sabedoria ancestral visando somente o lucro enquanto não detêm os direitos ritualísticos, os saberes religiosos e a responsabilidade social para exercício do ofício. Ou seja, Guti Vieira parte dos bastidores da macumba digital onde as discussões sobre exploração financeira; pseudos oraculistas e sacerdotes; banalização de ritos e cargos religiosos estão cada vez mais acirradas. Assim, o meme do “insta-babalorixá” que manipula um jogo qualquer de biscoito enquanto prescreve um ebó¹² introduz alguns questionamentos levantados por @gutivieira: a) qual a credibilidade de alguns mestres espirituais presentes nas redes sociais?; b) quais os princípios religiosos e as tradições essas personalidades seguem? e; c) qual a responsabilidade

12. A palavra ebó, de origem yorubana, remete aos “trabalhos sagrados” prescritos através dos jogos de búzios que orientam práticas espirituais voltadas para potencialização, manutenção, correção energética e física da vida do consulente (Tata Kasulembê, 2022) seja sob questões de saúde, religiosidade, profissão, relacionamentos, por exemplo.

e o comprometimento ético, político e religioso o exercício sacerdotal e o fazer oracular deles apresenta?

O discurso de produção de medo, disfarçado na performance espiritual do “sacerdote”, também é mais um sinal de alerta que Guti Vieira traz sobre a influência digital de terreiro enquanto a interpreta, ridiculariza e tensiona, evidenciando as fissuras, as contradições e os deslizes de alguns macumbeiros do Instagram. Na transcrição do produto audiovisual, encontramos: “Ih minha filha, você vai ter que fazer um ebó com o dragão do cômodo / Isso vai te custar 20 mil reais/ Não tem? Vende sua casa / Mas se você não fizer, você nunca mais vai ser feliz”.

Historicamente, sabemos que diversos discursos religiosos, principalmente católicos e evangélicos, foram e são utilizados como ferramenta coercitiva de controle, manipulação e dominação de massas (Torresan, 2007), sobretudo de grupos em situação de vulnerabilidade social. No caso da doutrina cristã, por exemplo, a tentação (de alcançar algo) e intimidação (de ser punido e castigado) são os artefatos utilizados para fomentar as ameaças espirituais. Somado a isso, o racismo religioso brasileiro, operado essencialmente pelas instituições governamentais e organizações cristãs e pentecostais apoiadas pela mídia hegemônica, construiu o imaginário que as tradições de axé e suas divindades são algozes que amaldiçoam e produzem crueldade, adoecimento e escassez.

Entretanto, essas mitologias de sofrimento e de condenação, embora tentem incessantemente invadir as CTTro, não fazem parte da ética-negra-ancestral (Nogueira, 2023). Nesse sentido, os dizeres “Isso vai te custar 20 mil reais/ Mas se você não fizer, você nunca mais vai ser feliz” apresentam dois eventos que têm se tornado comuns no espaço digital de axé: as ameaças de punição e de infelicidade e; as

ameaças de extorsão financeira feitas pelos “insta-dirigentes”. Sabemos que diversos filhos de santo e consulentes buscam os oráculos e os aconselhamentos de dirigentes espirituais visando orientações diversas, desde informações sobre relacionamentos amorosos a instruções sobre cura de doenças, por exemplo.

Conseqüentemente, os oraculistas encontram um território onde clientes, muitas vezes fragilizados emocional, financeira e fisicamente, mostram-se suscetíveis a pagar valores exorbitantes para ter suas dificuldades *supostamente* auxiliadas pelos trabalhos religiosos. Em paralelo a isso, temos a própria lógica e dinâmica das redes sociais dificultando e desestabilizando a construção de conhecimento e de criticidade acerca das práticas de terreiro, como é o caso dos jogos oraculares, uma vez que elas trouxeram e potencializam as seguintes situações: 1) aumento da disponibilidade de serviços magísticos já que mais profissionais divulgam seus trabalhos nas plataformas e o realizam através dela, virtualizando o contato, o acesso e a realização das práticas e; 2) facilidade do público consumidor em encontrar e fechar serviços, desembocando muitas vezes em um imediatismo no contato com oraculistas e Babalorixás, por exemplo.

Assim, se *antigamente*, o contato com os terreiros, as entidades e os oráculos era feito no chão das casas, possibilitando que o consulente ou o filho de santo construísse um relacionamento prévio e um referencial, ao longo do tempo, sobre as práticas e os líderes religiosos que permitisse a ele observar, questionar, refutar e se afastar de ambientes e personalidades eventualmente oportunistas, exploradoras e trambiqueiras; *atualmente*, as facilidades das redes sociais também se tornaram um elemento que dificulta e nubla a fronteira entre o senso

comum e a criticidade, principalmente para pessoas que não tem conhecimentos antecedentes sobre os ritos de Candomblé, de Umbanda ou de Quimbanda, por exemplo. Dessa forma, tal qual o nosso “pai de santo” do meme ameaça sua consulente da infelicidade caso não venda a sua casa e pague o fictício ebó de 20 mil reais, tantos outros influenciadores têm intimado seu público com discursos de controle que trazem falsas promessas à medida que enriquecem cobrando valores excessivos.

Na penúltima cena, chegamos às reflexões sobre a sexualização e a banalização de entidades que pessoas de axé, presentes na cultura digital, têm promovido, sejam usuários, sejam influenciadores. O primeiro *frame* trata de um personagem com gestos corporais eróticos, utilizando roupa branca e chapéu vermelho listrado, enquanto simula ser e /ou representar a figura de Zé Pelintra. Guti Vieira logo nomeia o sujeito que performa no vídeo como “biscoiteiro¹³” indicando que, na verdade, trata-se apenas de mais um caso de macumbeiro querendo chamar atenção e receber elogios nas redes sociais através da sexualização das entidades.

Historicamente, o sistema cultural das tradições de terreiro sempre compreendeu e reivindicou a sensualidade, a vadiagem e a desobediência social de Exus, Pombagiras e Malandros não só como características intrínsecas desses antepassados, mas principalmente como estratégia de resistência cultural deles no processo de marginalização social de alguns grupos do Brasil.

13. A gíria “biscoiteiro”, popular na cultura digital, especialmente entre jovens das gerações Z e millennials, refere-se a pessoas que buscam chamar atenção ou receber elogios, através de uma performance com toque de deboche e brincadeira.

é o Zé brasileiro aquele que sai entrando e entra saindo. Seja quieto, ou sorrindo, gingado, ou sentado, Zé Pilintra é a boca e o corpo nos becos, nas encruzas, nos morros, bordéis, bodega, feiras, comércios, e toda sorte de esperteza e criatividade para ser feliz e viver neste mundo cão. É o vagabundo que ousou ir de contra a máquina de moer do trabalho explorador. É o protetor e sábio filósofo das ruas. É o guardião das moças, e das mães que criam seus filhos sozinhas. É pai, tio, compadre, que comeu, bebeu, gozou, rezou e morreu (Terreiro de Mbanda Congá de Seu Zé, 2024).

Nesse sentido, uma vez que as instituições cristãs entendem esses valores como pecado e desordem, essas figuras sempre representaram uma ameaça aos saberes brancos: são eles os detentores de feitiços, magias, redensões e manipulações espirituais diversas enquanto sujeitos sociais¹⁴ que vivenciaram a prostituição, a miséria, a exclusão social, o abuso sexual e as violências de gênero, raça e classe impostas aos corpos pretos em diáspora.

Seguindo essa lógica, ao longo do processo de demonização das tradições de terreiro, uma série de nomeações, símbolos e narrativas sobre traços culturais, físicos, psicológicos e sociais foram deformados e amarrados a essas entidades como forma de desumanização das tradições afro-religiosas (Silva, 2021). Essencialmente a partir de olhares e leituras conservadoras, normativas e subalternizadas, historiadores, jornalistas, religiosos e agentes públicos - com estratégias diversas e sob modos diferentes - imputaram características eróticas a essas

14. Assume-se aqui, a leitura de Brígida Carla Malandrino, doutora em Ciência da Religião, a partir do seu trabalho “Há sempre confiança de que se estará ligado a alguém: dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantu no Brasil” que preconiza que os espíritos que se manifestam nas tradições afro-ameríndias, no Brasil, não são “arquetipos espirituais” e, sim, sujeitos sociais, enquanto antepassados (Malandrino, 2010).

figuras populares da macumba, desejando conter e castrar o corpo e as formas de subversão social. Não surpreendentemente, os macumbeiros do Instagram, agora, reatualizam e performam essas narrativas, seja de forma consciente ou inconsciente, por meio de atos e comportamentos reflexivos (Sodré, 2023), para viralizarem no digital ou meramente alcançarem momentos episódicos de bajulação online às custas da exploração deturpada da sensualidade de ancestrais das CTTro.

Por fim, no último trecho do vídeo, Gutí Vieira desliza na proposição de críticas à influência digital de axé, radicalizando os discursos sobre determinados eventos que envolvem o universo de axé na cultura digital. Ele mobiliza uma cena sobre casamento entre médium e entidade, mais especificamente Pombagira, sugerindo que a situação acontece de forma rotineira nos terreiros reais e virtuais do Instagram. Na transcrição do vídeo, encontramos: “Casamento de cambone com entidade / Você mula, aceita essa ‘Pomba gira’ marmoteira como sua legítima esposa? / Pode beijar a noiva”. Nos terreiros, os cambones, termo geralmente mais utilizado nas Umbandas, referem-se a médiuns que exercem a função de auxiliar os filhos de santos incorporados com entidades e a dinâmica das casas de axé durante os ritos.

Enquanto alguns usuários comentam, na publicação do meme, que desconhecem e/ou nunca viram esse tipo de situação¹⁵, pela irrealidade e insanidade de se consagrar a união entre um espírito e uma pessoa encarnada, mais uma vez “Pombagira” é associada à marmotagem, independentemente do espectro verídico do contexto citado. Segundo

15. Entre os comentários, encontramos: “Casamento de cambone com entidade? De onde surgiu isso mds” / “Simplesmente me recuso a aceitar que casam ‘entidades’ ou que tenha gente sexualizando elas” / “Gente!!!!!! Essa do casamento nunca tinha visto” (Vieira, 2023).

o Templo Escola Cabocla Jurema (TECJ) a categoria “marmoteira” é uma agressão que expressa puro suco de preconceito na tentativa de padronizar e embranquecer a pluralidade de formas de venerar e vivenciar o convívio com as espiritualidades que viveram na rua, na margem (TECJ, 2022).

Sendo assim, deslocamos o olhar para como a “crítica” de Gutí Vieira na verdade escancara as violências dirigidas às macumbas e seus mortos, agora no ambiente digital. Ou seja, embora sua tentativa talvez tenha sido tensionar e problematizar a desordem das práticas religiosas que pessoas, e não entidades, têm promovido utilizando da religião como fachada, o influenciador acaba escorregando na armadilha de reproduzir e reforçar estereótipos. Isso porque a categoria “marmota” promovida por perfis de “insta dirigentes” e “influenciadores de axé” tem como alvo pessoas de grupos vulnerabilizados que interseccionam violências de raça, gênero, orientação sexual e classe social. Na prática, os “personagens das marmotas” de macumba quase sempre são filhos de santo e/ou grupos de pessoas pretas, gays, travestis e pobres.

Assim, Gutí Vieira sai da zona da ruptura performática onde produz críticas sobre a influência digital de terreiro e entra na zona da performance clássica do próprio grupo que faz parte: os influenciadores que reatualizam discriminações e violências não como agentes externos, mas como agentes internos que operam nuances de racismo religioso. Logo, o efeito humorístico criado pelo influenciador na busca por viralização e mimetização instrumentaliza, em segundo plano, mais uma narrativa de esvaziamento e distorção dos atributos sociais e litúrgicos de Pombagira, ao (re)apresentá-la como marmoteira, fortalecendo também um imaginário racista e marginalizador, com a categoria marmoteira.

Na finalização do vídeo, assistimos à vinheta com a seguinte narração, enquanto Guti Vieira sai cabisbaixo fechando a porta do universo da macumba digital: ‘‘Prefiro queimar esse planeta todo / Antes de ter que passar um minuto sequer entre esses animais’’.

Conclusão

No contexto deste artigo, partimos do pressuposto que as plataformas de mídias sociais (D’Andrea, 2021) ampliaram as formas históricas de colonialidade de poder e, conseqüentemente, novos mediadores socioculturais têm utilizado a cultura digital para agenciar os seguintes eventos contra a cultura negroafricana no Brasil: cooptação de saberes ancestrais; folclorização dos ritos e apagamento cultural das historicidades das tradições.

Dessa forma, uma vez que as rupturas performáticas, na cultura digital, requerem um olhar mais atento e menos dicotomizado, a investigação sobre a ruptura performática (Polivanov & Carrera, 2019, p. 20) de Guti Vieira, operacionalizada no reels, teve como objetivo garantir chaves interpretativas de maior complexidade e adensamento sobre a influência digital de terreiro, principalmente quando táticas coloniais de apropriação cultural, folclorização e comercialização de práticas espirituais-civilizatórias negras são a tônica no ambiente das plataformas de mídias sociais. Assim, tendo em vista o caráter do artigo, levantamos algumas questões, traçamos hipóteses e convocamos um repertório conceitual que nos permitiu apontar caminhos.

Ao longo da reflexão, compreendemos que os memes, as trends e o vídeos virais envolvendo ancestrais, cargos religiosos, como Mães de Santo, e ritos, como saídas de Santo, sacralização animal e giras,

por vezes contribuem e manifestam de forma sutil ou explícita: a) um imaginário mítico sobre os terreiros; b) uma noção de que os ritos são simples, banais e triviais; c) uma concepção de que as entidades são personagens com traços ridículos, exagerados, maléficos ou bestializados; d) o pensamento de que práticas universalistas, orientais e esotéricas podem substituir ou se infiltrar, de forma forjada, na epistemologia negra. Assim, muitos sentidos e imaginários, através de ciclos repetitivos, vêm sendo adulterados, distorcidos e desvirtuados em uma frente de exposição grotesca, estereotipada e, ocasionalmente, racista.

No caso de Guti Vieira, de forma intencional, ainda que parcial e momentânea, a performatização tanto dos influencers de macumba, quanto de si, envolve complexidades, evidenciando fissuras, contradições e deslizos. Dessa forma, embora o ator realize uma ruptura performática em relação ao coletivo que apresenta, ao denunciar casos de comercialização, esvaziamento e espetacularização da cultura afro religiosa brasileira e contrariar as apresentações e os posicionamentos clássicos de outros influenciadores de axé, também reinscreve ideologias de dominação (hooks, 2022, p. 16) ao sugerir essas problematizações, sobretudo como vincula Pombagira à marmotagem.

Consequentemente, analisando as sátiras, as dinâmicas metafóricas, os efeitos semióticos e os jogos de construção do self do reels, foi possível identificar como esses elementos foram utilizados, seja para construir a ruptura performática analisada, seja para desestabilizar e tensionar a essa mesma ruptura, já que Guti Vieira também acaba incorporando e veiculando narrativas que acionam gatilhos representacionais que recaem em discriminações raciais e religiosas.

Dessa forma, ainda que o conteúdo do influenciador atue como um comunicado, principalmente para os próprios grupos e pessoas de axé em ambiente digital, sobre eventos questionáveis envolvendo as CTTro, seu perfil e seus posicionamentos devem ser observados de forma abrangente e comparativa, não se limitando a análises pontuais ou a episódios de ruptura performática. Isto porque se faz necessário não reduzir os conteúdos e/ou as performances a meras questões dicotômicas, como racismo ou antirracismo; militância ou zombaria, mas sim explorar as nuances, as oscilações e as contradições num horizonte mais amplo.

A investigação do material também indica a relevância de nos atentarmos para a repercussão e a “espalhabilidade” que certos casos de performance e ruptura performática conquistam, causando processos de viralização e mimetização, como foi no caso do meme. Assim, a relação entre os rompimentos, a influência digital e a viralização na cultura digital mostra-se importante enquanto ramificações futuras envolvendo o tema.

Espera-se que esta articulação inicial – que defendemos como interesse de pesquisa para o campo dos Estudos Culturais, das Relações Étnico-Raciais e da Cultura Digital – possa subsidiar novas e necessárias reflexões.

Referências

- Bruno, F. (2013). Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. *Revista Famecos*, 19(3), 681–704.
- Conceição, L. A. A. (2019). *Ciberaxé: redes formativas e de difusão do conhecimento do candomblé* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador].

D'Andréa, C. F. de B. (2020). *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Editora EDUFBA.

Delgado, D. D. (2022). *Cruzes e encruzilhadas: sincretismo e identidade nos terreiros de Umbanda no eixo Rio-São Paulo* [Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

Fairclough, N. (2001). *Teoria social do discurso*. Editora Universidade de Brasília.

Freitas, R. O. de. (2013). *Orixás on line: sobre o uso e abuso das novas tecnologias de comunicação pelos adeptos do candomblé*. African dynamics in a multipolar world.

García, Z. E. R. (2007). *Ni calladitas ni bonitas: las representaciones de las políticas mexicanas en la prensa de Guadalajara (2004-2007)* [Tesis de maestría, Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente].

Goffman, E. (2009). *A representação do eu na vida cotidiana*. Editora Vozes.

Malandrinho, B. C. (2010). *Há sempre confiança de que se estará ligado a alguém: dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantú no Brasil* [Tese de Doutorado, PUC São Paulo].

Moot, L. (1987). Inquirição no Piauí. *Jornal Diário do Povo*.

Moura, M. A. (2019). *Experiências metodológicas em textualidades midiáticas*. Editora Relicário.

Nascimento, Abdias. (2019). *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Editora Perspectiva.

Nogueira, S. (2020). *Intolerância religiosa*. Editora Jandaíra.

hooks, b. (2022). *Escrever além da raça, teoria e prática*. Editora Elefante.

Polivanov, B. B., & F. A. Silva Carrera. (2019). Rupturas performáticas em sites de redes sociais: um olhar sobre fissuras no processo de apresentação de si a partir de e para além de goffman. *Intexto*, 44, 74-98.

Rufino, L., & Miranda, M. S. de. (2019). Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial, outras leituras sobre o problema. *Problemata*, 10(2), 229-242.

Rufino, L., & Simas, L. A. (2019). *Flecha no Tempo*. Editora Mórula.

Silva, V. G. da., Damasceno, W., Oliveira, R. S. de, & Silva Neto, J. P. da. (2023). *Através das águas: os bantu na formação do Brasil*. Universidade de São Paulo.

Sodré, M. (2023). *O fascismo da cor*. Editora Vozes.

Souza, L. de M. e. (1986). *Sabbats e calundus: feitiçaria, práticas, magias e religiosidade popular no Brasil colonial* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]

Schuchter Rofino, A. L., & Carrera Malerba, J. P. (2023). Operação Barbies Macumbeiras: apagamento cultural na zona fronteira do discurso. *E-Compós*, 26.

Silva, M. da. (2024, setembro 13). *Fui contratada por uma fã para fazer um trabalho para tirar a @dra.deolanebezerra e sua mãe da prisão* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/reel/C_4IF9aR6hC/?igsh=Ymwxadc2MmNwbGxq

Tata Kasulembê. (2022). *Ebó, a magia que está em tudo* [Post]. Instagram. https://www.instagram.com/p/Cl0hfDOs7nj/?img_index=1

Templo Escola Cabocla Jurema. (2022). *Será que é só engraçado?* [Post]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CkOP1SnOhj/?img_index=1

Terreiro de Mbanda Congá de Seu Zé. (2024). *Quem é Zé Pelintra?* [Post]. Instagram. https://www.instagram.com/p/C_IvScRA4xm/

Theodoro, H. (2010). *Iansã, rainhas dos Ventos e tempestades*. Editora Pallas.

Torresan, J. L. (2008). A manipulação no discurso religioso. *Dialogia*, 6, 95–106.

Trivinho, E. (2007). *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. Paulus.

Vieira, G. [@gutipvieira]. (2023, novembro 30). *Você está conhecendo o lado macumbeiro digital Cansei 😊... ⚠️ Quatro e-books* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/C0SBDIYAeyd/>

DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA DIANTE DA MUDIATIZAÇÃO DA SOCIEDADE: MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS E CONTRAMOVIMENTOS

Carla Negrim Fernandes de Paiva¹

A mídia tem atuado como um elemento estruturante de práticas sociais e culturais e, decorrentes de uma nova lógica midiática que sustenta e afeta a dinâmica da própria sociedade, é comum a participação dos indivíduos nos processos comunicacionais, visto que nas relações de produção e recepção, os espectadores não mais são vistos como passivos, mas seres ativos que influenciam no entendimento do que é passado. Eles desenvolvem relações interacionais para os usos dos meios, em especial através da tecnologia disponibilizada, para a difusão e circulação de mensagens que são apropriadas e ressignificadas (Braga, 2012).

1. Mestre em Comunicação.
Doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP.
carla.negrim@unesp.br

Diante desse cenário, refletimos a respeito desse fluxo midiático a partir da relação entre movimentos e contramovimentos sociais, tomando como exemplo os movimentos feministas. O feminismo se constitui como um campo de disputas e significados, pois sinaliza múltiplas pautas e são elas que, por sua vez, tornam-se objetos de oposição dos contramovimentos. Portanto, alguns aspectos devem ser considerados na relação mútua de influência entre mídia e sociedade e como os processos de midiaticização contribuem para potencializar contranarrativas. Por definição, contramovimentos são compostos por indivíduos e organizações que compartilham das mesmas preocupações e surgem em oposição aos movimentos sociais, portanto, fazem reivindicações concorrentes a respeito de questões políticas, de forma a disputar a atenção da mídia e da opinião pública (Meyer & Staggenborg, 1996).

De acordo com Birolli (2018), a partir do século XX, organizações e movimentos feministas ampliaram-se na atuação e defesa de diversas pautas e essas, por sua vez, passaram a gerar fortes reações e controvérsias pela visibilidade que têm alcançado através de variadas formas de participação social, como campanhas, protestos e marchas. Em especial a partir das Jornadas de Junho de 2013 e a crescente atuação de movimentos em ambientes digitais, houve um crescimento de atores com perspectivas mais conservadoras que atuam em oposição para gerar disputas de pautas na esfera pública, como grupos que se colocam em uma “cruzada moral” contra a agenda de gênero.

A midiaticização contribui para a geração de tais fluxos e contrafluxos que seguem novas lógicas midiáticas em busca de visibilidade e aderência para suas pautas na arena pública. É um processo que se relaciona ao envolvimento de participantes em processos e práticas

através de ações organizadas e ativações críticas (Braga, 2012), portanto, compreendemos que a midiaticização molda os tecidos da sociedade e impulsiona movimentos e narrativas que podem representar obstáculos para a participação em práticas cidadãs e, conseqüentemente, impõem limites à democracia.

O processo de midiaticização da sociedade contribui para a circulação de conteúdos de forma intensa em ambientes muito variados, diminuindo o controle dos resultados que podem ser alcançados por um ator social em sua comunicação, em especial, nos ambientes digitais e em toda a esfera do sistema comunicacional contemporâneo que gera significativas transformações sociais. O objetivo desta proposta é, através de uma perspectiva teórica, refletir a respeito do processo de midiaticização da sociedade e sua possível contribuição para contranarrativas que podem ter caráter antidemocrático. Para o desenvolvimento da discussão desse trabalho, serão feitos levantamentos bibliográficos a respeito de movimentos e contramovimentos sociais, movimentos feministas e antifeministas e algumas perspectivas sobre o processo de midiaticização da sociedade.

Midiaticização

Nas últimas décadas, a sociedade têm sido cada vez mais atravessada pelo uso da mídia e de tecnologias de comunicação, o que leva à transformação de práticas já estabelecidas no campo da política, educação, trabalho, formas de consumo e tantas outras esferas permeadas pelo recursos midiáticos. À medida que as instâncias midiáticas passam a desempenhar um papel cada vez mais importante nas atividades diárias de cidadãos, governos e instituições, a teoria das midiaticizações se

consolida como fundamental na publicização de discursos e circulação de sentidos.

De acordo com Volpato (2022), a mídia é um elemento estruturante da própria sociedade, visto que ela tornou-se uma instituição com lógicas próprias que são acionadas por outras instituições, assim como as interações cotidianas são cada vez mais midiaticizadas. Nesse sentido, essa configuração social que tem a mídia como elemento estruturante, faz com que sujeitos políticos e sociais (como um movimento social) busquem espaços de visibilidade na esfera midiática para difusão de suas pautas e que também passem a operar tensionados por essas lógicas midiáticas.

O processo de midiaticização da sociedade acontece, para Martino (2019), quando aspectos das práticas sociais são reconfigurados para se ajustar às articulações requeridas pelo ambiente midiático. Portanto, envolve uma constante negociação entre práticas e sentidos nesse processo no qual a mídia não possui um lugar central e as práticas sociais não são independentes da mídia. Trata-se de um entrelaçamento entre ambos.

Longe de ser uma completa colonização da mídia sobre outros campos, a midiaticização diz respeito a crescente interdependência da relação entre mídia, cultura e sociedade, fazendo com que lógicas de mídia atravessem lógicas de outros domínios institucionais na medida em que estruturas como a família e a religião, por exemplo, influenciam nos usos domésticos da mídia (Hjarvard, 2014). Essas “lógicas” são as maneiras pelos quais a mídia opera, recursos que ela controla e torna disponíveis para a sociedade, sendo impossível que sujeitos e instituições não as adotem em seu cotidiano. Entretanto, todos os setores da

atividade social não são apenas influenciados pela forma de operação da mídia, mas se tornam, eles mesmos, agências que colaboram para sua expansão, determinando um jogo de influência entre as diferentes instâncias, como é possível de ser observado no próprio fenômeno das redes sociais (Rüdiger, 2015).

Ao considerar as práticas sociais e as experimentações realizadas socialmente, Braga (2015) problematiza o uso do termo “lógicas de mídia” para a compreensão das lógicas de midiaticização, ou seja, lógicas tentativas ou experimentais, que geram usos experimentais a partir da apropriação das tecnologias de comunicação existentes. Para o autor, é inegável a presença de lógicas midiáticas na sociedade e na cultura, entretanto, são instâncias que não sofrem as mudanças provocadas por essas lógicas (práticas já conhecidas, teorizadas e socialmente estabelecidas da mídia) de forma inercial, visto que parte significativa do público desenvolveu um conhecimento prático sobre os processos midiáticos e acabam por interferir no próprio funcionamento das lógicas interacionais entre público e produtores.

Portanto, nem todas as dinâmicas são dependentes das lógicas de mídia, embora o processo de midiaticização também inclua seus padrões, mas, em alguns casos, essas dinâmicas até mesmo se contrapõem às lógicas e usos estabelecidos ao longo do tempo. O processo de midiaticização da sociedade pressupõe uma reverberação entre os participantes, entre táticas e experimentações, fazendo com que lógicas se modifiquem em decorrência do próprio exercício das apropriações desenvolvidas em diferentes ambientes sociais (Braga, 2015).

Através de um viés socioconstrutivista, Hepp (2014, p. 49) propõe a investigação da “inter-relação entre a mudança da comunicação

midiática e a transformação sociocultural como parte das práticas de comunicação cotidianas, e como a alteração dessas práticas está relacionada à construção da realidade comunicativa em mudança”, em um caminho de longo prazo, que leva em consideração a mídia de massa e a nova mídia da internet e comunicação móvel.

Levando em conta tais considerações sobre o processo tanto institucional como o tentativo da midiaticização, compreendemos que movimentos sociais, atores centrais desse trabalho, necessitam operar tensionados por lógicas da mídia, da mesma forma que influenciam os processos sociais através de processos experimentais e que levam a transgressões de normas. É um processo que tem como consequência resultados variados para as estratégias e táticas empregadas em busca de visibilidade no debate público.

Para Volpato (2022, p. 18), em determinadas situações e em contato com as lógicas de mídia, os movimentos sociais “irão imprimir sua identidade e modos de fazer aos procedimentos já estabelecidos. Em outras, entretanto, farão usos convencionais, negociando suas práticas e, no limite, construindo uma cultura política influenciada por lógicas midiáticas, com resultados incertos”. Tais experimentações comunicativas que permitem a entrada de novos participantes em processos midiáticos não necessariamente geram condições mais democráticas para o fortalecimento da cidadania. O potencial participativo e de formação da opinião pública trazidos com o desenvolvimento dos meios digitais são inegáveis, entretanto, contraditórios a depender dos objetivos políticos e ideológicos.

Explorar contextos políticos, sociais e culturais pelas lentas de diferentes abordagens do processo de midiaticização sociedade é

uma forma de destacar a importância das instâncias midiáticas e seus processos de circulação na compreensão da sociedade contemporânea e percepções sobre ela. Por isso, nas seções seguintes, buscamos compreender a dinâmica entre movimentos sociais feministas e seus contramovimentos e, posteriormente, como o processo de midiaticização da sociedade influencia essa dinâmica e potencialmente interfere no fortalecimento da cidadania.

Movimentos sociais feministas e contramovimentos

Tendo como ponto de partida a ascensão de movimentos e atores sociais conservadores e, muitas vezes, ao lado do espectro político da direita brasileira, pretendemos compreender contramovimentos feministas e como se constituem nesse contexto político e social contemporâneo. Nossa intenção não é descrever historicamente o movimento feminista e sua oposição, mas compreender, mesmo que de maneira inicial, um fenômeno em andamento na sociedade caracterizado pelas constantes disputas e oposição entre narrativas e movimentos.

Contramovimentos representam uma oposição ao se imporem de maneira contrária às ações e posicionamentos de um grupo ou movimento social que surgiram inicialmente. Para Meyer e Staggenborg (1996), os contramovimentos devem ser caracterizados de acordo com seu surgimento, posterior e em resposta a um movimento social, e a construção de seus enquadramentos a repertórios devem ser feitos em referência direta ao seu opositor. Existe uma relação de influência e jogo de ações entre movimentos e contramovimentos sociais, contudo, esse último sendo negligenciado pelo campo de estudos de movimentos sociais que, de forma geral, centra-se em mobilizações de caráter progressista

e pelo foco na análise das características, processos e organizações dos movimentos (Silva & Pereira, 2020).

Diversos autores sustentam que os contramovimentos devem ser analisados por meio dos mesmos recursos e categorias analíticas utilizados para a compreensão de movimentos sociais, visto que sua dinâmica interacional produz convergências de valores, táticas e objetivos (Aragusuku, 2022; Lo, 1982; Mottl, 1980). Melhor compreender a presença de contramovimentos é imperativo, visto que suas dinâmicas são um elemento crítico em assuntos políticos e sociais contemporâneos e interferem na estrutura de oportunidades políticas ao criarem obstáculos e conflitos junto aos movimentos sociais. Através do aprofundamento a respeito dessa relação é possível contribuir para o entendimento de como ocorrem mudanças sociais.

Compreendemos as dinâmicas reacionárias e de oposição que permeiam as agendas e a mobilização do movimento feminista como um contramovimento que surge em resposta ao primeiro. No Brasil, diversos atores individuais ou coletivos assumem a postura reacionária determinada pelo antifeminismo e, uma de suas formas de atuação que permite compreendê-lo pela ótica de um contramovimento, é sua reação às mudanças políticas e sociais proporcionadas pelas lutas de movimentos e atores feministas. De acordo com Andrade (2023), à medida que o feminismo avança como um ator político que promove mudanças significativas, outros atores sentem-se ameaçados por elas e pelo risco da perda de poder, de forma que suas reações culminem em demandas que crescem em paralelo aos avanços do movimento provocados inicialmente, estabelecendo uma relação dialética com as demandas e expressões de seu opositor. Oliveira (2020) afirma que além

de assumir oposição aos movimentos feministas, o antifeminismo possui as características básicas para caracterizá-lo enquanto um movimento, como possuir identidade e um projeto de sociedade.

Além das disputas em torno de questões políticas e legislativas resultados dos avanços de pautas feministas, a narrativa antifeminista faz sua oposição também na esfera moral, com argumentos contrários a posicionamentos e comportamentos considerados pelos setores conservadores e religiosos como um abalo nas configurações “tradicionais” de família.

A atuação do movimento antifeminista se baseia, dentre várias pautas, na defesa da religiosidade, casamento, maternidade e família – defesa da família “natural” com a união monogâmica entre homem e mulher (partindo da alegação de que os feminismos objetivam o desmantelamento dessas instituições), resgate da moralidade conservadora, defesa da concepção binária de feminilidade e masculinidade fixados nos atributos sexuais, combate a descriminalização do aborto, a liberdade sexual (compreendida como promiscuidade e “libertinagem”) e a diversidade sexual (Oliveira, 2020). São narrativas que visam reiterar estruturas de poder e privilégio com a legitimação de suas normas de gênero.

Os contramovimentos podem ser compreendidos a partir da composição de uma diversidade de indivíduos, organizações ou redes que, apesar de não possuírem obrigatoriamente uma identidade coletiva, se unificam em torno de uma oposição e insatisfação, sem a necessidade formal de vínculos (Aragusuku, 2022). Em sua análise sobre o movimento antigênero, Aragusuku (2022) cita como lideranças cristãs pertencentes aos movimentos pró-família e feministas radicais se

unificam em torno da oposição pelas demandas de gênero defendidas por movimentos feministas e LGBTQIAP+, ilustrando situações de sobreposição de posicionamentos que se conformam em uma nova rede de indivíduos através da alteridade e de uma ameaça em comum percebida por esses grupos. Na visão do autor, assim como os movimentos, os contramovimentos sustentam campanhas e empregam repertórios de ação, contudo, os atores que dele fazem parte não se fixam eternamente nessa posição e não são destituídos de outros lugares de pertencimento (como outros grupos do qual fazem parte). Os participantes podem ter interesses e identidades bastante distintos em alguns casos, mostrando certa flexibilidade de composição se comparado às organizações de movimentos sociais.

A batalha que incentiva o surgimento e ação de um contramovimento torna-se uma disputa sobre valores, política e identidade, logo, os contramovimentos respondem a ameaças de diversas naturezas: econômica, simbólica, moral e cultural. Staggenborg e Meyer (2022) indicam o aborto no contexto norte-americano como um exemplo de disputa política que se tornou, ao longo do tempo, um conflito moral ao gerar mudanças nas relações de gênero. Em vista disso, o movimento pelo direito ao aborto não ameaça interesses comerciais corporativos, uma vez que envolve a disputa sobre quem defenda o direito das mulheres *versus* o direito do feto, dentre outros conflitos em torno da temática de gênero.

Os atores sociais que compõem um contramovimento entendem seus valores e demandas como justas e até superiores moralmente (Aragusuku, 2022) e uma das alternativas utilizadas para angariar legitimidade na esfera social é a presença construída em meios de comunicação

de massa ou digital. De acordo com Meyer e Staggenborg (1996), os contramovimentos oferecem suas bandeiras e posicionamentos à mídia como uma das formas de mobilizar seus apoiadores e são incentivados a se envolverem em atividades de grande visibilidade para, assim, também atraírem atenção midiática.

Midiatização e processos democráticos

A relação construída pelos movimentos sociais e contramovimentos junto aos ambientes midiáticos auxilia na compreensão de como esses atores sociais distribuem e controlam mensagens midiáticas considerando a influência de grupos de oposição, de estruturas de mídia e eventos sociais nesse processo. Especialmente em plataformas digitais, que permitem maior flexibilidade e autonomia no controle do que será postado pelo usuário, atores sociais têm utilizado esses espaços para propagar suas agendas e mobilizar públicos em prol delas. Apesar do benefício de possuir maior controle sobre suas ações e enquadramentos se comparado aos meios de comunicação tradicionais, deve ser levado em consideração que redes sociais digitais como o X e Instagram, por exemplo, possuem uma orientação pró-lucro e funcionam através de algoritmos que determinam a melhor circulação de determinados conteúdos.

Da mesma forma que movimentos progressistas vêm uma oportunidade de visibilidade e mobilização em formas alternativas de comunicação, movimentos conservadores e de direita também utilizam tais plataformas a seu favor e o têm feito com louvor para mobilizar seus apoiadores e gerar controvérsias, até mesmo como meio de obter maior visibilidade na mídia tradicional. Em especial quando alguns

deles podem arcar financeiramente com os custos da produção de sua mensagem (Rohlinger, 2017). Nesse sentido, movimentos opositores participam de um jogo de influência em suas estratégias e constroem seus enquadramentos e repertórios em referência um ao outro em busca de maior obtenção de sucesso na opinião pública.

Banaszak e Ondercin (2010) defendem em seu estudo que a interatividade entre as ações dos movimentos e seus contramovimentos pode assumir duas principais formas: cada um pode reagir às ações ou ao sucesso do outro, mas que, em sua análise empírica a respeito da mobilização em eventos públicos de grupos feministas e antifeministas, foram os efeitos práticos através da aprovação de legislações que inspiraram opositores.

A relação entre movimentos e a formação de contramovimentos é um processo complexo que certamente envolve diversas condições, desde a visibilidade do surgimento de uma mobilização, à obtenção de sucessos políticos pelos movimentos sociais junto ao ambiente de oportunidades e ameaças, fazendo com que os atores modulem suas atividades ao observarem mudanças que podem ser favoráveis, utilizando-as estrategicamente para seus objetivos. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a atuação e desempenho de um contramovimento na contemporaneidade frente às constantes disputas narrativas na esfera pública e os impactos que podem ser causados na manutenção dos valores cidadãos participativos e de sociedades democráticas.

Levando em consideração o atual contexto de interferência na circulação do que deseja ser transmitido através dos meios de comunicação, modelos de comunicação clássicos tinham a dinâmica entre emissor e receptor como um processo organizado, previsível e que garantiria

uma passagem a fim de alcançar o entendimento inicialmente desejado pelo emissor. No entanto, na medida em que fatores de interferência nas ações da mídia passam a ser considerados, as lógicas da mídia se modificam e se ajustam em decorrência das apropriações sociais realizadas pelos indivíduos e, ao longo do tempo, os participantes desenvolvem “um conhecimento prático sobre os processos midiáticos, o que acaba interferindo no próprio funcionamento das lógicas interacionais entre público e produtores” (Braga, 2015, p. 22).

Ao obter a possibilidade de, potencialmente, desenvolverem as próprias táticas em um processo de interação midiaticizada, atores sociais (individuais ou institucionais) podem interferir em processos antes restritos e parcialmente controlados em determinados circuitos institucionais, tendo como consequência a geração de circuitos alternativos na disseminação e visibilidade de um conteúdo, por exemplo. Essas experimentações levam a uma proliferação diferida e difusa fazendo com que determinadas instituições não ditem exclusivamente as regras de interação, mas tenham que interagir com outros setores sociais que não necessariamente têm a legitimidade de seus interlocutores reconhecida (Braga, 2018).

O campo midiático não determina mais a escolha do seu interlocutor, uma vez que é desafiado por outros participantes que tencionam os padrões estabelecidos nesse campo para gerar conversas e interações através de suas perspectivas e que, anteriormente, eram controladas por outras lógicas. Ao contrapelo do que é habitual e a depender do objetivo buscado, os campos sociais inventam outros modos e táticas a partir das tecnologias midiáticas disponíveis, modificando a hegemonia do uso de tais tecnologias através do processo de midiaticização. O sistema

no qual produção e recepção não são mais vistas como instâncias separadas permite a intensa circulação hoje presenciada nas formas de comunicação e que gera repercussões em diversos ambientes, digitais ou mais tradicionais.

Compreende-se que, como consequência desses processos de recepção, interpretação e a circulação em fluxo adiante, se desenvolvem na sociedade leituras e objeções de sujeitos que se posicionam no seu agir comunicativo e encontram oportunidades tentativas que podem subsidiar a maior visibilidade para proposições democráticas, mas, da mesma maneira, é um ambiente que fornece as mesmas possibilidades de reivindicação para atores outros que questionam as legitimidades e descontextualizam informações e conteúdos. Ao alcançarem cada vez mais repercussão, articulam mais pessoas que passam também a acionar essas táticas para usos antagônicos e incoerentes com a cidadania.

As consequências vistas na construção social e cultural da realidade trazidas pela midiatização estão conectadas ao surgimento de organizações de mídia de atuação nacional e global que passaram a produzir e distribuir produtos simbólicos que mudam as relações de comunicação entre atores e instituições. Na medida em que produtor e receptor podem influenciar no conteúdo, também reajustam suas práticas às condições que são ofertadas pelo fluxo de informações disponibilizadas pelas mídias de massa e as redes sociais digitais.

Canais alternativos de comunicação, que surgem especialmente através do ambiente digital, se apresentam como canais oficiais e atuam para deslegitimar a grande mídia enquanto instituição confiável. Portanto, frente a midiatização dos processos participativos e cidadãos, os recursos da tecnologia digital intensificam a circulação de sentidos

desinformativos e a propagação de discursos de ódio que ganham repercussão suficiente para obterem maior visibilidade pública.

Na relação de influência entre movimentos opositores, um elemento a ser considerado são as narrativas e discursos capazes de alimentar uma poderosa rede de desinformação “que, juntamente com a utilização de contas automáticas, foi colocada a serviço de certos grupos para atrair tráfego digital, mobilizar pessoas, influenciar debates e sugerir apoio político” (Luvizotto, 2022, p. 65). Dilemas e contradições são evidenciados ante a concentração de informações e outras lógicas estabelecidas pela midiatização que questionam processos democráticos (Sena & Volpato, 2022).

Como ambientes nos quais ocorrem grande parte da vida em sociedade, os meios de comunicação, através de seus padrões definidos ou experiências tentativas, conduzem à novas práticas participativas orientadas aos cidadãos, fazendo com que seja necessário a investigação de exemplos que podem surgir para fins distintos: significativas possibilidades para participação democrática e empoderamento cívico ou ações de engajamento em outros domínios não democráticos que possuem, como consequência, a obstrução de culturas mais cívicas. Novos padrões políticos, sociais e culturais que surgem nesse contexto podem reconfigurar aspectos democráticos, e o caráter de participação faz parte dos grandes desenvolvimentos e dilemas atualmente enfrentados em relação a esse cenário.

Conclusão

Através de uma revisão bibliográfica da literatura pertinente a respeito de movimentos e contramovimentos sociais feministas e das

teorias da midiaticização, buscamos compreender e refletir a respeito do processo de midiaticização da sociedade e sua possível contribuição para o surgimento de contramovimentos e contranarrativas que podem ter caráter antidemocrático e de possível impacto para o processo participativo cidadão. Motivados pelas inquietações presentes no atual contexto político e social, especialmente em torno de agendas feministas, compreendemos que disputas e controversas são geradas em busca de mobilização e visibilidade e os meios de comunicação e suas lógicas assumem um papel relevante nesse sentido.

Para além das lógicas de mídia que influenciam o campo de ação dos movimentos sociais, esses atores também negociam constantemente com instituições que controlam os recursos necessários para a sua interação, a mídia nesse caso, fazendo com que assuntos discutidos na esfera pública sejam conformados por várias formas de interação midiaticizada. Nesse contexto, nos debruçamos sobre o contramovimento feminista, que, ao experimentar novas lógicas através da negociação com padrões institucionais e com diferentes atores sociais, gera resultados incertos e, certamente, uma série de consequências políticas e sociais. Ao se opor ao movimento feminista e às suas agendas que envolvem, de maneira geral, avanços na igualdade entre os gêneros através de várias conquistas cidadãs, as tentativas desempenhadas e a incerteza dos resultados alcançados podem representar desafios para sociedades democráticas.

É pertinente repensar até que ponto a midiaticização contribui para a democratização de discussões de interesse público ou potencializa as contranarrativas que podem ser antipolíticas ou antidemocráticas. Reflexões podem ser feitas nesse sentido em pesquisas futuras com o objetivo de

melhor compreender a midiaticização e sua relação com fenômenos sociais contemporâneos, tendo como foco o antifeminismo e outros contramovimentos de caráter reacionário e conservador que podem representar uma ameaça para a expansão democrática e os direitos participativos.

Referências

Andrade, I. G. (2023). *Os afetos antifeministas de Damares Alves: Mobilização do medo e neoconservadorismo no Brasil* [Apresentação de Artigo]. 10ª Compolítica, Universidade Federal do Ceará, CE, Brasil. <http://compolitica.org/novo/anais-2023/>

Aragusuku, H. A. (2022). *Um panorama do contramovimento antigênero no Brasil: emergência, redes e narrativas* [Apresentação em conferência]. 46º Encontro Anual da Anpocs, Campinas, SP, Brasil.

Banaszak, L. A., & Ondercin, H. L. (2010, 30 de agosto). *Explaining movement and countermovement events in the contemporary U.S. Women's Movement* [Apresentação de Artigo]. American Political Science Association Meeting, Washington, DC, Estados Unidos. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1668884

Birolli, F. (2018) *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo.

Braga, J. L. (2018). Instituições & Midiaticização - um olhar comunicacional. In J. Ferreira, A. P. da Rosa, A. Fausto Neto, J. L. Braga, & P. G. Gomes (Orgs.), *Entre o que se diz e o que se pensa - onde está a midiaticização?* (pp. 291-311). FACOS-UFSM.

Braga, J. L. (2015). Lógicas da mídia, lógicas da midiaticização? In A. Fausto Neto, N. R. Anselmina, & I. L. Gindin (Orgs.), *Relatos de investigaciones sobre mediaticaciones* (pp. 15-32). UNR Editora.

- Braga, J. L. (2012). Circuitos versus campos sociais. In M. A. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação & Mídiação* (pp. 31-52). EDUFBA/COMPOS.
- Hepp, A. (2014). As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”. *MATRIZES*, 8(1), 45-64. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p45-64>
- Hjarvard, S. (2014). Mídiação: conceituando a mudança social e cultural. *MATRIZES*, 8(1), 21-44.
- Lo, C. Y. H. (1982). Countermovements and Conservative Movements in the Contemporary U.S. *Annual Review of Sociology*, 8, 107–134.
- Luvizotto, C. K. (2022). Comunicação Digital e Cidadania: A Atuação de Movimentos Sociais e Contramovimentos Durante a Pandemia de Covid-19. *Revista Comunicação Midiática*, 17(1), 61-72. <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/542>
- Martino, L. M. S. (2019). Rumo a uma teoria da mediação: exercício conceitual e metodológico de sistematização. *Intexto*, (45), 16–34. <https://doi.org/10.19132/1807-858320190.16-34>
- Meyer, D. S., & Staggenborg, S. (1996). Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. *American Journal of Sociology*, 101(6), 1628–1660.
- Mottl, T. L. (1980). The Analysis of Countermovements. *Social Problems*, 27(5), 620-635.

- Oliveira, C. A. De (2020). *Movimento Antifeminista: discursos e ativismos de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015-2019)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5347>
- Rüdiger, F. (2015). Os estudos de mídia e a problemática epistemológica da teoria da midiaticização – uma nova escolástica? *Intexto*, (34), 745–769. <https://doi.org/10.19132/1807-8583201534.745-769>
- Sena, K. E. R., & Volpato, A. N. (2022). Comunicação, Midiaticização e Democracia: dos mass media à datificação. *Revista Comunicação Midiática*, 17(1), 106-120. <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/537>
- Silva, M. K., & Pereira, M. M. (2020). Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira De Sociologia - RBS*, 8(20), 26–49. <https://doi.org/10.20336/rbs.647>
- Staggenborg, S.; & Meyer, D. S. (2022). Understanding countermovements. In D. Tindall, M. C. Stoddart, & E. R. Dunlap (Eds.), *Handbook of Anti-Environmentalism* (pp. 23-42). Edward Elgar.
- Volpato, A. N. (2022). *Estratégias de visibilidade de movimentos sociais da juventude na sociedade midiaticizada* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista – UNESP]. Repositório Institucional da Unesp. <http://hdl.handle.net/11449/237290>

NARRATIVAS E CONTRANARRATIVAS NO X: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DE PARLAMENTARES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS

Isadora da Silva Prestes¹
Francisco Arrais Nascimento²
Adriel Henrique Francisco Cassini³

Luvizotto (2022) ao estabelecer diálogo com Pleyers (2020) afirma que, o ambiente digital é um campo de batalha onde narrativas e contranarrativas sociais disputam poder (Jelin, 2002) e estabelece um regime de visibilidade que possibilita que tais narrativas e/ou contranarrativas possam auferir *status* de verdade. Tal compreensão revela “como

-
1. Publicitária. Mestranda em Comunicação na Universidade Estadual Paulista (UNESP).
isadora.prestes@unesp.br.
 2. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
francisco.arrais.nascimento@gmail.com
 3. Publicitário. Especialista em História da Arte e mestrando em Comunicação na Universidade Estadual Paulista (UNESP).
adriel.cassini@unesp.br

se dá a relação de poder e saber na sociedade, produzindo ‘verdades’, cujo objetivo principal é o controle/dominação das pessoas através de práticas políticas e econômicas numa sociedade capitalista” (Felberg, 2015, p. 21).

Logo, se pode inferir que, as redes sociais possibilitam que temas relevantes para a sociedade reverberem e alcancem os indivíduos imersos na dinâmica digital (Castells, 2013; Luvizotto et al., 2017). Nesse contexto, figuras públicas utilizam do “potencial alcance global, favorecido pela rápida distribuição de conteúdos via redes sociais, dada a escala e velocidade do ambiente *online*” (Sena & Luvizotto, 2019, p. 03). É o caso dos representantes políticos brasileiros, que se utilizam de suas plataformas digitais para promover ou contestar agendas legislativas, buscando legitimar causas e influenciar a opinião pública através de apelos econômicos, ideológicos e religiosos (Cavalcanti et al., 2010; Spyer et al., 2009) e manifestar suas vertentes morais, religiosas, ideológicas e partidárias em apoio ou oposição a determinados projetos.

Esta dinâmica é evidenciada na discussão do Projeto de Lei 2630, conhecido como “PL das *Fake News*” ou “PL da Censura”, que tem sido tema proeminente no Congresso desde sua proposição em 2020. A proposta visa regulamentar plataformas digitais como *Google*, *Meta*, *X* e *TikTok*, além de serviços de mensagens instantâneas como *WhatsApp* e *Telegram* (*Projeto de Lei n° 2.630*, 2022) sugerindo medidas para que estas empresas modifiquem e controlem conteúdos *online*, visando identificar e penalizar usuários que compartilhem material considerado ilícito, além de proibir contas falsas, uso de *bots* e maximizar a transparência na promoção de conteúdos pagos, com sanções para empresas

que não estejam sediadas no país e que violem a legislação (; Henrique, 202; *Projeto de Lei n° 2.630*, 2022).

Em 2024, o debate voltou a emergir devido à controvérsia em torno do *X*, anteriormente denominado *Twitter*, onde Elon Musk (atual proprietário da plataforma) atacou as decisões do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, sobre as medidas de privação de acesso à rede *X* a usuários investigados por milícias digitais, formados por grupos criminosos que se articulam em rede para atentar contra o regime democrático de direito (Henrique, 2024). Musk informou, por meio de postagens na plataforma *X*, que contrariaria a Justiça Brasileira e reativaria as contas de usuários bloqueados, mesmo que tal ação implicasse no encerramento das operações da empresa no Brasil.

Esse confronto ampliou o debate, fomentando narrativas e contranarrativas que reverberam valendo-se das redes sociais enquanto meio, delineando uma “arena” em que, atores sociais alinhados com narrativas de esquerda apontam para a urgente regulação digital, enquanto atores sociais alinhados à narrativa de direita afirmam que tal regulação é prejudicial para o regime democrático de direitos e para a liberdade de expressão individual (Quintanilha, 2024). Entre os grupos envolvidos nesse debate estão os Deputados Federais, que desempenham um papel crucial na representação da sociedade civil na esfera pública (Soares, 2011). Utilizando seu poder e visibilidade nas plataformas digitais, esses políticos buscam estabelecer conexões mais estreitas com seus eleitores, desenvolvendo narrativas diversas para legitimar seus interesses frente às questões em destaque no Congresso Nacional e na sociedade civil (Quintanilha, 2024).

Nesse sentido, objetiva-se identificar os principais argumentos utilizados por deputados acerca do PL 2630. Para tanto, a pesquisa qualitativa de natureza documental, elegeu enquanto amostra os Deputados Federais Nikolas Ferreira (PL) e Carla Zambelli (PL), contrários à regulamentação das plataformas, e os Deputados Guilherme Boulos (PSOL) e Érika Hilton (PSOL), favoráveis à regulamentação, capturando enquanto corpus os *tweets* dos parlamentares feitos entre 1º e 30 de abril de 2024 na rede X. A análise é apoiada no método arbóreo de Pinto Molina (1992) e na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), utilizando ferramentas *online* como Voyant Tools e Wordcounter para mineração de textos. O estudo foca em identificar as microestruturas mais frequentes nos argumentos dos parlamentares utilizando a nuvem de *tags* e gráficos de *links* para visualizar relações entre termos.

Deputados Federais e Comunicação Política *Online*

O início do Poder Legislativo no Brasil remonta à Assembleia Constituinte, estabelecida em 1823 (Agência Câmara de Notícias, 2018). Embora tenha sido dissolvida, essa Assembleia representa um ponto crucial na evolução do Poder Legislativo no país. No entanto, foi com a Proclamação da República em 1889, que se formou um Congresso Constituinte responsável por promulgar a primeira Constituição Republicana. A partir dessa Constituição, criada em 1891, foram formalmente instituídos o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado (Agência Câmara de Notícias, n.d.). Mesmo a mais de 200 anos da instalação e dissolução da primeira Constituinte, a comunicação tem sido um elemento fundamental para as práticas políticas, garantindo que as discussões na arena política também ganhassem destaque na arena

pública (Tavares & Quiroga, 2015). Conforme apontado por Habermas (2003), a transição do absolutismo para o modelo representativo na Europa - com impacto significativo no Brasil - evidenciou a necessidade de que a experiência política seja também pública, uma vez que a eficácia do sistema político depende fundamentalmente da participação e do engajamento do público. Nesse contexto, a visibilidade proporcionada pela comunicação torna-se um elemento central na dinâmica política (Tavares & Quiroga, 2015).

Dessa forma, o parlamento brasileiro e seus atores políticos demonstravam uma preocupação significativa com a comunicação política, visando engajar e informar a sociedade civil sobre as ações tomadas em prol do bem comum (Tavares & Quiroga, 2015). Durante o Império e a República Velha, os materiais impressos desempenharam um papel importante na política. Nesse período, jornais e revistas eram empregados para a divulgação de ações e para a promoção de representantes políticos na sociedade civil. No entanto, a circulação dessas informações era limitada a pequenos grupos de poder (Moreno, 2023). O rádio era - e ainda é - utilizado enquanto meio para alcançar e persuadir os ouvintes. Dessa forma, representantes políticos divulgavam ações e se auto promoviam por meio do rádio, que lhes conferia uma voz inclusiva, dado o seu poder de abrangência, na formação da opinião pública (Jácome, 2008). A chegada da televisão, em 1950, provocou uma revolução na comunicação política. Esse novo meio de comunicação de massa ofereceu aos representantes políticos, candidatos e partidos um novo local para promover o debate público, divulgar agendas e formar laços com os telespectadores por meio de campanhas eleitorais com jingles e propagandas, por exemplo, o que ampliou a visibilidade

e o engajamento desses atores (Chaia, 2007). Nos anos 90, o cenário midiático passou por outra expansão. Com o crescimento das emissoras de televisão e a introdução da internet, atores políticos, candidatos e partidos passaram a utilizar uma gama diversificada de plataformas para alcançar os eleitores, diversificando e potencializando suas estratégias de comunicação (Moreno, 2023; Penteadó, 2011).

No campo da política, o progresso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) além de criar novos campos de atuação política, ampliou significativamente os debates sobre os limites e as potencialidades da democracia, extrapolando os meios tradicionais (Penteadó, 2011). Nesse sentido, o ambiente *online* emergiu como um canal importante para a divulgação, mobilização social e para a descentralização dos meios de comunicação (Castells, 2013; Luvizotto, 2016), uma vez que os usuários deixaram de ocupar a posição de consumidores e se tornaram também produtores de conteúdo (Jenkins, 2009). Nas redes sociais, representantes políticos visam ampliar a conexão com a sociedade civil, difundir suas agendas políticas, criar uma imagem positiva perante os cidadãos para angariar apoio e, ainda, ampliar o acesso à informação pública (Cavalcanti et al., 2010).

Para Tavares e Quiroga (2015), as redes sociais promovem e conquistam visibilidade na esfera pública para representantes políticos. Esse fenômeno garante a criação de laços afetivos mais próximos nas redes, uma vez que os usuários podem interagir com os conteúdos dos parlamentares, facilitando as possibilidades de diálogo, antes restritas às interações presenciais. Nesse sentido,

nas redes sociais online, o espaço físico não é mais uma barreira, uma vez que as mensagens e diálogos podem ocorrer a qualquer

momento. Em consequência, um cidadão não precisa se deslocar à sede física do poder para deixar uma mensagem ao seu representante. (Tavares & Quiroga, 2015, p. 119)

Além da interação facilitada entre representantes e representados, as redes sociais garantiram também uma maior proximidade com atores políticos, o que lhes confere maior grau de influência em rede. Atualmente, parlamentares brasileiros são pessoas públicas e utilizam seu poder, alcance e visibilidade proporcionado também pelas redes sociais para promover narrativas que reverberam dentro e fora do Congresso Nacional. No entanto, é importante destacar que o uso de ferramentas *online* alargou os horizontes para a formação e para disputas entre narrativas distintas (Luvizotto, 2022) que se aproveitam do alcance massivo das redes sociais para se legitimar e angariar apoio online (Sena & Luvizotto, 2019). Muitas dessas narrativas se ancoram a proselitismos, antipatias, *fake news* e em discursos odiosos para atrair a atenção pública e mobilizar. Representantes políticos como os Deputados Federais, por exemplo, são atores responsáveis pela construção de narrativas e contranarrativas na Câmara dos Deputados. Tais narrativas expandem suas discussões para as redes sociais, onde esses atores, por meio de seus perfis oficiais, buscam mensurar a opinião coletiva e promover agendas que coadunam com seus interesses individuais e partidários a fim de persuadir a opinião pública e obter um maior número de adeptos para o tema em debate.

Considerando o *X* como uma plataforma de interação social digital contemporânea, a atuação de líderes políticos nesse espaço é essencial para a promoção da democracia participativa. A participação ativa desses líderes em rede facilita a proximidade entre os cidadãos e os

processos de decisão pública, além de proporcionar acesso à informação, o que, por sua vez, promove maior transparência nas interações entre representantes e representados (Aggio & Sampaio, 2013). De acordo com Rossetto et al. (2013, p. 191) a rede social:

parece especialmente interessante por se mostrar como um local de ressonância de temas e discussões políticas que são divulgadas pelos mais diversos meios de comunicação. Parece ser nas mídias sociais que as questões políticas repercutem e ganham diferentes desdobramentos; o que se acredita ter efeito na opinião dos indivíduos a respeito dos temas em discussão.

No entanto, Bitencourt e Gautier (2013) alertam que a produção de conteúdo nesse ambiente pode desviar de seu objetivo original, convertendo-se em um instrumento para autopromoção e para a disputa entre narrativas. Importa notar que partidos políticos com orientações liberais, de centro ou conservadoras promovem uma variedade de narrativas que se alinham com as agendas de suas respectivas filiações, o que contribui para visões diversas sobre um mesmo assunto e para o surgimento de narrativas e contranarrativas verossimilhantes ou não, as quais tencionam a esfera pública e permeiam a sociedade.

Como vimos, muitos são os assuntos que se formam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional e reverberam também no ambiente virtual. Neste trabalho, vamos adensar nosso entendimento sobre a PL 2630, onde, a partir de uma discussão no Parlamento, Deputados Federais favoráveis à regulação das plataformas, utilizavam suas redes com o objetivo de apresentar a PL como uma alternativa contra a violência, *fake news* e desinformação; enquanto atores contrários à regulação, ancoravam suas narrativas sob a égide da liberdade de

expressão. Nesse sentido, para atores contrários ao PL, sua aprovação instauraria censura no ambiente digital, sendo considerada, portanto, um perigo ao regime democrático de direitos.

PL 2630: narrativas e contranarrativas

Apresentado em 2020 pelo senador Alessandro Vieira, o PL 2630 tem como objetivo instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O projeto visa “estabelecer normas, diretrizes e mecanismos de transparência para provedores de redes sociais, ferramentas de busca e de serviços de mensageiria instantânea através da internet, assim como diretrizes para seu uso” (*Projeto de Lei n° 2.630, 2022, pp. 01-02*). É importante destacar que, desde sua criação, o projeto sofreu inúmeras alterações e, hoje, encontra-se distante de sua proposta inicial que visava confrontar a propagação da desinformação nas plataformas digitais (Crestani, 2023). Desde suas últimas modificações, o projeto, se aprovado, visa transformar a legislação brasileira relacionada à internet. A última versão do projeto apresenta tópicos variados em torno da

responsabilização, na esfera civil e administrativa, das plataformas digitais de conteúdo gerado pelo usuário; à aplicação dos termos de uso; à publicidade da moderação de conteúdos; aos algoritmos de recomendação de conteúdos; à propaganda política; à remuneração do jornalismo; à atuação do poder público, com ênfase nas contas de interesse público e na imunidade parlamentar; à educação midiática; à proteção de crianças e adolescentes; aos relatórios de transparência; às sanções, com destaque para a tipificação do “crime de fake news”. (Crestani, 2023, p. 02)

Dessa forma, é possível inferir que, ao longo do tempo, a proposta legislativa se tornou mais robusta e diversificada, abrangendo múltiplos aspectos relacionados à operação das plataformas digitais, que atualmente se restringem à autogovernança *das big techs* (Crestani, 2023). Marcela Barba et al. (2023) afirmam que, segundo as normas vigentes até a aprovação do PL 2630, as grandes empresas de tecnologia não podem ser responsabilizadas pelos conteúdos gerados por terceiros em suas plataformas. No Brasil, essas empresas devem excluir conteúdos apenas mediante decisões judiciais. As autoras argumentam que, com a aprovação da proposta legislativa, as *big techs* precisarão implementar mecanismos que verifiquem e removam conteúdos que infrinjam a legislação brasileira, sob risco de sanções em caso de descumprimento (Barba et al., 2023).

A versão mais recente do PL 2630, ainda em tramitação no Congresso Nacional, tem inspiração em legislações internacionais como a adotada pela União Europeia e denominada Lei dos Serviços Digitais (DSA). Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima e Jonas Chagas Lucio Valente (2020) afirmam que mundialmente, a defesa da regulamentação das plataformas

é motivada basicamente por três grandes aspectos: 1) o crescimento do poder desses agentes; 2) os problemas envolvendo esses agentes [...] e a relação assimétrica entre eles e os seus usuários; e 3) a insuficiência dos instrumentos normativos atuais para lidar com esses problemas, para garantir competição e para assegurar direitos e responsabilidades (p. 6)

A oportunidade de mudança legislativa decorrente da aprovação da PL 2630 provocou uma forte reação entre as grandes empresas

de tecnologia. Em resposta, as *big techs* se uniram em torno de uma narrativa que expressava preocupações quanto ao risco de censura que a ratificação do PL poderia implicar (Barba et al., 2023). Empresas como *Google*, *Meta*, *Telegram* e *Twitter*, por exemplo, se posicionaram contrários à regulação e afirmaram que o PL transformaria as plataformas em uma espécie de “polícia” digital (Braun, 2023). A Meta, por exemplo, responsável pelo *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* afirmou que o projeto “cria sistema permanente de vigilância, similar ao de países de regimes antidemocráticos” (Meta, 2023). O Google, por meio de Marcelo Lacerda, Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil, afirmou ainda que a aprovação do PL limitaria a quantidade de informações disponibilizadas nas redes. Para ele,

a incerteza do que pode ou não ser disponibilizado na *internet* levaria as empresas a restringir a quantidade de informações disponíveis, reduzindo a representatividade de vozes que existem nas plataformas. Isso violaria diretamente o princípio do acesso livre à informação, o que seria um grande retrocesso na guerra contra conteúdos enganosos. (Lacerda, 2023)

O *Twitter*⁴, também se posicionou contrário ao PL em seu Blog, defendendo que sua aprovação é um risco para a internet livre, democrática e acessível (*Twitter Public Policy*, 2022). Além disso, para a empresa, o projeto faz com que as plataformas sejam cada vez mais cautelosas e menos ativas na moderação de conteúdo, o que poderia

4. Nos referimos à rede social enquanto *Twitter*, uma vez que a nota foi publicada em 2022, anteriormente à aquisição de Musk e da mudança do nome da rede social para *X*.

ampliar a disseminação de discursos violentos, odiosos e *fake news*, por exemplo. Para o *Twitter*, o PL

traz exigências severas caso as plataformas tomem alguma medida que seja posteriormente questionada e revertida. O receio de uma enxurrada de processos judiciais levará as plataformas a agir menos na moderação de conteúdo, deixando o ambiente *online* mais desprotegido do discurso de ódio e da desinformação. Isso vai totalmente na contramão das demandas da sociedade pela preservação de um debate público saudável, confiável e em igualdade de condições. (*Twitter Public Policy*, 2022)

Essa narrativa foi “rapidamente comprada pela extrema-direita brasileira sob o viés de restrição da liberdade” (Barba et al. 2023, p. 08). Muitos parlamentares, alinhados com as narrativas construídas pelas grandes empresas de tecnologia, usaram suas redes sociais para se manifestar contra o PL. Em contrapartida, representantes do espectro político da esquerda expressaram apoio à regulamentação, defendendo que a proposta legislativa é essencial para combater a desinformação e garantir a responsabilidade das plataformas digitais. Para esses atores, a proposta legislativa

não representa risco de instituir qualquer tipo censura, tendo em vista que a regulamentação proposta, com a devida responsabilização das plataformas pela prática de eventuais abusos ou omissões em seu sistema de moderação de conteúdos, objetiva, justamente, a proteção da liberdade de expressão dos usuários das redes sociais, bem como de outros direitos que, eventualmente, podem vir a ser impactados com o uso das mídias digitais. (Crestani, 2023, p.02)

Na próxima seção, esta pesquisa se dedica à análise dos posicionamentos dos parlamentares do espectro político de direita, representados

por Nikolas Ferreira e Carla Zambelli, ambos do Partido Liberal, e do espectro político de esquerda, representados por Guilherme Boulos e Érika Hilton, ambos do Partido Socialismo e Liberdade, sobre a temática da regulação das plataformas e da PL 2630. O objetivo é identificar os principais argumentos apresentados pelos deputados em relação ao projeto legislativo 2630/2020 na rede social X.

Análise

Como vimos, o PL 2630 sofre, desde sua criação em 2020, com a disputa de narrativas que envolvem, de um lado, a discussão sobre sua inconstitucionalidade, uma vez que atores contrários ao projeto ancoram seus argumentos sobre a ótica da censura que tal proposta poderia proporcionar a sociedade civil em rede. Em contraposição, atores favoráveis à PL, posicionam-se e se ancoram a países já regulados⁵ para provar que tais preocupações sobre a censura são infundadas e que a proposta de lei busca proteger a liberdade de expressão.

Em abril de 2024, a discussão voltou a reverberar nas redes sociais após as críticas e ataques de Musk a Alexandre de Moraes. Isso se deu a partir do vazamento de informações e documentos do

5. A União Europeia, por exemplo, aprovou em 2022 o Digital Services Act (DSA), Lei de Serviços Digitais, em tradução livre. O projeto é considerado um dos mais modernos e robustos de regulação de atividades *online* vigente no mundo todo (Souza, 2024). Os principais objetivos da DSA são proteger os direitos fundamentais dos consumidores na internet, garantir transparência e definir responsabilidades às plataformas digitais, além de promover a inovação, o desenvolvimento e a competitividade no mercado online. Esses objetivos promovem benefícios aos cidadãos, à sociedade em geral, aos provedores de serviços digitais e aos seus usuários, aumentando a competitividade do mercado, mantendo usuários longe de discursos violentos e odiosos e assegurando ainda, maior proteção aos direitos fundamentais (Santiago, 2023).

Twitter divulgados na própria rede por meio do jornalista norte-americano Michael Shellenberger, impulsionadas por parlamentares de direita no Brasil, o qual efervesceu o discurso entorno do *Twitter Files Brasil*. O *Twitter Files* faz menção a documentos e informações que mostravam como a rede social tratava a moderação de conteúdos no Brasil entre 2020 e 2022, datas anteriores à aquisição da rede por Musk. Nesse sentido, “supostas trocas de *e-mails* de funcionários do *Twitter* no Brasil liberadas por Elon Musk e divulgadas por jornalistas conservadores serviram de artilharia para ataques contra o ministro Alexandre de Moraes, o TSE e o STF” (Rudnitzki, 2024). Os documentos relatavam decisões judiciais brasileiras que ordenavam a exclusão de conteúdos no contexto de investigações sobre milícias digitais que se articulavam em rede para disseminar informações falsas.

Os conteúdos publicados pelo jornalista somavam 22 *prints* que mostravam as respostas do *Twitter* frente às investigações e decisões judiciais brasileiras. As solicitações exigiam que a rede social fornecesse informações sobre usuários investigados por disseminação de desinformação e removesse publicações contendo conteúdo falso ou ameaças ao sistema eleitoral (Rudnitzki, 2024). É importante ressaltar que as mensagens divulgadas não incluem os pedidos oficiais das autoridades brasileiras e não foram verificadas quanto à precisão de seu conteúdo. No entanto, tal ação foi suficiente para repercutir e tomar proporções alarmantes entre representantes políticos de direita que utilizaram dessa narrativa para acusar Moraes de censura, abusos de poder nas eleições em 2022 e pedir pelo seu *impeachment* (Rudnitzki, 2024).

A crítica de Musk direcionada ao ministro Alexandre de Moraes o acusava de atentar contra a liberdade de expressão ao ordenar a suspensão

de contas de usuários investigados por milícias digitais na rede social. Ribeiro e Menezes (2024) afirmam que, “junto com a crítica, veio a ameaça: Musk afirmou que passaria a descumprir ordens do STF e que restabeleceria as contas suspensas”. Em resposta, Moraes incluiu Musk no inquérito sobre milícias digitais, impondo uma multa diária em caso de desobediência às ordens judiciais brasileiras. O assunto reverberou e, narrativas favoráveis a Musk e ao magistrado se intensificaram na rede. As mensagens tangenciavam o tema da PL 2630, debatida neste trabalho.

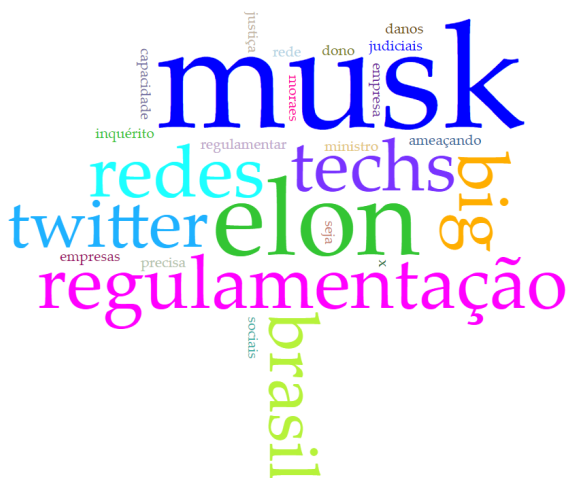
Guilherme Boulos e Érika Hilton, ambos membros do Partido Socialista e Liberdade (PSOL), defensores da regulação midiática, promovem essa pauta em suas redes sociais, especialmente no X. Eles enfatizam a necessidade urgente de retomar a discussão do Projeto de Lei 2630 no Congresso, visando sua aprovação para proteger o regime democrático contra potenciais ataques. Para esses representantes, a regulamentação das redes sociais e das grandes empresas de tecnologia é uma tarefa essencial, uma vez que a proposta “prevê regras, responsabilidades, punições e sanções às *big techs*, grandes empresas que administram as redes sociais, as ferramentas de buscas e serviços de mensagem com mais de 10 milhões de usuários” (Pessôa, 2023, n.p.). Apesar de gigantes em tamanho e lucratividade⁶, as *big techs* ainda demonstram sua pequenez no que se refere à responsabilidade digital

6. Em 2024, empresas de tecnologia como Apple, Microsoft e Nvidia alcançaram individualmente valores de mercado superiores a US\$3 trilhões (Bolzani, 2024). Esse montante ultrapassa o valor de mercado de economias nacionais, como a do Brasil. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), se as projeções para 2024 se concretizarem, o PIB brasileiro deverá crescer 2,2%, alcançando R\$2,33 trilhões e consolidando o país como a oitava maior economia global (Desidério & Cruz, 2024).

especialmente no combate à desinformação, à proliferação de discursos odiosos, violentos e à disseminação de fake *news*, fenômenos que têm ganhado cada vez mais espaço no ambiente *online*. Nesse contexto, para os defensores do PL 2630, a proposta é uma medida necessária para proteger a integridade das informações e garantir que os cidadãos tenham acesso a dados verídicos, reduzindo os riscos de manipulação e influência indevida nas decisões públicas e pessoais. Dessa forma, atores favoráveis ao Projeto de Lei 2630 apontam que sua aprovação é crucial para estabelecer um ambiente digital mais saudável e plural, garantindo e protegendo a liberdade de expressão.

Figura 1

Nuvem de tags de deputados federais do PSOL



Produzido pelos autores.

Figura 2

Gráfico de Links: termos relacionados com a PL 2630



Produzido pelos autores.

No período analisado, Guilherme Boulos e Erika Hilton utilizaram suas redes sociais para publicar materiais sobre a urgência da aprovação do projeto de lei 2630 diante da situação que se instaurava no X, após os ataques envolvendo Musk e o Ministro do STF, Alexandre de Moraes. No entanto, embora o número de publicações tenha sido pequeno, somando, ao todo, três *tweets* (dois de Érika Hilton e um de Guilherme Boulos), o mapa de palavras reforça a importância da regulação midiática, onde palavras como “regulamentação”, “*big techs*”, “Elon Musk” e “*Twitter*” tem maior destaque. Outras palavras como “regulamentar”, “justiça” e “inquérito” também foram termos utilizados, no entanto, com menor ocorrência.

Nikolas Ferreira e Carla Zambelli, ambos filiados ao Partido Liberal (PL), posicionam-se contrários ao projeto de lei. Seguindo as narrativas das *big techs*, eles apontam para os perigos da regulação midiática, argumentando que a proposta pode representar ameaça à liberdade de expressão e ao direito à privacidade. Esses atores temem que as exigências de identificação de usuários e rastreamento de conteúdo possam levar a um ambiente de censura, onde a liberdade para compartilhar informações e opiniões seja restrita. Além disso, esses atores levantam preocupações

sobre a possibilidade de que a lei seja usada de forma desproporcional ou abusiva pelo governo, o que poderia resultar em uma diminuição do espaço para debates democráticos e na violação de direitos fundamentais. Essa resistência, portanto, reflete um desejo de preservar o equilíbrio entre a segurança e a proteção das liberdades individuais.

Figura 3

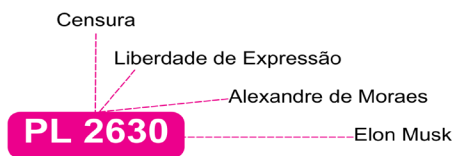
Nuvem de tags de deputados federais do PL



Produzido pelos autores.

Figura 4

Gráfico de Links: termos relacionados com a PL 2630



Produzido pelos autores.

No período analisado, observa-se que Nikolas Ferreira e Carla Zambelli utilizaram da narrativa de denúncia para se contrapor ao PL 2630, ancorando-se na ideia de censura e de ameaça à liberdade de expressão, como observado no mapa de palavras, onde os termos “censura”, “liberdade de expressão”, “Alexandre de Moraes” e “Elon Musk” tiveram maior ocorrência. Além delas, palavras como “*Impeachment*”, “*Free Speech in Brazil*”, “Tirania” e “Perseguição” também foram termos utilizados. Ao todo, durante o mês de abril, os perfis oficiais de Ferreira e Zambelli somaram 97 *tweets* de Nikolas Ferreira e 43 *tweets* de Carla Zambelli, totalizando 140 *posts* com conteúdos que se relacionam à temática, uma diferença marcante quando comparado aos parlamentares do PSOL, que dedicaram poucos conteúdos à temática.

Considerações finais

Como observado, o PL 2630 está em constante debate na esfera pública. Por meio das redes sociais, representantes políticos se articulam e posicionam enquanto atores favoráveis ou contrários ao projeto no Congresso, à medida que surgem mobilizações ou fatos que retomam sua discussão, o que impacta diretamente na percepção pública sobre o assunto. Em 2024, a polêmica envolvendo Elon Musk, Alexandre de Moraes e o *Twitter Files Brazil* acirrou ainda mais a discussão, trazendo à tona novas dinâmicas e narrativas que intensificaram a divisão de opiniões que envolvem o PL das *Fake News*.

Representantes políticos de direita, contrários à regulação, se articulam em rede criando diversos conteúdos com o objetivo de chamar a atenção dos internautas para um posicionamento que coloca o PL enquanto um malefício para a sociedade civil. Os principais argumentos

utilizados por eles são o da censura e o da restrição à liberdade individual, fundamentando suas preocupações na ideia de que a regulação pode ser usada de forma abusiva pelo governo, comprometendo o equilíbrio democrático. Enquanto isso, representantes de esquerda, favoráveis à regulação, manifestam-se seguindo o mesmo *modus operandi*, visando atrair os olhares e a percepção pública dos internautas para a importância da regulação visando o fortalecimento da democracia e a preservação da liberdade de expressão. Nesse sentido, para esse grupo, a regulação é ferramenta necessária para combater a desinformação e proteger a integridade das informações na era digital, especialmente diante dos desafios impostos por grandes empresas de tecnologia que falham em moderar conteúdos e prevenir a disseminação de notícias falsas, discursos violentos e odiosos.

Nikolas Ferreira e Carla Zambelli, parlamentares alinhados com a direita e objeto deste estudo, empregam uma variedade de estratégias comunicativas para consolidar suas narrativas. Eles recorrem à disseminação intensiva de conteúdos que corroboram suas posições políticas. Durante o período em análise, os temas relacionados aos *Twitter Files Brazil* e ao PL 2630 resultaram em um total de 140 publicações no X. Em contraste, Guilherme Boulos e Érika Hilton, parlamentares de orientação esquerdista, manifestaram-se de forma reservada sobre o mesmo tópico. No mesmo intervalo de tempo, suas publicações somaram apenas 3 *tweets* sobre a temática. Dessa forma, é possível inferir que parlamentares de direita se articulam em rede a fim de pautar e desvirtuar o debate público para outros assuntos, criando uma espécie de cortina de fumaça como foi com o caso dos materiais que envolviam o *Twitter Files Brazil*.

Nesse contexto, é essencial compreender como as disputas entre narrativas envolvendo representantes políticos se desenrolam nas redes sociais, de forma a elucidar as dinâmicas que influenciam a formação da opinião pública. Assim, este trabalho deve ser encarado não como uma conclusão definitiva, mas como um ponto de partida para aprofundar reflexões e fomentar novas investigações sobre o tema.

Referências

Agência Câmara de Notícias. (n.d.). *História e arquivo: conheça a história da Câmara. Câmara dos Deputados*. <https://www.camara.leg.br/historia-e-arquivo/>

Agência Câmara de Notícias. (2018). *Conheça a história da Assembleia Constituinte de 1823*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546341-conheca-a-historia-da-assembleia-constituente-de-1823/>

Aggio, C., & Sampaio, R. C. (2013). Democracia digital e participação: Os modelos de consulta e os desafios do Gabinete Digital. In G. Cocco (Org.), *Gabinete Digital: Análises de uma experiência*. Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas.

Barba, M., M. Mayrink, & A. Vaz (2023). Entre a disputa política e religiosa: como deputados evangélicos e portais gospels debateram o PL 2630. *Liinc Em Revista*, 19(2), 1-20, e6573. <https://doi.org/10.18617/liinc.v19i2.6573>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bittencourt, S., & Gautier, T. (2013). Comunicação pública e internet: Limites e amplitudes no ambiente digital. In G. Cocco (Org.),

Gabinete Digital: Análises de uma experiência. Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas.

Bolzani, I. (2024). Nvidia ultrapassa Apple e Microsoft e vira empresa mais valiosa do mundo. *GI Globo*. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/06/18/nvidia-empresa-mais-valiosa.ghtml>

Braun, J. (2023). O que big techs criticam em PL e ações sobre regulamentação das redes no Brasil. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2q112y2735o>

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

Cavalcanti, A. C., Lima, J. D. de A., Lima, R. C. B. de, & Rios, R. (2010). *Redes sociais e política: as influências do uso do Twitter na construção da figura política do governador Cid Gomes*. Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste..

Chaia, V. (2007). Investigação sobre Comunicação Política no Brasil. *Ponto e vírgula*, 2(2), 160-177.

Crestani, P. C. (2023) PL2630/2020: problemáticas da “imunidade parlamentar digital”. Resumo Expandido - *V Seminário Internacional de Direitos Humanos e Sociedade*, 01-05.

Desidério, M., & Cruz, P. R. (2024). Brasil deve ser a 8ª maior economia do mundo em 2024, prevê FMI. *Economia UOL*. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/04/18/brasil-deve-ser-a-8-maior-economia-do-mundo-em-2024-preve-fmi.htm>

Felberg, E. (2015). *O sexo nu: bareback e outras reflexões*. Appris.

Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tempo Brasileiro.

Henrique, L. (2024). Inquérito das milícias digitais: Elon Musk x Alexandre de Moraes? *Politize!* <https://www.politize.com.br/inquerito-das-milicias-digitais/>

Henrique, L. (2023). PL das Fake News: os 10 pontos principais para entender o projeto de lei. *Politize!* <https://www.politize.com.br/pl-das-fake-news/>

Jácome, R. K. de O. (2008). *Estúdios de Rádio nos Gabinetes do Senado Federal: Uma ferramenta de Marketing Político-Eleitoral: O caso dos Senadores do Rio Grande do Norte* [Especialização, Universidade do Legislativo Brasileiro].

Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Siglo XXI.

Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência: A colisão entre os velhos e novos meios de comunicação*. Aleph.

Lacerda, M. (2023). Como o PL 2630 pode piorar a sua internet. *Blog Google*. <https://blog.google/intl/pt-br/novidades/iniciativas/como-o-pl-2630-pode-piorar-a-sua-internet/>

- Luvizotto, C. K. (2016). Cidadania, ativismo e participação na internet: Experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 30, 297–312. [https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2499](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2499)
- Luvizotto, C. K., et al. (2017). Comunicação e movimentos sociais: a atuação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação na internet. *Organicom*, 14(26), 110-123.
- Luvizotto, C. K. (2022). Comunicação Digital e Cidadania: A Atuação de Movimentos Sociais e Contramovimentos Durante a Pandemia de Covid-19. *Revista Comunicação Midiática*, 17(1), 61–7.
- Meta. (2023). PL 2630/2020 precisa de mudanças. *Meta*. <https://about.fb.com/br/news/2023/04/pl-2630-2020-precisa-de-mudancas/>
- Moraes de Lima, M. F. U. & Valente, J. L. (2020). Regulação de plataformas digitais: mapeando o debate internacional. *Liinc em Revista*, 16(1), 1-13. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5100>
- Moreno, J. (2023). Breve História do Marketing Político no Brasil. *Faculdade Republicana*. <https://www.faculaderepublicana.org.br/blog/breve-historia-do-marketing-politico-no-brasil> Acesso em 09/08/2024
- Penteado, C. L. D. C. (2011). Marketing Político na era digital: Perspectivas e Possibilidades. *Revista USP*, 90, 6-23.
- Pinto Molina, M. (1992). *El resumen documental: principios e métodos*. Pirâmide.

- Pessôa, D. (2023). Por que apoiar o PL das Fake News? *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/08/por-que-apoiar-o-pl-das-fake-news>
- Pleyers, G. (2020). A pandemia é um campo de batalha. Movimentos sociais no bloqueio da COVID-19. *Journal of Civil Society*, 16(4), 295–312. <https://doi.org/10.1080/17448689.2020.1794398>
- Projeto de Lei nº 2.630. Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet*. <https://www.camara.leg.br/midias/file/2022/03/fake.pdf>
- Quintanilha, S. (2024). O que está por trás da briga de Musk pela “liberdade” que prega no X/Twitter. *Jornal USP*. <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-esta-por-tras-da-briga-de-musk-pela-liberdade-que-prega-no-x-twitter>
- Ribeiro, A., & Menezes, L. F. (2024). Entenda o embate entre Elon Musk e Alexandre de Moraes e suas possíveis consequências. *Aos Fatos*. <https://www.aosfatos.org/noticias/elon-musk-alexandre-de-moraes-entenda/>
- Rossetto, G. P. et al.. (2013). Twitter e comunicação política: Limites e possibilidades. *Compólitica*, 3(2), 189–216.
- Rudnitzki, E. (2024). O que são os Twitter Files, vazados pelo próprio Musk, e como eles chegaram ao Brasil. *Aos Fatos*. <https://www.aosfatos.org/noticias/twitter-files-brasil-musk/>
- Santiago, A. (2023). Lei europeia irrita big techs e passa a inspirar PL das Fake News no Brasil. *Tilt UOL*. <https://www.uol.com.br/tilt/>

noticias/redacao/2023/03/06/lei-de-servicos-digitais-europa-pl-das-fake-news.htm

- Sena, K. E. R., & Luvizotto, C. K. (2019). Desinformação e contranarrativas no período pré-eleitoral: Uma análise do fact-checking nas campanhas para Presidência do Brasil em 2018. *Anais do Compólitica*, 8, 1-21.
- Soares, J. R. B. (2011). O papel do deputado federal na República Federativa Brasileira. *Revista de Informação Legislativa*, 48(191), 245-254.
- Souza, R. (2024). Como funciona a regulamentação das redes sociais em outros países? *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/como-funciona-a-regulamentacao-das-redes-sociais-em-outros-paises>
- Spyer, J., et al.. (2009). *Tudo o que você precisa saber sobre o Twitter (você já aprendeu em uma mesa de bar) – Um guia prático para pessoas e organizações*. Talk.
- Tavares, D. N., & Quiroga, T. (2015). O reforço do “homem cordial” nas conexões entre senadores e cidadãos nas redes sociais online. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 60, 110-128. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i60p110-128>
- Twitter, P. P. (2022). PL 2630/2020 deixou de ser sobre combater as fake news. *XBlog*. https://blog.x.com/pt_br/topics/company/2022/pl-2630-2020-deixou-de-ser-sobre-combater-as-fake-news

O PAPEL DA REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA AUDIOVISUAL NO IMAGINÁRIO CULTURAL HEGEMÔNICO

Gisele Cristina Rodrigues Correa¹

A representação imagética exerce um papel fundamental na construção e manutenção do imaginário cultural hegemônico. A cultura da convergência (Jenkins, 2006), com sua interação entre diferentes mídias e a participação ativa do público, intensifica essa influência. O cinema, em particular, molda nossa percepção do mundo através de imagens em movimento, sons e narrativas envolventes. A decodificação da comunicação visual é um processo complexo e ideológico em partes, no qual os significados são negociados entre a imagem e o espectador. A direção de arte por sua vez, responsável pela criação representacional

1. Mestranda em Comunicação.
UNESP / FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Câmpus de Bauru.
gisele.correa@unesp.br

e de certa forma simbólica, por meio da escolha de cores, formas, texturas e da composição da imagem, guia essa decodificação, reforçando determinados significados e valores por meio da representação imagética. A análise de elementos como simbolismo, metáforas e estética revela camadas de significado que vão além do superficial.

A proliferação de imagens na era digital, impulsionada pelas redes sociais e novas tecnologias, torna a compreensão desses processos ainda mais necessária. A participação do público na produção e compartilhamento de imagens desafia as noções tradicionais de autoria e reforça a importância da cultura visual na construção de identidades.

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. (Jenkins, 2006, p. 43)

É fundamental analisar como as imagens criadas na linguagem audiovisual representam diferentes grupos sociais, reforçando ou desafiando estereótipos. A globalização e a hibridização cultural também moldam a produção e o consumo de imagens, criando novas formas de expressão e identidade. Ao compreender os mecanismos da representação imagética é possível desvelar as estratégias de poder que operam por meio das imagens e construir um olhar mais crítico e consciente sobre a cultura visual. A representação imagética que está presente nas mais diversas formas de mídia acaba por desempenhar um papel crucial na construção e na perpetuação de certos estereótipos e simbologias nos imaginários sociais. Essas representações que muitas

vezes se mostram sutis e subliminares pela construção simbólica social ao qual se inserem, moldam nossa percepção da realidade e influenciam crenças e comportamentos. A simbologia aplicada a essas construções imagéticas é frequentemente utilizada para fácil assimilação e identificação do público, mas reforça alguns estereótipos que residem em pré-conceitos coletivos, associando determinados símbolos a grupos sociais específicos.

A Direção de Arte e a construção imagética

A direção de arte, responsável pela concepção e construção imagética de uma obra, utiliza símbolos e metáforas para comunicar ideias complexas de forma concisa e eficaz. Por meio da construção visual é possível notar como a comunicação visual configura uma espécie de linguagem que transmite e desperta mensagens por meio de uma linguagem comum no processo comunicacional. A análise dos elementos visuais pode revelar as camadas de significado que vão além do perceptível e do visível. A estética como linguagem, ou, a escolha de uma determinada estética visual pode transmitir para o espectador informações sobre o gênero, o período histórico e a atmosfera da obra, tanto quanto o caráter psicológico e emocional de um personagem, direcionando a forma como o público interpreta e se conecta à narrativa. Através de um processo constante de criação, compartilhamento e reinterpretação, essas imagens atuam como uma espécie de memória coletiva, transmitindo valores, crenças e identidades de geração em geração. Portanto, muitas das representações culturais não são questionadas, algo que vem sendo modificado de uns tempos para cá. Isso ocorre porque a cultura exerce bastante influência no mercado midiático, incluindo as representações

que se adaptam a essas influências. Não apenas os temas podem ter caráter social, mas também os consumidores de determinada mídia criam expectativas por se identificarem com os conteúdos e representações que dizem respeito às suas experiências pessoais.

Um bom exemplo de como essas adaptações podem se moldar ao público, considerando aspectos e influências culturais, se encontra nas dublagens, onde é possível observar bem o circuito de cultura proposto por Hall (2016). Um produto cultural se constrói e se interliga nos processos de representação, identidade e consumo, portanto adaptações culturais na dublagem evocam um sentimento de pertencimento no público que se reconhece em gírias, trejeitos e piadas mesmo que a obra não se passe no seu local de origem. Aqui no Brasil as dublagens são conhecidas e reconhecidas pelos regionalismos nas falas e como isso traz uma personalidade e “*brasileirismo*” aos personagens, fazendo com que interajam com o público de outras maneiras, como em *memes*, por exemplo.

A direção de arte abrange diversos campos artísticos de criação, como publicidade, design, moda, entre outros, mas no que diz respeito à criação audiovisual engloba a construção física e abstrata dos personagens, ambientes e estética geral da obra, que junto da fotografia cria uma narrativa visual que ultrapassa as barreiras do diálogo para a percepção geral da mensagem que a obra pretende passar. O processo de criação na direção de arte audiovisual não existe sem a etapa de pesquisa que envolve mais do que a procura por elementos que irão contribuir para o trabalho, mas engloba também uma parte do repertório cultural do diretor responsável que irá colocar sob a criação a sua própria perspectiva e leitura de mundo. Toda construção de universos

e personagens dentro da equipe de direção de arte passa pelo estudo de uma base para a criação, que pode ser desde um movimento artístico, alguma outra obra de referência, mas sempre de algo que já existe. Mesmo que o universo seja algo novo, como por exemplo cenários futuristas de ficção científica que se passam em outros planetas, existe uma base pela qual a criação irá passar. Na ficção o termo usado para isso é *Retrofuturismo*, que é o futuro visto pelo viés do passado, ou seja, todas as coisas imaginadas para o futuro se baseiam em coisas reais que existem no passado, desde as construções arquitetônicas e modas, até itens tecnológicos como carros e relógios, e todos possuem aspectos visuais e estéticos que remetem à uma época do passado, como podemos ver em obras como *O Quinto Elemento* (1997), *Blade Runner* (1982) e *Laranja Mecânica* (1971). É um termo e uma ideia ao qual podemos associar a construções imagéticas e visuais para obras atuais, pois mesmo ao construir objetos que não existem, como naves espaciais, são base de moldes as naves ou carros que já foram construídos pelo ser humano. Esse tipo de liberdade criativa se torna uma possibilidade de aproximação da obra com o espectador pois a torna plausível e de certa forma facilmente assimilada e identificável, sem que haja necessidade de muita explicação no meio da obra. O espectador assiste e entende o universo em poucos minutos. Um outro bom exemplo é o filme *Avatar* (2009), onde fora criado e mostrado todo um universo de uma raça alienígena de outro planeta que é facilmente assimilada pelo público como uma etnia com hábitos culturais indígenas pelo seu modo de vida cotidiano. Isso não é algo intencional ou consciente, mas um processo que passa pela decodificação de um signo ou símbolo de convenções

criadas pelo próprio cinema, convenções² estas que são baseadas em conceitos psicológicos³ ou culturais.

Conforme classificação dos signos Peirceana destacada e indicada por Pignatari (2008), o signo é classificado como símbolo quando a relação com seu referente é convencional, ou seja, quando parte de uma convenção estabelecida (2008, p. 25). É importante considerar que para haver um significado, deve haver uma relação entre os interpretantes do emissor e receptor que deve ser baseado em função dos seus respectivos repertórios que se confrontam na prática da interpretação (Pignatari, 2008, p. 30), mas que mesmo assim, com repertório por menor que seja, existe uma absorção de elementos constitutivos que influenciam a percepção e criação de uma ideia.

Se a função imaginária opera no campo que interliga o real e o simbólico e se o papel da imagem mental é de operar a conversão dos sinais naturais em significações culturais, então a produção imaginária só adquire existência real quando deixa o campo do imaginário e se constitui como produção simbólica, qualquer que seja ela. (Pino, 1999, p.74 em Santos, 2008, p. 10)

Para o espectador que se identifica e se reconhece existe um processo diferente daquele que acontece para alguém que irá interpretar a partir de sua leitura e repertório de mundo. Há de se considerar diversos fatores nessa construção representativa e simbólica, para que

-
2. Elementos narrativos, visuais e sonoros que facilitam a compreensão e a imersão do espectador na história. Essas regras e acordos variam de acordo com o gênero do filme. Por exemplo, uso de Jump Scares em filmes de terror.
 3. Efeito Kuleshov foi nomeado após um fenômeno surgido a partir de estudos de montagem cinematográfica, em 1920, que constatou que contextos diferentes nas sobreposições de imagens poderiam causar diferentes percepções no espectador e na sua compreensão da narrativa.

não seja criada uma visão estereotipada que preencha um “pré-conceito” hegemônico que é perpassado por gerações e que tentamos romper até os dias atuais, afinal, essas produções visuais se sustentam nos imaginários contribuindo para a existência de ideias estabelecidas sobre determinados grupos, etnias ou culturas.

A criação de um personagem sem estereótipos exige um trabalho minucioso e extremamente consciente da equipe de produção e direção de arte. É preciso ir além da aparência física para construir uma identidade complexa que desafie as expectativas do público, mas que contribua para uma representação justa e equitativa, diferente do que tem ocorrido durante os últimos anos em novelas da *Tv Globo*. As últimas representações nordestinas têm recebido duras críticas, primeiramente pela falta de representatividade e uso de atores nordestinos para os papéis, e segundo pelas construções nos trejeitos e identidade dos personagens muito genéricos e caricatos. Assim como ocorreu com estes personagens, ocorre com a representação das periferias e seus moradores, sempre com uma ênfase romantizada e ilusórias das situações cotidianas e realidades sociais. Todos os elementos pertinentes devem ser coerentes à realidade sem que se force muito as situações. Nem toda história no Nordeste passa pela seca e nem toda história na periferia deve passar pelo crime, por exemplo.

A busca por referências visuais autênticas e variadas é essencial para evitar generalizações e estereótipos, tanto quanto é pertinente que a equipe compreenda as nuances culturais e as realidades sociais. Carece um tato humanizado e não preguiçoso nesse trabalho a fim de se evitar a apropriação cultural de elementos de outras culturas, utilizando-os de forma que não seja superficial ou estereotipada. A criação de um

personagem é um trabalho cuidadoso e relevante para o sucesso da obra, que envolve pesquisa, construção de identidade e design visual autêntico. Ao evitar generalizações e valorizar a individualidade, a direção de arte contribui para a criação de personagens mais ricos e relevantes, que podem gerar empatia e identificação no público. Não apenas a direção de arte, mas o roteiro pode e deve contribuir para criar verossimilhança na personalidade e história de vida, criando uma profundidade no personagem.

A importância da comunicação visual de uma representação em uma obra audiovisual reside na construção simbólica que parte principalmente da direção de arte, em consonância com outras equipes de criação. Uma boa representação visual pode e deve transmitir de forma clara e concisa uma experiência memorável, considerando as possibilidades de se criar experiências visuais que se conectam com o público em um nível emocional, para além do cultural e social.

A perpetuação da hegemonia no imaginário cultural e social

O imaginário social é moldado e molda a nossa realidade através das imagens que consumimos diariamente. Através da comunicação visual que é base para uma sociedade midiaticizada, valores, crenças e identidades são transmitidos e transformados, criando um tecido cultural em constante evolução. No século XXI, a proliferação de imagens digitais intensifica esse processo, exigindo um olhar crítico e consciente sobre a influência que elas exercem em nossas vidas. As imagens não são apenas representações do mundo, mas também agentes ativos na construção de nossa percepção da realidade. A mídia constrói e reforça

identidades sociais, contribuindo para a manutenção do imaginário hegemônico.

Pensando nessas problemáticas Stuart Hall (2003) teoriza e problematiza as representações a partir de diversos estudos que destacam como as mídias constroem e reforçam as identidades sociais, incluindo aquelas que são marginalizadas ou oprimidas. Hall (2003) argumenta que a mídia não apenas reflete a realidade, mas a constrói, contribuindo para a manutenção do imaginário cultural hegemônico. A mídia não é um espelho neutro da realidade, mas sim um agente ativo na sua construção. As representações midiáticas não são simples reflexos do mundo, mas sim construções sociais que moldam nossa percepção da realidade. Todas essas representações passam pelo processo de decodificação e identificação proposto por Hall (2003). A noção de decodificação (2003, pp. 399-402) se refere aos diferentes modos como os indivíduos interpretam as mensagens midiáticas. Essa decodificação pode ser dominante, aceitando a mensagem tal como ela é; negociada, fazendo adaptações à mensagem; ou opositiva, rejeitando a mensagem. De qualquer maneira, conforme pontua Moraes (1997), é necessário que haja uma relação nessa decodificação.

Quando o significado não é reconhecido no processo de decodificação, o símbolo cai no vazio, não se efetiva a troca imaginária. Mas os símbolos não são neutros, uma vez que os indivíduos atribuem sentidos à linguagem, embora a liberdade de fazê-lo seja limitada pelas normas sociais. (Moraes, 1997, p. 4)

As representações midiáticas, além de conter significado inerente e simbólico, também são carregadas de ideologia, ou seja, de um conjunto de ideias e valores que servem aos interesses de determinados

grupos sociais, mais especificamente, grupos em suas relações de poder. Ao difundir essas ideias, a mídia contribui para a manutenção da hegemonia cultural, ou, o domínio de uma determinada visão de mundo. As representações midiáticas desempenham um papel crucial na construção de identidades sociais, ao mesmo tempo em que podem reforçar identidades dominantes, elas também podem marginalizar e excluir outras identidades. Faz-se necessário questionar a legitimação das representações que consumimos, desvendando os interesses a que elas servem e os efeitos que elas produzem em nossa sociedade, pensando criticamente a quais propósitos servem.

O processo pelo qual a elite julga levar a cultura às massas implica uma triagem da informação, e esta pré-seleção envolve, em maior ou menor grau, uma orientação ideológica, ou uma preferência ideológica, se quiserem. (Pignatari, 2008, p. 76)

Desafiar e transformar o imaginário social é um processo complexo e gradual, que envolve a desconstrução de ideias preconcebidas e a construção de novas narrativas. As formas de expressão cultural que provocam e desafiam o senso comum podem estimular a reflexão crítica e o questionamento de valores estabelecidos. A mídia alternativa incentiva a participação dos cidadãos na produção de conteúdo, democratizando a informação, o que envolve a ação de diversos atores sociais.

O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. (Moraes, 1997, p. 22)

Diante desses estudos e teorias, é fundamental desenvolver um olhar crítico sobre as imagens que são produzidas e consumidas. Ao compreendermos como elas são produzidas, como são interpretadas e como elas influenciam nosso imaginário, podemos nos tornar consumidores mais conscientes, engajados, e principalmente críticos capazes de questionar os valores e as ideias que estão por trás delas.

Processo de percepção e decodificação das representações imagéticas

O cinema, enquanto linguagem audiovisual, utiliza-se de uma gama de recursos visuais para além de contar histórias, mas também transmitir emoções e construir significados em todas as suas nuances. A percepção e decodificação dessas representações imagéticas é um processo influenciado por diversos fatores psicológicos e emocionais, tanto quanto pela bagagem pessoal a partir da perspectiva cultural, a história pessoal e as expectativas do espectador. A construção do significado na linguagem audiovisual passa por um direcionamento que é elaborado com intencionalidade, partindo da escolha de planos, ângulos, cores, movimentos e outros elementos visuais que contribuem para criação de uma narrativa, a evocação de emoções específicas e para a imersão do espectador na narrativa. O contexto cultural, histórico e social em que o filme é produzido e consumido influencia significativamente a forma como as imagens são percebidas e interpretadas, pois as referências culturais, símbolos, códigos visuais adquirem diferentes significados dependendo do contexto e da bagagem de mundo que o receptor possui. Por esse motivo o receptor não é agente passivo dessa transmissão de mensagem, ele se torna ativo no processo de criação de significado. As expectativas do espectador são moldadas a partir de

experiências anteriores, de conhecimentos prévios e o contexto social e cultural ao qual está inserido, e até o gênero cinematográfico, que cria e se utiliza de determinadas convenções, influenciam a forma como ele decodifica as imagens.

A decodificação não pode ser portanto um processo passivo, mas uma atividade ativa, não necessariamente consciente, que envolve a participação do espectador na construção de um significado. O espectador é capaz de estabelecer conexões entre as imagens e atribuir significados aos elementos visuais presentes nas narrativas midiáticas e imagéticas. A cultura desempenha um papel fundamental nesse processo de decodificação de imagens, já que diferentes culturas possuem códigos visuais, símbolos e valores que influenciam a forma como as pessoas interpretam certas imagens. A influência da cultura não está apenas na questão de identificação pessoal ao qual o espectador possa estar inserido, mas também na criação de uma bagagem cultural e de uma leitura de mundo externa ao contexto que se vive, portanto, está aí o peso da responsabilidade que certas representações carregam: elas também educam os demais espectadores.

Ainda que haja intencionalidade na criação das narrativas, a interpretação das imagens ainda é um processo subjetivo, influenciado pela história pessoal, pelas experiências e pelas emoções de cada espectador. O cinema, por exemplo, não reproduz a realidade de forma objetiva, mas a constrói através de representações. As imagens cinematográficas são uma versão da realidade, filtrada pela visão do diretor, da equipe e também pelos códigos visuais do cinema. A representação imagética pode ser, portanto, utilizada para manipular a percepção do espectador, ou melhor, direcionar a interpretação do receptor, induzindo-o a sentir

determinadas emoções e a adotar determinadas posições. Se por um lado, a complexidade do processo de decodificação torna cada vez mais difícil estabelecer interpretações únicas e definitivas, por outro lado, essa complexidade permite que o cinema seja uma forma de arte rica e versátil, capaz de gerar diversas interpretações e promover também a reflexão crítica.

Há de se destacar também a influência da tecnologia na percepção das imagens que são produzidas e consumidas, e importância da educação visual para desenvolver um olhar crítico sobre essas representações de mundo. Nos Estudos Culturais, a compreensão de como as representações imagéticas são percebidas e decodificadas é um tema central, e nos oferece uma perspectiva complexa sobre esse processo, enfatizando a natureza ativa e social da interpretação. Hall (2003) propõe que a comunicação não é um processo linear, onde a mensagem é simplesmente transmitida do emissor ao receptor. Ao contrário, a mensagem é produzida em um contexto específico e é recebida e interpretada de forma ativa pelos indivíduos, que trazem consigo suas próprias experiências, conhecimentos e valores e que envolve a construção de significados. Os indivíduos não apenas recebem a mensagem, mas a interpretam à luz de seus próprios códigos culturais e sociais, assim se dá a importância do contexto, que pode ser histórico, social e cultural no qual a representação imagética é produzida e também consumida, o que desempenha um papel fundamental na sua interpretação. Há de se considerar também as relações de poder imbuídas na simbologia dessas representações e como elas legitimam ideologias. A análise das representações imagéticas nos permite desvelar os mecanismos de poder que operam na sociedade.

As teorias da recepção e os Estudos Culturais nos oferecem boas ferramentas e oportunidades para analisar a complexidade das relações entre as representações imagéticas e os indivíduos, a fim de repensarmos os processos de produção, circulação e recepção das imagens, assim será possível desvelar os mecanismos de poder que operam na cultura visual e construir representações imagéticas mais justas e equitativas.

Considerações finais

Em suma, o imaginário social é um campo em constante transformação, onde as imagens desempenham um papel fundamental. Ao estudar e analisar esse fenômeno, podemos obter insights valiosos sobre a cultura contemporânea e sobre o papel que cada um de nós desempenha na construção desse imaginário cultural e social. A cultura visual é um universo de imagens que permeia o cotidiano coletivo e molda percepções, valores e identidades de formas complexas e sutis. Não se limita, porém, a simples representações, mas carrega ideologias completas e intencionais, atuando como um poderoso agente social, e tal qual as instituições, influenciando escolhas, comportamentos e relações coletivas. Através das imagens as narrativas, valores e identidades expostas moldam a compreensão e a leitura do mundo. As representações veiculadas pela publicidade, pelo cinema, televisão e redes sociais são alguns exemplos de como as imagens são utilizadas a fim de influenciar e direcionar nossas opiniões e comportamentos. A cultura visual acaba sendo uma espécie de campo de disputa de poder numa sociedade amplamente midiaticizada e mediada pela mídia. As imagens são utilizadas para legitimar determinadas visões de mundo, reforçar hierarquias sociais e naturalizar desigualdades. A análise crítica das representações criadas e

veiculadas pela cultura visual midiática nos permite identificar os possíveis interesses que estão por trás das representações e questionar os valores que são veiculados por elas, considerando a hegemonia cultural ao qual o contexto está inserido.

A era digital pode ter intensificado o impacto da cultura visual difundida pela sociedade midiaticizada. Essa ampla proliferação de imagens veiculadas pelas redes sociais, a possibilidade de personalização dos conteúdos e toda a interatividade que a nova tecnologia permite têm transformado a forma como as imagens são consumidas e produzidas. Há de se incluir e considerar a inteligência artificial e a realidade virtual que abrem novas possibilidades para a criação de experiências visuais cada vez mais imersivas, personalizadas e reais, porém que partem de um banco de dados que é retroalimentado a partir das experiências e interatividade do usuário. A memória não é algo totalmente individual, mas é também socialmente construída em coletivo e compartilhada também de forma coletiva. As imagens, considerando esse contexto, atuam como poderosas ferramentas de transmissão e de preservação da memória. A análise crítica de toda a representação simbólica audiovisual e midiática é indispensável para compreendermos os processos de construção da memória coletiva e de identificação social. Ao analisar os códigos visuais moldados às representações imagéticas e as narrativas que permeiam as produções audiovisuais, podemos identificar os possíveis interesses que estão por trás dessas representações e questionar as mensagens que elas apresentam. Stuart Hall (2003) destaca em seus estudos a importância de se analisar as representações, e propõe analisar como as imagens são utilizadas para construir e reforçar as relações de poder e a hegemonia cultural. A mídia, ao reduzir certas

representações a estereótipos e reproduzir hierarquias sociais, contribui como uma instituição para legitimar ideologias e para a manutenção da hegemonia cultural. É fundamental que haja uma educação midiática a fim de se incentivar o questionamento de tais representações, buscando construir narrativas mais justas e equitativas. A representação simbólica audiovisual também possui uma força poderosa na construção da memória coletiva e dos imaginários que permeiam o social. Ao analisar as imagens produzidas e consumidas é possível compreender como elas moldam visões de mundo, como direcionam leituras de mundo e como contribuem para a construção de identidades sociais. É fundamental que haja olhar crítico sobre a cultura visual contemporânea, para que não repita erros passados, a fim de se questionar os valores e os interesses por trás das representações construídas. Com isso, é possível construir um futuro midiático com imagens utilizadas para promover a diversidade, a inclusão e a justiça social.

Referências

Baudrillard, J. (1981). *Simulacro e simulação*. Gulbenkian.

Hall, S. (1973). Encoding and decoding in the television discourse. In S. Hall (Org.), *Culture, media, language*. Hutchinson.

Hall, S. (2003) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Editora UFMG.

Jenkins, H. (2006). *A cultura da convergência*. Aleph.

- Moraes, D. de. (1997). Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural. *Revista Contracampo*. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i01.364>
- Pignatari, D. (2008). *Informação. Linguagem. Comunicação*. Ateliê Editorial.
- Pires, M. da C. F., & SILVA, S. L. P. da. (2014). O cinema, a educação e a construção de um imaginário social contemporâneo. *Educação & Sociedade*, 35(127), 607–616. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200015>
- Rahde, M. B. F. (2006). Comunicação visual e imaginários culturais iconográficos do contemporâneo. *E-Compós*, 5. <https://doi.org/10.30962/ec.62>
- Santos, C. C. dos. (2013). As representações da América Latina no cinema hollywoodiano. *Revista Fórum Identidades*. <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/1774>
- Santos, S. S. S. dos. (2008) O processo de percepção e a cultura visual. In: *IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul - Intercom Sul*. UNOESC. http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/lista_area_INV06.htm

O VÍDEO COMO EXPRESSÃO E RUPTURA: NOVOS FORMATOS E ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO

Jhonatan Mata¹
Sara de Moraes²
Caio Ferreira³

Das narrativas do TikTok ao jornalismo audiovisual em múltiplas telas, das produções amadoras aos sites e redes institucionais, o vídeo, para recuperarmos os estudos de Arlindo Machado (1990), continua causando uma necessária “ruptura sem precedentes”. Por sua imagem mais maleável, aberta à manipulação de artistas e se ancorando em recursos como a distorção, desintegração de formas e instabilidade de

-
1. Doutor em Comunicação Ecopós -UFRJ/Blanquerna School Barcelona. Professor Permanente no - PPGCom-UFJF.
jhonatanmata@yahoo.com.br
 2. Doutoranda em Comunicação PPGCom - UFJF/ Ciac - Universidade do Algarve. Bolsista PDSE CAPES.
sarademoraes@gmail.com
 3. Doutorando em Comunicação PPGCom - UFJF. Bolsista CNPq.
caioffs84@gmail.com

enunciados, sua comunicação se efetiva tendo a abstração como recurso formal, podendo reconciliar imagens técnicas e produção estética. Ainda que concordemos com Philip Dubois (2004), que nos direciona para os problemas do vídeo com a questão da identidade (no plano histórico e econômico sempre lutou com universos de imagens fortes como as do cinema e da fotografia e no plano estético se movimenta entre o real e a ficção, o filme e a TV, a arte e a comunicação) é preciso admitir o vídeo como potente sistema de expressão e não apenas de registro.

Considerando a grande influência dos novos formatos com os adolescentes, a partir da ampliação e a possibilidade de veiculação e circulação das séries que, hoje, podem ser assistidas em aparelhos como notebook, smartphone e tablets, por meio das plataformas de streaming, alcançando abrangências mundiais, nosso trabalho culmina na observação da potência dessas estratégias de participação nos relatos orais obtidos nas oficinas realizadas em conjunto com adolescentes que integram o Projeto “Polijovem” (Fapemig), voltado para a literacia e fluência midiática e política. Num espaço fragmentado, liberto da representação da perspectiva clássica, o vídeo segue sendo um desafio também na educação. O que inclui fugir de sua subutilização, ao mesmo tempo em que se reconhece nele o princípio do agenciamento significativo e simultâneo das visões. Num espaço multiplicável e heterogêneo que muito pode dizer sobre nossas decomposições e recomposições – de imagens a identidades líquidas – também de infâncias e adolescências

A imagem do vídeo e novos formatos

Apostamos no vídeo como um sistema híbrido, com códigos significantes herdados do cinema, teatro, literatura, rádio e hoje computação.

Assim, o discurso videográfico pode ser caracterizado como “impuro por natureza” e sua especificidade, para Machado (1990) é justamente sintetizar todas essas contribuições, “tornando-se fenômeno cultural de demandas imaginárias, subjetivas e estéticas de uma época ou lugar”. Nascido na década de 1960, o vídeo já se estabelece num terreno de decadência na crença de uma “gramática natural do audiovisual”, ressaltada por movimentos como a *nouvelle vague* anti griffith, o underground dos EUA e o cinema novo no Brasil.

Assim sendo, no âmbito universitário, uma “semiótica videográfica” precisa dar conta desse fundamental hibridismo, da instabilidade de suas formas e da diversidade de suas experiências. Ou reduzirá toda a riqueza do meio a um conjunto de regras esquemáticas disfuncionais. Isto porque o vídeo também é um fenômeno de comunicação, com processos de trocas e diálogos pouco comuns em outros meios. Com isso, mesmo sem uma “lei estável de sua língua”, o vídeo comunica porque tem estruturas significantes comuns e inteligíveis a produtores, emissores e públicos que hoje também se hibridizam e se retroalimentam. Ao nos conduzir para um verdadeiro baile de metáforas e metonímias, o campo visual fechado do vídeo torna visível o recorte e força o olhar para aquilo que Eisenstein chama de “olho intelectual”, sensível às estruturas significantes (processos de articulação de sentidos). Estilizada e reduzida ao essencial, a imagem do vídeo nos convida a pensar na articulação dos planos como num trabalho de escritura de imagens, como um ideograma. Em alguns casos, a inexistência de uma “história amarra planos” cria associações complexas e abstratas, ocorrendo geralmente em locais iluminados, que desviam a atenção, tal qual nos vaudevilles. Assim, nos permitimos um “passeio pelos canais” (ou rolamos os feeds,

para sermos contemporâneos), e ainda somos “fisgados” por monitores de TV em metrô e aeroportos. O que nos leva a renovar constantemente a constatação de que o espectador videográfico é disperso, distraído, ainda despertado por ganchos de tensão nas narrativas de folhetins ou de reels. E ainda se utilizando de breaks que são, para além da publicidade, um “respiro da dispersão”.

Neste cenário, é útil analisar os pontos de expansão da imagem do vídeo com outras linguagens, as suas “extremidades”, conforme conceitua Christine Mello (2008) ao realizar um dos maiores levantamentos da produção videográfica brasileira. Para a pesquisadora, o vídeo hoje não pode ser classificado como algo “marginal”. Está onipresente sob a ampla designação “audiovisual”, também no videogame, no streaming, nas lives, na videoarte que se torna artigo de luxo nas galerias e implode a ideia de “media specific”, nas videografias amadoras em ascensão, na distribuição gratuita de vídeos pela internet (como YouTube). Assim, lugares de ocorrência, públicos, produtores e formas se tornam cada vez mais heterogêneos. Objeto camaleônico, o vídeo resiste às reduções e aos fanáticos por especificidades. E se alicerça, em suas extremidades, não apenas como tecnologia ou mídia mas como campo de tensões e apostas, vértice criativo de variadas práticas. A partir de novos formatos para a internet, o vídeo se ancora em três conceitos fundamentais apontados por Mello: desconstrução, contaminação e compartilhamento. Revigorando as ideias de “espalhamento de mídia” de Jenkins que mescla distribuição via broadcast e uma circulação híbrida via transações informais entre participantes comerciais e não comerciais ou mesmo de “vida midiática” de Mark Deuze (2013), num panorama em que a

remixagem na/da mídia (tal qual o faz um DJ) nos direciona de uma suposta comunicação de massa para “auto-comunicação de massa”.

No panorama contemporâneo, de 2016 a 2021, a quantidade de vídeos na internet saltou de cerca de 50 exabytes para cerca de 190 exabytes. Em 2023, o vídeo foi percebido como o formato mais “compartilhável” pela internet. O relatório Cultura e Tendências do YouTube 2023 traz informações coletadas em 14 países que nos interessam nessa reflexão: a geração Z é naturalmente tendente a criar conteúdo; 68% dos entrevistados gostam de assistir a diferentes formatos de vídeo em uma mesma plataforma; recursos que expandem os conceitos dos vídeos são bem vindos (e vão de closed caption a vlogs silenciosos, passando pela inserção de memes nas narrativas); 75% dos espectadores assistem a conteúdo de vídeo de formato curto em seus dispositivos móveis. Assim, novos formatos exigem estratégias distintas para áreas como jornalismo, publicidade e a própria divulgação científica. Táticas de SEO (como a preocupação com tags, descrição e mesmo o título dos vídeos), inscrição nos canais, frequência de postagem, observação das relações entre públicos e tempo dos vídeos passam a ser questões primordiais nos novos formatos para internet.

Destacamos, especificamente para este trabalho, a relevância contemporânea de formatos para a web como séries e webdocumentários. No caso das séries, percebemos um caminho de mão dupla. Primeiramente, cumpre ressaltar a tendência de séries “convencionais” atuais de incorporarem a linguagem da internet em suas narrativas. É como se nos deparássemos com várias “telinhas” ao recorrermos à grande tela do cinema, O produtor e diretor Timur Bekmambetov utiliza o termo “screen life movies” para definir o gênero do qual assina duas

superproduções. Suas produções de sucesso “Buscando” e “Amizade desfeita” possuem narrativas feitas por meio de telas de computador e smartphones. Em “Buscando” (2018) o sucesso da crítica se deu a partir de uma história centrada em um pai que busca por sua filha pelas “ruas invisíveis” da internet. O convite a refletir sobre as multitelas ou pedir ao público que realize escolhas reflete e é reflexo de recente pesquisa do Ibope (2021) que revelou que 95% das pessoas permanece conectada a internet enquanto assiste a filmes e séries, pela TV e pelo cinema.

Badersnatch (2019), o episódio interativo da série Black Mirror (que já discutia questões como cultura de fãs e haters, algoritmos e sociedade plataformizada em todos os outros episódios) nos serve como exemplo sintomático de uma segunda tendência das séries para internet, alicerçada na tentativa de oferecer o dinamismo ausente em histórias lineares. Com uma interatividade parecida àquela proporcionada pelos games, a produção traz experiência no formato “você decide”, num percurso de caminhos alternativos que é quase um “fluxograma em vídeo”. E que possibilita escolher do vinil que o personagem irá comprar à pessoa da ficção que irá enterrar ou esquartejar, alterando os rumos da história. A internet- e sobretudo o streaming nesses casos- operam na emancipação (ainda que por vezes tímida) de um espectador ativo, co-autor das narrativas seriadas em telas, que quer estar no controle ou mesmo ser surpreendido. E reconfigura, ainda, os tempos de fruição e disponibilização dos episódios.

Para além da indústria do audiovisual e do “mainstreaming”, nas universidades brasileiras, alunos e professores testam essas transgressões narrativas. Caso da produção “Trapézio”, trabalho do curso de cinema da USP, que usou o sistema de TV digital brasileiro para criar

um filme com quatro finais alternativos escolhidos pelo espectador. Luiz Arduino (2021) configura inclusive um procedimento metodológico de análise viável para séries, considerando a grande influência do formato com a juventude, a ampliação e a possibilidade de veiculação e circulação das séries que, hoje, podem ser assistidas em aparelhos como notebook, smartphone e tablets, por meio das plataformas de streaming, alcançando abrangências mundiais. Além de disponibilizar séries e filmes para consumo como entretenimento, empresas como a Netflix, ao passarem a produzir seus próprios filmes e séries, aumentam sua participação no mercado e competem com diversos canais de TV norte-americanos, que até alguns anos atrás detinham a exclusividade na produção de séries de TV.

O sucesso da série brasileira “Cidade invisível”, que aborda lendas do folclore brasileiro e “fura a bolha” do mainstreaming internacional pode ser visto como um sintoma aqui. O cenário atual se configura na ampliação das formas de produção e consumo de produções audiovisuais, já que elas vêm se tornando o resultado das dinâmicas dos telespectadores, ou seja, com a convergência e novas formas de consumo, elas acabaram se destacando dentro e fora dos modelos tradicionais de televisão. Silva estabelece três condições que reconfiguram a série contemporânea: A primeira condição se pauta no desenvolvimento de novos modelos narrativos, linguagens e composição, sem deixar de ter a existência de modelos de narrativas clássicas. Já a segunda condição diz respeito ao contexto que permitiu novas formas de consumir este conteúdo. A terceira condição refere-se ao aumento da participação do público por meio da cultura participativa, abordada por Jenkins, das comunidades de fãs e do engajamento destes.

Essa cultura da participação também é carro chefe do formato webdocumentário. Ele é por nós vislumbrado como extensão da linguagem televisiva e cinematográfica com as especificidades da rede. E parte do princípio da participação da audiência através da interatividade. O usuário participa da ação escolhendo como navegar no ambiente podendo ou não, escolher as cenas e sequências a serem navegadas. Explorando ideias bakhtinianas de constituição do sujeito na relação de interação social com o outro ou de Fernão Ramos (2008) ao salientar que o cinema documentário tem na tripla interação personagem-documentarista-espectador seus alicerces, no webdocumentário se estabelecem trocas intensas e processos de significação, aprendizagem, emoção e descobertas através da interatividade. Assim, ao estabelecer-se como produção colaborativa, este formato permite ao usuário compartilhar o evento, incorporando seu ponto de vista por meio de recursos como textos, fotos e vídeos.

É importante observarmos aqui o que demarca Oliver Crou (2010), de que o webdoc não se trata de um formato essencialmente cinematográfico ou televisivo que encontra na internet apenas um espaço de difusão. Trata-se, sobretudo, em termos de narrativa, de um produto que permite a navegação não linear, capaz de permitir ao público um percurso único, ancorado em mídias locativas, fóruns de comentários e outros desdobramentos via redes sociais. Segundo Penafria, para a Internet, o documentário se constitui como um patrimônio de referência (mesmo que seja para lhe serem abaladas ou negadas certezas); e tanto o meio como o neologismo webdocumentário vêm, definitivamente, afirmar que o próprio termo “documentário” não possui um significado estável e delimitado.

O documentário não se define, experimenta-se; e a mais recente experimentação são os webdocumentários que surgem numa moldura de tecnologia exacerbada, onde os meios são cada vez mais interativos, não-lineares e, acima de tudo, personalizáveis. Seja numa abordagem centrada ou global, com uma navegação disseminada ou cumulativa, como aponta Penafria, a relação das obras com o usuário exige movimento, ação física, pois é necessário clicar em ícones, fazer escolhas, selecionar percursos. É precisamente esta exigência de ação física que torna o espectador em utilizador. Ainda que as escolhas estejam sujeitas às possibilidades que lhe são fornecidas, o utilizador é convocado a seguir o seu próprio percurso e demorar o seu próprio tempo.

É conveniente mencionar aqui os estudos de Maíra Gregolin (2002), que ressalta que pensar em web-documentário significa resgatar a função original do documentarismo e explorar também o seu potencial educativo, seja pelo tom experimental e riqueza narrativa deste formato ou pela reflexão sobre a abordagem do tema escolhido pelo documentarista. Desse modo, a relevância contemporânea do formato pode ser observada também no seu destaque acadêmico. Para isto, basta observar o crescimento de artigos envolvendo a temática submetidos aos eventos regionais e nacionais da Intercom, bem como a presença maciça de webdocumentários concorrendo ao Prêmio Expocom, que abriga projetos experimentais em comunicação no âmbito da graduação. O webdocumentário “Invisíveis”(2018), feito por acadêmicos de comunicação da Universidade Feevale, por exemplo, aborda, de forma multimídia, experiências de pessoas em situação de rua no Sul do país, que enfrentam não só a violência física, mas também o julgamento e o preconceito. No âmbito extra-acadêmico, a obra “Rio de Janeiro;

autorretrato” (Cross Content/Marcelo Bauer/ 2012) é uma iniciativa multiplataforma que aborda o trabalho dos fotógrafos da Escola de Fotógrafos Populares da Favela da Maré, no Rio. Totalmente filmado em comunidades populares do Rio, explora a integração e inter-relação dos diversos meios e foi vencedor do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos em 2011.

Direcionamos, a seguir, nossas “objetivas-subjetivas” para o contexto do projeto de extensão com interface em pesquisa Polijovem. A iniciativa, coordenada pelo professor Jhonatan Mata e financiada pela Fapemig, pretende compreender o papel da produção do jornalismo político infantojuvenil no desenvolvimento de fluências políticas e midiáticas do jovem cidadão, contrapondo as ideias traçadas no papel - quando da submissão da proposta- com as primeiras impressões apreendidas da observação participante em um colégio estadual, situado no bairro São Mateus, em Juiz de Fora (MG), onde a proposta começou a ser implementada em 2023.

O vídeo no agenciamento de visões da/sobre a juventude: as meninas (e meninos) dos olhos do Projeto Polijovem

A “tiktokização” das narrativas audiovisuais, a sugestão de jovens em oficina crítica de que o telejornal poderia trazer videocliques da cantora Beyoncé em suas edições, o aumento de 4.900% no consumo do formato live durante a pandemia, a utilização de gramáticas imagéticas profissionais realizada por amadores, possibilitada por um acesso às tecnologias, ainda que desigual (e o caminho inverso, de utilização do verniz amador e sua aparente informalidade nas produções profissionais), a ascensão do cinema -e das expressões criativas,

ainda que um recorte - coreanos no Oscar rompendo monopólios do discurso audiovisual são apenas alguns dos sintomas contemporâneos que mapeamos em nossas pesquisas, oficinas, aulas e outros eventos, realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa Sinestelas (CNPq) e dos projetos Polijovem (Fapemig- extensão em interface com a pesquisa), “Pró-polis” e “Música para olhos e ouvidos” (Treinamento Profissional UFJF). E que podem “ilustrar” a urgência de se estudar as visualidades enquanto visão socializada, num contexto de ecologia pluralista da comunicação proposto por Santaella (2010). Ou mesmo de culturas híbridas apresentado por Canclini (1990), no qual a inserção da cultura nas relações sociais mudou e onde aproximar “espacial e humanamente” as coisas se tornou uma aspiração dos cidadãos “reemplazados” por algoritmos (Canclini, 2021).

No caso específico do Projeto Polijovem, no qual adolescentes matriculados no 1º ano do Ensino Médio de uma escola municipal da cidade de Juiz de Fora têm a oportunidade de aprimorar fluências políticas e midiáticas, nosso foco se volta para um cenário qualitativo, de cunho exploratório com observação participante, como perquisadores-insider (Amaral, 2008), uma vez que os proponentes participariam do processo analisado por compartilharem conhecimento técnico e teórico junto ao grupo de amostragem. A implantação e realização de atividades junto a um projeto piloto de produção de audiovisuais - que inclui oficinas a respeito de conceitos básicos da publicidade e propaganda bem como do jornalismo político e da produção audiovisual serviu de base para mapear sintomas e tendências de participação e produção por parte dos adolescentes.

Da (ilegítima) vergonha à representação por inteligência artificial: representações no Polijovem

O Projeto de Extensão em Interface à Pesquisa Polijovem, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais (Fapemig) busca, por meio de oficinas, estimular tanto a fluência midiática quanto a política, em uma construção dialógica de conhecimento, uma vez que partimos do pressuposto que as vivências sociais e tecnológicas dos adolescentes precisam ser tomadas como parte desse processo. Durante nossas observações, notamos certa desconfiança dos adolescentes participantes do projeto com a figura do profissional de mídia e do jornalista. “Ninguém merece tanta notícia ruim. E nem dá para confiar nelas!”, relatou uma das alunas. Por outro lado, percebeu-se ainda dificuldade no discernimento da notícia. Um adolescente reclamava da ausência de discussões sociais na televisão, outro se propunha a fazer um programa sobre as crianças de Marajó que, de acordo com desinformação recorrente à época da coleta destes relatos, estariam sofrendo suposta exploração sexual.

Há uma demanda quase que uníssona por mais leveza e descontração nas produções audiovisuais, mesmo que os temas sejam complexos. Uma participante teceu elogios ao formato do programa sensacionalista Alerta Nacional, exibido pela Rede TV e apresentado por Sikêra Júnior: “como ele é muito divertido, acho que deveriam colocar mais o Sikêra (...) colocar a morte de alguém, falar sobre alguma tragédia, depois outros assuntos igual política com uns diálogos assim, mais divertidos, para descontrair”. Ao serem inquiridos sobre que produção fariam, todos pensaram em canais próprios em plataformas digitais como espaço prioritários de suas representações. Uma participante propôs

a necessidade de um programa que falasse sobre as leis e a violência contra a mulher “isso poderia ajudar muita gente que nem sabe o que está sofrendo porque não entende os seus direitos”. Outra apontou o pouco conhecimento relacionado à educação sexual para adolescentes: “Muitos pais trabalham o dia inteiro, então o adolescente fica mais com o celular. Se ele tivesse um conteúdo, com o tempo que ele tem, estaria aprendendo algo (...). Como que você pode saber se uma coisa é legal ou não, se prevenir, sem se informar?”

Existe um reflexo da migração da notícia para as plataformas digitais como meio para “fugir” de uma “mídia tendenciosa, que olha só um lado”, mas também denunciar manipulações, denotando a consciência da alteração de sentido por meio de cortes e edições. Uma participante do projeto se propôs a criar um canal para falar de política: “A gente tem que mostrar a verdade. E a mídia precisava ir mais a fundo. Porque se você for acompanhar só pelo TikTok, vai ver que eles fazem muito corte com a fala dos políticos. Eu mostraria a verdade - tudo sem cortes mesmo - e mostraria os dois lados”.

Os desejos de construção audiovisual, no entanto, esbarraram em outros elementos, como percebemos nos encontros seguintes. Propusemos simular um processo eleitoral no qual alguns grupos fariam as vezes dos partidos políticos, um da imprensa e um responsável pela votação e andamento das campanhas. Os candidatos seriam os livros do 1º ano do Ensino Médio indicados pelo Programa de Ingresso Seletivo Misto da Universidade Federal de Juiz de Fora (PISM - UFJF). Em um primeiro exercício de “defesa de candidatos”, utilizando elementos de entretenimento (esportes, séries, filmes, artistas, gêneros musicais), os participantes se valeram de elementos políticos em seus argumentos

- defesa da manifestação cultural como representação da sociedade, necessidade do desporto, uso de determinadas músicas para manifestação da insatisfação.

No passo seguinte, no entanto, os participantes apresentaram certa dificuldade para implementar ações práticas de cunho midiático. Conheciam aplicativos de edição de vídeo e imagem, mas possuíam pouco domínio de elementos estéticos (iluminação e composição, por exemplo) e técnicos (qual a função de um *slogan* ou um *jingle*) - o que os faziam apelar para ideias prontas já disponibilizadas pelas plataformas. A vergonha de aparecer em frente a uma câmera ou ter sua voz registrada também foi suprida por recursos de Inteligência artificial para simulação de som e imagem.

Considerações finais

Apostamos, tal qual o faz Dubois (2004), numa elasticidade temporal das imagens da nossa época, ao pensarmos na imagem do vídeo e em novos formatos consumidos e produzidos por jovens. Recuperando a etimologia do verbo vídeo - o ato mesmo do olhar - ou, para Dubois, na obra “Cinema, vídeo, Godard”, a “raiz de todas as formas de representação visual”, imagem-ato podemos considerar que o vídeo tem sim estética própria. Que, para além da montagem clássica cinematográfica, pode trocar ou relativizar o modo narrativo pelo modo plástico da videoarte ou o modo documentário - apelando para o real em suas estratégias de representação - ambos com um senso constante de ensaio, de pesquisa, de experimentação e inovação.

Desse modo, a videocriação permanece cimentando suas bases em práticas que privilegiam a mixagem de imagens mais que a montagem

de planos. E investindo na sobreimpressão, na incrustação, nas janelas, recortes e justaposições. Assim, criam-se verdadeiros palimpsestos imagéticos e psíquicos que constituem toda a percepção subjetiva, toda memória e todo devaneio. No contexto das atividades propostas no projeto de Extensão em Interface à Pesquisa Polijovem, notamos a efetiva atração do grupo de adolescentes por produções remixadas e/ou ressignificadas como espaços para apropriação de informações relevantes na medida em que as produções audiovisuais hegemônicas perdem sua “credibilidade”, ao passo que demonstram interesse, na programação televisiva, por programas que alternam informação e entretenimento ou ainda os que exacerbam e tensionam a verdade, como é o caso de alguns programas sensacionalistas. Há que se pontuar que, mesmo despidas, em certa medida, do manto de referência da verdade, essas mesmas produções servem de base para outras montagens, seja na sobreposição que repercute a produção e expressa opinião sobre a produção original (*react*) ou na construção ressignificada do vídeo em tom jocoso do meme.

Num espaço fragmentado, liberto da representação da perspectiva clássica, o vídeo segue sendo um desafio também na educação. O que inclui fugir de sua subutilização, ao mesmo tempo em que se reconhece nele o princípio do agenciamento significativo e simultâneo das visões. Nesse aspecto, encontramos ainda dificuldade do adolescente interagente sair do seu papel de simples espectador para construir um material audiovisual direcionado, inserido em um contexto de sala de aula. Mas isso não exclui outros espaços de expressividade audiovisual, uma vez que, vale pontuar, o jovem não exerce sua sociabilidade apenas na posição de “estudante” - o que nos leva a questionar em que

medida a escola, enquanto instituição disciplinante, acaba por limitar a representação audiovisual criativa desses indivíduos - um espaço que também é multiplicável e heterogêneo que muito pode dizer sobre nossas decomposições e recomposições - de imagens a identidades líquidas.

Referências

Amaral, A. (2009) Autonetnografia e inserção on-line: o papel do pesquisador-insider nas práticas Comunicacionais Das Subculturas Da Web. *Revista Fronteiras*, 11(1), 14.

Crou, O. (2010) *Qu'est-ce que le webdocumentaire?* [video]. <http://webdocu.fr>

Deuze, M. (2013). Viver como um zumbi na mídia (é o único meio de sobreviver). *Revista Matrizes*, 7, 113-129. <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69409>

Dubois, P. (2004). *Cinema, vídeo, Godard*. Cosac Naify.

Machado, A. (1990). *A arte do vídeo*. Brasiliense.

Mata, J. (2019). *O amador no audiovisual: conteúdos gerados por cidadãos comuns*. Editora UFJF

Mata, J & Moraes, S. (2023). Miúdos a Votos: quando literacia midiática e política se encontram. *Contracampo*, 42(2), 1-15.

Mello, C.(2008). *Extremidades do vídeo*. Ed. Senac.

Moraes, S. R. (2007). *Governo eletrônico, liberdade e controle* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora].

Peruzzo, C. M. K. (2018). Apontamentos para epistemologia e métodos na pesquisa em Comunicação no Brasil. *Comunicação e sociedade, I*(33). <http://journals.openedition.org/cs/287>

Ramos, F.P. (2008). *Mas... Afinal, o que é mesmo documentário*. SENAC.

Relatório Cultura e Tendências do YouTube 2023. https://services.google.com/fh/files/newsletters/youtube_culture_trends_report_2023_pt_br.pdf

OS IMPACTOS POSITIVOS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DO ECOSSISTEMA COMUNICACIONAL

*Silvia Aparecida do Carmo Rangel¹
Vicente Gosciola²*

O ecossistema comunicacional contemporâneo, com sua rede complexa de meios, plataformas e tecnologias desempenha um papel de extrema relevância na construção da cidadania, em um mundo amplamente conectado, com capacidade de produzir, disseminar e consumir informações em tempo real, é perceptível a transformação na maneira como os cidadãos interagem e se relacionam com a sociedade. Este ecossistema comunicacional contribui com a democratização da informação e oferece múltiplos impactos positivos que fomentam a cidadania

-
1. Doutoranda PPGCOM Anhembi Morumbi, professora dos cursos de Gestão do UNIPIAGET.
drasilviarangel@gmail.com
 2. Doutor em Comunicação pela PUC-SP. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi.
vicente.gosciola@gmail.com

ativa, a inclusão social e o empoderamento comunitário. A internet e as redes sociais popularizam o acesso ao conhecimento, permitindo que pessoas de diferentes condições socioeconômicas acessem informações anteriormente restritas, promovendo a inclusão digital e reduzindo as barreiras para a efetiva participação cidadã.

O Ecossistema Comunicacional Contemporâneo e a Construção da Cidadania

O avanço tecnológico nas últimas décadas, em especial com o surgimento e popularização da internet e plataformas digitais, transformou profundamente o ecossistema comunicacional e, com ele, a maneira como os indivíduos interagem com a sociedade. Esse novo cenário comunicacional, com sua complexa rede de meios e tecnologias, tem desempenhado um papel central na construção da cidadania, ao permitir maior acesso à informação, ampliar a participação social e fomentar o empoderamento das comunidades, em um mundo conectado, a comunicação em tempo real possibilita novas formas de interação e engajamento, gerando impactos profundos na cidadania ativa e na inclusão social.

O conceito de ecossistema comunicacional refere-se ao conjunto de mídias, plataformas, tecnologias e processos que permitem a criação, disseminação e consumo de informações. Com o advento da internet e das redes sociais, essa rede tornou-se cada vez mais complexa e multifacetada. Segundo Manuel Castells, “a internet e as redes digitais criaram um novo espaço de interação social que ele chamou de ‘espaço de fluxos’, onde as fronteiras físicas são superadas, e as interações humanas acontecem em uma dimensão global e em tempo real” (Castells, 2009,

p. 502). Nesse contexto, os cidadãos deixam de ser meros receptores de informação e tornam-se também produtores de conteúdo.

A interatividade das redes sociais e plataformas digitais permite que os indivíduos não apenas consumam, mas também contribuam com a disseminação de informações, gerando um ambiente de comunicação descentralizado, no qual a informação não é mais monopolizada por grandes corporações midiáticas, mas pode ser criada e compartilhada por qualquer pessoa com acesso à internet. Esse fenômeno tem contribuído para a democratização da informação, promovendo uma maior pluralidade de vozes e perspectivas no debate público, abrindo espaços nas comunidades para discussões sobre as políticas públicas, garantia de direitos e desenvolvimento econômico local, em grupos organizados por lideranças comunitárias.

O acompanhamento, observação e coleta dos dados do material produzido na AAMAE (Associação de Assistência a Mulher, ao Adolescente e a Criança Esperança) nas oficinas de audiovisual e na construção do curta metragem a *Rixa do Badra* (2023) produzido para as Mostras Internacionais de Curtas-Metragens do Alto Tietê na comunidade do Bairro Miguel Badra, no município de Suzano é perceptível o avanço da comunicação através da produção audiovisual que fortalece a voz das crianças e adolescentes, levando-os para lugares distantes, onde sequer imaginariam atingir, com um horizonte de oportunidades e progressos.

Democratização da Informação e Inclusão Digital

A relação estratégica entre a câmera, o sonho e a realização estão explícitos nos documentários que permitem a produção e a representação documental das periferias, ausentes na mídia hegemônica, trazendo

reflexões que são segundo Faye Ginsburg “questões importantes sobre a política e a circulação do conhecimento em vários níveis” (Ginsburg, 2006, p. 133). Uma das principais contribuições do ecossistema comunicacional contemporâneo para a cidadania é a democratização, o acesso a uma pluralidade de informações, que anteriormente era restrito, com o acesso ao conhecimento restrito a uma parcela da população que tinha meios para obter livros, jornais e outros veículos de comunicação, com o advento da internet, isso mudou significativamente. Atualmente pessoas de diferentes condições socioeconômicas podem acessar uma vasta gama de informações e conhecimentos que, antes, eram inacessíveis. Como aponta Henry Jenkins “as redes digitais criaram um ambiente no qual o acesso à informação é universal, superando barreiras econômicas, geográficas e culturais” (Jenkins, 2008. p. 27).

No entanto, essa democratização da informação só se torna efetiva com a inclusão digital, que representa a capacidade de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à internet e às tecnologias necessárias para usufruir das oportunidades oferecidas por esse novo sistema de comunicação. Pierre Lévy destaca que “a internet não é apenas um espaço de acesso à informação, mas também um espaço de inclusão e de troca cultural” (Lévy, 1999, p. 17), indicando que as plataformas digitais podem ser usadas para reduzir desigualdades e promover a justiça social, desde que a inclusão digital seja promovida de maneira ampla e eficaz. A construção de um processo de empoderamento e participação cidadã é real quando a voz adquire eco e passa a ser presente em esferas participativas, conselhos de direitos e na fomentação de políticas públicas que atendam as reais necessidades da comunidade em seu território.

A investigação sobre como o cenário periférico favorece a inclusão audiovisual, projetada pela sociedade civil organizada, através do desenvolvimento de programas culturais contribui para o fortalecimento de políticas tecnológicas e comunicacionais, popularização do acesso ao conhecimento e inclusão, permitindo que pessoas de diferentes condições socioeconômicas acessem informações anteriormente restritas. Os princípios de Paulo Freire (1996) sobre educação são fundamentais para compreender como as tecnologias podem ser utilizadas para evitar a passividade e fomentar uma cultura de participação ativa e crítica.

Cidadania Ativa e Participação Social

A cidadania ativa se refere à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, seja por meio do voto, articulações sociais em rede ou por meio de outras formas de engajamento cívico, e o ecossistema comunicacional contemporâneo facilita essa participação ao fornecer plataformas nas quais as pessoas podem expressar suas opiniões, se identificando nas ideologias e vulnerabilidades compartilhando informações e organizando movimentos sociais. As redes sociais, por exemplo, tornaram-se espaços de mobilização política e social, permitindo que grupos de pessoas se organizem de maneira rápida e eficiente em torno de causas e questões sociais, aproximando universos de acordo com suas respectivas demandas.

Um exemplo claro desse fenômeno é o uso das redes sociais em movimentos sociais contemporâneos. Como observado por Castells, “os movimentos sociais das últimas décadas, como a Primavera Árabe e os protestos por direitos civis, têm sido impulsionados pela comunicação digital, que permitiu a coordenação de ações e a disseminação de

mensagens em escala global” (Castells, 2013, p. 15). Isso demonstra como o ecossistema comunicacional contemporâneo pode fomentar a cidadania ativa, ao permitir que os cidadãos exerçam influência direta sobre os processos sociais e políticos.

As atividades desenvolvidas nas oficinas de comunicação e audiovisual proporcionam as crianças e adolescentes da comunidade do Miguel Badra uma experiência essencial para o desenvolvimento enquanto sujeitos de direitos, são fortalecidos em seu território para que participem ativamente dos espaços de liderança comunitária, dos conselhos articuladores dos direitos e possam interagir na perspectiva de contribuir para uma vida mais digna, com acesso a uma infraestrutura mínima e qualidade de vida.

Produção Audiovisual *Rixa do Badra*: cidadania e inclusão

A produção audiovisual *Rixa do Badra* é resultado de um projeto de arte-educação que visa promover a cidadania por meio da expressão cultural e artística de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O curta metragem foi desenvolvido como parte de um programa que utiliza o cinema e o audiovisual como ferramentas de inclusão e mobilização social. Nesse contexto, o projeto proporciona aos jovens a oportunidade de refletir sobre suas realidades cotidianas, abordando temas relevantes como a violência, o preconceito e as dinâmicas sociais presentes em suas comunidades. Através do processo de criação cinematográfica, os participantes são encorajados a compartilhar suas experiências de vida e a construir narrativas que desafiem estereótipos negativos frequentemente associados às periferias urbanas.

O SCFV Mentas Brilhantes, da AAMAE, atua diretamente com crianças e adolescentes do bairro Miguel Badra, uma região marcada por altos índices de vulnerabilidade social, utilizando atividades culturais, educacionais e artísticas, criando um ambiente de acolhimento e desenvolvimento, com oportunidades de expressão e fortalecimento de suas identidades culturais. O projeto de audiovisual emerge como uma resposta à necessidade de ampliação dos espaços de voz dessas populações marginalizadas, utilizando a arte como meio de conscientização e empoderamento. A educação deve ser um processo de conscientização, em que os indivíduos reconheçam suas capacidades e possibilidades de intervenção na realidade do território, nesse sentido, o projeto de arte-educação desenvolvido pela AAMAE atua como uma plataforma de emancipação, permitindo que os participantes reflitam sobre suas condições de vida e assumam um papel ativo na transformação de suas realidades.

O curta-metragem *Rixa do Badra* foi fruto de um processo colaborativo, no qual os jovens participaram ativamente de todas as etapas de produção: desde a elaboração do roteiro, passando pela filmagem, até a edição final do vídeo, um envolvimento direto que proporcionou um ambiente de aprendizagem prática, no qual os adolescentes desenvolveram habilidades técnicas e criativas relacionadas ao audiovisual. Durante a produção, foram realizados debates e oficinas sobre questões sociais e culturais que impactam a vida desses jovens, como violência urbana, preconceito e a importância da união comunitária. Essas discussões foram fundamentais para a construção do enredo do curta-metragem, que reflete de maneira autêntica os desafios enfrentados pelos moradores do bairro Miguel Badra. O filme aborda conflitos interpessoais, comuns na juventude, e busca promover a resolução pacífica desses conflitos,

ênfatizando o diálogo e a convivência pacífica. O curta metragem *Rixa do Badra* exemplifica como o cinema pode ser uma ferramenta poderosa para a construção de narrativas locais, dando visibilidade às realidades periféricas e promovendo a reflexão crítica sobre as condições sociais que moldam essas comunidades.

O curta *Rixa do Badra* foi premiado em dois festivais de curtas-metragens do estado de São Paulo, o que não apenas ampliou o alcance da produção, mas também reforçou a autoestima dos jovens envolvidos no projeto. Foi a primeira oportunidade de se verem representados de maneira positiva nas telas, o que teve um impacto significativo em suas percepções de pertencimento e valor social. Além do reconhecimento externo, o projeto trouxe transformações internas importantes, os participantes relataram sentir-se mais confiantes e motivados para continuar desenvolvendo suas habilidades no campo audiovisual, reforçando a importância da colaboração, do trabalho em equipe e da capacidade de resolver conflitos de maneira pacífica.

A inclusão do audiovisual no processo educativo se mostrou uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento da cidadania ativa, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, no caso do *Rixa do Badra*, o curta-metragem permitiu que esses jovens ressignificassem suas identidades, encontrando na arte uma forma de resistência e de afirmação cultural. Um exemplo concreto de como a arte-educação pode transformar vidas, especialmente em comunidades marginalizadas. Ao proporcionar um espaço de expressão e reflexão, o projeto desenvolvido pelo SCFV Mentas Brilhantes da AAMAE contribuiu para o empoderamento de crianças e adolescentes, oferecendo-lhes uma plataforma para contar suas histórias e desafiar estereótipos. Através do

projeto de audiovisual, os jovens participantes se reconectaram com suas realidades de forma crítica, assumindo um papel ativo na construção de suas próprias narrativas. O sucesso do projeto reforça a importância de investir em iniciativas culturais que promovam a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade.

Empoderamento Comunitário, Desafios e Perspectivas

Outro aspecto relevante do ecossistema comunicacional contemporâneo é o empoderamento comunitário, que se refere à capacidade das comunidades de utilizar as tecnologias de comunicação para fortalecer seus vínculos sociais, promover suas identidades culturais e enfrentar desafios locais, ampliando o desenvolvimento social, cultural e econômico. Os espaços comunitários oferecem amplo acesso tecnológico para que cidadãos tenham a oportunidade de criar e disseminar suas produções em plataformas de vídeos como *YouTube*, *TikTok* e *podcasts*, configurando um impacto positivo significativo, que valoriza o conteúdo e o território periférico, diversificando e legitimando diferentes narrativas e experiências, fortalecendo a pluralidade democrática

Plataformas digitais como blogs, redes sociais e canais de vídeo permitem que comunidades marginalizadas ou invisibilizadas tenham voz, compartilhem suas experiências e encontrem soluções coletivas para os problemas que enfrentam. De acordo com Freire “a comunicação dialógica é essencial para a construção da consciência crítica e para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e participativa” (Freire, 1970, p. 53). Nesse sentido, o sistema de comunicação contemporâneo oferece às comunidades ferramentas poderosas para o empoderamento

e a inclusão rompendo barreiras da marginalização e invisibilidade. Gosciola (2008) analisa a expansão das narrativas através de várias plataformas, criando um ambiente rico e imersivo que permite uma nova forma de engajamento do público, aspecto crucial para compreender a influência das narrativas no contexto da cidadania e da participação social em uma sociedade conectada.

Apesar dos muitos benefícios proporcionados pelo avanço do sistema de comunicação contemporâneo nas periferias, também existem desafios a serem enfrentados como a disseminação de *fake news*, por exemplo, que é um problema crescente e pode comprometer a qualidade da informação disponível, prejudicar o debate público e manipular a criticidade dos indivíduos.

A desigualdade no acesso à internet ainda é uma realidade em muitas regiões do mundo, o que impede que a democratização da informação e a cidadania ativa sejam plenamente alcançadas, temos uma defasagem no conhecimento tecnológico que agrava a condição de vulnerabilidade e exclusão. Nesse sentido, é fundamental que os governos e a sociedade civil promovam políticas públicas que garantam o acesso universal à internet, invistam na alfabetização midiática e digital, proporcionem fomentos para o desenvolvimento de projetos culturais nas comunidades para que os cidadãos possam não apenas acessar informações, mas também desenvolver habilidades reflexivas e críticas para avaliar a qualidade das informações, sua veracidade e ativamente participar na formação de conhecimento dentro do seu território.

Conclusão

O ecossistema comunicacional contemporâneo nas periferias, com sua vasta rede de plataformas e tecnologias, oferece um amplo

potencial para a construção de uma cidadania mais ativa e inclusiva, efetivamente participativa. Ao democratizar o acesso à informação fornecendo ferramentas para a expressão de suas necessidades, articulação comunitária e organização social, esse novo ambiente comunicacional de valorização do sujeito pode ser um catalisador para a transformação social e o empoderamento comunitário.

No entanto, para que esse potencial seja plenamente real, é essencial enfrentar os desafios relacionados à inclusão digital, à qualidade da informação e à alfabetização midiática. Como ressalta Castells, “a internet, como toda tecnologia, é apenas uma ferramenta; o que determina seu impacto é a forma como é usada e os valores que a orientam” (Castells, 2013, p. 13) sendo necessário redefinir propostas para mensurar os impactos e promover um avanço no conhecimento tecnológico diante dos avanços do ecossistema comunicacional na periferia. A articulação e a contribuição dentro da realidade comunitária periférica contribuem para a valorização de sua dignidade e a presença de conteúdos culturais favoráveis a um intercâmbio cultural que valorize o respeito e a diversidade, elementos essenciais para a consolidação da inclusão, exercendo um impacto profundo e positivo na construção da cidadania.

Ao democratizar o acesso à informação, empoderar indivíduos, promover a educação tecnológica, incentivar a transparência, a inovação social e valorizar a diversidade cultural, este ecossistema dinâmico transforma a maneira como os cidadãos interagem com o mundo e participam da estrutura comunitária, ampliando suas potencialidades junto a sociedade, fortalecendo o processo de transformação que é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Projetos Sociais com foco em comunicação audiovisual transpõe a realidade nas telas e solidificam o impacto na formação cidadã.

Referências

Castells, M. (1996). *The information age: Economy, society, and culture. Volume I: The rise of the network society*. Blackwell Publishers.

Castells. M. (2009). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

Castells. M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Ginsburg, F. (2006). Rethinking documentary in the digital age. *Cinema Journal*, 46(1), 128-133.

Gosciola, V. (2008). *Roteiro para os novos tempos*. Editora Senac.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MÍDIAS ALTERNATIVAS NO CONTEXTO DIGITAL: OS EXEMPLOS DO FALA ROÇA E DO INFOAMAZÔNIA

Raul Ramalho¹

Dentro das discussões a respeito de como indivíduos ou grupos podem ou conseguem influenciar nas decisões que determinam os rumos das sociedades em que vivem, há um intenso debate, no âmbito teórico, sobre o que deve ser considerado participação política. Ou seja, o que, efetivamente, produz alguma consequência, para manter ou mudar determinada situação política, social e/ou cultural, a partir de tensionamentos diversos.

Carpentier (2017) e Carpentier et al. (2019) entendem, a partir da ciência política, que, para haver participação, o poder precisa ser

1. Doutor em Estudos da Mídia (UFRN, Brasil) e em Ciências da Comunicação (UBI, Portugal).
Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba (Brasil).

distribuído e é necessário haver processos claros e delineados para que as decisões possam ser tomadas. Estas visões consideram visões minimalistas e maximalistas da participação em ambientes democráticos.

Jenkins (como citado em Carpentier et al., 2019), por outro lado, tem uma visão mais flexível: já existe uma cultura participativa em diversas instâncias e níveis. No mesmo caminho, Dahlgreen (2014), Marghetts (2019) e Ramalho (2024) compreendem participação de uma forma mais aberta, a partir de um viés comunicativo e das possibilidades de produção e consumo de conteúdo no ambiente digital.

No entanto, este contexto digital, atualmente, segue a lógica da plataformização (Van Dijck et al., 2018) e da algoritmização (Canclini, 2020; Han, 2022), o que contribui para dificultar diálogos racionais, já que as pessoas, grosso modo, num grau cada vez mais crescente, estão fechadas em bolhas, apenas reforçando crenças, com pouco ou nenhum contato com visões de mundo diferentes ou opostas às suas, sendo bombardeadas por mensagens de robôs em quantidade exacerbada, o que geraria mais polarização e intolerância.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é descrever, a partir de pesquisa exploratória, do tipo estudo de caso (Silveira & Córdova, 2009), como se dá, num contexto de plataformização e algoritmização, as ações de mídias alternativas brasileiras no ambiente online para informar, defender suas causas e, conseqüentemente, participar politicamente.

As iniciativas analisadas são o Fala Roça (<https://falaroca.com/>), coletivo que busca valorizar culturalmente a Favela da Rocinha e evidenciar os problemas e necessidades da citada localidade, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil; e o InfoAmazonia (<https://infoamazonia.org/>), que se utiliza do geojornalismo para expor os ataques à floresta

amazônica e aos povos indígenas, além de defender uma exploração sustentável dos recursos naturais. Metodologicamente, os grupos foram escolhidos a partir dos diferentes focos sociais, políticos e geográficos que eles dão aos seus conteúdos.

A partir de uma visão realista, mas, de certa forma utópica (Peruzzo, 2023), compreendemos que mídias alternativas podem participar politicamente de forma substantiva (Carpentier et al., 2019) - ao defenderem os direitos humano, a justiça social e ambiental e lutarem pela efetivação de direitos diversos, buscando, assim, fortalecer a democracia - sob as atuais circunstâncias tecnológicas e midiáticas (Ramalho, 2024), mesmo considerando as limitações relativas às circunstâncias descritas de forma sucinta anteriormente e que vamos aprofundar a seguir.

Conceituando participação política

A participação política pode ser entendida como um processo associado a tomadas de decisão em sociedades democráticas, ou seja, o quanto e como os cidadãos conseguem influenciar nas decisões que têm efeito nas suas vidas, numa relação que envolve o Estado (governos de maneira geral) e instituições diversificadas da sociedade (família, trabalho, organizações sociais, mídia etc.).

Segundo Carpentier (2017), estes processos de participação (relacionados a tomadas de decisão) podem, por exemplo: a) resumir-se a votar nas eleições, o que caracterizaria a participação numa perspectiva minimalista da democracia (quando os cidadãos elegem seus representantes para que estes tomem as decisões pertinentes ao funcionamento das sociedades); b) ou podem significar um vasto leque de maneiras de

os cidadãos terem suas vozes ouvidas de formas, através de uma série de organizações e procedimentos que as sociedades podem desenvolver para aumentar essa interferência positiva nos seus rumos, numa abordagem maximalista do entendimento de democracia.

Sistematizando os diversos entendimentos sobre democracia, Carpentier (2017, p. 24) elenca as principais características no que tange à participação nos modelos minimalistas e maximalistas:

Quadro 1

A dimensão minimalista versus a dimensão maximalista

Participação democrática minimalista	Participação democrática maximalista
Concentra-se na representação e delegação do poder	Equilíbrio entre representação e participação
Participação limitada à seleção de uma elite	Tenta maximizar a participação
Concentra-se na macroparticipação	Combina macro e microparticipação
Definição restrita de política como políticas institucionalizadas	Definição vasta de política como dimensão social
Participação unidirecional	Participação multidirecional
Concentra-se numa vontade popular homogênea	Concentra-se na heterogeneidade

Carpentier (2017, p. 24).

O conceito de participação (em maior ou menor grau), portanto, está atrelado ao de democracia, que, na nossa visão, significa uma organização societária no qual o povo, os cidadãos assim compreendidos, tem alguma influência nos processos de decisão; seja por meio de eleições de representantes, seja por participação direta, através de conselhos, órgãos deliberativos, orçamentos participativos etc.; seja pela participação informal através dos debates nas diversas esferas públicas e privadas

disponíveis na atualidade. Neste sentido, o ambiente *online* é destacável por abrir espaço considerável para que atores, antes marginalizados, possam tornar suas vozes relevantes nos processos de deliberação e discussão sobre assuntos pertinentes ao funcionamento das sociedades (Paes, 2019). Em suma: participação política é elemento essencial para o desenvolvimento da democracia (Carpentier, 2017; Ramalho, 2024).

A consolidação da noção de democracia (pelo menos de que em maior ou menor grau o povo tem que participar dos processos políticos) e a complexificação das sociedades (aumento da população, popularização e atualização dos meios tecnológicos e, consolidação da mídia de massa – no século XX – como fator determinante na construção da agenda pública de debates) contribuíram para um entendimento de participação política mais amplo, transpondo os domínios da política institucionalizada (Carpentier, 2017; Dahlgren, 2014; Suzina, 2019). Se não se pode participar da tomada de decisões de maneira direta, pode-se tentar influenciar a agenda pública, buscando visibilidade, para que o domínio político perceba essas pressões e aja de maneira a atender determinadas demandas da sociedade. Essas formas de fazer pressão tornaram-se mais comuns ao longo do século XX.

O conceito de participação política passou a abarcar, assim, uma gama de atividades e práticas, considerando uma visão ampla de política (quaisquer situações em que haja necessidade de negociação e diálogo para se chegar a determinado fim): processos decisórios ou não, relacionados ao âmbito governamental e político institucionalizado; mas também formas de influenciar no desenrolar de acontecimentos em diversos domínios sociais, a exemplo da arte, da mídia, das organizações laborais; ativismos diversos que visam não somente influenciar

as decisões político-governamentais, mas também mudanças culturais – vide os movimentos feministas, ambientalistas, antirracistas etc.:

Este processo abrangente de ampliação do político, onde todas as realidades sociais se tornam (pelo menos, potencialmente) contestáveis e politizadas, também significa que nenhuma noção de democracia e de participação pode permanecer confinada ao campo das políticas institucionalizadas. Todas as esferas sociais são objetos potenciais de reivindicações de democratização e aumento de participação. (Carpentier, 2017, p. 57)

Ou seja, a evolução da noção de participação é relacionada, entre outros fatores, às reconfigurações das mídias de massa, chegando até o contexto atual, no qual as mídias digitais ampliam a quantidade e a intensidade das vozes que falam e podem ser ouvidas.

a participação não é uma coisa específica, mas é um termo resumido que captura o que inevitavelmente deve ser uma ampla gama de práticas, que evoluem, mudam, desaparecem e ressurgem em diferentes contextos. A votação é a forma mais óbvia e predominante de prática cívica, mas dificilmente a única. Organizar, **mobilizar** [grifo adicionado], recrutar, dirigir uma reunião, debater, fazer lobby, solicitar, **protestar** [grifo adicionado], entrar em contato com os representantes - essas são apenas algumas das muitas formas de práticas cívicas, e cada uma pode ser representada de várias maneiras, dependendo das circunstâncias (e devemos notar que todos eles exigem habilidades de comunicação). (Dahlgren, 2014, p.64)

Todas essas ações descritas por Dahlgren são hoje conformadas pelas plataformas que estruturam o ambiente digital, como veremos a seguir.

Participação política no contexto digital

No cenário atual, as redes sociais digitais, cujas relações são conformadas pelas plataformas digitais que produzem as bases estruturais para as práticas sociais no mundo atual, assumem o papel de protagonistas na definição do que é relevante publicamente. As plataformas são arquiteturas digitais, de processamento algorítmico, que organizam interações entre pessoas, entidades corporativas e órgãos públicos, além de coletarem, circularem e monetizarem dados desses usuários (Van Dijck, 2018).

As plataformas condicionam a emergência de um social (D'Andréa, 2020). Há dois tipos delas: as estruturais e as setoriais. As primeiras são as mais influentes, pois formam as bases nas quais outras plataformas são construídas, como os serviços de busca, navegadores, e-mail, mensagens instantâneas, redes sociais, lojas de aplicativos e hospedagem de vídeo. As plataformas estruturais são o Google, o Facebook / Meta, a Apple, a Amazon e a Microsoft. Já as plataformas setoriais oferecem serviços que atendem setores específicos como notícias (a exemplo de aplicativos de meios de comunicação), transporte (Uber, dentre outras), alimentação (como o Ifood) e hospedagem (por exemplo, o AirBnb) (Silva Rodrigues & Souza Lima, 2022).

Desta maneira, a esfera pública amplia-se e fragmenta-se em espaços onde o público e o privado se misturam e constroem tópicos relevantes específicos, principalmente nas bolhas de conteúdo, diminuindo a importância da política institucionalizada nas discussões (Paes, 2019). Nessa esfera pública conectada (Benkler, 2006) ou esfera pública do século XXI (Lévy, 2017), o debate racional, característica essencial da esfera pública delineada por Habermas (como citado em Benkler,

2006), é muitas vezes suprimido por discussões em que o ódio, o preconceito e a discriminação ganham espaço (Han, 2022).

Neste sentido, as mídias sociais contribuem decisivamente para a moldagem da paisagem política na contemporaneidade (Dahlgren, 2014; Margetts, 2019), configurando, mas não determinando, várias formas de participação política, incluindo o ativismo (Peruzzo, 2023). Este raciocínio aponta para o fato de que o ponto central da participação, no contexto das mídias sociais, parece ser a ideia já unânime de que quem tiver o acesso a dispositivos cada vez menos custosos financeiramente poderá comunicar o que bem entender a partir das diversas plataformas disponíveis, naquilo que Castells (2017) chama de autocomunicação de massa, transformando o modelo de comunicação pública em todos-para-todos, superando o um-para-muitos vigente enquanto os meios de comunicação tradicionais mediavam a realidade de maneira preponderante.

Porém, uma questão convergente também emerge com essa situação: com “todos” falando, quem será ouvido e como se chegará a algum consenso? Esses aspectos são problematizados por Dean (como citado em Suzina, 2019) que utiliza termos como fantasias de abundância de participação e anulação da política ao discutir as potencialidades do ativismo social no contexto do capitalismo comunicativo.

Benkler (2006) faz uma defesa do papel democratizador da comparando com as possibilidades oferecidas pelos meios de comunicação tradicionais na construção das agendas relativas aos debates nas esferas públicas. O autor ressalta que se a base for essa, e não uma utópica visão libertária da internet - que prevaleceu na década de 1980

e 1990, tendo com uma das principais referências Lévy (2017) -, não há como negar as possibilidades de participação do ambiente digital.

De fato, os exemplos apresentados pelo autor, ainda com os *blogs* estremeando acontecimentos políticos nos Estados Unidos, na primeira metade dos anos 2000, demonstram que os ganhos com a chegada da internet são reconhecíveis. Vale ressaltar que as observações de Benkler (2006), apesar de pertinentes, são feitas num contexto em que a *web 2.0* ainda engatinhava. Com o desenvolvimento desta e conseqüentemente das mídias sociais, os medos com relação ao poder não democratizante destas mídias se reafirmaram ou se desdobraram em outros.

Exemplos não faltam para demonstrar os perigos que a internet, condicionada pelas plataformas, hoje, significa para as democracias. Para resumir alguns que estão dispostos em visões mais pessimistas (até mesmo apocalípticas) de Pariser (2012), Bartlett (2018) e Han (2022), ou em visões mais realistas, que consideram os aspectos positivos e negativos, a exemplo de Dahlgren (2014), Peruzzo (2023), Margetts (2019), Recuero e Gruzd (2019), entre outros, estão: a concentração de basicamente toda a internet sob o poder de algumas empresas, as já citadas big techs que compõem o núcleo de plataformas estruturais; o direcionamento das informações com as quais temos contato na *web*, através dos algoritmos (Castro, 2021); a formação de bolhas ideológicas ou câmaras de eco, nas quais as pessoas só têm contato com as informações que adequam-se ao que elas já acreditam, contribuindo para o recrudescimento do fenômeno da pós-verdade e da polarização; a proliferação de desinformação, mentiras ou as chamadas fake news, além de discursos de ódio de diversos matizes; a utilização de robôs,

inclusive com inteligência artificial, para disseminar informações falsas em alta velocidade e volume no ambiente digital.

Fatos políticos notórios, que congregaram vários desses ou todos os problemas citados acima e que tiveram impacto direto na percepção que temos a respeito das possibilidades da participação política na atualidade e na noção de que as democracias liberais estão combatidas sob contexto das plataformas digitais, foram as eleições dos Estados Unidos em 2016, na qual Donald Trump foi eleito, após sua campanha ter contratado a empresa Cambridge Analytica para direcionar mensagens (a maioria fake news) via Facebook, já que a citada empresa detinha dados de mais de 50 milhões de usuários da plataforma; o referendo que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), em 2020, que foi marcado por ampla circulação de desinformação; e as eleições brasileiras de 2018, na qual o candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, foi eleito, com intensa propagação de desinformação através do *WhatsApp* (Evangelista & Bruno, 2019).

Neste sentido, a regulação (Margetts, 2019) parece ser um caminho a ser trilhado, embora à primeira vista pareça complicada devido ao caráter transnacional das empresas de tecnologia e mídia que dominam o ambiente. No contexto atual brasileiro, o sistema judiciário tenta impor restrições ao uso de inteligências artificiais e das plataformas como um todo. Por outro lado, o projeto de lei que visa regulamentar as plataformas digitais no Brasil (PL das fake news) segue parado no Congresso Nacional, sem perspectivas, até o fim da escrita deste texto, de finalização.

Mídias alternativas como possibilidades de participação política

Considerando o contexto delineado nas linhas anteriores, compreendemos que as mídias alternativas são bastante propícias para o desenvolvimento de maneiras efetivas de participação política a partir do viés comunicativo (Carpentier, 2017; Downing, 2002; Peruzzo, 2023; Ramalho, 2024; Suzina, 2019).

Mídias alternativas são

organizações que produzem conteúdos contra-hegemônicos (dissonantes), com a utilização de dispositivos midiáticos diversos, para realizar ativismo. As mídias alternativas ecoam demandas sociais marginalizadas, por meio de processos participativos, tensionando modos de gestão, produção de informação e participação política legitimados hegemonicamente em determinado contexto societal. Essas mídias alternativas podem estar atreladas ou não a movimentos sociais e podem ou não ser produzidas por profissionais (jornalistas, publicitários, relações públicas etc.). (Ramalho et al., 2021)

A exemplo de Peruzzo (2023), não consideramos que grupos (muitos deles de extrema-direita) que se dizem alternativos e independentes, mas desinformam e promovem discursos de ódio, como os que pululam no ambiente digital, devem ser considerados alternativos. Devemos sim respeitar a tradição teórico-empírica das mídias alternativas e valorizar a luta por justiça social que essas iniciativas vêm empreendendo ao longo das décadas.

Concordamos, com a visão ampla, multidirecional e interdisciplinar de participação que é empreendida pelas iniciativas de mídias alternativas. Muitos desses grupos não participam dos processos decisórios no âmbito governamental, em meios políticos institucionalizados,

mas, através de suas ações, fazem pressão e endossam diversas causas que podem resultar em mudanças nos processos de decisões ou mesmo em mudanças culturais (por menores que sejam) (Carpentier, 2017; Ramalho et al., 2021).

Em suma, as mídias alternativas participam politicamente, dentre outras formas, a) dando espaço para que grupos e movimentos sociais diversos utilizem os espaços bem visíveis que estes grupos possuem na *web* para que suas vozes e demandas sejam ouvidas; b) visibilizando temas excluídos ou que são abordados de forma enviesada nas mídias comerciais; c) configurando formas mais democráticas de gestão e tomadas de decisões diversas quanto aos conteúdos que são compartilhados, o que em tese é realizado de forma mais horizontal do que em meios comerciais, além de possibilitarem uma maior participação de seus seguidores ou audiências na produção dos conteúdos.

Downing (2002, p. 81) elenca os fatores (dentre tantos outros) que justificam a afirmação de que as mídias radicais² alternativas são agentes importantes na realização do poder de desenvolvimento e não apenas “um enfadonho enxame de mosquitos passageiros”:

a mídia radical alternativa expande o âmbito das informações, da reflexão e da troca a partir dos limites hegemônicos, geralmente estreitos, do discurso da mídia tradicional. [...] ela frequentemente tenta ser mais sensível do que a mídia convencional às vozes e aspirações dos excluídos. [...] Com muita frequência também, é ela que toma a dianteira na discussão de questões que só mais tarde receberão atenção da mídia oficial. [...] sua própria organização interna é muitas vezes mais democrática que hierárquica.

2. Downing utiliza o adjetivo radical para reforçar ainda mais o caráter dissonante e opositor das mídias alternativas, sejam elas de viés político à esquerda ou à direita.

Neste sentido, o contexto tecnológico/midiático atual, mesmo configurado sob o processo de plataformação, também contribui para uma maior abertura participativa como um todo, já que este processo se expandiria na medida em que as TICs são massificadas. Ou seja, há problemas e limitações, mas há possibilidades positivas e utópicas (Peruzzo, 2023).

Não custa lembrar também dos fatos que se desenrolaram positivamente com a ajuda das TICs e que se tornaram baluartes das possibilidades comunicativas e mobilizadoras das mídias sociais, a exemplo da Primavera Árabe (Oriente Médio e norte da África), dos movimentos *Occupy Wall Street* (Estados Unidos) e Indignados (Espanha) e das Jornadas de Junho de 2013, no Brasil (Castells, 2017). Obviamente, os acontecimentos que se sucederam após esses marcos, muitos deles negativos, como a tomada de poder por outra ditadura no Egito ou um verdadeiro caos político no Brasil, representam algo mais complexo a respeito dessas sociedades e não depõem contra o processo de participação através do ativismo por meio das mídias e redes sociotécnicas em si. Como explicam Carpentier et al. (2019), a participação é ética e positiva em si mesma. Não se pode atrelar essa noção aos resultados dos processos participativos com o objetivo de deslegitimar o conceito e a prática. Deve-se, sim, buscar melhorar os processos de participação, lutar por uma educação participativa e que incentiva a participação política substantiva, direcionada à defesa dos direitos humanos, redução de desigualdades, emancipação do cidadão etc. (Carpentier et al., 2019).

Peruzzo (2018), no mesmo caminho, sem esquecer de apontar as contingências das mídias sociais no que diz respeito à melhoria da

participação política, explica como as TICs podem ser utilizadas em prol de movimentos progressistas e como elementos maximizadores da comunicação comunitária e popular:

há que se considerar a centralidade da internet e seus infindáveis sítios estáveis e espaços temporários de participação em contribuir para a comunicação cidadã, facilitar o acesso ao conhecimento, favorecer a difusão das culturas e dos conhecimentos populares, dar visibilidade às iniciativas emancipatórias, promover a mobilização e estabelecer elos entre pessoas, visando às ações coordenadas, mesmo de duração limitada, como no caso das grandes manifestações e protestos públicos. (Peruzzo, 2018, p. 97)

Em resumo, é preciso sim atentar para as questões problemáticas que permeiam a internet, a *web*, as plataformas digitais e as mídias sociais, enquanto elementos fundamentais para a paisagem política e os processos de participação na atualidade. Porém, deve-se reconhecer que há possibilidades positivas que, de fato, se materializam, a partir das ações das mídias alternativas.

Fala Roça e Info Amazônia e o potencial participativo das mídias alternativas

Exemplos de mídias alternativas que participam politicamente, expondo assuntos, grupos e realidades muitas vezes apagados do contexto midiático comercial, não faltam. Os trabalhos de Downing (2002), Carpentier (2017) e Ramalho (2024), além dos inúmeros grupos elencados no Mapa do Jornalismo Independente da Agência Pública (n.d.), continuamente atualizado, comprovam a diversidade e vitalidade (e também a efemeridade) destas iniciativas, algumas nativas digitais, outras não.

Para este trabalho, a partir de uma perspectiva exploratória (Silveira & Córdova, 2009), realizamos uma análise descritiva da ocupação de ambiências digitais de duas iniciativas bastante distintas (e esse também foi um dos motivos para essas escolhas): o Fala Roça e o InfoAmazônia. Pretendemos aqui fazer uma entrada preliminar para, posteriormente, em trabalhos vindouros, aprofundar as análises (a partir de análise de discurso, análise de conteúdo, entrevistas e observação participante) para compreender quais são as estratégias discursivas dos grupos para apresentar seus pontos de vistas nos assuntos divulgados e nas bandeiras por eles defendidas; e como eles de fato de organizam e se sustentam.

O Fala Roça surgiu em 2013, como iniciativa impressa (que até hoje se mantém, inclusive) para dar visibilidade à realidade da Rocinha - maior favela da América Latina, situada no Rio de Janeiro, no Brasil - segundo à perspectiva dos próprios moradores. Outro objetivo é potencializar também lutas por melhorias em questões de infraestrutura e por efetivação de direitos básicos de saúde, educação e moradia: “Nossa missão é fazer jornalismo a partir da Rocinha, promovendo a cultura, identidade e representatividade favelada sem romantizar as dificuldades. Construir narrativas mais humanas, com foco nas pessoas, usando jornalismo de soluções para promover melhorias no território”. (Fala Roça. n.d.)

Segundo o site oficial do grupo, a ideia de ter começado como uma iniciativa impressa de jornalismo comunitário, em 2013, se justifica pelo fato de que, naquela época, os moradores da Rocinha tinham diminuto acesso às tecnologias da informação e comunicação, tais como computadores, smartphones e mesmo a internet. Com o passar dos anos,

e a melhoria dessa situação, a iniciativa passou ocupar também o digital. Atualmente, além do site oficial, o Fala Roça pode ser encontrado no Facebook, X, Instagram e Pinterest, onde são publicados textos escritos (notícias e reportagens mais aprofundadas), conteúdos audiovisuais e fotográficos, artes gráficas (formato comum das mídias sociais).

A equipe do Fala Roça é formada por jornalistas, estudantes de jornalismo, produtores e designers que são da Rocinha ou de origem periférica ou favelada. Ou seja, o Fala Roça é uma mídia alternativa de base, “que oferece a versão mais completa dos valores notícia alternativos. Elas são produzidas pelas mesmas pessoas cujas preocupações representam, de uma posição de engajamento e participação direta” (Atton, 2022, p. 16).

Para exemplificar o conteúdo do Fala Roça, na primeira tela do site oficial, em 21 de setembro de 2024, havia notícias sobre como o judô pode transformar vidas de crianças e adolescentes; inauguração de cozinha solidária na favela; intervenção do governador do Rio de Janeiro ao travar repasses de recursos para saúde nas favelas; e capacitação em gestão promovida pelo Fala Roça para jovens da Rocinha.

Para continuar existindo, o Fala Roça conta com recursos oriundos de editais, publicidade e doações. O grupo não conta com nenhum tipo de financiamento fixo e utiliza os recursos obtidos para arcar com salários, custos como os da sede, deslocamentos e produção de conteúdo. Percebe-se, portanto, que o Fala Roça sobrevive de maneira precária, a partir do voluntarismo de seus integrantes. Situação análoga a da maioria dos arranjos alternativos de mídia brasileiros, conforme registrou Fígaro (2018) em ampla pesquisa que mapeou as condições laborais desses grupos e coletivos.

Saímos de um coletivo que trabalha a partir da ideia de jornalismo alternativo e comunitário, com localidade bem especificada, para abordar agora o InfoAmazônia, uma rede transnacional de jornalistas e comunicadores que tem o objetivo de “informar sobre questões sociais e ambientais da Amazônia nos nove países que compõem a região, para revelar a importância global destes territórios (InfoAmazônia, n.d.).

A iniciativa, pelo menos pelo que apresenta no seu site oficial, embora sem fins lucrativos, é mais profissionalizada do que o Fala Roça. Inclusive, ao se apresentar, reforça que busca construir ambiente de trabalho saudável com equidade salarial e congregar uma equipe diversa nos aspectos etnoraciais, geográficos e de gênero.

Pelas características expostas no site oficial, o InfoAmazônia é uma mídia alternativa de defesa que “adota valores noticiosos muito diferentes da mídia de massa, introduzindo atores sociais alternativos como os pobres, os oprimidos, os marginalizados e, de fato, o trabalhador manual comum, mulheres, juventude e criança como os principais assuntos de suas notícias e características” (Atton, 2002). Dentro deste contexto, é interessante observar que a sede do coletivo, pelo menos pelo que está no LinkedIn, pois no site oficial não foi possível encontrar a informação, fica em São Paulo e não em alguma cidade do contexto amazônico.

No contexto digital, além do site oficial, o InfoAmazônia, habita diversas plataformas de redes sociais: Facebook, X, Instagram, YouTube e LinkedIn, ambiências em que compartilha conteúdos de diversos formatos (escritos, audiovisuais, sonoros – podcasts -, fotográficos e, principalmente, mapas de diversos tipos e imagens de satélite), adequando-se às características de cada rede.

No que tange ao conteúdo, o InfoAmazônia utiliza

dados, mapas e reportagens geolocalizadas para contar histórias sobre a maior floresta tropical contínua do planeta” (InfoAmazônia, n.d.), de forma aprofundada, com o intuito de contextualizar as causas e consequências das ações do homem, muitas vezes predatórias, sobre a floresta. Para tal, forma redes com “outros meios jornalísticos para investigar e dar conta de um território complexo e transnacional. (InfoAmazônia, n.d.)

No dia 21 de setembro de 2024, a tela principal do site apresentava a manchete: “Impulsionado pelo garimpo e pela seca, fogo nas terras indígenas é o maior já registrado em mais de 20 anos” (Bispo, 19 de setembro 2024). Nada mais natural que abordar esta temática, uma vez que grande parte da Amazônia ardia em chamas, nestes meses de agosto e setembro de 2024, em virtude da ação criminosa dos seres humanos de provocar queimadas para aumentar áreas de pasto ou monoculturas agrícolas. Todo o conteúdo da reportagem foi ilustrado com mapas e gráficos de fontes diversas, a exemplo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Quanto à forma de subsistência financeira da iniciativa, não há informação alguma no site oficial, nem nas mídias sociais sobre como o coletivo faz para se sustentar. Enviamos e-mail para o endereço disponibilizado no site com essa indagação, mas não obtivemos resposta.

Considerações finais

Diante das características apresentadas, chegamos a uma sistematização da organização do Fala Roça e do InfoAmazônia.

Quadro 2

Sistematização das ações e organização do Fala Roça e do InfoAmazônia.

	Fala Roça	InfoAmazônia
Tipo de comunicação	Comunitária (mídia alternativa de base)	Transnacional (mídia alternativa de defesa)
Foco dos conteúdos	Rocinha, uma favela carioca (melhorias para o território, luta contra preconceitos contra a favela, acesso a direitos básicos de educação, saúde, moradia e cultura)	Floresta Amazônica, que cobre nove países (questões ambientais, considerando as repercussões sociais e políticas)
Formatos dos conteúdos	Audiovisual, fotográfico, escrito, artes gráficas	Audiovisual, fotográfico, escrito, artes gráficas, podcasts, geojornalismo (mapas, gráficos, imagens de satélite etc.)
Distribuição dos conteúdos	Site oficial, Instagram, X, Facebook, Pinterest	Site oficial, Instagram, X, Facebook, YouTube e LinkedIn
Organização	Trabalho mais voluntário (embora haja pagamentos de salários)	Profissionalização mais evidente
Forma de subsistência	Doações, publicidade e editais	Não informado

Elaborado pelo autor.

Essa sistematização não visa realizar uma comparação entre os grupos. Antes de tudo, tem o objetivo de evidenciar a diversidade de formatos das mídias alternativas, como elas podem variar profundamente quanto ao foco e quanto à sua organização laboral e mesmo assim produzir participação política de diferentes perspectivas. O Fala Roça participa politicamente ao lutar por melhorias na Favela da Rocinha; já o InfoAmazônia participa ao contextualizar profundamente a situação da

Floresta Amazônica e lutar pela preservação da mesma. Ambos abrem espaço para que os públicos alvos de suas ações (Fala Roça - pessoas da Rocinha e de favelas do Rio de Janeiro -; InfoAmazônia – pessoas em relação direta com a floresta: indígenas, ribeirinhos, moradores de cidades do contexto amazônico -) sejam visibilizados e suas situações evidenciadas e valorizadas. Ambos os grupos se inserem no contexto da plataformização digital para distribuir seus conteúdos.

Quadro 3

Utilização das mídias de forma repressora ou emancipadora

Uso das mídias para repressão	Uso das mídias para emancipação
Programa de controle centralizado	Programas descentralizados
Uma emissora, vários receptores	Todo receptor: um emissor potencial
Imobilização de indivíduos isolados	Mobilização das massas
Abdicação passiva do consumo	Interação dos participantes, <i>feedback</i>
Processo de despolitização	Processo de aprendizagem política
Produção por agentes especializados	Produção coletiva
Gerenciamento por proprietários ou burocratas	Auto-organização

Enzensberger (2003, p. 67).

Neste sentido, devemos nos perguntar: qual tipo de mídia com caráter participativo deve emergir no contexto da contínua atualização

das TICs? Às vezes, não é preciso ir muito à frente para ter a resposta. Na verdade, em certos momentos, olhar para trás nos mostra que caminho seguir. Considerando este pensamento, recorreremos a Enzensberger, que em 1970, embora não abordasse a mídia digital ou a internet, elencou algumas características ao diferenciar as mídias usadas para repressão e aquelas usadas de maneira emancipadora:

Atualizando a perspectiva para os tempos atuais, na coluna do lado direito, materializam-se os anseios de participação para uma sociedade mais democrática no contexto de digitalização e plataformização. Na coluna da esquerda se destacam aspectos apontados durante várias décadas como característicos dos meios de comunicação de massa, os quais se esperava que seriam abalados no contexto da internet, mas que insistem em permanecer fortes, agora com o poder centralizado também em algumas empresas transnacionais de tecnologia e mídia.

De um jeito ou de outro, as mídias alternativas, dentre elas o Fala Roça e o InfoAmazônia, congregam muitas das características da coluna direita. Sendo estas mídias espaços vigorosos para a participação política.

Como já explicado, este trabalho tem natureza exploratória. Temos apenas um vislumbre da complexidade da ação dos nossos objetos de observação. É nosso interesse aprofundar o conhecimento sobre as ações destas e outras mídias alternativas, a partir de entrevistas, análises de discurso e de conteúdo e, até mesmo, observações participantes, para contextualizar melhor a relação entre participação política e as mídias alternativas em um cenário de plataformização e algoritmização.

Referências

- Agência Pública. (n.d.). *O mapa do jornalismo independente*. <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>
- Atton, C. (2002). *Alternative Media*. Sage Publications Ltda.
- Bartlett, J. (2018). *The people vs tech: how the internet is killing democracy (and we save it)*. Ebury Press.
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: how social production transforms*. Yale University Press.
- Bispo, F. (19 de setembro de 2024). Impulsionado pelo garimpo e pela seca, fogo nas terras indígenas é o maior já registrado em mais de 20 anos. *InfoAmazônia*. <https://infoamazonia.org/2024/09/19/impulsionado-pelo-garimpo-e-pela-seca-fogo-nas-terras-indigenas-e-o-maior-ja-registrado-em-mais-de-20-anos/>
- Canclini, N. G. (2020). *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Bielefeld University.
- Carpentier, N. (2017). *Media e participação*. Publishing Media XXI.
- Carpentier, N., Melo, A. D., & Ribeiro, F. (2019). Resgatar a participação: para uma crítica sobre o lado oculto do conceito. *Comunicação e Sociedade*, 36, 17–35.
- Castells, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

- Castro, J. C. L. (2021). Plataformas algorítmicas e economia da desinformação. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 18(2), 91-103.
- D'Andréa, C. (2020). *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. EDUFBA.
- Dahlgren, P. (2014). Participation and alternative democracy: social media and their contingencies. In J. P. Serra, E. Camilo, & G. Gonçalves (Orgs.), *Political participation and Web 2.0* (pp. 61-86). Livros Labcom.
- Downing, J. D. H. (2002). *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e nos movimentos sociais*. Editora SENAC.
- Enzensberger, H. M. (2003). *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Conrad Editora do Brasil.
- Evangelista, R., & Bruno, F. (2019). WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. *Internet Policy Review*, 8(4), 1-23.
- Fala Roça. (s.d.). *Sobre nós*. <https://falaroca.com/sobre-nos/>
- Figaro, R. (2018). *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. Eca-Usp.
- Han, B. C. (2022). *Infocracia: Digitalização e a crise da democracia*. Vozes.

InfoAmazônia. (s.d.). *Sobre nós*. <https://infoamazonia.org/sobre/>

Lévy, P. (2017). A esfera pública do século XXI. In M. Di Felice, E. Pereira, & E. Roza (Orgs.), *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação* (pp. 29-38). Papirus.

Margetts, H. (2019) Rethinking Democracy with Social Media. *The Political Quarterly*, 90,107–123.

Paes, P. S. (2019). Mídias, estratégias políticas e comunicação. Redefinições das características da esfera pública no contexto da midiatização. *In Mediaciones de la Comunicación*, 14(2), 43-57.

Pariser, E. (2012). *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Zahar.

Peruzzo, C. M. K. (2018). Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In A. A. Braighi, C. Lessa, & M.T.P. Câmara (Orgs.), *Interfaces do midiativismo: do conceito à prática* (pp. 43–61). Cefet-MG.

Peruzzo, C. M. K. (2023). Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Era Digital: Entre Utopias Freireanas e Distopias. *Media & Jornalismo*, 23(42), 23-38.

Ramalho, R. (2024). *Midiativismo e participação política em redes sociotécnicas: estratégias discursivas de coletivos midiáticos no contexto eleitoral*. EDUEPB.

Ramalho, R., Maia, K., & Gradim, A. (2021). Midiativismo e mídia alternativa: congruências e particularidades no contexto das tecnologias da informação e comunicação. *E-Compós*, 24, 1-21.

- Recuero, R., & Gruzd, A. (2019). Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia*, (41), 31–47.
- Silva Rodrigues, L. C., & Souza Lima, L. (2022). Plataformização e vídeo 360°: implicações para o jornalismo no Brasil: implicações para o jornalismo no Brasil. *Âmbitos. Revista Internacional De Comunicación*, (56), 86–104.
- Silveira, D. T., & Córdova, F. P. (2009). A pesquisa científica. In T. E. Gerhardt, & D. T. Silveira (Orgs.), *Métodos de pesquisa* (pp. 31-42). Editora da UFRGS.
- Suzina, A. C. (2019). Ruptura digital e processos de participação em mídias populares no Brasil, *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 42(3), 61–76.
- Van Dijck, J., Poell, T., & Wall, M.. (2018). *The Platform Society: public values in a connective world*. Oxford Press.

PRETO, GAY, NORDESTINO E MACUMBEIRO: ATIVISMO SOCIAL NO DESFILE DA GRANDE RIO SOBRE JOÃOZINHO DA GOMÉIA

Samara Miranda da Silva¹
Cláudia de Albuquerque Thomé²

Este artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada “*É DENDÊ, É CATIÇO*” Macumbas, narrativas, Joãozinho da Gomeia e resistências: um estudo do livro abre-alas da Escola de Samba Acadêmicos do Grande Rio em 2020 “vinculado institucionalmente ao Programa de Pós Graduação em Comunicação Social (PPGCOM), da Universidade Federal de Juiz de Fora. Acredita-se que as Escolas de Samba são veículos comunicacionais (Rezende & Reis, 2021; Silva

-
1. Jornalista, Doutoranda e Mestre (PPGCOM/ UFJF). Assessora de Projetos GRES Feitiço Carioca (RJ), integrante do grupo de pesquisa Narrativas Midiáticas e Dialogias (CNPq/UFJF) e bolsista Capes.
esusamaramiranda@gmail.com
 2. Professora do PPGCOM / UFJF e da Facom / UFJF, líder do grupo de pesquisa Narrativas Midiáticas e Dialogias (CNPq/UFJF).
claudia.thome@ufjf.br

& Rezende, 2021; Silva & Thomé, 2024), partilhando nos enredos, manifestações, tocar de tambores, informações, história, perpetuação de saberes, novas narrativas e principalmente se contrapondo a narrativas hegemônicas, racistas e homofóbicas.

O livro abre-alas é o material comunicacional entregue aos jurados e à imprensa antes dos desfiles e que norteiam o julgamento e todo o planejamento da cobertura jornalística. No produto informativo é contida a ficha técnica, sinopse do enredo e sua justificativa, explicação sobre todas as fantasias, alegorias e a letra do samba e após os festejos, são fontes ricas de pesquisa e investigação. A partir da metodologia de Luiz Gonzaga Motta (2013), a pesquisa analisa a narrativa concebida pelo Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Grande para o desfile de 2020, no livro *Abre Alas*, investigando o narrar resistente e a eclosão da memória subterrânea do sacerdote do Candomblé de Angola, João Alves de Torres Filho, o “Joãozinho da Gomeia”.

Raízes além mar

O Brasil possui em sua fundação elementos essenciais e primordiais, que após o tráfico ultramar, organizaram relações diaspóricas que irão se desdobrar desde manifestações culturais até as camadas mais profundas do racismo estrutural e institucional. Estima-se que 4 milhões de africanos, de diversas áreas/regiões, cultos e costumes diferentes foram trazidos a partir do século XVI, e, “Todo esse contingente de populações negras foi inserido num sistema de escravidão mercantilista, que os espoliava do direito ao lugar, à memória, e outorgava ao europeu colonizador branco sua propriedade absoluta” (Silva, 2016, p. 321).

Fartamente diversificados, com dialetos, vestimentas e variados níveis de desenvolvimento, os grupos que desembarcaram, embasaram não só as diversidades de cultos das religiões de matriz africana, mas também toda a formação cultural e manifestações étnico-raciais dos brasileiros com esta origem.

No século XVI foram traficados, principalmente, povos oriundos da Costa da Mina. Esses povos são os que hoje habitam as regiões de Gana, Togo, Benin e Nigéria, além de povos vindos do Senegal, Guiné, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Nigéria, Níger e Gabão. Já no século XVII a predominância foi para os povos oriundos das regiões de Congo, Cabinda e Angola. O século XVIII e XIX viu chegar ao Brasil, além dos povos já conhecidos das regiões anteriores, também os povos do Sudão e de Moçambique. Apesar da grande distância, no século XIX essas escravidões se tornaram vantajosas por conta da grande fiscalização britânica nos portos do atlântico africano (a partir do século XIX a Inglaterra passou a fiscalizar os portos africanos, pois firmou acordo com diversos países europeus e americanos com o fim de acabar com o tráfico negreiro). (Coêlho, 2016, p. 31)

Na natureza dos conhecimentos e competências desenvolvidas pelos povos negros, “a memória do corpo-música e a da música-corpo são indissociáveis, dependentes uma da outra, complementando-se e reelaborando a “África” na sua dimensão rítmica, na palavra oral sacralizada, nas devoções religiosas aos ancestrais, na arte visual e comunicativa” (Azevedo, 2018, p. 47).

A cidade do Rio de Janeiro recebeu diversos povos incluindo moçambicanos, angolenses, nações iorubás e islâmicos. Com a abolição institucional, diversos baianos desembarcam na então capital federal trazendo na mala, inclusive a nova religião fundada a partir dos somatórios de cultos dos povos mencionados anteriormente, sendo “uma nova

liturgia, pois compensa as lacunas na cosmogonia iorubá ocasionadas pela escravatura com uma nova organização ritual, assentando num mesmo terreiro os cultos de diversos grupos e cidades, passando a representar uma pequena África” (Matrizes do Samba, 2014, p. 28), precisando ter, inicialmente, os cultos e sagrados camuflados dos senhores e cultos realizados nas matas.

Estima-se que os bantos formavam dois terços dos escravizados que chegaram ao Brasil, deixam enormes marcas dentro da cultura brasileira

dos bantos nos vieram: os vários tipos de samba, em suas formas originais; as danças dramáticas e em cortejo, evoluindo dos cucumbis, congadas e maracatus até a escola de samba; a capoeira e o maculelê; técnicas de trabalho; e alimentos preparados de maneira peculiar, como o pirão, o angu e o quibebe. O tipo de organização e defesa dos quilombos era um produto banto, assim como as construções que eles chamavam de “mocambos”. Entretanto, foi no vocabulário do português falado no Brasil que os bantos deixaram sua marca mais forte. (Lopes, 2008, p. 55)

Com a decadência das plantações de café e a abolição institucional, negros de várias partes do país iniciaram o movimento de migração para então capital federal, que de acordo com Cabral (2011, p. 25), “a comunidade negra, instalada no Centro da cidade do Rio de Janeiro, criava, mais do que um gênero, uma cultura musical”. O morro da Providência surgiu em 1897, sendo considerada a primeira favela do Brasil. Com o processo de higienização “iniciado pelo prefeito Barata Ribeiro e continuado por Pereira Passos, que consistia na demolição dos cortiços no centro do Rio de Janeiro, em um processo de modernização e embelezamento da cidade” (Rezende, 2017, p. 85).

Aos ex- residentes restaram, ainda segundo o autor, “a permissão de se utilizarem da madeira dos casebres demolidos para a construção de outras moradias” (Rezende, 2017, p. 85). Os movimentos permitiram encontros de culturas e costumes distintos, o somatório de ritmos e o nascimento da primeira escola de samba, intitulada *Deixa falar*.

As agremiações são ancestrais. Tem suas raízes fincada nos Baobás dos diversos povos traficados para o Brasil e o surgimento estavam fortemente ligados à migração interna e à circularidade dos negros pós-abolição legislativa ocorrida em 1888. “As escolas de samba nasceram como associações voluntárias e de caráter integrativo, tendo o surgimento sido motivado pela necessidade social do grupo negro de manter algum tipo de identidade” (Rodrigues, 1984, p.20). O somatório de povos e esses movimentos têm por efeito “um produto cem por cento carioca, surgido através da articulação das muitas influências negras das macumbas, candomblés, batuques, temperadas pelos encontros de grupos carnavalescos pelas ruas do Rio de Janeiro e de toda uma gama de interesses políticos, sociais e econômicos” (Ferreira, 2004, p. 329).

Uma dessas mulheres que se mudaram para o Rio de Janeiro no pós abolição foi Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata. Negra que migrou do Recôncavo Baiano para o Rio de Janeiro na década de 1870, e fixou residência na Praça Onze, localidade que posteriormente faria parte da história conhecida como a Pequena África. E foi nas casas dessas tias que o samba se organizou, ganhou força e musculatura. Segundo Helena Theodoro (2009), a tradição dos orixás em seus desdobramentos de valores e linguagens aparece no mundo do samba, já que as atuações de Tia Ciata, de Tia Bebiana e de Hilário Jovino, todos ligados ao terreiro de João Alabá, marcam as atividades musicais cariocas.

Terreiros de candomblé e escolas de samba são prolongamentos com a mesma matriz, sendo organizações de inventividade, criação, mutável, variável, de identificação das comunidades solidificadas a partir de frações que a diáspora fixou.

Os terreiros das escolas de samba cariocas (e não “quadras”, como se denominam hoje) obedeceram durante muito tempo a um regimento tácito semelhante ao dos barracões de candomblé. O acesso à roda, por exemplo, era permitido somente às mulheres, que cantavam os sambas girando no sentido anti-horário, conforme giram as rodas de aôs nas casas de culto. Os fundamentos religiosos das agremiações, em larga medida, se perderam ou estão diluídos a ponto de não serem mais reconhecidos. Apesar dessa “desafricanização” dos fundamentos, as agremiações são, até os dias de hoje, veículos em que a temática africana é recorrente. (Simas, 2016)

Apesar de reparar um esvaziamento das tradições, a primazia pelo visual ao invés do samba enredo, falta de oportunidade para mulheres e pesquisadoras negras, por exemplo, a ancestralidade continua viva e latente. Um exemplo de que as raízes ancestrais continuam vivas, mesmo com a violência e opressão, é denominada como “gramática do tambor”, sendo um forma de comunicação decolonial. A potente gramática dos tambores supera até hoje as tentativas de silenciamentos, apagamento e esvaziamento das raízes africanas dentro da cultura das Escolas de Samba. Horas camufladas, passam despercebidas. Hora altiva, demarcam o espaço e o tempo, reproduzindo os toques sagrados como o Agueré de Oxossi, tocado pela Mocidade Independente de Padre Miguel em 2022, o Alujá para Xangô tocado pela Bateria do Salgueiro em 2019 e o Ilú para Iansã tocado pela bateria da Mocidade Unida da Mooca em 2024.

Narrativas que Sambam

Das narrativas carnavalescas, os enredos, até no momento em que desfilam, as agremiações formam e partilham mensagens desenvolvidas como narrativas, tornando-se ambientes de comunicação. Entretanto, diferentemente das mensagens fruto dos veículos de comunicação tradicionais, elas têm como emissores, as comunidades onde as escolas se constituem, formadas por uma expressiva maioria de negros. Ainda que estejam sujeitas à intervenção através de poderes econômicos e políticos, as escolas atuam como locais de negociação entre as suas comunidades e essas influências externas.

O pesquisador Julio Cesar Farias referenda que uma das principais atribuições das agremiações é o seu potencial vetorial de saberes e da cultura. “As escolas de samba têm como característica básica serem transmissoras de múltiplas mensagens, advindas de seus enredos, transformados em espetáculo audiovisual que atinge inúmeras e diversificadas pessoas na recepção dessas mensagens” (Farias , 2007, p. 127).

São veículos de comunicação produtoras de “uma epistemologia emergente que se estabelece no lugar de fala da africanidade como minoria, cuja visibilidade emergencial da imagem de afirmação positiva ocorre mediante a dialética de ensino de contemporaneidade inclusiva da categoria de dimensão pedagógica” (Prudente & Costa, 2020, pp. 286-287). A música produzida nas agremiações carnavalescas, o samba-enredo, possui características de recuperação do papel do “*griot*”, que segundo os autores, “tem por vocação preservar e transmitir histórias, tradições, conhecimentos, artes, canções e mitos de seu povo” (Prudente & Costa, 2020, p. 287).

Para Maria Laura Cavalcanti, “o desfile é, em essência, a encenação de um enredo, narrado por múltiplos meios em cortejo linear. Os elementos formais [...] transformam e ampliam significados já sugeridos pelo enredo” (1999, p. 82). É através do enredo que se organiza toda a narrativa visual padronizada, sendo elemento fundamental, é a partir dele que todo o complexo criativo é desenvolvido, sendo “o fio condutor de todo o desenvolvimento dos desfiles das escolas de Samba” (Farias, 2007, p. 13). É o tema retrato pelas Escolas e

Geralmente, constitui-se de uma narração de uma história que pode ser um fato, um conceito, uma crítica, dados biográficos (...) Ao desenvolvimento do enredo enquanto argumento dá-se o nome de sinopse que se compõe do resumo do assunto a ser tratado pela agremiação. (Farias, 2007, p. 14)

Todo o enredo dispõe de uma temática centrada, que poderá se desdobrar e conceber outros enfoques narrativos, um exemplo, nas narrativas com foco na temática afro-brasileira, os focos poderão se expressar

pelo viés histórico: a escravidão e a resistência de uma raça; pelo viés religiosos: os deuses e os ritos africanos; pelo viés cultural: a culinária, a dança, o artesanato e outras contribuições de hábitos e costumes introduzidas pelo negro no Brasil; pelo viés étnico: a história particular de dinastias africanas e a exaltação de personalidades negras do país. (Farias, 2007, p. 17)

Os enredos sobre os cultos sagrados afro-brasileiros irão aparecer como tema das narrativas carnavalescas pela primeira em 1966 “A primazia coube a duas escolas: o Império Serrano – agremiação destinada também a pioneirismos de toda sorte – e a São Clemente, que

desfilaram, em grupos diferentes, com enredos sobre a Bahia e citaram Iemanjá” (Fabato & Simas, 2015, p. 19).

No ano seguinte, 1967, é marcado como o primeiro que se atreve a cantar palavras do candomblé nagô pela Unidos de Lucas. Somente em 1971, é apresentado enredo monográfico sobre os cultos, sendo concedido ao Império da Tijuca o feito. Ainda segundo os autores, “A escola do Morro da Formiga”, embalada por um samba espetacular de Marinho da Muda e parceiros, apresentou referências ao candomblé nagô, aos cultos de Angola e à umbanda. A partir daí, como diria o ditado popular, pela porteira em que passou o primeiro boi, passou a boiada inteira”(Fabato & Simas, 2015, p. 19).

As histórias contadas na Avenida possuem uma linguagem específica e rebuscada, formando uma linguagem brasileira, fundada e enraizada de ancestralidade e potência

As narrativas se transformam em linguagem e no caso da escolas de samba, formam, através do enredos, a linguagem carnavalesca

Existem diferentes e diversificados tipos de linguagem que nos servem para transmitir nossas mensagens e interagir com outros indivíduos. [...] Uma dessas linguagens a que estamos expostos é a linguagem da cultura popular. Dentre as inúmeras linguagens da cultura popular, destacamos a linguagem carnavalesca, cujo conteúdo reúne diversas linguagens numa só, constituída pelo desfile de uma escola de samba. Na maioria das vezes, o expectador comum dos desfiles tem uma leitura multifacetada e plurissigníca, que invariavelmente não é entendida na sua totalidade. Num desfile, temos a combinação de várias linguagens artísticas que nos transmitem significados, como a escultura (das alegorias e adereços), a música (do canto do samba-enredo e dos instrumentos da bateria), a literatura (a letra do samba-enredo o tema abordado), as artes plásticas (pinturas, reproduções e utilização de materiais visuais), a dança (dos

componentes em suas alas e do mestre-sala e porta-bandeira), o teatro (encenações nos carros alegóricos, da comissão de frente e das alas coreografadas), dentre tantas outras. Entretanto, a peça fundamental que desencadeia o complexo macrotexto audiovisual do desfile das escolas de samba chama-se enredo. [...] é a partir dele que todas as linguagens interligadas aqui referidas se materializam na transmissão da mensagem proposta pela agremiação, da qual se destaca a figura exponencial do carnavalesco. A definição do enredo é o primeiro passo para a elaboração de todos os itens do desfile. (Farias, 2007, p. 13)

As Escolas têm realizado inestimáveis contribuições para a história brasileira ao descobrir e descortinar fatos e personagens que antes estavam à margem da história propaganda como oficial. Recontam com outros vieses, angulações aquilo que tentaram por muito anos abafar. Os enredos são importantes mecanismos de rompimento de barreiras sociais, como veremos a seguir.

Ativismo social e Escolas de Samba

O ponto de partida desta análise é na consideração das escolas de samba como veículos comunicacionais, capazes de agendar a sociedade, eclodir memórias subterrâneas e, através das variadas manifestações, inclusive artísticas, criar narrativas resistentes. São o principal meio em que a cultura afro diaspórica, as religiões de matriz africana, como Candomblé e Umbanda, e que encontrarão a desde a fundação e principalmente a partir da década de 1960, importante recurso para a difusão, afirmação e mecanismo de combate a intolerância e racismo religioso, materializando e documentando, também através dos livros abre alas, a voz de muitos e muitas que neste processo de apagamento, muitas vezes se que entendem as micro violências sofridas.

Com toda a conjuntura de saberes e vivências já demonstradas anteriormente, pode-se concluir que as agremiações são ativistas sociais orgânicas. Movimentos sociais podem ser compreendidos como um fazer coletivo firmada e sustentada por ações feitas por indivíduos que compartilham de ideias, identidades ou se fortalecem para enfrentamento das mazelas sociais (Abers & Bulow, 2011). As práticas que a bibliografia caracteriza como sendo sujeitos ativistas, de defesa e luta por uma cultura, resistência mudanças sociais, por exemplo, podem ser vistas desde a formação das agremiações, o seu desenvolver nessas mais de 100 anos, na negociação com os poderes instituídos, hora cedendo, hora impondo e desta forma, foram se firmando, solidificando e prosperando.

O trabalho, a partir do resgate de narrativas contidas no livro abre-alas, analisa como a escola de samba Grande Rio elaborou e construiu a narrativa resistente do desfile do ano de 2020, cujo enredo “*Tata-Londirá – O Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias*”, foi em homenagem a Joãozinho da Gomeia (1914-1971), sacerdote do candomblé. O personagem já havia sido citado em refrão no desfile de 2007, em homenagem à cidade de Duque de Caxias, e retorna sendo o elemento central da narrativa da agremiação.

A pesquisa tem referencial teórico metodológico baseado na Análise Pragmática da Narrativa de Luiz Gonzaga Motta (2013), que a partir dos sete movimentos elencados pelo autor, procurou-se entender o conteúdo narrativo descrito pela agremiação no livro abre- alas, as intenções, os meandros e desenvolvimento dos conteúdos descritos no livro abre- alas. Como “Toda análise deve ser criativa e inventiva nos seus procedimentos porque, quase sempre, o próprio objeto indica como pretende ser desvendado” (Motta, 2013, p.133) e somado a tabela

criada por Glória Maria de Oliveira Baltazar (2017), criou-se uma tabela voltadas às particularidades das narrativas carnavalescas.

Tabela 1

Movimentos de análise das narrativas adaptados para estudo de enredo

Os sete movimentos organizados por Motta	Categoria narrativa	Efeitos de sentido	Motta adaptado para Narrativa de Escola de Samba
1º movimento: Compreender a intriga como síntese heterogênea	Enredo	-Pretende-se observar o enredo com agente estruturador da comunicação, que será desmembrado em diversas partes, para compreender os recursos de linguagem e “as estratégias e astúcias textuais que criam situações de comunicação” (Motta, 2013, p.146).	-Analisar a essência do enredo -Os tempos divididos em início meio e fim do enredo -Como foram organizadas as variadas partes -Ponto de virada do personagem
2º movimento: Compreender a lógica do paradigma narrativo	Projeto dramático	-O projeto dramático deixa claras no enredo as estratégias e intenções do narrador conferindo dentro da narrativa os objetos carregados de outras significações.	-Estratégias argumentativas na situação da comunicação
3º movimento: Deixar surgirem novos episódios	A nova síntese/ Episódios Setores	São ações "relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da estória" (Motta, 2013, p. 160)	- Demonstrar os setores que são desenvolvidos o enredo - Os nomes os episódios foram identificados
4º movimento: Permitir ao conflito dramático se revelar	Frame cognitivo / Controvérsias carnavalescas/ Conflitos	-Peça central de atenção “ o conflito drástico é o frame cognitivo (enquadramento, perspectiva, ponto de vista), através do qual o narrador organiza a difusa e confusa realidade que pretende relatar” (Motta, 2013, p. 167)	-Possíveis conflitos que poderá ter entre a comunidade e enredo proposto? -Conflito no embasamento teórico, -Conflito entre o proposto pela sinopse do enredo e o apresentado pela letra do samba -Conflito intencional -Conflito não intencional

5º movimento: Personagem: metamorfose da pessoa a pessoa	A centralidade do personagem	-Os personagens criados pelos próprios personagens	-Quem são os personagens apresentados em cada um dos setores
6º movimento: As estratégias argumentativas	Argumentos	-"Nenhuma narrativa é ingênuo, neutro, imparcial; toda narrativa é argumentativa"(Motta, 2013, p. 196)	-Quais justificativas presentes no livro abre-alas defendem o enredo?
7º movimento: Permitir às metanarrativas aflorem	Princípios éticos e morais da história	-"Nenhuma história é contada sem que haja um fundo moral, uma razão ética que a situe"(Motta, 2013,p. 204)	-Quais os princípios éticos e morais presentes nas narrativas?

Tabela construída pela autora a partir de Motta (2013) e de quadro elaborado por Baltazar (2017).

Análise

O primeiro movimento analisou a sinopse do enredo, sendo ela dividida em seis partes, seguindo a ordem de acontecimentos na vida de João, sendo o início do tempo cronológico na infância simples no interior, “as vozes dos devaneios indicavam o desenredo: deixar para trás os medos, nos passos do Conselheiro; seguir em direção ao mar e reinar no Trono de Angola. João Alves Torres Filho, menino, vestiu-se em asas de pássaro (Grande Rio, 2020, p. 264). A mudança acontece quando chega no Rio de Janeiro e funda o terreiro, a participação no carnaval e nos palcos. O final do enredo, é a morte e o seu encantamento.

As seis partes foram separadas com uma frase que segue praticamente a estrutura narrativa e que demonstra qual parte da vida ou morte de João é relatada, sendo: “O Samba é dono do corpo? agô”; “O samba é o dono do corpo. Oxóssi, o Rei caçador: Okê Arô!”; “O samba é o dono do corpo. A carne é de carnaval: Evoé!”; “samba é o dono do corpo. *O show não pode parar*: Bravo! “; “O samba é o dono

do corpo. Oyá, nas rosas vermelhas: Eparrei!”. Os pontos de viradas do personagem poderão ser divididos em quatro, sendo o primeiro quando ainda menino sai do interior e vai para a capital da Bahia, o segundo momento, é quando após passar pelos ritos de iniciação, torna-se assume a dijina, que ilustra o título do enredo, Tatalondirá e pelo qual as pessoas o reconheciam. O terceiro é a chegada ao Estado do Rio de Janeiro, a fundação do terreiro, a participação em várias manifestações artísticas e o reconhecimento social e o quarto, a morte, ou como diz Simas, o encantamento, o qual se torna ser místico, presente no imaginário de Caxias, segundo a agremiação, até os dias atuais.

Neste segundo movimento são retratados as táticas das narrativas. A sinopse é o primeiro texto divulgado pelas agremiações para a mídia e a comunidade e que posteriormente, estará no livro abre-alas. Possui intenção de pautar a imprensa, concedendo mais informações e explicações sobre o enredo e para os compositores do samba enredo, funciona como bússola norteadora para criar a letra e posteriormente música-lá, nascendo assim o samba-enredo. Conterá a ideia principal, o fio condutor para o desenrolar de todo o desfile.

Pode-se observar que várias palavras e ideias que estão na sinopse compõem a letra do samba enredo. A narrativa escrita pelos carnavalescos e o pesquisador, inicia-se saudando o Brasil- Caboclo e nomeando diversas entidades que correspondem a esta falange.

Viva o Brasil-Caboclo e salve o Brasil-Pandeiro!Jurema, Jibóia, Peri, Jupiara, Flecheiro, Jaciara, Aimoré, Tupiaçu, Campina-Grande, Cobra-Coral, Sete-Flechas, Sete-Encruzilhadas, Girassol, Sultão-das-Matas, Guiné, Jaguará, Pena-Branca, Araranguá, Tabajara, Cachoeira, Tupaíba, Rompe-Mato, Guaraná, Mata-Virgem, Sete-Estrelas, Folha-Verde, Treme-Terra, Tira-Teima,

Tupinambá, Ubirajara, Águia-Branca, Ventania, Arranca-Toco, Vira-Mundo... em verde, vermelho e branco, as cores dos seus cocares. (Grande Rio, 2020, p. 264)

A letra do samba nas primeiras linhas abre a gira e convoca outros caboclos para estarem com a Escola "É Pedra Preta! Quem risca ponto nesta casa de caboclo; Chama Flecheiro, Lírio e Arranca-Toco, Seu "Serra Negra" na jurema, juremá" (Grande Rio, 2020, p. 372). Ou seja, as estratégias comunicacionais desenvolvidas, as palavras e intenções escolhidas foram absorvidas, analisadas e transformadas em letra e música.

A comissão de frente com coreografia desenvolvida por Hélio Bejani e Beth Bejani, apresentou coreografia desenvolvida por 15 dançarinos denominada Ponto Riscado "sintetiza o "rito mestiço" do chamado candomblé de caboclo, tão polêmico e menosprezado a época em que Joãozinho da Gomeia começou a reinar como liderança religiosa nacionalmente conhecida. Trata-se de uma leitura poética que procura apresentar ao público e aos jurados a complexidade da matriz espiritual de João" (Grande Rio, 2020, p. 384). O nome e o início do desenvolvimento coreográfico idealizado e desenvolvido pelos bailarinos, além das referências do Brasil-caboclo descritas inicialmente, também materializam as estratégias narrativas de abrir os trabalhos com os primeiros passos de João dentro do culto, que é o desenvolvimento e trabalho com o Caboclo Pedra Preta.

O terceiro movimento é o episódio. Para o desfile de 2020, a Grande Rio dividiu em seis os setores sendo:

Setor 1- " A noite: visões ancestrais, caminhos abertos". É a abertura do desfile, que apresenta o menino João, morador do interior

baiano, na Cidade de Inhambupe e que muito jovem já começou a experimentar fenômenos mediúnicos. O caboclo Pedra Preta e os demais caboclos já estão invocados neste momento. O texto finaliza ressaltando que a narrativa será transformada em novo mecanismo de comunicação, as fantasias e elementos alegóricos.

Setor 2 – “O terreiro: a magia dos orixás na Gomeia de Salvador”: Prosseguindo a história, este setor é dedicado a mudança de Inhambupe para Salvador, a iniciação no candomblé pelo Pai Jubiabá, a fundação da Gomeia de Salvador e o incomodo gerado pelo novo zelador nas matriarcas baianas.

Setor 3 – “A aldeia: candomblé de caboclo na Gomeia de Caxias”: Neste capítulo, é relatada a mudança da Bahia para Caxias, transformando em Nova Gomeia o solo fluminense. Os ritos, que misturavam o candomblé de caboclo, os cultos da nação Angola e o culto da Jurema sagrada, chamaram a atenção também nas novas terras, tornando o terreiro ainda mais famoso.

Setor 4- “A rua: carne de carnaval”: É parte carnavalesca do homenageado e dos personagens que se transvestia nos dias de festejos de salão. Desfilou em três escolas verde e brancas, sendo Imperatriz, Império Serrano e Império da Tijuca.

Setor 5- “O palco: candomblé- espetáculo”: Neste episódio é revelado o João dançarino, artista, que ensinou a dança dos Orixás a Mercedes Batista e brilhou nos grandes cassinos, palcos e teatros. Esse João foi capa de revista, fez teatro, cinema e gravou disco e amigos das celebridades.

Setor 6- “O quilombo: resistência e reexistência, respeito e eternidade”: Finalizando a divisão narrativa do enredo, o setor apresenta

uma mensagem de defesa do sagrado, diversidade cultural e liberdade religiosa. Ao ressaltar que a “Gomeia ainda pulsa nos sangue dos seus herdeiros”, a explanação ressignifica e traz para o presente toda a luta de João, demonstrando que ainda, apesar de todos os ataques, destruição e violências, o terreiro continua vivo. É feita referência ao livro Quilombismo, de Abdias Nascimento, baseando neste sentimento de pertencimento o retorno da Grande Rio para ela mesma, fazendo paralelo aos enredos afros desenvolvidos no início da agremiação e que foram colocados à margem até 2020.

O quarto episódio é o conflito carnavalesco. Como primeiro ponto a ser salientado, denominamos de conflito intencional, aquele que claramente é explícito nas narrativas e que por questões sociais, irá se posicionar contrário aos acontecimentos e narrativas no meio. Encontramos que a escolha do enredo pode ter sido motivada devido às tensões e problemas os quais a Grande Rio passou nos anos anteriores. Em 2018, a Escola apresentou o enredo “Vai para o trono ou não vai?”, sobre a vida do comunicador Abelardo Barbosa, o Chacrinha. Devido a problemas, incluindo a quebra do último carro alegórico, perdeu pontos, ficando em penúltimo lugar. No regulamento daquele ano, as últimas duas escolas seriam rebaixadas e retornaram para o grupo de Acesso A, juntamente com o Império Serrano. A diretoria se respaldando no precedente gerado em decisão do ano anterior, 2017, que livrou a Unidos da Tijuca do rebaixamento, entra com recurso na Liesa para que o rebaixamento não acontecesse. Após plenária com votação de todas Escolas do grupo Especial e placar de 10 x 2, o rebaixamento é anulado e a Escola permanece no grupo.

No ano seguinte, 2019, leva para a avenida o enredo “Quem nunca...? Que atire a primeira pedra”, com a proposta de discutir educação, convivência e jeitinho brasileiro. O tema e posteriormente o desfile e segundo o Portal Srzd “O pré-Carnaval da Grande Rio já começou problemático quando a escola fez uma mea-culpa no enredo por conta da virada de mesa no ano anterior, quando a agremiação foi rebaixada e acabou não caindo para Série A. O samba-enredo, encomendado, também não caiu nas graças do público e foi criticado por alguns versos como “Quem nunca sorriu da desgraça alheia?””(Srzd, 2021). Após o desfile, as análises também não continuaram favoráveis à Escola e a matéria enfatiza que “A ideia não foi bem aceita pelo público e pelos jurados, que deixaram a tricolor de Caxias na 9ª colocação do Grupo Especial” (Srzd, 2021).

Em 12 de março de 2019, pouco tempo depois do carnaval, a tricolor da baixada noticia a contratação dos jovens carnavalescos estreantes no grupo especial, Gabriel Haddad e Leonardo Bora. Em nota oficial, a agremiação já enfatiza o que consideramos como a virada de chave. “Seguindo no espírito de renovação da agremiação e resgate de toda a sua potência artística e comunitária, a Grande Rio aposta nesses jovens talentos para o Carnaval de 2020. Sejam bem-vindos”. Nas primeiras entrevistas concedida após o anúncio, Leonardo Bora ressalta que a oportunidade possibilita uma reconexão da Grande Rio com ela mesmo, através do enredo e que a proposta era desenvolver temas que abrace-se a cultura popular “Deixamos isso bastante claro nas negociações e temos a certeza de que se fomos procurados pela escola é porque ela quer uma mudança nesse sentido”.

Após os fatos relatados previamente acima e 24 anos depois, a agremiação volta a cantar um enredo negro, como forma de resgatar a sua essência, raiz e base para trilhar novos caminhos. Ao cruzar o livro abre-alas, os fatos mencionados e a metodologia, entende-se que a escolha do tema pela agremiação já se configura como um produto da tensão descrita por Motta, visto que se origina em um conflito social.

O quinto movimento é focado no personagem. O primeiro João apresentado na sinopse é o João menino, morador do interior, que presenciou os primeiros fenômenos mediúnicos muito cedo. O segundo João apresentado, é o João da Pedra Preta. Nesta fase, o personagem irá realizar o desenvolvimento mediúnico ao mudar para Salvador. A terceira fase é a mudança do zelador para Duque de Caxias e o início da Gomeia fluminense, que “Encontrou no chão de Caxias o ponto da nova Gomeia. Plantou os ensinamentos colhidos na roça baiana. O quarto personagem é o João malandro e vedete. Em terras novas, aproxima-se do carnaval das Escolas de Samba e dos salões. O quinto personagem é sobre o João bailarino, “A arte o transfigurava: nos palcos da Zona Sul, nas luzes de hotéis e cassinos. Deixou no Municipal o aroma de benjoim. Deixou com Mercedes Baptista o sumo do seu bailado”. O último personagem, é o João que se encantou, partiu cedo, mas deixou filhos de santo, legado e muitas histórias. “Nas folhas não maceradas, João avoou encantado – e pode ser redesenhado, andorinha no arrebol; e pode ser reinventado, enfim Labá-Labá. (...) Podem ser revisitados os encontros na Gomeia, podem ser reinstalados o desejo e a magia. De ver os terreiros floridos nas tardes de luz e festa”.

O penúltimo movimento analisa as estratégias argumentativas. Os pesquisadores utilizam dados, editorial jornalístico, citam outras

manifestações culturais como filmes e peças de teatro, assumem as dualidades presentes na persona. Todos esses elementos se juntam para justificar o enredo, a proposta a qual a agremiação pretende levar para a avenida. A construção do enredo baseia-se no entrelace das memórias orais e a revisão bibliográfica, sendo valorizada e reconhecida os depoimentos colhidos com personalidades, autoridades dentro do culto aos orixás, pessoas que conviveram com o homenageado. Ao abordar a história de um zelador de santo, negro, nordestino e homossexual é “automaticamente uma resposta aos ataques às religiões de matriz africana, ao livre-pensamento, à cultura popular, aos fazeres artísticos, ao samba e ao carnaval (no caso específico da cidade do Rio de Janeiro) e à diversidade como um todo” (Grande Rio, 2020, p. 270). O posicionamento é para além das redes de sociabilidade de pessoas que estudam, trabalham, gostam e torcem pelas Escola e para o estado do Rio de Janeiro, visto que as agremiações possuem visibilidade dentro e fora do Brasil. É cabível ressaltar também que o desenvolvimento do enredo se concebeu no período de discursos extremamente ultra conservadores e neofascistas. Portanto, desfilar João “É, pois sim, um ato político e poético de suma importância, pois dá visibilidade à luta por igualdade e respeito - pilares que devem sustentar as escolas de samba enquanto instituições culturais”.

O sétimo movimento é focado em perceber os princípios éticos e morais do desfile. A tricolor da baixada fluminense deixou bem claro toda a intenção e persuasão narrativa com o enredo proposto e desenvolvido. Na justificativa o princípio ético e moral dos pesquisadores é evidenciado que as intenções são claras e muito bem demarcadas. Ao citar sambas de anos anteriores, se auto referenciam e demonstram

que possuem fundamento, ou seja, já no passado se falava das questões que estavam defendendo no enredo. Esta raiz que foi abandonada por anos pela escola é revista e revitalizada, ganhando ares de modernidade sem perder a essência. As narrativas possuem meandros antes mesmo de se consolidarem como textos. Agendam, agregam, concedem espaços para que memórias subterrâneas possam eclodir e se tornar visíveis e conhecidas e criam e organizam narrativas resistentes. Essas são alguns dos pilares dos Grêmios recreativos desde a sua fundação.

Conclusão

Independente do grupo que ocupam, se desfilam na Marquês de Sapucaí ou na Avenida Intendente Magalhães, as agremiações possuem, desde o fato de existirem até pelos locais os quais estão inseridas, a capacidade catalisar, descobrir ou desbravar memórias subterrâneas. Importante contraponto das histórias cristalizadas como oficiais e únicas, comunicam e ensinam primeiramente para dentro, aos componentes, terreiros e barracões. Com o desenrolar do ano, conectam pessoas de locais distintos e distantes com as ideias que planejam passar na Avenida, chancelando para além da sua comunidade, todo o ativismo social presente e fundamentador.

A partir dos sete movimentos do Motta (2013) pode-se observar que o enredo foi desenvolvido de forma estratégica a contar a história de João da Gomeia em vários atos, já se pensando na divisão dos setores na Avenida. A narrativa escrita no livro abre-alas precisa ser toda organizada em confluência com o que é apresentado na Avenida. Caso haja mudanças, a agremiação poderá ser despontada justamente no quesito enredo.

Todos os movimentos elencados por Motta puderam ser adaptados para a análise do produto comunicacional desenvolvido pela Escola. A tabela apresentada representa uma inovação epistemológica ao juntar os termos apresentados pelo autor com os elementos contidos na narrativa carnavalesca, como ao trocar o nome do terceiro movimento de episódios para setores ou o quarto movimento de frame cognitivo para controvérsias/ conflitos carnavalescos.

Cada um dos movimentos desvendaram informações e dados sobre o desfile. As estratégias argumentativas para referenciar o texto e posteriormente a construção do desfile, observar as várias facetas do personagem e como ela foi apresentada nos seis setores que constituíram o desfile. Os princípios éticos e morais claramente delimitados como a defesa do povos de terreiro, como o enredo se torna o grande grito contra o racismo religioso, a fundamentação de toda uma cultura para além do momento de desfile e a confluência dos acontecimentos da sociedade com o enredo também puderam ser explanados.

Com canto, dança, teatro, literatura e artes, narram os mais diversos temas e estéticas. Pode, em um primeiro momento, supor que as insígnias ancestrais se perderam ou que não habitam mais naquela cultura. Mas, não se rompe com o que lhe sustenta. Os toques e gramáticas vindas de além mar, continuam vivos. Tia Ciata, Tia Bebiana e Tia Perciliana continuam presentes em cada giro que as alas de baianas fazem nas ruas e quadras. E, enquanto tiver axé plantado e tambores tocando, pode-se balançar, tremer, mas jamais irá sucumbir. Escola de Samba é ancestral, preta e matriarcal. É vento, água salgada, suor, e lágrimas. É magia, feitiço, orô. É marafo, dendê, farinha, risadas e

encruzilhadas. É fundamento vivo. É o Brasil que sobrevive, apesar dos pesares, todos os dias, com balanço e encanto. E macumba.

Mukuiu. Kolófé. Motumbá...

Referências

Abers, R., & Bülow, M. U.. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. *Sociologias*, 13(28), 52–84. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>

Acadêmicos do Grande Rio. Disponível em: <https://www.academicosdogranderio.com.br/>

Azevedo, A. M. (2018). *Samba: um ritmo negro de resistência*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil. Magno.

Cabral, S. (2011). *Escolas de samba do Rio de Janeiro*. Ed. Lumiar.

Cavalcanti, M. L. V. de C. (1994). *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Editora UFRJ.

Farias, J. C. (2007). *O enredo da escola de samba*. Litteris.

Ferreira, F. (2004). *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Ediouro.

Matrizes do Samba do Rio de Janeiro: partido-alto, samba de terreiro, samba-enredo / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi-%20Matrizes%20do%20Samba.pdf>

Motta, L. G. (2013). Gonzaga. *Análise crítica da narrativa/Luiz Gonzaga Motta*. Editora Universidade de Brasília.

Lopes, N., & Simas, L. A. (2021). *Dicionário da História Social do Samba*. Civilização Brasileira.

Rezende, R., Otavio D., & Reis, M. A. (2021). “Jesus da Gente” no carnaval da Mangueira (2020): olhar libertador e resposta à instrumentalização da fé na política [Trabalho apresentado]. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Virtual.

Rodrigues, A. M. (1984). *Samba negro, espoliação branca*. Hucitec.

Silva, S. A. G. da (2016). Entre batuques e cantos: O samba como arma de resistência negra. *Revista De História Da UEG*, 5(1), 321-332. <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4603>

Silva, S.M., & Rezende, R. O. D. (2021). “Zumbi, rei negro dos Palmares”: a narrativa da Juventude Imperial no Diário Marcantil e Diário da Tarde [Trabalho apresentado]. 13 encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Theodoro, H. (2009). Guerreiras do Samba. *Textos escolhidos de cultura de arte popular*, 6(1). http://www.tecap.uerj.br/pdf/v6/helena_theodoro.pdf

RELIGIÃO E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE PADRE JÚLIO LANCELLOTTI

Bruno Paiva¹

Neste texto, pretende-se abordar o tema “Benefícios da religião para a democracia”. Para isso, será empregada pesquisa bibliográfica, destacando-se o livro “*Une histoire de la philosophie*” (“*Auch eine Geschichte der Philosophie*” no título original; “Ainda uma história da filosofia” em português) de Jurgen Habermas (2019). O presente estudo utiliza a figura do Padre Júlio Lancellotti como objeto de investigação para explorar os benefícios da relação entre religião e democracia. A questão central que orienta esta análise é: “Como a relação entre religião e democracia pode ser benéfica, e como o discurso do Padre

1. Mestrando na linha de pesquisa Processos Comunicacionais e Interfaces Sociais no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF).
brunopaivadesouza2@gmail.com

Júlio Lancellotti pode exemplificar essa relação?” Para a investigação, serão empregados elementos da análise do discurso, considerando suas diversas articulações e implicações, focando principalmente nos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade.

Este estudo realizará uma análise contextualizada, fundamentada em uma abordagem teórica e histórica, visando embasar a discussão proposta. Para isso, serão utilizados casos exemplificativos que abrangem diferentes contextos, incluindo a esfera da Internet, as dinâmicas comunicativas contemporâneas, e como a comunicação pode ser uma mediadora entre os dois campos nesse contexto. O objeto analisado será a live “Tolerância, Democracia e Direitos Humanos: Mais flores, menos pedras - Pe. Júlio Lancellotti” (TVPUC, 2021), realizada em março de 2021.

A incorporação de outros autores será fundamental para fortalecer os argumentos apresentados ao longo da análise. Sob a perspectiva da análise do discurso, este trabalho buscará compreender como práticas religiosas podem contribuir para a promoção da coexistência pacífica, da justiça social e da participação democrática.

Fundamentação teórica e discussão inicial

Primeiramente, é necessário esclarecer os conceitos de religião e democracia. Na obra de Habermas (2019), ao percorrer a genealogia da filosofia desde suas origens e buscando entender como a religião moldou o pensamento, o autor apresenta a definição de Talcott Parsons, que “entende então ‘religião’ como um feixe de formas e ações simbólicas que colocam o homem em relação com as condições últimas de sua existência” (Habermas, 2019, p. 150).

Mais adiante, o autor traz uma reflexão própria ao conceito de religião, dizendo que

Só uma compreensão da suposição da existência de “poderes sobre-humanos” - uma compreensão relativa a uma teoria da linguagem e parte de uma reflexão sobre a evolução - é capaz de explicar, com a experiência ambivalente do contato sagrado com esses poderes, a estreita relação de práticas rituais com o abalo e a regeneração da solidariedade social. (Habermas, 2019, p. 161)

A tese apresentada por Habermas (2019, p. 173) sugere que os rituais podem preceder os mitos, indicando que as práticas de dança e canto em interações corporais conjuntas podem ter surgido antes dos dogmas religiosos baseados em linguagem. Essa reflexão levanta considerações sobre a relevância dessas dinâmicas para a formação de sociedades. Desse modo, torna-se possível perceber o impacto da religião na moldagem de valores, ética e visões de mundo, desempenhando um papel crucial na construção de identidades individuais e coletivas. “A estrutura espelhada das narrativas [religiosas], que intelectualmente aborda o ambiente natural percebido de maneira simétrica às práticas habituais do mundo vivido, atesta que essas imagens do mundo têm a função de estabilizar a identidade” (Habermas, 2019, p. 173). Exerce, assim, influência no comportamento, nas relações sociais e na organização da sociedade.

Essas práticas têm o potencial de ser direcionadas para fomentar a participação cívica e a coesão social, oferecendo elementos simbólicos e culturais que conectam as pessoas, constroem identidade coletiva e estimulam a participação ativa na vida democrática. Isso leva à discussão sobre a ideia de democracia, frequentemente caracterizada como o

“poder do povo”, que é abordada pelo autor, apesar de não ocupar uma posição tão central na obra mencionada quando comparada à religião. Nesse contexto, Habermas (2019, p. 328) discute o surgimento deste conceito juntamente ao de isonomia, que surge posteriormente ao século V, estabelecendo-se como a antítese direta do conceito de tirania.

Conforme a análise histórica da filosofia delineada por Habermas (2019), a religião desempenhou um papel fundamental no surgimento de debates filosóficos, como em torno dos conceitos de “moral” e “ética”, frequentemente contextualizados no âmbito do direito natural. A exploração dessas questões pela filosofia assume um papel significativo na evolução do pensamento racional, propiciando o surgimento de concepções como a de democracia na Grécia Antiga e que seria, posteriormente, retomado nas linhas de pensamento que fundamentaram as revoluções modernas, contribuindo assim para a construção dessa corrente de pensamento.

Com base nos conceitos mencionados, este texto busca explorar a interconexão entre religião e democracia.

Reflexões sobre religião, democracia e história

Ao longo da história, a influência da fé nas democracias nem sempre foi favorável. A interação entre a esfera religiosa e o sistema democrático exige uma análise crítica. Embora alguns argumentem que, em determinados contextos, a religião pode fortalecer a democracia, é crucial reconhecer que essa relação está longe de ser consistentemente positiva. A narrativa histórica revela momentos nos quais a crença teve um impacto adverso no cenário democrático, desafiando a noção de sua contribuição invariavelmente positiva.

Após as revoluções que conduziram à era moderna, o autoritarismo da Igreja Católica foi consideravelmente enfraquecido, tendo a secularização crescente e a separação entre Igreja e Estado representado marcos cruciais nesse processo. Conforme destaca Jürgen Habermas, em sua análise da evolução de conceitos filosóficos, a democracia está em oposição à tirania. A Igreja Católica, no entanto, persistiu como uma força desestabilizadora em determinados episódios históricos. Notáveis exemplos incluem sua aliança com o fascismo na Itália e o Nazismo na Alemanha, conforme documentado pelo historiador Henri Fabre em sua obra *L'Église catholique face au fascisme et au nazisme. Les outrages à la vérité*. Uma ilustração concreta desse envolvimento é apresentada em uma passagem dos documentos analisados pelo autor, conforme mencionado por Rodrigues (2017):

Entre as provas esmagadoras de cumplicidade documentadas ao longo do livro, citemos o caso das 8.000 crianças judias romenas que não foram transportadas para a Palestina devido à recusa de intervenção do Papa; o extermínio sistemático dos sérvios pelo governo católico croata com a bênção de monsenhor Stepinac; telegramas de parabéns a Hitler pelo seu aniversário; uma saudação de Natal de Pio XI onde Mussolini é calorosamente apelidado de “incomparável”. (Rodrigues, 2017)

As democracias ocidentais, incluindo os Estados Unidos, apresentam manifestações semelhantes. A influência da ideologia WASP, associada ao sentimento de superioridade trazido pelo conceito do Destino Manifesto, à Lei Jim Crow e à persistência dos ideais confederados após a Guerra de Secessão, proporcionou um ambiente propício para a atuação da extrema-direita, o que contribuiu para o enfraquecimento de uma concepção de democracia liberal. A ascensão de grupos como a

Ku Klux Klan em 1865 e a eleição de Donald Trump em 2016 destacam que, mesmo em contextos democraticamente consolidados, a religião pode ser utilizada como instrumento para objetivos antidemocráticos. É relevante observar que, embora tenham transcorrido cerca de 150 anos entre a criação da Ku Klux Klan e a eleição de Donald Trump, os Estados Unidos reivindicam sua condição democrática desde a independência em 1776 até os dias atuais.

A ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos e a subsequente eleição e governo de Jair Bolsonaro no Brasil revelam um padrão, especialmente ao examinar o papel desempenhado pelas religiões cristãs, notadamente as evangélicas, na sustentação ideológica desses líderes. No Brasil, Bolsonaro obteve considerável apoio de grupos evangélicos, evidenciado pela participação da pastora evangélica Damares Alves como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e pela indicação de um ministro identificado como “terrivelmente evangélico” (Furoni, 2021) para o Supremo Tribunal Federal, influenciando de maneira cada vez mais evidente nas decisões políticas. A exploração de temas como conservadorismo, valores familiares e pautas antiaborto mostrou-se uma estratégia eficaz para consolidar o apoio desses grupos religiosos.

Para além dos exemplos mencionados, as ditaduras teocráticas em países de maioria muçulmana também desafiam a narrativa de que a religião fomenta exclusivamente a prática democrática, como evidenciado na Arábia Saudita e no Catar. Um outro exemplo é o de Israel, frequentemente destacado como a “única democracia no Oriente Médio”, onde a ideologia sionista, vinculada à religião judaica, resulta em conflitos e violações de direitos humanos, ressaltando a complexidade da relação entre religião e democracia. Nos desdobramentos mais

recentes da guerra entre Israel e Palestina, observou-se um considerável aumento no número de agressões e violações dos direitos de jornalistas, situando o país em empate com o Irã no sexto lugar do ranking de países que mais prenderam jornalistas em 2023, como relatado pelo *Jornal O Globo* (2023).

Adicionalmente, torna-se imperativo questionar a eficácia da democracia liberal em sua atual configuração, presente em grande parte dos países denominados ocidentais. Apesar da concessão do “voto livre”, observa-se que essas nações, em sua maioria, empregam mecanismos que favorecem o poder financeiro. Com base em dados apresentados por Kuhner (2014, pp. 2-3), que se apoia em informações do *The New York Times*, é evidenciado que, “nas eleições de 2012, custou aproximadamente 1 bilhão [de dólares] para eleger-se presidente, 10 milhões para se tornar senador e 1 milhão para se tornar um membro da Casa Legislativa”. Isso ressalta que, mais do que ter um projeto sólido, a dimensão financeira desempenha um papel crucial na obtenção da visibilidade necessária para a eleição. Kuhner (2014, p. 3) prossegue destacando que, nos Estados Unidos, os candidatos são dependentes de doações para custear suas campanhas, o que abre espaço para que grandes corporações e lobistas financiem campanhas para salvaguardar seus interesses na política institucional.

A influência de lobbies e a desigualdade no poder financeiro em muitas democracias ocidentais frequentemente não são devidamente consideradas. Em países como o Brasil, embora existam grupos como a bancada da bala, da bíblia e do agro, a ausência de mecanismos de contrapartida e democracia direta para equilibrar o poder desses grupos levanta questionamentos sobre a validade do rótulo democrático.

A liberdade conferida pela democracia liberal, nesse contexto, é alvo de questionamentos, levando alguns a argumentarem que a noção de “democracia” é relativa, destacando a polissemia subjacente à palavra.

Esta polissemia permite interpretações diversas, variando entre aquelas que consideram a atual democracia liberal como um sistema legítimo de representação, até perspectivas críticas, que a veem como uma fachada deficiente, marcada por crises de representatividade. Observa-se que, nos bastidores, este tipo de democracia pode mascarar estruturas que prejudicam à população, servindo como um disfarce para interesses concentrados. Conforme sugerido por Frei Betto (1985, p. 32), em uma “sociedade dividida em classes sociais antagônicas, não existe a democracia, pois o grau de liberdade da classe dominante é sempre proporcional ao grau de coerção e repressão que necessita para exercer sua dominação”.

Portanto, a análise crítica da história revela que a relação entre religião e democracia é ambígua e não pode ser simplificada como inerentemente benéfica. É necessário examinar cada contexto específico, reconhecendo que a influência da religião pode variar consideravelmente.

Casos exemplificadores

Contrariando uma visão determinista de que a religião só pode ser prejudicial à democracia, é importante reconhecer casos em que instituições religiosas desempenharam um papel fundamental na luta pela democracia em diversos cenários.

Habermas (2019) destaca a influência da religião na construção de identidades. Essa dinâmica pode potencialmente impactar o engajamento cívico e a participação democrática, mas com uma ressalva importante:

esse impacto ocorre somente quando as autoridades religiosas seguidas pelo indivíduo estão alinhadas a tais valores. Se, por outro lado, a religião for utilizada por líderes inescrupulosos em busca de vantagens políticas ou financeiras, isso não contribui para o fortalecimento da democracia, pelo contrário. Isso é evidenciado no cenário político brasileiro, onde é comum líderes religiosos assumirem papéis políticos. Quanto a isso, Habermas (2019, p. 253) enfatiza: “Um *ethos* sagrado encontra encarnação nas vidas dos fundadores de religiões, profetas ou sábios. (No entanto, quanto maiores são as pretensões, maior é o perigo de ser arrastado para as sombras dos ‘falsos profetas’)”. Considerando esses aspectos, será abordado a seguir alguns exemplos nos quais a religião demonstrou benefícios claros para a promoção de valores democráticos.

Durante o período da ditadura empresarial militar no Brasil (1964-1985), alguns setores da Igreja Católica destacaram-se como uma voz contestatória em defesa dos direitos humanos e da democracia. A atuação desses setores na luta pela redemocratização do país manifestou-se através das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), grupos que integram a fé com o engajamento pela justiça social. Segundo Frei Betto (1985, p. 7), as “comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos”.

Oliveira (2019), em análise à atuação política das CEBs, diz que

Durante os anos que se seguiram a ditadura militar, as CEBs tornaram-se lugar de resistência em prol de garantias sociais, intelectuais e religiosas. Logo a ação desses grupos passou a ser “tarefas sociais: luta por moradia, eletricidade, esgoto ou água nos bairros urbanos, lutas por terra no campo”. (Oliveira, 2019, p. 84)

Essa visão converge com a de Frei Betto (1985, p. 32), que sustenta que a democracia é “mais do que uma questão de princípio, uma questão de prática”. Nisso, o autor sugere que a batalha política pelo direito ao acesso a necessidades imediatas, como moradia, eletricidade, saneamento ou água, integra-se à luta pela democracia. Por meio de suas raízes populares, esses segmentos da Igreja Católica exemplificam um tipo de influência da religião que pode ser benéfica para o fortalecimento da democracia, tanto que se destacou como um elemento crucial na articulação da sociedade civil que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, marco da redemocratização. O texto constitucional aborda diversas temáticas; por exemplo, o Artigo 184, que delimita a competência da União para desapropriar terras por interesse social, visando à reforma agrária.

Conforme o portal Memorial da Democracia (2015), na década de 80, novas lideranças surgiram no setor, influenciadas pela Pastoral da Terra (CPT) e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas ao segmento progressista da igreja católica. Esse contexto foi fundamental para a origem do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que se configura como uma expressão política decorrente do engajamento religioso. Isso ilustra o impacto da religião na busca pela democracia e na defesa de direitos, notadamente o acesso à terra. De acordo com o mesmo portal, o MST realizou seu primeiro congresso sob as bandeiras e palavras de ordem “‘Ocupação é a única solução’ e ‘Sem reforma agrária, não há democracia’”. Este movimento visa concretizar as prerrogativas constitucionais, como aquelas estabelecidas no artigo 184.

A linha filosófica que inspirou a atuação das CEBs, a Teologia da Libertação, encontra eco na análise histórica feita por Habermas (2019).

Este, ao direcionar seu enfoque a uma genealogia do pensamento anterior ao Cristianismo, aponta a importância da religião no desenvolvimento filosófico. Embora os dogmas do período axial, explorados por Habermas, possam parecer “rudimentares” ou anacrônicos diante das dinâmicas da sociedade contemporânea expressas nas CEBs, a tese central do autor sobre a contribuição da religião para um salto qualitativo nas interpretações filosóficas do mundo pode ser entendida como paralelo. A Teologia da Libertação, emergindo de um contexto de luta contra a Ditadura Empresarial Militar, ecoa esse salto ao representar uma expressão da interseção entre religião e democracia. Dessa forma, ao estabelecer conexões entre as práticas das CEBs e as reflexões de Habermas, torna-se evidente uma continuidade na influência da religião na configuração não apenas da filosofia, mas também de movimentos sociais de luta pela democracia, transformação social e justiça.

Liderada por teólogos como Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez, essa corrente enfatiza o comprometimento social da fé cristã, promovendo a justiça e a igualdade como valores fundamentais, e seguindo a “opção pelos pobres” (Oliveira, 2019) feita por Jesus Cristo. A Teologia da Libertação fortaleceu movimentos sociais e contribuiu para a conscientização política, destacando o papel positivo que a religião pode desempenhar na promoção da democracia.

No contexto contemporâneo, o trabalho do Padre Júlio Lancellotti representa uma continuação dessa tradição de engajamento social. Atuando nas ruas de São Paulo, alimentando moradores de rua e promovendo os direitos sociais, o Padre Júlio coloca em prática os ideais democráticos expressos na Constituição de 1988. Segundo o Art. 6º da Constituição Federal (1988), são “direitos sociais a educação, a saúde, a

alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Dessa forma, o trabalho de Lancellotti transcende o aspecto religioso, tornando-se uma intervenção prática na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Diversas religiões apresentam casos semelhantes, como o Sheik muçulmano Rodrigo Jalloul, que desenvolve atividades análogas às do Padre Lancellotti, fornecendo assistência alimentar e itens essenciais para pessoas em situação de rua na capital paulista. Esse cenário evidencia que, independentemente da filiação religiosa, este tipo de engajamento através da religião pode desempenhar um papel construtivo na sociedade, promovendo valores democráticos. No âmbito evangélico, destaca-se o movimento Novas Narrativas Evangélicas, cuja agenda tem atuação na luta em favor de “pautas antirracistas, ações de preservação do meio ambiente e clima, urgência no combate à fome e à miséria, os direitos da população LGBTQIA+ e a defesa da democracia, das instituições e dos direitos humanos” (Sobreira, 2022).

Portanto, observa-se que a relação entre religião e democracia é complexa e multifacetada. Enquanto alguns casos históricos deixam claro um papel autoritário da religião, é imperativo reconhecer as contribuições positivas, evidenciadas por movimentos sociais, teologias engajadas e ações práticas de líderes religiosos que fortalecem os fundamentos democráticos. Estes exemplos oferecem um importante contraponto à visão de que as religiões em nada contribuem para a democracia.

Comunicação como mediadora da participação religiosa na democracia

A interação entre religião, comunicação e democracia é uma dinâmica que ganha novas nuances na era digital. Este contexto possibilita encontros e diálogos que não tinham até recentemente um acesso tão facilitado como hoje em dia, promovendo a compreensão mútua entre diferentes tradições religiosas e fortalecendo, assim, os princípios democráticos. Diversos exemplos contemporâneos evidenciam como a comunicação digital tem sido um veículo catalisador para o engajamento político de líderes religiosos e suas comunidades.

Lancellotti é um padre com relativo destaque na mídia, exercendo notável influência na visibilidade e apoio a seu trabalho. Sua presença recorrente nos meios de comunicação não apenas contribui para o reconhecimento de suas iniciativas de caridade, mas também amplia consideravelmente o alcance de suas ações, atraindo um número crescente de apoiadores e doadores. Contudo, essa exposição midiática também o sujeita a ataques, como evidenciado pela CPI liderada pelo vereador Rubens Nunes (União Brasil), que questiona a legitimidade de suas práticas. Acusações de “máfia da miséria” e “exploração de dependentes químicos” (O Tempo, 2024), sem evidências concretas, também aumentam a visibilidade de suas atividades, apesar de também difamá-las.

Paradoxalmente, esses ataques podem gerar solidariedade em sua defesa, mobilizando simpatizantes e fortalecendo o apoio à sua causa. Dessa forma, a proeminência midiática do Padre Júlio Lancellotti desempenha um papel importante na promoção de sua missão social e na captação de recursos para a causa que ele advoga. A cada ataque

enfrentado, pode ser percebida uma onda de solidariedade nas redes, com participação de usuários de diversas partes do país.

O episódio #65 do *Flow Podcast* do ano de 2022 trouxe um debate sobre a perspectiva do Padre Júlio Lancellotti e do Sheik Rodrigo Jalloul. Esse encontro digital (Flow Podcast, 2022) transcendeu as barreiras da religião, ao explorar temas como espiritualidade, paz e participação política. A conversa ajuda a popularizar a troca de experiências entre diferentes tradições, tendo cerca de 160 mil acessos até o dia 2 de fevereiro de 2024. De maneira semelhante, o programa “Espiritualidade na Ação”, liderado pelo economista e *YouTuber* Eduardo Moreira e por Frei David, destaca-se como um espaço pluralista onde religiosos de diversas vertentes convergem para discutir questões cruciais para a sociedade, com convidados recorrentes como Frei Betto, Leonardo Boff e o deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL).

Essas iniciativas refletem uma busca pelo Diálogo Inter-Religioso, transcendendo a mera tolerância entre tradições, ao fomentar uma colaboração efetiva e respeito mútuo. Habermas (2019) acaba por mostrar a importância desse intercâmbio ao citar o estudo de Averróis (1126-1198) sobre a obra de Aristóteles, exercendo influência sobre pensadores da época. Também é mencionado um diálogo inter-religioso envolvendo Maimônides (1138-1204), erudito judeu, que “aprofundou seus estudos na obra aristotélica muito antes de seus pares cristãos” (Habermas, 2019, p. 545). A abordagem destaca a relevância do Diálogo Inter-Religioso para a democracia, filosofia e desenvolvimento do conhecimento ao longo da história. Habermas (2019, p. 545) destaca que “apesar de todas as diferenças intelectuais, esse ponto de interesse comum exigia que os

protagonistas desse diálogo inter-religioso se referissem uns aos outros com objetividade, e não apenas de maneira apologética”.

Como trazido anteriormente, o autor discute a concepção de princípios éticos universais que transcendem diversas culturas, especialmente no contexto da filosofia pós-metafísica, que busca fundamentar princípios de justiça política independentes de visões religiosas ou filosóficas específicas.

A “autonomia da razão”, trazida por Habermas (2019, p. 147) quando discute uma aproximação entre o intelectualismo e a fé, serve como método de aprendizado mútuo, não só entre intelectuais e religiosos, mas entre quaisquer seres humanos. O autor também apresenta a “intersubjetividade” (Habermas, 2019, p. 204) como um fator primordial para a aproximação entre os seres humanos, sendo simples, porém importante para o entendimento mútuo. Estas ideias têm potencial para serem partilhadas em uma sociedade multicultural. Desta forma, o autor reconhece a diversidade de tradições religiosas e propõe um diálogo intercultural, inter-religioso e de diferentes conhecimentos.

A noção de um diálogo que parte da “autonomia da razão”, tal qual apresentada, vem junto de um desafio, que reside em promover tal diálogo sem impor conceitos ocidentais, reconhecendo a variedade de interpretações da modernidade e a necessidade de aprendizado mútuo entre o pensamento pós-metafísico e diversas tradições culturais. Isso se aproxima da “Teoria do Agir Comunicativo” de Habermas, que é destacada como fundamento para esses diálogos, enfatizando a necessidade de argumentação racional e universal.

É uma teoria que se fundamenta no conceito de ação, entendida como a capacidade que os sujeitos sociais têm de interagirem

intra e entre grupos, perseguindo racionalmente objetivos que podem ser conhecidos pela observação do próprio agente da ação. (Almeida & Gutierrez, 2013, p. 153)

Nesse contexto, a comunicação digital emerge como uma ferramenta poderosa para disseminar ideias e fomentar debates políticos e religiosos informados. A interação entre religião, comunicação e democracia na era digital pode ser encarada como um terreno fértil para construir pontes de entendimento e promover valores democráticos fundamentais.

Análise de discurso

Partindo da discussão já feita, a análise de discurso da *live* “Tolerância, Democracia e Direitos Humanos: Mais flores, menos pedras” será fundamentada nos conceitos de interdiscursividade e intertextualidade, conforme a abordagem de Fairclough (2012, p. 311), buscando estabelecer relações entre os trechos do discurso de Padre Júlio Lancellotti e os discursos e textos mencionados nesse artigo, explorando até mesmo a intertextualidade com esse próprio texto. Além disso, serão analisados trechos do discurso do Padre que se relacionam com valores democráticos clássicos, como liberdade, fraternidade, igualdade e oposição ao autoritarismo, bem como outros valores semelhantes.

O ponto de partida da análise será a perspectiva do materialismo histórico, que, de acordo com Orlandi (2007, p. 19), é essencial para a análise do discurso, pois ressalta a historicidade e as condições materiais, aspectos indissociáveis dos sentidos mobilizados na produção discursiva. A *live* ocorreu em 4 de março de 2021, durante o contexto

da pandemia de COVID-19 e sob a gestão do governo Bolsonaro, que foi caracterizada por sua inação diante do aumento do número de casos e mortes da doença, tornando-se um cenário catastrófico. Nesse dia, o Brasil registrava 1.786 mortes em 24 horas (G1, 2021), totalizando 261 mil óbitos.

Em meio ao contexto de violência e negligência política durante a pandemia, Lancellotti firmou-se como um crítico à postura do governo enquanto mantinha seu trabalho junto à população de rua, distribuindo alimentos e máscaras — uma ação que, apesar da urgência, não estava sendo conduzida pelo poder público de forma satisfatória naquele momento. Apesar do alarmante aumento de mortes, Lancellotti continuou sua atuação junto à população em situação de rua. Durante a live, ele afirma²: “quando começamos a conviver com a população em situação de rua, nós sabíamos que aqui em São Paulo não eram mais do que 5 mil”. Logo depois, completa³: “Hoje, chegamos a mais de 30 mil pessoas”. Essa realidade é corroborada pelo Censo da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo de 2021, que mostra um aumento entre os anos 2000 e 2021, de 8,7 mil para 31,8 mil pessoas em situação de rua na cidade (Prefeitura de São Paulo, 2021). Possivelmente, o problema foi agravado pela pandemia e pela falta de políticas públicas adequadas.

Com base nesse contexto histórico, é possível avançar na análise do discurso, examinando suas intertextualidades e interdiscursividades. Lancellotti critica as violações sistemáticas dos direitos humanos, afirmando⁴: “Aí está uma primeira grande violação de direitos humanos: o

2. Minutagem: 5:54

3. Minutagem: 6:23

4. Minutagem: 10:58

direito humano de que a pessoa seja atendida na sua necessidade, e não na necessidade ou na possibilidade do poder público”. Essa fala reflete a centralidade da dignidade humana da atuação pastoral e política do padre. Isso se relaciona diretamente com a defesa dos direitos humanos, a qual a relação com valores democráticos foi explorada nesse texto, além de demonstrar proximidade às vertentes progressistas da Igreja Católica. Além disso, nesse ponto, Lancellotti critica a incapacidade do Estado em atender às necessidades básicas da população, o que pode ser importante para um melhor funcionamento das instituições democráticas.

A atuação crítica do padre em relação às instituições também fica clara quando ele diz: “nós chegamos a propor muitas vezes na Câmara Municipal de São Paulo uma auditoria financeira e uma auditoria técnica das respostas que o chamado poder público dá para a população em situação de rua”⁵, denunciando a ineficácia do Estado, mas sem deixar de se preocupar com a atuação dessas instituições, evidenciado pelo fato de que ele ativamente as cobra e busca responsabilizá-las.

Ele ressalta que “o que é possível não é o que a pessoa necessita”⁶ e introduz o conceito de equidade como resposta a esse problema (“aí que vem esse conceito de equidade”⁷). A equidade se relaciona com o valor democrático da igualdade, podendo até mesmo superá-lo em termos de profundidade democrática, já que leva em consideração as especificidades dos indivíduos. Isso leva a refletir sobre o que está implícito, embora não explicitamente dito: a existência de uma desigualdade estrutural.

5. Minutagem 12:06

6. Minutagem: 11:23

7. Minutagem: 11:27

Como discutido anteriormente, essa desigualdade compromete o pleno funcionamento da democracia, tal qual Kuhner (2014) evidencia.

Padre Júlio Lancellotti articula a prática social como essencial para a transformação das condições de vida das populações marginalizadas. Ele cita Paulo Freire⁸: “Reflexão a partir da prática e a prática a partir dessa reflexão”, evidenciando uma interdiscursividade entre o que é falado pelo Padre e o discurso que trata a democracia como indissociável à ação, como os citados anteriormente de Oliveira (2019) e Frei Betto (1985). Lancellotti defende que a prática democrática não é apenas uma bandeira, mas uma ação contínua, a ser feita nas ruas, tal qual ficará claro a seguir.

Na frase “eu não trabalho com a população de rua, eu convivo com a população de rua”⁹, Lancellotti expressa uma postura de entrega e proximidade com os marginalizados. Essa convivência reflete uma relação de igualdade, e que ao mesmo tempo que é um valor democrático clássico, se alinha ao discurso bíblico expresso por Jesus Cristo, configurando-se como uma interdiscursividade entre esses dois campos.

Algo semelhante também está presente quando afirma¹⁰: “quando estamos convivendo nós procuramos um relacionamento que não é de imposição, que não é institucional, que não quer ser autoritário, mas que quer construir com”, rejeitando a imposição como forma de relacionamento. Essa posição demonstra intertextualidade com o mencionado anteriormente por Habermas, que relata que a democracia se estabeleceu como uma oposição direta à tirania, historicamente.

8. Minutagem: 4:02

9. Minutagem: 4:15

10. Minutagem: 4:35

Para Orlandi (2007, p. 38), analisar os discursos identificando aspectos de sua ideologia é crucial para apreender seus sentidos: “É na língua que a ideologia se materializa”. Dessa forma, a língua molda a interpretação do mundo e influencia ações sociais. Lancellotti afirma: “mesmo as pessoas que estão em situação de rua, elas também são atingidas pela ideologia dominante e elas também reproduzem a ideologia dominante, eles também pensam como aqueles que dominam”¹¹. A internalização da ideologia dominante potencializa a perpetuação da desigualdade e pode limitar a resistência, já que a ideologia dominante legitima a exclusão, fazendo com que os moradores de rua aceitem sua situação como natural. Como discutido, a luta por direitos está intrinsecamente ligada aos valores democráticos e, inevitavelmente, provoca confrontos com a ideologia dominante, desafiando essa estrutura.

Na fala de Padre Júlio Lancellotti, ele argumenta que “a desumanização da população em situação de rua muitas vezes é uma desumanização irreversível”¹² e que “a opressão desumaniza o opressor e o oprimido; ambos acabam desumanizados”¹³. Essas afirmações ressaltam a importância da ideia de “humanização” e os significados que a acompanham. Embora as palavras utilizadas tenham sido “desumaniza” e “desumanizados”, a importância do conceito de humanização pode ser inferido. Pode-se entender que a desumanização é um processo que se retroalimenta: o opressor, ao negar a dignidade do outro, se priva de sua própria humanidade. Isso estabelece uma interdiscursividade significativa com o que foi mencionado anteriormente por Frei Betto (1985, p. 32),

11. Minutagem: 25:43

12. Minutagem: 33:31

13. Minutagem: 33:44

quando ele afirma que “o grau de liberdade da classe dominante é sempre proporcional ao grau de coerção e repressão que necessita para exercer sua dominação”. Além disso, também está presente a ideia de equidade apresentada anteriormente pelo padre, uma vez que, para serem reconhecidas como “iguais”, as pessoas em situação de rua precisam antes serem reconhecidas como “humanas”.

O discurso de Lancellotti menciona várias vezes a importância do acesso à água e necessidades básicas, como, por exemplo, quando ele pergunta¹⁴ “qual foi e é a grande dificuldade da população de rua ainda nesse momento?” e logo responde “acesso a água potável, acesso à higiene pessoal, acesso a necessidades básicas”. Em outro momento, ele destaca: “nós precisamos ter propostas exequíveis, viáveis e possíveis, uma delas é simples, pequenina, mas garantir o acesso à água potável. Isso é um direito humano fundamental”¹⁵. Essa defesa estabelece um paralelo direto com a luta das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e com os discursos de Oliveira (2019) e Frei Betto (1985), os quais destacam que a democracia transcende a condição de mero princípio: trata-se de uma prática e um guia para a ação política, orientada, conforme a perspectiva das CEBs e de Frei Betto, pela busca da garantia de direitos.

Ao propor soluções viáveis, como o pedido reiterado para que a PUC (organizadora do evento online no qual o Padre participava) instalasse fontes de água potável de uso público, Lancellotti efetivamente luta por ações concretas para atender às demandas da população em situação de rua por meio de seu discurso. Posteriormente, Lancellotti

14. Minutagem: 45:43

15. Minutagem: 48:05

integra duas questões centrais: a reivindicação por acesso à água, como exemplificado pela solicitação de instalação de fontes de água potável de acesso público, e a necessidade de pressionar o poder público para alcançar objetivos que ampliem a democracia. Essa articulação torna-se clara quando ele enfatiza a importância de diversas questões fundamentais na relação com os moradores de rua: “um olhar, uma palavra, um gesto, uma água potável, a pressão aos poderes públicos, tanto legislativo quanto executivo, sugestões, propostas”¹⁶.

Na frase “todos, onde estiverem, não sejam pessoas da incomunicabilidade, sejam pessoas da convivência, da comunicabilidade e da proximidade”¹⁷, Lancellotti destaca a importância da comunicação e da interação humana, estabelecendo uma interdiscursividade com a Teoria do Agir Comunicativo, que também ressalta o diálogo e a comunicação como valores essenciais e inalienáveis para a democracia.

A fala do padre estabelece uma intertextualidade com a Constituição Federal de 1988, especificamente em relação ao direito à moradia, mencionado anteriormente, quando ele afirma que “o que nós precisaríamos é ter, realmente, a locação social para as mulheres com crianças e para os grupos familiares”¹⁸. Essa proposta alinha-se à discussão anterior sobre a importância de atender necessidades como moradia, saneamento e água, para garantir o cumprimento democrático dos direitos expressos na Constituição.

Durante a *live*, o padre Lancellotti traz à tona, além da ideia de humanização, as noções de emancipação e autonomia de forma

16. Minutagem: 52:39

17. Minutagem: 52:26

18. Minutagem: 54:45

recorrente. Ao afirmar que “o grande conceito hoje é o conceito de emancipação, o conceito de liberdade de escolhas, de respeito à condição humana das pessoas, e que elas possam ter... Acho que a grande palavra: autonomia”¹⁹, ele destaca o valor da liberdade, associando-o também à autonomia. A partir do que é dito, pode-se concluir que sua luta por esses princípios revela que ainda não são uma realidade, especialmente para as pessoas em situação de rua. Nas entrelinhas, Lancellotti sugere que as estruturas sociais e econômicas restringem a capacidade de escolha, o que constitui um obstáculo aos valores democráticos. Seu discurso critica o sistema capitalista, que marginaliza aqueles sem recursos, perpetuando a desigualdade. Assim, o apelo à emancipação busca que a democracia não se limite à forma, mas assegure condições para que todos exerçam sua autonomia.

Posteriormente, durante uma conversa com o mediador da live, Lancellotti e o anfitrião conversam sobre uma celebração inter-religiosa em homenagem a Henry Sobel, o líder rabino que, junto a Dom Evaristo Arns, é mencionado por eles como um lutador pela democracia. Eles foram os principais líderes responsáveis por uma celebração da memória de Vladimir Herzog, contando com a participação de religiosos de diferentes tradições. Essa celebração, repleta de intenções valorativas democráticas, presta homenagem a uma das vítimas mais icônicas do regime militar, que foi assassinado por lutar pela democracia.

Nesse contexto, Lancellotti destaca a importância do diálogo inter-religioso, corrigindo o mediador ao lembrar que a celebração em memória de Henry Sobel, falecido em 2019, se tratava de uma

19. Minutagem: 1:04:22

celebração inter-religiosa e não de uma missa, como foi mencionado pelo anfitrião. Ele afirma: “Não foi uma missa, foi uma celebração inter-religiosa na Catedral da Sé. Foi inter-religioso, porque estavam religiões não-cristãs, também”²⁰. A celebração ilustra como os valores democráticos podem promover a “autonomia da razão”, ao deixar de lado as diferenças em busca de um diálogo que enriqueça a luta conjunta por valores democráticos, construindo pontes de respeito e amizade entre integrantes e representantes de diferentes tradições religiosas. Além disso, é evidente a interdiscursividade com Habermas, que, como discutido anteriormente, traz a importância do diálogo inter-religioso como um potencial fortalecedor da democracia.

Mais adiante, ele afirma que “a solidariedade e a compaixão, a misericórdia, não são dimensões somente religiosas, são dimensões humanas”²¹, enfatizando que esses valores transcendem barreiras religiosas. Isso ressoa com a reflexão e discussão sobre direito natural feita por Habermas e mencionada anteriormente. Além disso, o padre menciona o teólogo Leonardo Boff, a quem se refere como “um dos maiores teólogos brasileiros”²², evidenciando a influência da Teologia da Libertação em seu pensamento. Ele também cita a frase de Boff: “Todo ponto de vista é a vista a partir de um ponto”²³.

Conclusão

Ao explorar a interseção entre religião, comunicação e democracia, a análise indica que a relação entre esses elementos não pode

20. Minutagem: 1:06:53

21. Minutagem: 1:08:12

22. Minutagem: 1:11:37

23. Minutagem: 1:11:49

ser reduzida a uma dicotomia simplista de benéfica ou prejudicial para a democracia. A contextualização histórica é importante, pois evidencia momentos em que a religião desempenhou papéis tanto positivos quanto negativos na configuração democrática de sociedades.

Os exemplos apresentados destacam uma abordagem filosoficamente diferenciada entre segmentos das religiões que podem ser benéficos e aqueles que atuam contra a democracia. Nas instâncias positivas, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e líderes religiosos como Padre Júlio Lancellotti, observa-se um comprometimento ativo com causas sociais, direitos humanos e justiça, refletindo uma interseção prática entre a fé e os ideais democráticos. Essas expressões religiosas enfatizam a inclusão, promovem o diálogo inter-religioso, rejeitam o autoritarismo e a intolerância, e buscam a participação cidadã na construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Em contraste, a religião que atua de maneira prejudicial à democracia, exemplificada por casos de apoio a líderes autoritários e práticas obscurantistas, muitas vezes carece desses elementos. A falta de compromisso com a justiça social, a intolerância em relação a diversas perspectivas e a busca por imposição ideológica são fatores que distinguem negativamente essas manifestações religiosas, contribuindo para um ambiente menos propício ao fortalecimento dos princípios democráticos.

A perspectiva teórica de Jürgen Habermas oferece suporte para uma análise aprofundada da religião, considerando-a como um fenômeno entrelaçado à linguagem e à evolução social. A reflexão sobre o papel crucial desempenhado pela linguagem no surgimento da religião não apenas enriquece a filosofia e a epistemologia, mas também proporciona

uma compreensão mais abrangente da influência da religião na coesão social, refletindo, assim, em sua esfera política.

A integração da comunicação digital na interação entre religiosos e a esfera política apresenta traz à tona novas possibilidades. Iniciativas, como o programa “Espiritualidade na Ação”, demonstram como a comunicação digital pode ser instrumentalizada para a luta política pela democracia, promovendo diálogos construtivos entre diferentes tradições.

A análise do discurso de Lancellotti revela uma interconexão entre a luta por direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Suas reflexões ressaltam a necessidade de desnaturalizar as condições que perpetuam a desigualdade, promovendo a inclusão e a dignidade. Ele também demonstra que o diálogo inter-religioso e a solidariedade podem coexistir harmoniosamente com as crenças religiosas individuais, além de serem benéficos para o fortalecimento da democracia. Isso é exemplificado pelas cerimônias inter-religiosas realizadas em memória de Vladimir Herzog e Henry Sobel, ambas fortemente apoiadas por um ideal democrático.

Por meio de suas falas que destacam a importância da ação, Lancellotti convoca a sociedade a se engajar na luta por justiça social e democracia. Um exemplo disso foi seu apelo durante a live à PUC-SP para a instalação de fontes de água potável de acesso público, solicitação que rapidamente ressoou entre os espectadores, que passaram a usar a *hashtag* #PUCLIBERAAGUA em apoio à causa no bate-papo da *live*. A transformação social, portanto, é uma constante no discurso do padre.

Um aspecto curioso é que, ao longo de toda a live, Lancellotti não utiliza a palavra “democracia” em nenhum momento. Isso fez com que

a análise se concentrasse mais nos sentidos e valores democráticos do que na terminologia propriamente dita. De forma implícita, no entanto, é possível perceber que as ideias democráticas estavam presentes ao longo de suas falas, além do título da live.

Embora este artigo tenha analisado diversas falas e reflexões de Padre Júlio Lancellotti, muitos outros momentos significativos poderiam ter sido destrinchados e analisados. Além disso, até mesmo os trechos mencionados poderiam ter sido abordados de forma mais detalhada. O discurso do padre, rico em reflexões e referências a um extenso conhecimento, apresenta um leque de possibilidades para investigações mais profundas sobre temas como humanização, autonomia e crítica ao neoliberalismo. Infelizmente, a limitação de espaço impede que todas essas questões sejam exploradas mais profundamente. Contudo, espera-se que as análises aqui apresentadas sirvam como um convite para que outros pesquisadores e interessados se debrucem sobre essa temática, contribuindo assim para um entendimento mais abrangente e engajado sobre democracia, lutas sociais e a influência da religião nesse contexto.

Em última análise, a relação entre religião e democracia é um campo dinâmico, onde as nuances históricas se entrelaçam com as possibilidades de seus momentos históricos, como exemplificado com a relação trazida com a comunicação contemporânea. Ao reconhecer a complexidade dessas interações, abre-se espaço para uma reflexão contínua sobre como a fé, a comunicação e a democracia podem convergir na construção de sociedades mais democráticas.

Referências

- Almeida, M. A. B., & Gutierrez, G. L. (2039). Teoria da ação comunicativa (Habermas): Estrutura, fundamentos e implicações do modelo. *Veritas*, 58(1). <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/download/8691/>
- Betto, F. (1985). *O que é comunidade eclesial de base?* Editora Abril.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
- De Oliveira, N. D. (2019). A resistência católica na ditadura militar (1964-1985): O legado do padre Ibiapina como precursor da opção pelos pobres. *Jamaxi*, 3(2). <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/3240>
- Fairclough, N., & Melo, I. F. de. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307–329. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>
- Flow Podcast. (2022, junho 22). PADRE JÚLIO LANCELLOTTI E SHEIK RODRIGO JALLOUL [+ FERREZ] - Flow #65. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=gQn3ikA6yl8>
- Furoni, E. (2021, dezembro 1). Bolsonaro cita “terrivelmente evangélico” e parabeniza Mendonça no STF. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-cita-terrivelmente-evangelico-e-parabeniza-mendonca-no-stf/>

- G1. (2021, março 4). Brasil registra 1.786 mortes em 24 horas; total chega a 261 mil. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/04/brasil-registra-1786-mortes-em-24-horas-total-chega-a-261-mil.ghtml>
- Habermas, J. (2019). *Une histoire de la philosophie: La constellation occidentale de la foi et du savoir*. Gallimard.
- Kuhner, T. K. (2014). *Capitalism v. democracy: Money in politics and the free market constitution*. Stanford University Press.
- Memorial da Democracia. (2015). *MST realiza primeiro Congresso Nacional*. <http://memorialdademocracia.com.br/card/mst-realiza-primeiro-congresso-nacional>
- Orlandi, E. P. (2007). *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Pontes.
- O Globo. (2023, outubro 18). Entenda o que é sionismo, base ideológica que levou à criação do Estado de Israel. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/10/18/entenda-o-que-e-sionismo.ghtml>
- O Tempo. (2024, fevereiro 2). PSOL pede cassação de vereador por ‘difamar e perseguir’ padre Júlio Lancellotti. <https://www.otempo.com.br/politica/governo/psol-pede-cassacao-de-vereador-por-difamar-e-perseguir-padre-julio-lancellotti-1.3323366>
- Prefeitura de São Paulo. (2021). Censo da população em situação de rua de São Paulo. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWE4M-TE5MGItZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5Ii->

widCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlN-
jE1NGM5MGUwNyJ9

Rodrigues, F. M. (2017, abril 6). Quando o Papa abençoava Hitler. *Política Operária*, 51. <https://anabarradas.com/2017/04/06/quando-o-papa-abencoava-hitler/>

Sobreira, A. (2022, setembro 13). Grupos evangélicos reagem em defesa da democracia e declaram apoio a Lula. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/13/grupos-evangelicos-reagem-em-defesa-da-democracia-e-declaram-apoio-a-lula>

TVPUC (2021). *Tolerância, Democracia e Direitos Humanos: Mais flores, menos pedras - Pe. Júlio Lancellotti* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=DPXH91Ueuq0>

MULHERES NEGRAS NO CINEMA: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DO FILME: VÊNUS NEGRA

Kahena Quintaneiro Bizzotto¹

“Vai dar mó treta, quando eu disser que vi Deus, e ele era uma mulher preta”
—Emicida, 2016

O filme “*Vênus Negra*”, dirigido por Abdellatif Kechiche, oferece uma representação violenta e perturbadora do imaginário eurocêntrico que moldou a percepção das mulheres negras na mídia, centrando-se na figura histórica de Saartjie Baartman, também conhecida como “Vênus Hottentot”. Este artigo busca conectar as reflexões teóricas de autores da comunicação, os estudos culturais e decoloniais com os

1. Doutoranda em Comunicação na FAAC Unesp e Mestre em Política Social pela UnB
k.bizzotto@unesp.br

temas emergentes no filme, investigando como essas ideias ajudam a desvendar a objetificação e a exploração das mulheres negras em uma sociedade fortemente midiaticizada.

No contexto de “*Vênus Negra*”, a narrativa do filme expõe o impacto das representações midiáticas na vida de Saartjie Baartman. Desde sua exibição em circos europeus até sua análise científica em Paris, cena em que Baartman foi sujeita a uma exploração detalhada de seu corpo por homens brancos em um ambiente carregado de um olhar clínico e desumanizador. Este episódio não só ilustra a violência física e simbólica que Baartman enfrentou, mas também expõe como tais práticas foram justificadas e legitimadas por uma narrativa científica que a tratava como uma curiosidade racial da diversidade humana.

Para entender a profundidade dessa objetificação, é essencial incorporar as ideias de Chimamanda Ngozi Adichie sobre os perigos de uma narrativa única. A autora traz a crítica sobre como histórias simplificadas podem distorcer a realidade e reforçar estereótipos prejudiciais, ao contarmos apenas um lado da história. Tal fato pode ser compreendido como uma problemática evidente no tratamento de Baartman como uma figura exótica e peculiar. Esta análise demonstra como a narrativa dominante sobre a colonização pode reduzir indivíduos e corpos a objetos de curiosidade, ignorando suas complexidades e experiências reais. O filme “*Vênus Negra*” serve como um exemplo paradigmático de como as estruturas racistas não apenas permitem, mas também reforçam a desumanização das mulheres negras ao transformá-las em objetos de estudo e entretenimento.

Adicionalmente, a perspectiva de bell hooks sobre a representação das mulheres negras no cinema será fundamental para essa análise.

Bell hooks, em: “O olhar opositivo da expectadora negra” (1992) examina como as imagens cinematográficas frequentemente consolidam estereótipos e invisibilizam a diversidade das experiências negras. *Vênus Negra* pode ser visto como um reflexo dessas dinâmicas, oferecendo uma crítica à maneira como o cinema contribui para a perpetuação do racismo e a objetificação de corpos negros.

Portanto, ao articular perspectivas decoloniais com a análise de produções audiovisuais, este artigo busca proporcionar uma compreensão mais profunda das implicações sociais e culturais das representações midiáticas das mulheres negras. O processo de reflexão proposto visa não apenas elucidar mecanismos de objetificação de mulheres negras na mídia, mas também fomentar uma reflexão crítica sobre a necessidade de narrativas mais justas, abrangentes e reais.

Em outras palavras, este artigo pretende destacar a importância de uma análise crítica das representações midiáticas das mulheres negras, utilizando principalmente as ferramentas teóricas da comunicação para elucidar as dinâmicas de poder e hegemonia cultural que expressam sobre essas narrativas, assim como referências que discutem sobre a colonização e objetificação de corpos negros no ocidente. Através dessas reflexões, busca-se promover um entendimento mais profundo das formas como a mídia pode ser transformada para desafiar e contestar práticas históricas de exploração e marginalização das mulheres negras.

Fundamentação Teórica

Esse processo é um esforço reflexivo, que não se encerrará neste trabalho. Aqui pretende-se levantar uma faísca, um interesse, um início de reflexão teórica que poderá ser desenvolvido a posteriori.

Considerando o processo de construção do pensamento teórico e entendendo a pesquisa como algo a ser aperfeiçoado ao longo do processo.

A ideia desta fundamentação teórica é tentar realizar um diálogo sobre o entendimento de corpo de Oyewumi com a ideia de classificação corporal e de raça na mídia, sendo que a raça é um tipo de opressão por uma característica de classificação e hierarquização corporal. Acredita-se que a ideia ocidental de que há uma forma ideal e certa de se ocupar o mundo, a forma branca, é prejudicial e impacta diretamente toda a população colonizada que teve sua forma de observar e de viver em sociedade considerada como inferior e substituída, em um processo violento, por uma lógica binária de compreensão do mundo.

Césaire coloca que uma civilização que coloniza e justifica esse processo é uma civilização moralmente ferida. A colonização negou a civilização dos continentes colonizados na medida em que apenas o colono era considerado como civilizado. Essa relação de poder desumanizou até o homem mais civilizado, como afirma o autor, porque, nesse processo, se habituou a considerar o outro colonizado como animal, em uma relação de dominação e submissão, em que apenas há lugar para o trabalho forçado, a violação, intimidação, etc. (Césaire 1978, p. 25). O autor também argumenta que há uma equação particular nessa relação, que é a da colonização e coisificação.

Esse processo de coisificação está intimamente ligado à percepção do corpo negro enquanto objeto de trabalho físico e não enquanto ser criativo, sensível, passível de sentimentos profundos. A lógica colonial é perversa e transforma sentidos ligados à identidade de toda uma população, e é esse comparativo que Oyèrónke Oyewumi traz e

que queremos dar luz: há diferentes formas de compreender, vivenciar e estar no mundo para além das que o ocidente nos ensinou.

Sobre o corpo: algumas considerações

Oyèrónke Oyewumi, autora do livro: *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, ao falar sobre o corpo enquanto uma forma de ocupar o mundo e através de uma perspectiva decolonial explica que no ocidente a biologia é o caminho a ser seguido, a ciência enquanto a luz da verdade prevalece no pensamento ocidental. Nesse sentido, quando passamos a explicar as diferenças corporais como parte somente da biologia damos margem para a conceituação de raça, classe, gênero, deficiência por exemplo. A autora explica que esse processo faz com que a diferença seja vista como uma forma de degeneração, já que os detentores do poder estabelecem sua biologia como superior, o que faz com que qualquer diferenciação se torne um desvio da norma. Explica então que:

A noção de sociedade que emerge dessa concepção é a de que a sociedade é constituída por corpos e como corpos – corpos masculinos, corpos femininos, corpos judaicos, corpos arianos, corpos negros, corpos brancos, corpos ricos, corpos pobres. (...) Ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas. (Oyewumi, 2021, pp. 27-28)

Escreve ainda que o ocidente, parte da visão para classificar e hierarquizar os corpos, o que centraliza o debate sobre o corpo. A autora tenta explicar que a biologia, mesmo que seja controversa, está presente como pano de fundo nas ciências sociais.

Em termos práticos, é o reforço contínuo do imaginário populacional de que certos corpos não acessam certos espaços considerados de poder, como por exemplo, os casos de pessoas negras que possuem um alto poder econômico sofrendo racismo, sendo acusadas de roubar locais de luxo que frequentam (melhorar) herança do eugenismo, já que “A sociedade, então, é vista como um reflexo preciso do legado genético – aqueles com uma biologia superior são inevitavelmente aqueles em posições sociais superiores. Nenhuma diferença é elaborada sem corpos posicionados hierarquicamente” (Oyewumi, 2021, pp. 35-36). O determinismo biológico e a construção social andando lado a lado, um como pano de fundo do outro para embasar e tentar naturalizar as opressões baseadas nos corpos diferentes da norma – como por exemplo a categoria gênero - estabelecida pela colonialidade através do que é chamado por Oyewumi de “biologia da diferença” (Oyewumi, 2021, p. 38).

Para Oyewumi os corpos físicos são sempre sociais (2021), logo não há de fato uma separação entre gênero e sexo, o que vai de encontro com o que o movimento feminista ocidental defende. A autora defende ainda que os debates sobre as opressões, mais especificamente o gênero, deve ser realizado a partir do local, da historicidade e da cultura de forma que se alcance a essência das crenças e culturas analisadas. Entender o passado para analisar o presente e fazer um futuro diferente.

Em conformidade com Martins (2017) o corpo, materialmente falando, pode representar uma posição de poder e privilégio e pode também ser articulado com diferentes percursos emancipatórios. Fundamentado pelo entendimento da autora podemos questionar as bases que naturalizam as diferenças, sejam elas raciais, de gênero, sexualidade e de normalidade.

Ao pensarmos quanto à formação racial e social brasileira, alguns autores como Quijano (2005) e Baldwin (1984) defendem que podemos perceber que há uma estratégia de dominação e de conquista de um povo sobre outros. A modernidade/colonialidade ao criar a ideia das raças, e se incluir despretensiosamente nela, se pautou em uma identidade colonial que reforça uma perspectiva eurocêntrica de entendimento do mundo, a **raça** enquanto central no processo das relações coloniais de dominação entre colonos e colonizados, europeus e não europeus.

O conceito raça pode ser definido como:

um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. (...) tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (Guimarães, 1999, p. 11)

Vale-se dizer que o sistema capitalista se pautou e se fortaleceu através desse sistema de dominação, impondo uma divisão racial do trabalho e da vida social (Quijano, 2005). Há ainda hoje bem delimitados os locais de acesso a determinados âmbitos da sociedade que foram demarcados social e racialmente, e, assim, Carneiro (2005) vai nos dizer que em uma sociedade multirracial como a que vivemos é importante partir do pressuposto que a raça é determinante para a compreensão de sua estrutura.

Refletindo sobre o fator de classificação de hierarquização dos corpos, podemos chegar à conclusão de que o ser ideal corporal a ser

alcançado, em sociedades colonizadas, foi o branco. Os movimentos sociais e revolucionários compostos por pessoas negras, indígenas e não brancas dispostas a lutar contra o racismo estão e estiveram desde o momento de transformação de seus territórios enquanto territórios colonizados, lutando para sobreviver e ter direitos a uma vida digna.

A visão aqui levantada acerca do corpo é o entendimento e o reforço do corpo enquanto uma forma de ocupar o mundo e não como algo biológico como a norma ocidental binária impõe. O corpo se enquadra em um sistema de classificação dos sujeitos, e Oyewumi questiona sobre a universalidade do corpo e a sua centralidade no Ocidente, explica que em Iorubalândia há a valorização do sentido sensorial da audição, e não na visão como no Ocidente que julga, hierarquiza e classifica de acordo com seu olhar e classificação pelas diferenças biológicas.

Em conformidade com o discurso de Oyewumi, o corpo como uma categoria social pode ser compreendido de diversas formas, assim como pode possuir significações diferentes. “O corpo é o que garante visibilidade a um ser humano. É através dele que se cristalizam e se reproduzem as manifestações simbólicas que a noção de pessoa encarna” (Filho 2013, p. 28). O autor vai argumentar que em cada sociedade as representações sociais dão ao corpo um lugar, e a corporeidade só vai fazer sentido nas marcas sociais impostas.

O corpo se encontra como um lócus privilegiado em relação às lutas sobre seu significado, afirma Martins (2017), é nesse sentido que podemos questionar os valores centrais que foram colocados nos corpos, movimento advindo do processo de dominação colonial, e responsável por legitimar desigualdades sociais.

O corpo de mulheres negras na mídia

No contexto da midiaticização, Barros (2012) discute como a mídia não apenas transmite informações, mas também media relações sociais e modela percepções coletivas, o que pode gerar um impacto no imaginário social sobre as percepções e ideias acerca de grupos sociais. A trajetória de Saartjie Baartman, no filme “*Vênus Negra*”, desde sua exibição em circos na Europa até seu posterior estudo científico e exibição em museus, exemplifica como a mídia histórica participou ativamente na construção de uma imagem estereotipada da mulher negra como exótica, sexualizada e inferiorizada. Esse processo não apenas perpetuou narrativas racistas e sexistas, mas também contribuiu para a naturalização da exploração e violência contra mulheres negras. A partir desta realidade, Gonzalez discorre sobre o racismo e o sexismo aplicado à realidade brasileira que contribuirão para a fundamentação teórica deste artigo:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (Gonzalez, 1984, p. 224)

Além destes apontamentos, Braga (2012) contribui para essa discussão ao analisar os “campos sociais” e os circuitos de comunicação, destacando como instituições e grupos sociais disputam poder e influência na esfera midiática. A trajetória de Saartjie Baartman revela como diferentes campos sociais, desde o entretenimento até a ciência, participaram ativamente na objetificação e exploração de seu corpo,

reforçando práticas de colonialismo e etnocentrismo que persistem até hoje.

Já a obra de Bucci (2022), ao abordar a desinformação, oferece um entendimento sobre como o capitalismo transformou a comunicação em uma mercadoria lucrativa. No caso de Saartjie Baartman, sua exibição pública não apenas gerava lucro para empresários e curiosidade para o público, mas também servia aos interesses de uma economia baseada na exploração racial e de gênero, perpetuando uma visão hierarquizada e desumanizante das mulheres negras. Ao falar sobre como a democracia está ameaçada pela desinformação, Bucci nos informa que:

A desinformação não se resume a um desvirtuamento de conteúdos ou a uma pane semiológica dos relatos. Ela surge como sintoma de algo subterrâneo, algo que o conceito técnico e aplicável de Claire Wardle não vislumbra, nem pretende vislumbrar. A desinformação consiste no perfeito oposto de tudo aquilo que temos entendido por informação. Onde esta pavimenta o caminho de acesso à verdade factual, aquela conduz à mentira, à ignorância dos fatos, ao apagamento da realidade e ao negacionismo (Bucci, 2022, p. 11)

Ao relacionar o filme com os conceitos de midiaticização, torna-se mais compreensível essa tentativa de explicar brevemente sobre como a mídia desempenhou e desempenha um papel importante na construção e perpetuação de estereótipos, sejam raciais ou de gênero que ainda hoje permeiam a sociedade. O legado de Saartjie Baartman, tristemente marcado por exploração, violência e desumanização, continua a ser um lembrete poderoso da importância das lutas contra o racismo e sexismo institucionalizados na mídia e na cultura ocidental.

Metodologia

Como proposta metodológica para analisar a representação e a objetificação das mulheres negras no filme *Vênus Negra*, este artigo propõe uma abordagem que integra a interseccionalidade, e os estudos culturais e decoloniais. A interseccionalidade, conforme proposta por Kimberlé Crenshaw, é utilizada como uma ferramenta analítica fundamental para compreender como as opressões de gênero e raça se entrelaçam. A partir dessa perspectiva, o artigo examina como a discriminação racial e de gênero não operam isoladamente no mundo ocidental, mas se combinam para formar um sistema complexo de dominação colonial que limita oportunidades e a dignidade de mulheres negras. Essa abordagem permite uma análise das formas como a narrativa colonial e etnocêntrica do filme reforça a marginalização e a objetificação da personagem principal do filme.

Além disso, os estudos culturais e decoloniais são utilizados para contextualizar esse trabalho, que traz críticas às estruturas de poder coloniais e raciais. Os estudos culturais fornecem as bases para compreender representações midiáticas e culturais de mulheres negras, principalmente do continente africano, no período colonial, enquanto a perspectiva decolonial permite questionar e desconstruir as narrativas históricas e raciais que sustentem representações que gerem a desinformação. A combinação dessas abordagens permite não apenas uma compreensão crítica da objetificação e exploração de Saartjie Baartman, no filme “Vênus Negra”, mas também uma reflexão sobre como essas práticas continuam a influenciar a percepção das mulheres negras na mídia contemporânea. Ao integrar essas metodologias, o artigo busca evidenciar como a construção racial da branquitude e a exploração

colonial se entrelaçam para perpetuar desigualdades sociais e a opressões por raça/cor e gênero.

Discussão dos resultados em Conexão com Teorias Contemporâneas de Desinformação e Mídia

O filme: “*Vênus Negra*”, dirigido por Abdellatif Kechiche, traz uma visão violenta e explícita da objetificação e exploração de Saartjie Baartman, refletindo práticas colonialistas e racistas que moldaram o imaginário social que o ocidente criou e tentou justificar através das ciências, para mulheres negras no século XIX. Ao explorar a vida de Baartman, o filme trás em imagens as formas pelas quais o colonialismo e o etnocentrismo contribuíram para uma representação distorcida e desumanizante de mulheres negras.

O filme ilustra também reflexões sobre como o colonialismo europeu não só dominou territórios africanos, mas também impôs uma visão etnocêntrica e desumanizante sobre as pessoas africanas. Saartjie Baartman, cujo corpo e cultura foram exibidos como curiosidades exóticas em circos europeus, é um exemplo vivo da forma como o colonialismo reforçou no imaginário social a noção de superioridade racial branca, assim como Oyewumi aponta ao trazer reflexões sobre as representações do corpo no ocidente.

Sua vida e tratamento foram moldados pela ideologia colonial que colocava os africanos como “outros” e inferiores, justificando sua exploração e objetificação, como colocado por Carneiro (2005). O etnocentrismo europeu fica evidente na forma como Baartman foi desumanizada e reduzida a um objeto de estudo e entretenimento, em vez de ser respeitada e tratada como um ser humano completo e complexo,

isso fica explicitado nas cenas em que mostram a personagem em sua subjetividade e em suas poucas falas em um filme com quase duas horas de duração.

Para compreender melhor essas dinâmicas, é útil articular o filme com teorias contemporâneas sobre desinformação, midiaticização e o papel da inteligência artificial na comunicação e na manutenção de poder.

Como já citado, a desinformação pode ser vista como uma estratégia para moldar percepções e controlar narrativas, similar ao modo como Baartman foi retratada e tratada como uma curiosidade racial no filme. No contexto atual, a desinformação e a manipulação da verdade são utilizadas para sustentar narrativas dominantes e legitimar desigualdades, assim como a representação de Baartman serviu para reforçar a supremacia racial e a desumanização de pessoas africanas.

No texto de Castells (2022), podemos extrair a reflexão de que a desinformação pode ser entendida como um projeto de comunicação que visa a manutenção de poder. Articulando com o filme, o tratamento de Baartman, que envolveu sua exposição em circos e sua análise científica desumanizante, exemplifica como práticas de comunicação colonial eram usadas para justificar e perpetuar a desigualdade. A exibição e a exploração de Baartman foram parte de um projeto mais amplo para reafirmar a superioridade racial europeia e controlar a narrativa sobre os africanos, manipulando a percepção pública para sustentar um sistema de dominação.

A midiaticização envolve a forma como a mídia e a comunicação moldam e são moldadas por processos sociais e culturais. No caso de Baartman, a mídia do século XIX, incluindo os circos e os cientistas que a estudaram, ajudou a criar e reforçar estereótipos raciais

desumanizantes. Jenkins (2008) destaca como as convergências de mídia criam e amplificam narrativas, o que também se aplica ao modo como a imagem de Baartman foi manipulada e amplificada para reforçar a visão etnocêntrica dos africanos.

O filme também aborda a construção da branquitude após o processo de colonização europeia e a crença na superioridade racial branca, que estava enraizada nas ideologias do colonialismo europeu. O Egito é mencionado no filme, em um contexto histórico da crença europeia em uma raça dominante. No século XIX, a visão predominante na Europa, principalmente nos espaços de poder e através de tentativas de justificação da colonização por meio das ciências, era a de que as civilizações africanas eram primitivas em comparação com as europeias, que se consideravam superiores.

Saartjie Baartman foi exposta como um exemplo da “raça inferior” como reforço dessas crenças. A ideia de uma raça dominante branca foi usada para justificar a exploração e a subjugação de pessoas retiradas do continente africano à força, promovendo uma visão etnocêntrica que perpetuava a opressão racial. A construção da branquitude envolveu a criação de narrativas que representavam os africanos como irracionais, contrastando com a suposta civilização e racionalidade dos europeus.

No filme, a figura de Baartman é instrumental na criação de um imaginário negro africano animalesco. A imagem de Baartman como um “animal” humano, exibido em circos e analisado como uma curiosidade científica, exemplifica como as mulheres negras eram desumanizadas e tratadas como objetos exóticos. O filme revela como essa objetificação foi usada para sustentar a crença na inferioridade racial e justificar o tratamento cruel e a exploração.

Com o avanço da inteligência artificial e dos algoritmos, conforme apresentado no livro organizado por Gonçalves, et al. (2024), novos desafios surgem para a mídia e a comunicação. A capacidade dos algoritmos de amplificar certos tipos de conteúdos enquanto suprime outros pode ser vista como uma continuação das estratégias de controle e manipulação de narrativas e visibilidades observadas na história colonial.

Embora o filme “*Vênus Negra*” não trate diretamente da tecnologia atual de inteligências artificiais, a forma como a narrativa de Baartman foi moldada e manipulada reflete práticas que ainda existem, agora potencializadas pela inteligência artificial e pelos algoritmos, que podem amplificar estereótipos e reforçar desigualdades de maneira insidiosa. Nesse sentido, Polyana Ferrari, ao analisar e escrever sobre o colonialismo digital, questiona para refletirmos:

A transformação social na vida comum passará pelo uso da IA, caminho sem volta. Mas usaremos a IA generativa para salvar vidas, melhorar a medicina, melhorar as ferramentas de enfrentamento do aquecimento global, da desinformação em massa, para gerar empregos para milhões de refugiados e, ainda, ser ferramenta educacional para chegar aonde a escola física não chega, entre outros usos? Ou iremos reforçar os colonialismos, o sexismo, o racismo, entre outros males? (Ferrari, 2024, p. 62)

Considerações finais

Após todas essas reflexões do filme: *Vênus Negras* através do olhar decolonial, trazendo os estudos culturais para compreender a violência dos processos de colonização e suas consequências na representação na imagem da mulher negra na mídia, concluo que tais estudos podem e devem ser aprofundados para além desta produção inicial. É importante falarmos sobre esta temática para desmistificar

e reforçar um pensamento positivo sobre a imagem e identidade das mulheres negras na mídia, podendo modificar a realidade reproduzida nas periferias e no imaginário social sobre esse grupo populacional.

Se faz importante mencionar que tais reflexões se encontram também dentro dos movimentos sociais e movimentos independentes como o movimento Hip-Hop, como traz em sua poesia o produtor cultural e educador social Vinicius Alves Thomas, conhecido popularmente como Mandinga Verso que trouxe reflexões importantes sobre a temática em poesia declamada em um sarau no centro da cidade de Bauru no ano de 2022:

*Sistema destrói a família preta
Nativo em contexto urbano na selva de pedra
Riozinho de merda, flor de plástico, ninguém rega
Dentro da mata fechada sua mídia não chega
Seja no murro ou na flecha, mesma cor da terra, nós é a
floresta
Cada tronco de árvore que tombar neste chão é como um
irmão baleado
Cantava funk, fazia um rap, tava pra fazer mais um
aniversário
mas na madrugada na troca a Baep, outro garimpeiro de
arma na mão
Sonhar com a noite de crime, igual num filme,
mas na minha área não é ficção
Eles mira, atira, nem se desculpa e depois faz de sonso
pacto branco, Luisa Sonza, paga um dinheiro e pronto!
Quantas garoupa garante polícia corrupto solto?
Quantas onças pintadas morrem por desmatamento e fogo?
Quantos pantera negras morrem antes de ouvir um: “eu te
amo”?
Quantos de nós nem entende de onde vem tanto ódio?
Quem tá passando pano no pódio, tem sangue.
Clipper em Blants, guerras de gangues. Hip-hop salvando
vidas há tantos anos*

*Meus manos e minas, graves e rimas, grades, esquinas,
gravidas ainda meninas
É grave a rotina, em África eles gravam, filmam, caridade é o
caralh*
Erro grave, nós passa por cima
Soberania, igual Rainha Nzinga queria,
Maculelê o rei da valentia, Axé africano atravessou o
atlântico e renasceu na Bahia
Mestre Patati vai soar poesia, viva o eterno, Mestre Pastinha,
Painho e mainha, Deus é maior muito amor pra família.
(Vinão - Mandinga Verso, Bauru-SP, 2022)*

Referências

- Adichie, C. N. (2009). *The danger of a single story*. https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story
- Barros, L. M. (2012). Recepção, mediação e midiatização: Conexões entre teorias europeias e latino-americanas. In M. A. Mattos, J. Janotti Júnior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação e midiatização*. Edufba.
- Braga, J. L. (2012). Circuitos versus campos sociais. In M. A. Mattos, J. Janotti Júnior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação e midiatização*. Edufba.
- Braga, J. L. (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática*. Paulus.
- Bucci, E. (2021). *A superindústria do imaginário: Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. Autêntica Editora.
- Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].

Castels, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Césaire, A. (1978). *O discurso do colonialismo*. Sá da Costa.

Correia, J. C., Jerônimo, P., & Amaral, I. (Orgs.). (2022). *Estudos sobre desinformação: perspectivas de um campo emergente*. Editora LabCom.

Crenshaw, K. (2012). *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>.

Emicida (2016, maio 6). *Emicida - Mãe (Vídeo clipe)* [Vide]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=D_-j32_Ryc0

Ferrari, P. (2024). *A era do prompt: inteligência artificial, colonialismo, devires e desinformação*.

Filho, B. (2013). *Entre dois mundos: escravidão e a diáspora africana*. (Coleção Humanidades).

Gonçalves, A., Torre, L., & Melo, P. V. (Orgs.). (2024). *Inteligência artificial e algoritmos: desafios e oportunidades para os media*. Editora LabCom.

Guimarães, A. S. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.

- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In F. Rios, & M. Lima (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora XYZ.
- Hjarvard, S. (2012). Mídia e cultura: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, 5(2), 53-91.
- hooks, b. (2017). *O olhar opositivo da espectadora negra*. <https://foradequadro.com/2017/05/26/o-olhar-opositivo-a-espectadora-negra-por-bell-hooks/>
- Jenkins, H. (2008). *Cultura da Convergência*. Aleph.
- Kechiche, A. (2010). *A Vênus Negra* [Filme-DVD]. Produção de Charles Gilbert, Marin Karmitz, Nathanael Karmitz. Direção: Abdellatif Kechiche.
- Martins, B. S. (2017). *Deficiência e a biomedicina: o corpo e as lutas pelo sentido*. In M. Moraes et al. (Org.). *Deficiência em questão: para uma crise da normalidade*. Nau.
- Oyewumi, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do Tempo.
- Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Thomas, V. A. (2022). *Mandinga Verso*. Poesia declamada em sarau no centro da cidade de Bauru.

SITE BAURU CIDADE CRIATIVA: UMA FERRAMENTA PARA AGENTES CRIATIVOS LOCAIS

*Isabela Campos Menezes¹
Dorival Campos Rossi²*

A cidade de Bauru, no interior de São Paulo 8, foi contemplada no ano de 2022 pela chamada pública do programa CRIA SP. Tal programa possui gestão da Organização Social “Associação Paulista Amigos da Arte” e faz parte da ação “Juntos Pela Cultura”, promovida pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa e a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. O CRIA SP é um programa que visa incentivar os municípios do Estado de São Paulo a adotarem políticas

-
1. Aluna de mestrado no programa de Mídia e Tecnologia -PPGMIT - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – FAAC UNESP Bauru SP
ic.menezes@unesp.br
 2. Doutor em Comunicação e Semiótica, pesquisador do programa de Mídia e Tecnologia - PPGMIT
Professor na Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – FAAC UNESP Bauru SP
dorival.rossi@unesp.br

locais voltadas para o desenvolvimento da Economia Criativa, objetivando colocar a cultura e a criatividade como elementos centrais nas estratégias de desenvolvimento urbano e sustentável.

A contemplação de Bauru pelo programa dá início ao projeto denominado “Bauru Cidade Criativa”³ que a partir de uma análise dos setores de Economia Criativa da cidade, quando da construção do *Plano Municipal Participativo de Desenvolvimento da Economia Criativa de Bauru* (PMPDECB) (Joppert & Pires, 2022), compreendeu-se a necessidade de um mapeamento mais profundo dos agentes criativos da cidade, de criar mais conexão entre estes e de construir novos formatos para conscientizar a população a respeito da Economia Criativa e suas potencialidades no desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, pensando em formatos para fazer a divulgação do projeto e de difundir as ideias da Economia Criativa, surge como parte da estratégia de comunicação a ideia da criação de um site. Este teria como objetivo ser um espaço de divulgação dos atores criativos da cidade para fácil acesso dos que precisam de seus serviços e produtos. Compreende-se ainda a importância de compartilhar com a sociedade os documentos elaborados e produzidos pelo grupo e materiais relacionados ao tema. Assim facilitando o acesso da população a esses materiais, o site torna-se um mecanismo para auxiliar a participação da população em iniciativas de caráter público (Gomes, 2023) e a instrumentalização da classe criativa da cidade. Ainda, a produção de um conteúdo introdutório ao site explicando noções básicas sobre Economia Criativa, a partir da realidade da cidade de Bauru, propõe que aquele que tem acesso a esse

3. Confira a documentação do projeto em: Menezes (2023).

conteúdo passe a ver a cidade e suas manifestações culturais a partir de outra perspectiva, compreendendo o potencial de impacto social da Economia Criativa no município.

Dessa forma, este documento apresenta o processo de desenvolvimento do Design de Interface para o site da Bauru Cidade Criativa, que foi um dos objetos do Trabalho Final de Graduação da autora, para obtenção do diploma em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da UNESP de Bauru.

Referencial teórico

a) Design de interação

No cotidiano inserido no mundo digital nos deparamos com diversas plataformas e suas interfaces que atendem as necessidades de suas diferentes aplicações, e todas elas foram pensadas na interação entre o usuário e o produto. Segundo Preece (2015), o Design de Interação (DI) tem como objetivo melhorar a forma como os usuários se comunicam, trabalham e interagem com o produto, sendo a base para uma boa experiência do usuário. Dentro do guarda-chuva do DI, temos diversos campos, entre eles destacamos nesse trabalho os de Experiência do Usuário (*User Experience - UX*) e Interface do usuário (*User Interface - UI*).

b) UX e UI Design

O UX, Experiência do usuário tem como foco o design total do produto, no nosso caso um site, isso abrange desde a interação final do usuário com o produto à parte de pesquisa relacionada ao cliente em si. Para além de se preocupar com a usabilidade, a estética, a funcionalidade

entregando o que o cliente precisa, o UX design busca compreender as emoções e sensações experienciadas pelos usuários quando da interação com o produto (Preece, 2004). Dentro do escopo do UX, está o de compreender as necessidades dos usuários, a arquitetura do site e os possíveis caminhos que o usuário irá percorrer, o desenvolvimento de *wireframes* e protótipos de navegação (NNgroup, 2021).

Já o UI design, garante a usabilidade de uma interface, ou seja, se ela é agradável e fácil de utilizar (Nilsen, 2012). UI tem como principal objetivo criar um sistema visual, que inclui paleta de cores, tipografia, layouts e a construção de *mockups*. Ambos, UX e UI, se complementam e garantem a melhor experiência para o usuário (NNgroup, 2021).

Metodologia

Dentre as metodologias utilizadas para o presente trabalho está a pesquisa-ação, que foi escolhida pelo fato de a autora ser uma agente no grupo de trabalho do projeto Bauru Cidade Criativa, responsável pela elaboração do *Plano Municipal Participativo de Desenvolvimento da Economia Criativa*, pelo evento de lançamento da cidade criativa pelo estado em dezembro de 2022 e pela organização do material a ser entregue para a candidatura da cidade de Bauru à Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN). Tal metodologia é definida por Michael Thiollent (2011) como:

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (p. 20)

A participação da autora enquanto membro do projeto, foi essencial para as definições do escopo do site, devido a percepção das necessidades do grupo pela autora durante as discussões do projeto e, pela colaboração dos demais membros com feedbacks.

No intuito de garantir a boa usabilidade e a melhor experiência do usuário no site da Bauru Cidade Criativa foram utilizados para a criação do protótipo a metodologia de Garrett (2011) e foram considerados as 10 Heurísticas de Usabilidade para Design de Interface de Usuário, de Jakob Nielsen e as diretrizes de acessibilidade do *World Wide Web Consortium (W3C)*.

Em seu livro “*The Elements of User Experience: User-Centered Design for the Web and Beyond, Second Edition*” de 2011, Garrett explora as diferentes camadas que estruturam a experiência do usuário em um produto. São elas:

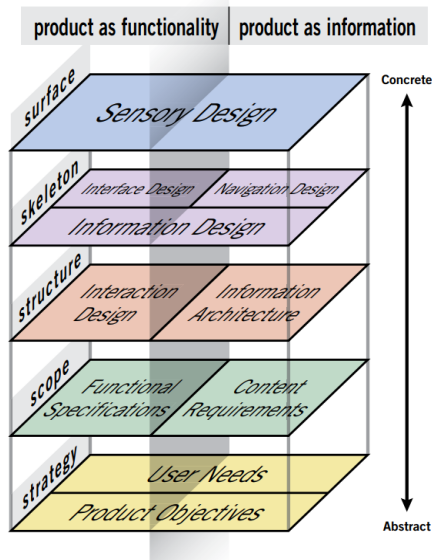
- Plano de estratégia: objetivos do site e as necessidades do usuário;
- Plano de Escopo: Descrição das funcionalidades necessárias do site e a definição do conteúdo; Plano de Estrutura: Arquitetura da informação e o design de interação;
- Plano de Esqueleto: Design de navegação, movimentação do usuário, construção de *wireframes*, design de informação e;
- Plano da superfície: Design visual do projeto, a parte sensorial.

Ainda, foram considerados durante o desenvolvimento as 10 Heurísticas de Usabilidade para Design de Interface de Usuário, propostas por Nielsen em 1994, que dizem a respeito à princípios gerais de Design

de Interação, são eles: Visibilidade do status do sistema; Correspondência entre o sistema e o mundo real; Controle e liberdade do usuário; Consistência e Padrões; Prevenção de Erros; Reconhecimento em vez de recordação; Flexibilidade e eficiência de uso; Design estético e minimalista; Ajude os usuários a reconhecer, diagnosticar e se recuperar de erros e; Ajuda e documentação.

Figura 1.

Os planos e elementos da experiência do usuário



Nota. Figura do livro Garret (2011).
“The Elements of User Experience”, p.29

O *World Wide Web Consortium* (W3C) é responsável por desenvolver diretrizes e padrões para a construção de aplicações digitais que garantem princípios de acessibilidade, internacionalização, segurança

e privacidade. Para a realização desse projeto foram consultadas as diretrizes estipuladas na página *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG)⁴, com foco na acessibilidade do design de interface.

Desenvolvimento e resultados

a) Definição dos objetivos e escopo do projeto

Dentre as diretrizes estabelecidas pelo grupo da Bauru Cidade Criativa para um plano de divulgação do projeto e de suas ações definiu-se a criação de um site. Os sites são hoje uma das principais ferramentas digitais para divulgação e compartilhamento de informações, além de serem mais acessíveis para se produzir, manter e alcançar as pessoas, em comparação com aplicativos próprios.

Nessa fase, foi fundamental a participação da autora como membro do grupo de trabalho da Bauru Cidade Criativa. Através da participação em todos esses processos a autora conseguiu compreender as necessidades do cenário criativo de Bauru. Tais percepções se deram em dois momentos principais: quando da elaboração de um site temporário para a candidatura de Bauru para Rede UCCN e com a 4ª Conferência de Cultura de Bauru. No qual foram evidenciadas algumas das necessidades que a criação de um site poderia sanar. Durante a elaboração do site temporário foi possível elencar as demandas ligadas aos objetivos que o site gostaria de atingir e produzir o conteúdo que teria que ser inserido no site.

4. How to Meet WCAG (Quick Reference). (s.d.). Recuperado de <https://www.w3.org/WAI/WCAG22/quickref/>

Durante as ações do projeto e das discussões que ocorreram na 4ª Conferência de Cultura de Bauru percebeu-se que existe grande dificuldade da população em geral na compreensão do que é Economia Criativa. Um exemplo disso é que muitos associam o termo apenas ao setor do artesanato. Por esse motivo, compreendeu-se a necessidade de inserir no website uma contextualização básica a respeito do tema.

Dessa forma, para tornar isso possível, a principal base teórica para a definição do termo economia criativa e definição de setores culturais terão como base os materiais e definições da UNESCO e da UNCTAD sobre Economia Criativa e setores criativos e culturais. Essa escolha se deu visto que esta é a principal referência hoje no Plano Nacional de Cultura (2023); pelo fato da maior simplicidade na linguagem oferecida, o que auxiliará na comunicação com o público e; por esses movimentos aqui documentados e em contínuo processo visam uma candidatura a rede de cidades criativas da UNESCO.

Além disso, a exemplificação desses conceitos se utilizará de signos locais, trazendo o conteúdo para a realidade da população bauruense (Figura 2). Segundo Paulo Freire (1981), é fundamental que a codificação no contexto teórico use a realidade do cotidiano do educando como objeto de aprendizagem. Através disso, e da discussão aprofundada a respeito dos elementos que permeiam essa realidade, o educando passa a ter novas percepções a respeito dos fatos que antes não percebia, assim, começam a questionar a ideia que antes tinham a respeito do objeto e passa a vê-lo de forma crítica.

O público-alvo do site são os agentes criativos da cidade de Bauru e aqueles interessados em seus trabalhos. De acordo com pesquisas recentes da UNCTAD (2023), os setores criativos são majoritariamente

ocupados por mulheres e jovens. Dessa maneira, a linguagem utilizada pelo site tanto visual quanto escrita, tem por foco estabelecer uma conexão com o público mais jovem.

Figura 2

Exemplo de colagem utilizada no site com signos locais



Elaborado pela autora.

Com o intuito de compreender melhor o escopo do projeto, foi realizada a pesquisa nos sites das cidades criativas já existentes para obter referências conceituais e estratégicas. O foco se deu nos sites de cidades da mesma área de vocação escolhida por Bauru: “Artes Midiáticas”, de áreas correlatas como Design e de cidades brasileiras integrantes da Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

A maior inspiração é Karlsruhe (<https://www.cityofmediarts.de>) na Alemanha, primeira cidade de artes midiáticas do mundo, que possui um site muito bem estruturado, com páginas teóricas escritas de forma didática para melhor compreensão do visitante, área de notícias da cidade e calendário de atividades culturais. Além disso, possui um layout simples, intuitivo e elegante. Da mesma maneira, Braga (<https://www.>

bragamediaarts.com/) em Portugal, também reconhecida como cidade artes midiáticas, possui um site bem estruturado, mas com design mais chamativo. Uma parte interessante do site é a página “Testemunhos”, dedicada a depoimentos de cidadãos sobre a cidade.

No contexto brasileiro, não foi possível encontrar o site da Cidade Artes Midiáticas Campina Grande, por isso o destaque é dado a Fortaleza (<https://www.fortalezacriativa.com/>), reconhecida como cidade do design. Para além de sua boa estruturação, o site chama a atenção por deixar explícito em uma linha do tempo o seu processo para se tornar uma cidade criativa, deixando disponível ainda arquivos ligados à sua chancela e plano de ação. Merece destaque o site da Fundação Curitiba de Cultura (<http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br>), Cidade Design, que conta com uma listagem e exposição dos setores culturais com uma organização de dados exemplar.

Durante os workshops e eventos realizados pelo projeto Bauru Cidade Criativa, algo que teve destaque entre as demandas foi o mapeamento entre os agentes criativos da cidade e a criação de mecanismos para facilitar a conexão com estes. Por isso foram previstas, no plano de ação do PMPDECB a construção de um “Inventário Criativo de Bauru”, que propõe que seja feito de forma participativa um:

Registro audiovisual dos atores, projetos e iniciativas criativas dos diversos segmentos levantados pela consultoria, do artesanato à literatura, à música, ao hip hop, aos coletivos, ao teatro, à gastronomia. Constituir assim a gama de ofertas culturais e criativas do município tendo como resultado esperado “Promover os ativos criativos da cidade, inclusive tendo em vista a atração turística e formação de parcerias. (Joppert & Pires, 2022, p. 76).

Além disso, foram diagnosticados ainda durante a elaboração do PMPDECB (Joppert & Pires, 2022) a falta de articulação dos agentes criativos para defender seus direitos frente aos desafios na relação com a prefeitura e as secretarias responsáveis pela pasta da Economia Criativa, o que acontece muitas vezes pela desinformação a respeito de seus direitos, pela comunicação falha da prefeitura e pela desconexão e entendimentos deles como parte de um grande grupo, de uma comunidade de criativos.

Assim foram definidos os problemas que o site deveria solucionar, entre eles: conscientização e formação de público no tema da Economia Criativa; apresentar um inventário de agentes criativos da cidade e conectá-los; facilitar o acesso a materiais instrumentais para agentes criativos e; auxiliar na divulgação de eventos e notícias do âmbito cultural.

b) Estrutura do site

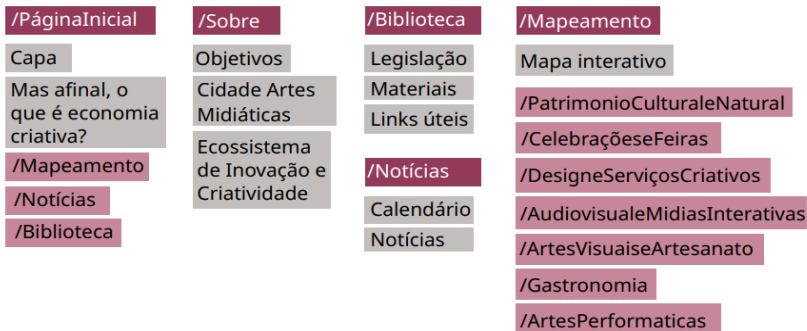
A intenção dessa estrutura do site, pretende ser uma primeira versão dele, compreendendo as necessidades mais urgentes, mas visando garantir flexibilidade na estrutura para criação de futuras novas páginas. Assim, no intuito de atender as necessidades estabelecidas no escopo, o website dividiu-se em 5 páginas principais:

- Página inicial: capa chamativa para o objetivo do site; chamada para demais páginas do site; Parte conceitual sobre Economia Criativa no intuito de conscientizar a população sobre o tema;
- Sobre: espaço destinado a explicar o histórico do projeto e seus objetivos;

- Biblioteca: com arquivos e documentos relacionados com o projeto, além de legislações e links relativos ao tema da Economia Criativa fornecendo material para consulta da população;
- Mapeamento: onde se encontra o mapa colaborativo dos atores e locais relacionados a Economia Criativa na cidade; categorias dos setores criativos com a lista de agentes criativos;
- Notícias: espaço destinado às notícias recentes do setor da cultural e das ações realizadas pelo grupo e parceiros, com o intuito de criar um espaço para garantir o acesso a informação, divulgar a agenda cultural e documentar as ações realizadas.

Figura 3

Mapa do site com páginas principais e subpáginas



Legenda: **Página de 1º nível** **Página de 2º nível** **Tópicos abordados**

Elaborado pela autora.

c) Definição do Esqueleto e do Design visual

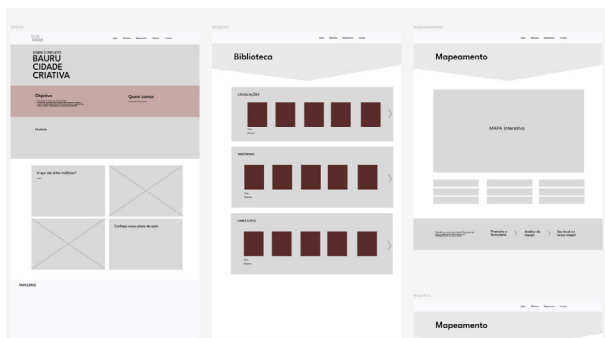
Durante todo o processo de desenvolvimento do UX e UI ao protótipo foi utilizado Figma (<https://www.figma.com/>), ferramenta

colaborativa de Design de Interface e prototipação. A escolha pela plataforma aconteceu pela facilidade de aprendizado, a possibilidade de compartilhamento com demais membros do grupo de trabalho para feedbacks, o amplo uso nas grandes empresas de UX/UI e porque possibilita a geração de código em HTML e CSS do design realizado, auxiliando a atuação de desenvolvedores num possível processo de implementação do site.

A partir da definição da arquitetura, o primeiro passo foi a criação de *wireframes* para esquematizar as informações necessárias e compreender melhor as formas de navegação que poderiam acontecer no site durante seu uso.

Figura 4

Wireframes



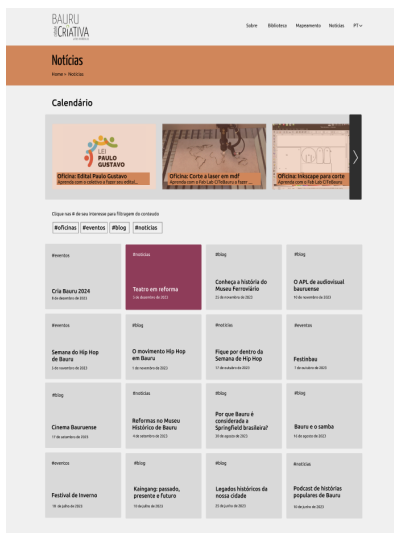
Elaborado pela autora.

Para tornar mais intuitiva a navegação pelo site utilizou-se de alguns artifícios: padronização de elementos como *header* e formas de interação; assimilação por mesma cor para se tratar do mesmo tema; *BreadCrumbs*, que ajudam o usuário a se localizar no site, localizado

logo abaixo do título da página; *mouse hover*, interação de mudança de cor como consequência da ação do usuário.

Figura 5

Exemplo de *mouse hover* e *BreadCrumbs*

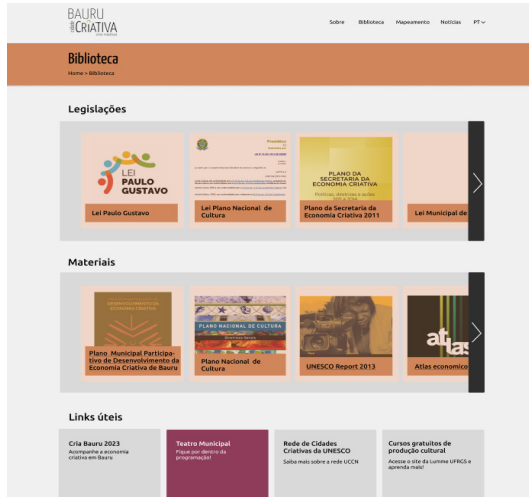


Elaborado pela autora.

Para a construção do site foi utilizada a metodologia de espaçamento e grade, baseada na escala dos 8px e seus múltiplos, criando assim um padrão para facilitação da implementação, além de garantir a harmonia visual das páginas do site. Além disso, utilizou-se de uma camada colorida única que desaparece com a ação do *mouse hover* para criar unicidade visual em páginas com múltiplos itens (exemplo na figura 6).

Figura 6

*Página da Biblioteca do site
- exemplo de unicidade pela cor*



Elaborado pela autora.

A página de mapeamento colaborativo possibilita duas formas de navegação ao usuário: Através das páginas próprias de cada setor criativo, que possuem os dados dos estabelecimentos e dos agentes criativos cadastrados; pela interação com o mapa com a geolocalização dos estabelecimentos criativos da cidade.

Figura 7

Página de Mapeamento



Elaborado pela autora.

Pensando na adaptabilidade do site para futuras modificações, os retângulos que definem os setores criativos podem ser replicados, adicionando novas categorias. Além disso, a existência do campo de filtro torna possível a inclusão de novas *tags* (categorias) na página, organizando melhor os dados do site e conseqüentemente facilitando a navegação do usuário.

Figura 8

Página Mapeamento - Setor criativo



Elaborado pela autora.

A concepção e decisões visuais tomadas durante o desenvolvimento do site tiveram como base a identidade visual do projeto e a busca pela garantia da acessibilidade. Primeiramente foi feita uma auditoria visual de sites do mesmo segmento, neste caso de cidades criativas ao redor do mundo e, dos elementos e paleta de cores utilizada na identidade visual do PMPDEC. Para garantir a acessibilidade, foram utilizados como guias as diretrizes e os materiais disponibilizados pelo acervo do Governo Digital (n.d.) e pela *World Wide Web Consortium (W3C)*.

Através da auditoria visual e de uma análise do programa de necessidades determinadas pelo grupo do projeto, foi feita uma livre associação de ideias no intuito de buscar inspirações para a linguagem do site, que se baseiam muito na identidade já existente e na cibercultura

(Figura 9), visando a identificação com as artes midiáticas categoria em que a cidade de Bauru se encaixa na rede UCCN.

Figura 9

Prancha de ideação do projeto



Elaborada pela autora.

A tipografia escolhida para títulos de página (H1) foi a “Yanone Kaffeesatz”, sem serifa, que é a utilizada na logo do projeto. Para os demais títulos e textos do site, foram utilizadas a fonte Ubuntu, sem serifa, que possui boa legibilidade, devido a boa distinção entre os caracteres, evitando confusões, e por ser uma fonte amplamente utilizada no universo digital, sendo assim de fácil leitura por já ser conhecida pelos usuários. Ambas as tipografias são de licença aberta. Para auxílio na determinação da escala das fontes para aplicação correta na semântica HTML foi utilizado o site *Typescale* (<https://typescale.com/>).

Figura 10

Escala de tipografia utilizada



Acervo pessoal da autora.

A paleta de cores utilizada se inspira primariamente nos tons do cerrado, bioma local de Bauru, que foram utilizados para conceber a linguagem visual do Plano Municipal Participativo de Economia Criativa de Bauru. Para complementar a paleta e buscar uma estética da cibercultura foi utilizado como inspiração ainda a paleta de cores do filme *Akira*, animação de Katsuhiro Ôtomo, que traz uma linguagem *cyberpunk*. Além disso, foram consideradas diferentes luminâncias para garantir a acessibilidade e a utilização da ferramenta de verificação de contraste e acessibilidade como *Palette.rocks* (<https://palette.rocks/>) e *Adobe Color*⁵.

5. <https://color.adobe.com/pt/create/color-contrast-analyzer>

Figura 11

Paleta de cores utilizada no site

#F0F0F0	R 240 G 240 B 240 C 7 M 5 Y 6 K 0
#DDDDDD	R 221 G 221 B 221 C 16 M 11 Y 13 K 0
#C3BFBF	R 195 G 191 B 191 C 27 M 22 Y 22 K 3
#DDDDDD	R 221 G 221 B 221 C 16 M 11 Y 13 K 0
#E5B02C	R 229 G 176 B 44 C 11 M 31 Y 89 K 1
#EBC460	R 235 G 196 B 96 C 9 M 23 Y 71 K 1
#D68457	R 214 G 132 B 87 C 14 M 55 Y 68 K 3
#DF9F7C	R 223 G 159 B 124 C 11 M 43 Y 51 K 2
#933959	R 147 G 57 B 89 C 32 M 83 Y 36 K 25
#C6879B	R 198 G 135 B 155 C 22 M 54 Y 24 K 4
#1C5B8C	R 28 G 91 B 140 C 91 M 60 Y 22 K 7
#5E9AD6	R 94 G 154 B 214 C 65 M 31 Y 0 K 0
#1B3F29	R 28 G 63 B 41 C 86 M 47 Y 83 K 58
#66AD56	R 103 G 173 B 86 C 64 M 7 Y 82 K 0

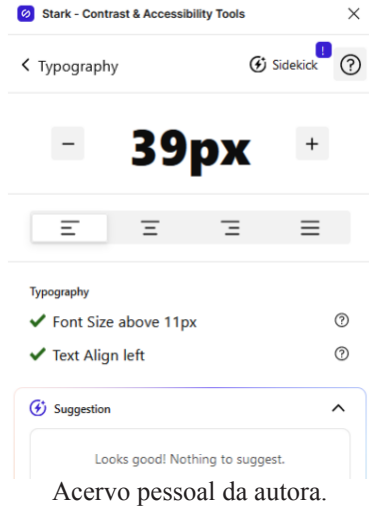
Elaborado pela autora.

Ainda, foram feitos testes de acessibilidade não só com a paleta de cores como citado anteriormente, mas também da estrutura geral do site, como a tipografia (figura 12) e o contraste. Para isso foram utilizados plugins, como o Stark - Contrast e Acessibilit Tools, no software Figma no qual foi desenvolvido o design. O teste de contraste de cores (figura y) foi realizado na página com o maior número de cores, para compreender como pessoas com diferentes tipos de perda ou redução da capacidade visual.

Figura 12

Teste da Tipografia

Figura 42: Teste da Tipografia



d) Protótipo e apresentação do projeto

Por fim, através das ferramentas de prototipagem do Figma, foi criado o primeiro modelo de protótipo do site a partir dos *mockups*, permitindo interações e a apresentação das possíveis formas de navegação dos usuários no site. Um destaque deve ser dado a página mapeamento, que seria o maior desafio visto que pretende ser colaborativa. Em um primeiro momento, devido ao baixo orçamento e o pouco número de voluntários do projeto, a intenção era criar um sistema de cadastramentos de agentes criativos e seus serviços através de formulários externos administrados pelo grupo do projeto. Porém, compreende-se que em momentos posteriores, o ideal seria um sistema de cadastramento realizado pelos próprios usuários.

Dentre os *feedbacks* que aconteceram durante a apresentação do protótipo para o grupo de trabalho, para a banca, convidados e durante outras exposições dele, ressaltou-se a necessidade de num futuro a criação de uma página exclusiva para de calendário de eventos; a opção de classificar os serviços da página de mapeamentos; uma página destinada a fóruns de discussão para interação dos agentes criativos e a criação de um sistema de cadastramento no próprio site para facilitar a inserção de novos agentes culturais na página de mapeamentos.

Para garantir maior acessibilidade, quando da possível implantação do site, a autora sugere a utilização por parte dos desenvolvedores das regras da *World Wide Web Consortium* (W3C); plugin VLibras, utilizado nos sites institucionais brasileiros e; plugin UserWay, que garante o controle do usuário sobre os recursos de acessibilidade site.

Considerações finais

Como explicitado anteriormente, para melhor compreensão do tema por parte da população, na página inicial do site a autora define o termo Economia Criativa de uma forma a facilitar o entendimento do leitor, tendo como base nas definições da UNESCO e UNCTAD. Assim a autora define na página inicial do site:

Economia criativa é quando se usa a criatividade e o conhecimento para construir coisas que têm valor econômico. Isso pode incluir manifestações artísticas, culturais, desenvolvimento de tecnologia e outras formas de expressão criativa que são únicas e originais, individuais ou coletivas. Essas atividades além de poderem gerar renda e empregos, enriqueceram nossa cultura e sociedade, criam oportunidades para o desenvolvimento sustentável. (Menezes, 2023, p. 87)

Além disso, elenca alguns setores criativos exemplificando-os com colagens utilizando-se de ícones locais, quando possível, para auxílio da compreensão. Importante ressaltar que os textos utilizados na página “sobre” têm como fonte o site feito para a candidatura da cidade para a Rede UCCN. Nesse sentido, compreende-se o site como uma maneira de realizar a documentação e mapeamento para uma futura candidatura da cidade para a rede. Ainda visando a internacionalização da cidade, foi planejado no menu um botão para alteração de idioma do site

Importante considerar que mesmo que possua uma linguagem voltada para um público mais jovem, conhecido por fazer parte de uma geração de nativos digitais, o design e os textos foram concebidos com o intuito de tornar a experiência do usuário mais intuitiva e acessível a todos.

A respeito da fase de implementação do site, tem-se a intenção de apresentar o projeto formalmente para os gestores municipais na Prefeitura de Bauru, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda e para o Conselho de Cultura. A partir disso, busca-se o financiamento para implementação do site, seja via apoio do governo local ou através da mobilização dos agentes culturais.

Assim, quando de uma real implementação, a estrutura do site poderá ser modificada contemplando os *feedbacks* recebidos pelo projeto, principalmente as ações relativas à construção de novas formas de interação entre os usuários e colaboração dos mesmo para criação de conteúdo para o site. Tal priorização acontece pois percebe-se a necessidade de construção de mais espaços virtuais nos quais os usuários não são meros expectadores, mas sim ativos na construção desse

espaço, criando uma maior sensação de pertencimento a comunidade (Primo, 2011).

Por fim, compreende-se que o projeto de um site para a Bauru Cidade Criativa tem um potencial articulador, sendo uma ferramenta importante para sanar problemas comuns a classe criativa da cidade, conscientizando não só a população a respeito do potencial da Economia Criativa e aumentando a valorização dos criativos, mas também auxiliando os agentes criativos a se compreenderem como pertencentes a uma comunidade maior que seu nicho de atuação e que deve buscar se conectar e colaborar entre si para alcançar seus objetivos em comum.

Referências

- Freire, P. (1981). *Ação cultural: Para a liberdade e outros escritos*. Editora Paz e terra.
- Gomes, H. M. (2023). Como ter um site participativo? *Revista GUIA - Integrando seres e saberes*, 4(1), 56-57. <https://www.revistaguia.ufscar.br/index.php/guia>
- Governo Digital. (n.d.). *Acessibilidade digital*. <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/acessibilidade-digital>
- Joppert, D., & Pires, E. V. (2022). *Plano Municipal Participativo de Desenvolvimento da Economia Criativa de Bauru – SP*. <https://amigosdaarte.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Plano-Municipal-Participativo-de-Desenvolvimento-da-Economia-Criativa-de-BAURU.pdf>
- Menezes, I. C. (2023). *Bauru Cidade Criativa: construindo um futuro possível*. [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual Paulista (UNESP)]. <https://hdl.handle.net/11449/252702>

- Ministério da Cultura do Brasil. (2023). *Plano Nacional de Cultura: mapear as cadeias produtivas de todos os segmentos da economia criativa*. <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/7/>
- Nielsen, J. (1994). *10 usability heuristics for user interface design*. <https://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>
- Nilsen, J. (2012). *Usability 101: Introduction to usability*. <https://www.nngroup.com/articles/usability-101-introduction-to-usability/>
- NNgroup (2021, 4 de junho). *UX vs. UI* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=5KUNmgt_pvY&t=167s
- Rogers, Y., Preece, J., & Sharp, H. (2015). *Interaction design: Beyond human-computer interaction*. John Wiley & Sons.
- TEDxUnisinos. (2011, 29 de novembro) *Ética Hacker para crianças e adolescentes*. | Alex Primo [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=pFXI8KIUC0w&t=657s>
- Thiollent, M. (2022). *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez Editora.
- The United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2022). *Creative economy outlook 2022*. https://unctad.org/system/files/official-document/ditctsce2022d1_en.pdf
- World Wide Web Consortium. (n.d.). *Fundamentos da acessibilidade*. <https://www.w3.org/WAI/fundamentals/>

A CONTRIBUIÇÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO NA CULTURA MATOGROSSENSE

João Clarindo da Silva¹
Cristóvão Domingos de Almeida²

Neste texto, abordamos a contribuição do fluxo migratório para a cultura matogrossense. A questão da imigração consiste em um fenômeno emergente da mundialização contemporânea e frequentemente ligado a guerra, perseguição étnica e fuga da pobreza ou fome (Beck, 1999). Os imigrantes procuram nos países destino trabalho e melhores condições econômicas e sociais.

O Brasil tem sido destino de diversos fluxos migratórios desde a metade do século XIX. O mais recente é marcado por pessoas vindas do Haiti, Senegal, Nigéria, Síria e Venezuela (Adam et al., 2017), realidade da qual o estado de Mato Grosso-MT não está imune em função do fato

-
1. Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.
 2. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

de se tratar de um estado rico em possibilidades de trabalho em função do agronegócio e do turismo rural em função do Pantanal.

Dois objetivos nos moveram nessa investigação: a) compreender a percepção dos imigrantes que vivem em Cuiabá-MT e na baixada cuiabana, o alargamento cultural dos municípios onde estão inseridos; b) investigar a participação dos imigrantes nas práticas culturais dos municípios pertencentes à baixada cuiabana.

Conforme Ribeiro et al. (2023) “a Baixada Cuiabana, ou região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá [...] aporta em seu conjunto 14 municípios, a sua maioria fundada ou emancipada a mais de um século” (p. 04).

A Baixada Cuiabana [...] correspondente ao total de 14 Municípios localizados geograficamente ao redor da capital do estado, Cuiabá. Sendo estes: Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande. (Ribeiro et al., 2023, p. 08)

Para Silva (2010) os imigrantes “embora sejam social, étnica e culturalmente diferenciados, enfrentam os mesmos desafios no seu processo de inserção na cidade” (p. 66-67). A população mato-grossense, que possui sua gênese na miscigenação entre indígenas e colonizadores, traz em si um traço genuíno de acolhimento. Trata-se de uma população heterogênea e constituída por brasileiros de todas as regiões do país e por que não dizer do mundo.

Mesmo com a diversidade cultural presente, os mato-grossenses possuem por hábito acolher as pessoas que vêm de fora, da maneira

como foi com os sudestinos, sulistas e outros centro-oestinos, como os imigrantes e refugiados que chegam à capital mato-grossense não tem sido diferente. O estado de MT acolhe os que vêm de fora.

Os imigrantes que habitam em MT ocupam um espaço de referência na história da população e lutam diariamente para se manter na nova pátria de onde retiram seu sustento. Esse novo habitat constitui um singular modelo de sociedade e de relação social na qual os imigrantes atuam para garantir o futuro das novas gerações, mantêm sua cultura, identidade e tradições, lutam por efetivação de direitos até então não experienciados, que se materializa no fluxo migratório e seu reflexo na cultura matogrossense.

Cabe lembrar que no Brasil, tendo em vista a institucionalização da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017 - “Lei da Migração”, materializa um longo caminho para atender os imigrantes no país, pessoas que contribuem com o processo de ressignificação cultural do estado, uma vez que este é clivado: é autor e espectador de um sonho (Breal 1992) .

O texto em tela, além desta introdução, apresenta a metodologia que explica a forma pela qual o mesmo foi elaborado, o cenário relativo a migração com foco na realidade brasileira, o processo de migração no estado de Mato Grosso, a motivação para a escolha de Mato Grosso como lócus de Migração e as contribuições culturais trazidas pelos migrantes e as considerações finais.

Metodologia

Com base em Bogdan e Biklen (1994), quanto aos fins, a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo é descritiva, explicativa e exploratória, cuja finalidade consiste em compreender

a percepção dos imigrantes que vivem em Cuiabá-MT e na baixada cuiabana, o alargamento cultural dos municípios onde estão inseridos e investigar a participação dos imigrantes nas práticas culturais dos municípios pertencentes à baixada cuiabana. Para tanto, utilizamos o método dedutivo, com a descrição, compreensão, explicação e definição de conceitos, com premissas e conclusões inerentes às políticas frente aos migrantes.

No que tange aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de artigos e revistas científicas, destacando-se a utilização de materiais relativos aos Direitos Humanos, à Política Migratória com foco no estado de Mato Grosso, além de entrevistas com moradores de Pocrné -MT e imigrantes que vivem na região.

Em se tratando do estado de Mato Grosso, no que tange à história da ocupação populacional, destaca-se em sua constituição o grande contingente de habitantes indígenas e, a partir do século XVI, a chegada de imigrantes europeus. Desde então grandes quantidades de (i)migrantes são responsáveis pela formação de uma sociedade diversificada cultural em função das origens dos grupos e a estratificação social resultante da célere concentração da renda e do relativo isolamento da região em relação ao restante do país. Dessa forma, compreende-se que este espaço geográfico constitui, em especial no campo cultural, um vasto repertório para as pesquisas mediante um tema ainda incipiente em nosso estado.

Importante se faz destacar que Mato Grosso possui uma relevância abrangente, envolvendo aspectos naturais, sociais, culturais, educacionais e econômicos. As pessoas que compõem o estado, a exemplo dos migrantes, têm histórias de vida permeadas por desafios e lutas.

Suas histórias merecem ser compartilhadas e analisadas, conforme as visões de Michel de Certeau (1998) e Michelle Perrot (2007), dando voz aos excluídos da história.

O Cenário Relativo a Migração

O cenário mundial nesse início de século evidenciou um número significativo de deslocados, situação visualizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refúgio – ACNUR (2023), como o maior nível de migração já registrado em todos os tempos, onde cerca de 68,5 milhões de pessoas em todo o mundo saíram de seus países por diversas razões, seja, por motivos de guerras, eventos da natureza, por questões políticas, visando os mesmos objetivos, em busca por melhorias de vida.

No Brasil, tendo em vista a institucionalização da Lei Nº 13.445 de 24 de maio de 2017, denominada Lei da Migração, que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, além de regular a sua entrada e estada no País e estabelecer princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante, observou-se que o processo migratório se intensificou, em especial em Mato Grosso. Diante do exposto, questiona-se: Quais são os impactos culturais provocados pelo fluxo migratório em Poconé?

De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal/88, (CF), a Lei 13.445/17 estendeu aos migrantes a garantia – sem discriminação por sua condição migratória – à educação pública, o acesso aos serviços públicos de saúde e seguridade social (art. 4º, VIII e X), direito ao trabalho, moradia (art. 3º, inciso XI), além do direito ao serviço bancário.

Ainda segundo a CF de 1988, a Lei da migração tem como princípios a universalidade dos direitos humanos, o repúdio e a prevenção

à xenofobia, ao racismo e a qualquer tipo de discriminação, não criminalizando a migração. Garantindo a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante, além de inclusão social, laboral e produtiva através de políticas públicas.

De acordo com Silva (2022), a mobilidade humana na atualidade se apresenta como diversa e complexa. Porém, uma das formas mais dramáticas e dolorosas são os deslocamentos forçados que vêm crescendo nas últimas décadas. Sobre esse tema específico, o trabalho de Silva (2022), apresenta um instigante panorama sobre os reflexos dos deslocamentos internacionais forçados no mercado de trabalho formal brasileiro, atentando para suas dimensões socioeconômicas e demográficas.

Diante do exposto, o conceito de imigração não é fácil de ser delimitado, pois muitos fatores influenciam na sua concepção. Porém, acredita-se que ele se refere a um deslocamento cujo destino é estipulado pelo desejo, objetivo de se habitar nesse outro local diferente daquele de nascimento (Resstel, 2015).

Na contemporaneidade, o tema da imigração passa a ser mais complexo do que o simples deslocamento, tanto pelo crescimento do número de imigrantes quanto pela ampliação de fluxos de saída e entrada entre países e culturas muito afastados (RessteL, 2015). Isso mostra que os processos que geram as migrações internacionais são coletivos, com forte ligação com transformações sociais e cujos efeitos repercutem tanto nos países de origem, quanto nos de destino (Bauman, 1999; Baeninger & Peres, 2017; Sayad, 1998).

Muitos são os motivos envolvidos nessas movimentações (socioeconômicos, políticos, ambientais e religiosas), as formas que

ocorrem tanto forçadamente quanto voluntariamente e a duração delas permanente, temporário ou circular. Tais características tornam os deslocamentos dinâmicos em si mesmos, porém ao serem combinadas com questões éticas, religiosas, de gênero, identitárias, elas ainda se modificam e intensificam (Baeninger & Peres, 2017; Leão et al., 2017).

Atrelado a isso, o fato de os Estados-nações atuais terem diminuído as intervenções relacionadas ao bem-estar de suas populações nativas, como a proteção social e econômica, e, ampliado o uso de políticas de exclusão, em especial aquelas que reforçam o policiamento e a segurança, tem se apresentado como motor de processos migratórios (Oliveira, 2017).

O fim do estado de bem-estar social, a ampliação de novas ações a favor do desenvolvimento econômico sem precedentes, geraram um forte impacto nas relações pessoais e colocaram a globalização em novos rumos (Bauman, 2005; Ianni, 1998). Especialmente depois da universalização da internet e da informática, foi possível maior integração entre a economia, os territórios e a cultura a partir do trânsito de informações e recursos que ampliaram o lucro e geraram a exclusão de muitas pessoas (Castells, 1999).

Entre as consequências dessa transformação da realidade social e econômica e do violento processo de globalização neoliberal, intensifica-se o fluxo migratório e sem precedentes na história da humanidade. Conflitos em vários países, desigualdade social, aumento da violência, guerras, genocídios e desastres ambientais impelem muitas pessoas a saírem a procura de segurança e dignidade em outras nações (Bauman, 2005; Leão et al, 2017).

Diante disso, o fenômeno da migração se apresenta enquanto um fato social, marcado por relações de poder, aspectos econômicos, políticos e sociais, o que a torna um objeto muito relevante para pesquisas relacionadas aos fatores psicológicos, econômicos, sociais e identitários que nele interferem (Bauman, 2005; Resstel, 2015).

A fim de elucidar a realidade da migração internacional, pode-se citar o relatório “WORLD MIGRATION REPORT 2020” produzido pela Organização Internacional para Migrações – OIM (<https://haiti.iom.int/>) e que evidencia alguns pontos interessantes para a reflexão.

Atualmente, 272 milhões de pessoas são imigrantes internacionais (OIM, 2020). Se os imigrantes internacionais, nos anos 2000, correspondiam a 2,8% da população mundial, aproximadamente 150 milhões de pessoas, atualmente, já são 3,5% da população mundial. Dessa população, 47,9% são mulheres e 13,9% são crianças (OIM, 2020).

Nesse contexto, o atual número de imigrantes internacionais, já ultrapassa as previsões feitas para o ano de 2050, que calculavam uma população de imigrantes em torno de 2,6% da população mundial, ou 250 milhões de pessoas. Tal diferença entre a previsão e a realidade se deve a dificuldade em organizar uma projeção quando o assunto é imigração, pois muitos fatores influenciam nos movimentos migratórios, especialmente os econômicos (OIM, 2020).

Coletando mais alguns dados, conforme Silva (2022), tem-se que mais de 40% dos imigrantes vem da Ásia, principalmente da Índia (17,7 milhões). O México (11,8 milhões) e a China (10,7 milhões) também aparecem enquanto países de origem de muitos imigrantes (OIM, 2020).

As regiões de destino mais procuradas são Ásia e Europa, com aproximadamente 84 milhões e 82 milhões, respectivamente, de pessoas. Esses dados correspondem a cerca de 61% da população mundial migrante. Em seguida, está a América do Norte (22%), a África (10%), a América Latina (4%) e a Oceania (3%).

Os principais países de destinos para imigração internacional seguem sendo os desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, seguido pela Alemanha. Além desses, outros países procurados na atualidade são Arábia Saudita, Rússia, Ucrânia, Polônia e Reino Unido (OIM, 2020).

Segundo o relatório, as principais motivações que levam à migração internacional são os conflitos armados e a violência. Eles movimentaram cerca de 41,3 milhões de pessoas no ano de 2018, ou seja, o maior número já catalogado desde que se passou a fazer o monitoramento em 1998. Desse número, 30 milhões (75%) tem como origem 10 países, sendo a Síria o país que mais teve pessoas deslocadas, aproximadamente 30% da sua população em razão de conflitos (OIM, 2020).

Em seguida, as mudanças climáticas aparecem como motivadoras para migração no relatório. Desastres naturais e outros eventos foram responsáveis por 28 milhões de pessoas deslocarem-se em 148 países no ano de 2018, sendo 16,1 milhões por inundações e chuvas e 764 mil por seca (OIM, 2020).

A perseguição étnica, religiosa ou identitárias aparece como motivação para 25,9 milhões de pessoas pedirem refúgio, em 2018, o maior índice já registrado pela humanidade. Além dessas pessoas, 3,5 milhões estavam à espera de consegui-lo. Segundo o Alto Comissariado das

Nações Unidas para o Refúgio - ACNUR, 52% da população de refugiados é constituída por menor de 18 anos (ACNUR, 2018).

No meio desse fenômeno de deslocamento internacional e atual, está o imigrante. Ele, frequentemente, é considerado como sujeito que “está num local que não lhe pertence”, um perigo, um sujeito de segunda categoria, alguém de menor valor, que não tem lugar, um forasteiro. Para autoridades, ele pode ser visto como problema social, que deve ser controlado, repellido e vigiado, tendo sua imagem atrelada à violência, pobreza e caos (Resstel, 2015).

Mesmo o imigrante com toda documentação regular é visto, no geral, como alguém carregado de características negativas, uma vez que os cidadãos e as cidadãs na atualidade, são marcados pela experiência vivencial da fronteira, denominados “entre-lugares”. Eles são compreendidos como um pensamento liminar, construído nas fronteiras, nas bordas.

Nesta direção, viver na fronteira das distintas situações deve produzir um novo sentido para a realidade. Além disso, viver no além da fronteira é desfrutar do futuro, mesmo vivendo no presente.

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (Bhabha, 2001, p. 27)

Os deslocados se tornam parte de uma categoria social muito particular, que pode ser mais respeitada ou não, de acordo com a função

que exerce e outros elementos relacionados a economia, política, cultura e a sociedade do país de destino (Martin et al., 2018; Resstel, 2015).

Ainda nesse contexto, os aspectos positivos da migração são pouco divulgados e defendidos. Os migrantes ao chegarem em um novo território, criam laços e contribuem para a evolução da comunidade em que se inserem. Trazem suas experiências e a possibilidade de contato com o diferente, enriquecendo as relações interpessoais, os aspectos culturais e econômicos nesse contexto (Resstel, 2015).

Aliás, na atualidade, 2/3 da população migrante está em idade produtiva e busca ser mão de obra nos países de destino, muitas vezes sem qualquer seguridade social ou laboral. Ao realizar funções nem sempre desejadas pelos nacionais, eles contribuem para o crescimento e enriquecimento desses Estados (OIM, 2020; Resstel, 2015).

A influência da imigração na economia dos países, em especial aqueles de origem, também deve ser pontuada. Em conformidade com os dados apresentados pela OIM, as remessas de dinheiro enviadas, por imigrantes, aos países de origem em 2000 correspondiam a US\$ 162 bilhões. Nos anos de 2020, o valor passou a ser US\$ 689 bilhões. Tais remessas passam a ser mais expressivas, desde os anos 1990, do que aquelas enviadas por órgãos de assistência a países em desenvolvimento (OIM, 2020).

Os principais países de destino dessas remessas são a Índia, China e o México. E os países que mais enviam esses valores são Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita. Tal dado mostra um importante impacto econômico da imigração internacional, nos países de destino e de saída (OIM, 2020).

A partir de todas essas considerações, a inclusão social dos imigrantes é necessária e urgente, e mais do que isso, é um direito humano, pois esses sujeitos, para além de suas nacionalidades, são parte da humanidade. Eles devem ser respeitados por sua dignidade enquanto indivíduos e não por seu local de nascimento ou habitação. O fato de um sujeito se mudar de sua nação de origem para outra, não se apresenta como condição para perda de sua dignidade (Banacu, 2017). Porém, tal inclusão ainda é um desafio.

O relatório anual de imigração 2020 (OIM), ainda apresenta alguns dados importantes a respeito do aspecto da inclusão dos imigrantes. O texto coloca a migração internacional como um tema político e que os processos migratórios têm sido alvo de cada vez mais politização.

As últimas décadas foram marcadas por uma série de episódios relacionados a imigração, como o temor dos países desenvolvidos do grande fluxo migratório vindo de países da antiga União Soviética, a adesão de novos países a União Europeia, as dúvidas sobre a influência dos migrantes nas crises econômicas e sociais passadas em países desse eixo desde a crise do Sudeste Asiático e as fortes políticas de restrição e anti-imigração desde os ataques de onze de setembro de 2001. Também a xenofobia e a culpabilização dos imigrantes por problemas sociais em diferentes países tornaram a temática um importante palanque eleitoral (Baeninger & Peres, 2017; Jarochinski-Silva & Baeninger, 2021; OIM, 2020).

Com relação ao Brasil, no contexto das migrações internacionais atuais, sabe-se que desde a crise econômica de 2007, ele tem sido destino para muitos migrantes da América Latina e Caribe (Cavalcanti & Oliveira, 2020).

Tal fenômeno de migração contemporânea entre países da periferia do capital, implica em novos espaços, rotas de imigração e formas de se compreender os fluxos migratórios que tradicionalmente eram direcionados para países desenvolvidos (Baeninger & Peres, 2017; Cavalcanti & Oliveira, 2020; Jarochinski-Silva & Baeninger, 2021).

Nesse contexto, esses imigrantes tentando evitar os problemas relacionados a políticas de anti-imigração dos países desenvolvidos, migram para o Brasil nesse período, em razão das boas perspectivas de crescimento econômico (Cavalcanti & Oliveira, 2020).

A partir 2015, o país se consolidou como destino para migrações latino-americanas, impulsionado por haitianos e venezuelanos. Até meados de 2014 muitos imigrantes da periferia do capital - Síria, Angola, Senegal) - procuravam no país uma nova vida, visto que os indicadores econômicos eram bastante promissores. No entanto, atualmente, esse fluxo já não é tão intenso visto as mudanças no cenário político e econômico nacional (Cavalcanti & Oliveira, 2020).

Entre 2011 e 2019, o Brasil registrou 1.085.673 imigrantes com documentação legal. Desses, 660 mil conseguiram residência por mais de 1 ano e a maioria é de haitianos e venezuelanos (Cavalcanti & Oliveira, 2020). Nesse período, houve grande mudança em alguns aspectos legislativos relacionados à imigração. Até 2017, os fluxos migratórios eram regidos pela lei 6.815 de 1980, chamada Estatuto do Imigrante. Nela, o migrante era colocado como um perigo para nação, alguém indesejável, com muitas limitações de ação e poucos direitos (Brasil & Godinho, 2020; Costa et al., 2019; Oliveira, 2020).

Com a aprovação da lei nº 13.445 de 2017, passou a existir um novo marco legal para os imigrantes, com maior garantia aos direitos

dos migrantes e proteção dentro do território brasileiro (Brasil & Godinho, 2020; Costa et al., 2019; Oliveira, 2020). Porém, apesar dos avanços conseguidos legalmente para a regularização dos documentos e status de migração, a inserção desses sujeitos a sociedade ainda é marcada por desafios (Baeninger & Peres, 2017; Jarochinski-Silva & Baeninger, 2021).

Dessa forma, as políticas públicas para integração não conseguem garantir a igualdade de oportunidades para a população imigrante que sofre para ter acesso a emprego e outros direitos, além de serem vítimas de racismo e discriminação por conta de seus nomes estrangeiros, religião, vestuário, costumes e outros (Adam et al., 2017; Baeninger & Peres, 2017; Jarochinski-Silva & Baeninger, 2021; Jovelin, 2011).

Tal situação se apresenta ainda mais extremada quando os imigrantes em questão são jovens. Conforme a OIM, a maior parte dos imigrantes (74%) estão na idade ativa para o trabalho, ou seja, entre 20 e 64 anos. Especificamente os jovens, entre 15 e 29 anos, correspondem a 21,4% dos imigrantes homens e 20,9% das mulheres em 2019, mais de 1/5 de toda a população que migra (OIM, 2020).

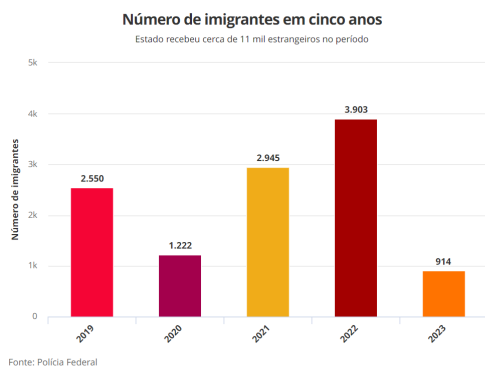
O Processo de Migração em Mato Grosso

O G1, por meio da matéria intitulada “Estrangeiros buscam oportunidades ao cruzar fronteira com MT: ‘Muita gente educada e recíproca’”, veiculada no dia 14 de abril de 2023, apresentam os dados da Polícia Federal mostram que no primeiro semestre do ano de 2023, cerca de 20,4 mil imigrantes viviam em Mato Grosso, sendo 9,9 mil deles em Cuiabá. Em Cuiabá, o Centro Pastoral do Imigrante oferece acolhimento, atendimento social, documentação e orientação trabalhista.

Também é oferecido creche aos filhos dos migrantes para evitar situações de vulnerabilidade.

Por ser um país com dimensões continentais, o Brasil acaba por receber uma quantidade significativa de imigrantes internacionais por suas fronteiras secas. No caso específico da região Centro-Oeste e o estado do Mato, estes municípios de entrada são conhecidos como locais de passagem, tais como Cuiabá, Cáceres, Pontes e Lacerda, bem próximos da fronteira com Paraguai e Bolívia.

No período entre os anos de 2019 a 2023, Mato Grosso recebeu cerca de 11 mil estrangeiros, conforme pode-se contatar a seguir:



Na prática, existe certa dinâmica de mobilidade humana em algumas cidades advindas da região fronteira, em especial na fronteira entre Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil), e na fronteira de Corumbá com a Bolívia, principalmente migrantes da América Latina (bolivianos, paraguaios e haitianos); entre estes se encontram potenciais refugiados e solicitantes de refúgio.

Em conformidade com o G1 Mato Grosso (2023), o Brasil encontra-se entre os 10 (dez) países que recebem o maior número de imigrantes, conforme pode-se constatar a seguir:

Os 10 países com maior número de imigrantes em MT

PAÍSES	Nº DE IMIGRANTES
Venezuela	8.438
Haiti	5.456
Bolívia	1.785
Paraguai	585
Colômbia	542
Portugal	515
Cuba	343
Estados Unidos	314
Peru	253
Japão	227

Fonte: Polícia Federal

Desde 2001, Mato Grosso recebeu imigrantes de mais 110 países do mundo, sendo os principais vindos da Venezuela, Haiti, Bolívia, Paraguai, Colômbia e Portugal. De acordo com a Polícia Federal, o estado conta com 256 refugiados de 18 países, entre eles estão Iraque, Síria, Sudão e Estados Unidos.

A maioria dos estrangeiros que se mudaram para o estado, segundo a polícia, estão em Cuiabá (9.981), Várzea Grande (2.435), Rondonópolis (1.613), Sinop (1.013) e Cáceres (756). Nesta direção, partindo da ideia de que o desenvolvimento local consiste em um processo de transformação social, cultural, econômico e político, este passa

a adquirir dimensões maiores do que imaginamos e que se apresentam de forma complexa e dinâmica na perspectiva de uma realidade local e global.

Assim, o ser humano passa a ser o agente principal do desenvolvimento por meio da sua participação direta e ativa no meio em que encontra-se inserido. Esse desenvolvimento ocorrerá a partir do instante em que o mesmo toma consciência da importância como sujeito de sua própria história e da capacidade de poder de forma a influenciar o seu entorno, ao desenvolver suas capacidades, competências e habilidade de se organizar a partir de suas limitações geofísicas.

É diante desta realidade que se encontra inserido o migrante nos diferentes municípios do estado de Mato Grosso. Pierre em Claxton, (1994, p. 7), afirma que a cultura pode ser definida como uma “interpretação global da natureza, um sistema total para compreender e mudar o mundo. A cultura abarca todas as expressões produtivas do ser humano, tecnológico, econômicas, artísticas e domésticas. Implica uma relação sistemática entre cada aspecto da vida, tal como esta é vívida”.

A cultura se apresenta como uma totalidade integrada numa sociedade como um sistema de relações sociais que se apresenta de forma dialética, mediante os valores básicos e fundamentais que representam uma cultura e as dinâmicas que ela envolve. A construção dessa realidade, é de fundamental importância para o desenvolvimento. Partindo da ideia de que todo desenvolvimento implica necessariamente em mudanças, espera-se que tais transformações contenham elementos que possam ser considerados estáticos ou fundamentais que são um princípio norteador para que essas mudanças aconteçam.

A cultura se apresenta na perspectiva de um conjunto de atividades e participação de uma sociedade ou grupo, que se compõe por características estáticas e dinâmicas. Ou seja, a “cultura é o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar ao meio ambiente natural e social” (Kashimoto et al., 2002, p. 35).

Sabedores de que toda cultura passa por processos de construção de significados culturais, sociais e econômicos que são necessariamente internalizados pelos membros próprios que fazem parte do grupo ou sociedade e por meio deles vão construindo sua identidade, à medida em que os migrantes vão se apropriando da culta do estado de Mato Grosso e socializando suas culturas próprias, passa a existir um processo de transformação advindo das tessituras de vivências e trocas de sabres e experiências.

A motivação para a escolha de Mato Grosso como lócus de migração e as contribuições culturais trazidas pelos migrantes

Cooke e Wood (2011), Tannock (2015) e Riaño e Piguet (2016) destacam que os imigrantes, em função dos fluxos migratórios no mundo terem se intensificado, se apresentam como atores sociais que contribuem para atender as novas demandas do mercado de trabalho contemporâneo, na perspectiva da política neoliberal vigente. Da mesma forma, a migração produz impactos socioculturais, tanto para indivíduos, quanto para grupos sociais. E estes impactos nem sempre são negativos, conforme pode-se constatar no estado de Mato Grosso, onde a cultura local e a do povo que aqui chegam se entrelaçam de forma alteritária.

Etimologicamente, a palavra alteridade possui o prefixo *alter*, do latim, e significa se colocar no lugar do outro, na relação interpessoal, com consideração, valorização, identificação e no diálogo com o outro. A prática da alteridade se articula aos relacionamentos tanto entre indivíduos, como entre grupos culturais, religiosos, científicos, étnicos, etc. e desta forma, aos migrantes.

Importante se faz destacar que na relação alteritária estão sempre presentes os fenômenos holísticos da complementaridade e da interdependência, no modo de pensar, de sentir e de agir, onde o nicho ecológico, as experiências particulares são preservadas e consideradas, sem que haja a preocupação com a sobreposição, assimilação ou destruição destas (Dussel, 2006).

Coadunando com Álvaro e Garrido (2006, p. 80) que se apoiam em Thomas e Znanieck, para o qual todo processo social consiste “no produto de uma interação contínua entre a consciência individual e a realidade social objetiva”. Importante se faz destacar que a tese central da formulação teórica de Thomas e Znanieck, registrada por Álvaro e Garrido (2006, p. 79), refere-se “a interdependência entre a organização social, a cultura e os indivíduos torna inevitável considerar tanto os determinantes objetivos quanto os subjetivos da vida social”.

Ramos (2010, p. 31), ao expressar o pensamento de Tourraine e Wieviorka, publicado em 1997, afirma que “a cultura está no centro do que une e divide as sociedades contemporâneas”. Ainda o autor ressalta o pensamento de Bastide, exposto em 1956, e de Cuche, de 1999, de forma a acrescentar que “toda a cultura implica um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução, o qual, dados

os rápidos movimentos migratórios atuais e os contatos interculturais, se torna extremamente dinâmicos e interativos” (Ramos, 2010, p. 31).

Diante do exposto, com base no pensamento de Pimentel (2006, p. 3), a cultura é “algo inerente ao ser humano, construída e reconstruída pelo indivíduo num determinado contexto”; interculturalidade emerge “na sequência do contacto entre indivíduos ou grupos de culturas diferentes”, ou seja, é “processo gerado pelas interações entre culturas”.

Música, gastronomia, artes visuais, artes cênicas, costumes. Quando uma pessoa deixa o seu país, ela traz consigo suas referências culturais. Desta forma, é inegável as contribuições dos migrantes para a dimensão cultural no estado de Mato grosso. Nesta direção, é de fundamental importância o exercício da alteridade, que é a interação e a interdependência do homem social; e aculturação, que para Pimentel (2006, p. 3) é “processo cultural complexo e multifacetado, subjacente ao contacto intercultural, produz mudanças na identidade dos indivíduos”.

Toda contribuição cultural parte da valorização humana. Desta forma, faz-se imprescindível considerar os fundamentos culturais, tais como as tradições, os hábitos e os costumes das pessoas na construção de relações, uma vez que tais valores estão implícitos nas atividades econômicas e socioculturais, no comportamento e estilo de vida das pessoas.

Esta é uma dimensão da vida dos migrantes que buscam valorizar a prática cotidiana em que o local de convivência se transforma em um território de identidade de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas [...]. Necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada

sobre um território de identificação coletiva e de solidariedade concreta. (Guajardo, 1988 em Ávila, 2001, p. 26)

Importante destacar que, o senso de pertencimento é um elemento fundamental nas socializações culturais, pois esses eventos muitas vezes exercem uma função central na construção e fortalecimento das identidades culturais e comunitárias. Para Ribeiro (2004), esta dimensão possui o poder de promover um sentimento profundo de conexão e pertencimento entre os participantes, tanto em nível individual quanto coletivo.

Diante do sentido coletivo, a identidade sociocultural é construída de forma processual, tendo em vista que esta se forma a partir das relações sociais de pessoas de um mesmo grupo social. Ou seja, são essas relações que criam nas pessoas o sentimento de pertencimento a um grupo. Desta forma, quanto maior for o compartilhamento das percepções comuns da dimensão cultural, maior será a interação entre si. Na prática, a identidade cultural passa por uma construção de valores, hábitos, costumes e atitudes que caracterizam um grupo de pessoas ou comunidade.

No que diz respeito a culinária, na história da alimentação, conforme Flandrin e Montanari (1998), desenvolvem-se técnicas, receitas, histórias e tradições culinárias que refletem as escolhas alimentares influenciadas pela cultura. A cultura alimentar envolve elementos objetivos e subjetivos que estão presentes na relação entre os homens, o meio e comida, contextualizando a história de vida dos grupos sociais e representando características inerentes à população que as emprega.

A linguagem da comida não apenas representa identidades, mas também expressa significados profundos, deixando registros que

refletem momentos significativos da cultura popular e da religiosidade católica. Montanari (2008) destaca que a comida é muito mais do que simplesmente nutrir o corpo; ela é uma forma de comunicação, uma expressão cultural que transcende o aspecto físico e se conecta com aspectos emocionais, sociais e espirituais da vida humana.

Comida é cultura quando consumida, porque o homem, embora podendo comer de tudo, ou talvez justamente por isso, na verdade não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste. (Montanari, 2008, p. 16)

No decorrer da história, podemos observar que a preparação das refeições nas sociedades tradicionais estava conectada ao calendário. Nas datas festivas relacionadas às celebrações religiosas, homens e mulheres utilizavam ingredientes específicos que estavam disponíveis de acordo com as estações do ano, refletindo uma harmonia entre o ser humano e a natureza.

Diante do exposto, o cenário mato-grossense evidencia a participação dos imigrantes no siriri, cururu, festa de santos, de maneira em que existe uma troca de saberes culturais que não invalidam a beleza de cada povo, ao contrário, agrega e ressignifica. Trata-se de movimentos incessantes, dinâmicos, as vezes contraditórios e ambivalentes que vão sendo recriados em uma perspectiva cultural que é inseparável da própria vida, sempre em devir, que implica necessariamente em transformação.

Os impactos culturais provocados pelo fluxo migratório em Poconé-MT na percepção dos migrantes

No intuito de conhecer a percepção dos imigrantes sobre os impactos culturais provocados pelo fluxo migratório em Poconé-MT, foi realizada uma entrevista com 2 casais haitianos, um jovem haitiano e uma jovem italiano que vivem em Poconé-MT, além de dois moradores natural da cidade nascidos e criados no ambiente pantaneiro.

A percepção do casal 1 é de que “As consequências do fluxo migratório podem ser: a influência na economia local, os desafios sociais, inclusive, a interação entre os residentes e Imigrantes”. Fica evidente que muitas são as razões que perpassam tais movimentações, dentre as quais destacam -se as de ordem econômica, política, ambientais e social, além das maneiras que se dão de forma forçada ou voluntariamente etc. e a duração delas permanente, temporária ou circular (Hermínio 2022).

Jovem 2 compreende que

O fluxo migratório são consequências de diversas causas e podem estar associadas a várias situações; esses deslocamentos, estão relacionados com a busca por trabalhos, melhor colocação profissional e melhores condições de vida, fuga de desastres ambientais e situações climáticas extremas, crises políticas e socioeconômicas, perseguições étnicas e religiosas.

Essas características tornam os deslocamentos dinâmicos em si mesmos, contudo ao serem combinadas com questões éticas, religiosas, de gênero e identitárias, o fenômeno se transforma e se intensifica de forma significativa (Baeninger & Peres, 2017; Leão et al., 2017)

Importante se faz destacar que a chegada dos Imigrantes em Poconé-MT, no início, causou estranheza tanto para os moradores da cidade, quanto para os novos moradores.

Conforme o Jovem 1:

houve uma certa estranheza com o novo, uma pessoa diferente, com linguagem diferente, no sentido de não possuir os mesmos colóquios dos residentes ao buscar dialogar com os mesmos, a dificuldade de interagir ao pedir qualquer informação num lugar distante da sua realidade, onde as pessoas com suas peculiaridades, seus costumes, suas tradições linguísticas e culturais, diante de algo desconhecido, de pessoas que habitualmente usam idioma diferente, causando dificuldade de compreensão e sobretudo de ter condições de fornecer informações pertinentes para estabelecer um mínimo de condições de esclarecimentos.

A questão relativa a estranheza tem a ver com o fato de o grupo estrangeiro não partilhar de histórias em comum, de sensação de pertencimento e respeito a esse coletivo já estabelecido, o que dificulta a vida social e laboral dos novos (Elias & Scotson, 2000).

De maneira geral, esses imigrantes ao chegarem ao município de Poconé-MT, logo vão em busca de um local para morar, vão procurar emprego, assistência social que possa auxiliar no encontro de condições elementares, dignas de atendimento, e a um novo recomeço para sua sobrevivência, e na sequência, as famílias com crianças em idade escolar, buscam as escolas para matricularem seus filhos para dar continuidade ao processo educacional.

O impacto entre os residentes e os imigrantes, foi significativo e perpassado por certa resistência, sobretudo, no que se referem a

linguagem, as redes de atendimento à saúde e educação, nos momentos em que eles precisavam desse tipo de atendimento.

Esposa do casal 2 menciona que:

Nas creches e escolas, o impacto foi muito mais perceptível, pois a linguagem foi uma das principais barreiras de impactar nos primeiros momentos de contato, tanto para os adultos, como também para as crianças, pois os próprios profissionais, não estavam sabendo lidar com os novos pais e alunos, presentes nas unidades educacionais, no sentido de compreender o novo idioma, a nova cultura, costume dos residentes; porém, assim relataram as famílias haitianas, que assim que chegar em Poconé-MT, sentiram um tanto quanto distante, resistidas, por vezes, evitadas para um diálogo com as pessoas, que desconfiavam com suas presenças, porém, aos poucos esse relacionamento pessoal e social ganharam proximidades entre elas, e estes relacionamentos já possuem aproximações e estabelecem um certo vínculo de amizade.

Em se tratando dos desafios enfrentados pelos imigrantes, conforme Herminio (2022),

migrar é uma experiência desafiadora e marcante para os migrantes, até muitas vezes traumáticas, na qual eles constantemente enfrentam barreiras linguísticas, culturais e sociais, além de xenofobia e racismo, na tentativa de se integrarem ao Brasil. No entanto, ele é percebido também como uma oportunidade para melhorar suas vidas e buscar novas oportunidades. (Herminio 2022, p. 154)

Fica perceptível que as pessoas entrevistadas enfrentam desafios semelhantes que inclui as barreiras linguísticas e culturais, além da necessidade de encontrar emprego e se integrar na sociedade brasileira.

O chefe da família que já se encontra no Brasil, há mais de 10 anos, e há 06 anos que reside na cidade de pantaneira, Poconé MT, relata que

No Haiti as coisas são diferentes no que se refere ao social pois não há moradores de rua, todos se acolhem, se conhecem, buscam proteger entre si e aqui no Brasil sentiu muito triste ao ver que não há políticas públicas voltadas para essa gente que vivem nas ruas, sem identificação, sem moradia e sem nenhuma condição de continuar a viver, isso deixou-os, assustados com a realidade.

Mesmo diante do fato de no Haiti não existir moradores de rua, o Estado-nação tem diminuído de forma significativa as intervenções voltadas para o bem-estar de suas populações nativas, tais como a proteção social e econômica, de forma a ampliar a utilização de políticas de exclusão, especialmente aquelas que reforçam o policiamento e a segurança, o que tem se apresentado como motor de processos migratórios (Oliveira, 2017).

Morador 1 declara que:

Quando os imigrantes começaram a chegar na cidade, houveram muitas preocupações em relação ao por que essa gente haviam escolhido a cidade para morar, trabalhar, e se envolver de modo mais aproximado, com a comunidade poconeana. Mas, com o passar dos tempos, a desconfiança está dando lugar para o acolhimento. Mesmo com muito cuidado, desconfiando das coisas, já é explícito um relacionamento mais tranquilo com respeito, harmonia, de modo que a confiança tornou algo sadio. Entre nós residentes existe dificuldade em conseguir emprego. Ao passo em que, essas pessoas, não hesitam em buscar um emprego, não importando o que fazer, pois afirmam que o trabalho é parte cultural dessa gente, e eles não aceitam viver fazendo petições de porta em porta e nem mesmo nos sinaleiros, o que importa é ter algo para fazer e sustentar-se.

Fica perceptível que os imigrantes se apresentam como uma categoria bastante vulnerável e a inclusão desse grupo à uma sociedade de acolhimento se apresenta como um desafio para as políticas públicas de diversos países (Jovelin, 2011; Padilla & Ortiz, 2014), situação da qual Poconé -MT não está imune.

No que diz respeito à convivência diária, Morador 1 afirma que,

Possuem um certo relacionamento a distância com os haitianos, são pessoas boas, porém, é preciso ter cuidado, são pessoas confiáveis no que se refere conduta, pagamento de suas obrigações, sobretudo os haitianos, que já residem no centro da cidade. Há vários deles que sobrevivem como vendedores ambulantes de diversos objetos pessoais, tais como: relógios, carteiras, cintos, óculos, bonés, camisetas, anéis, entre tantos outros objetos e buscam se relacionar bem com as pessoas respeitando o espaço e a cultura de cada um.

A percepção dos moradores de Poconé-MT em relação aos imigrantes se dá a partir de diferentes aspectos dentre os quais históricos, geográficos, biológicos, institucionais, psicológicos, religiosos etc, que causam estranheza inicialmente. Contudo, os diferentes aspectos passam a ser assimilados pelos sujeitos, grupos ou sociedade de modos específicos e com significados de conformidade com as particularidades dessa estrutura social e sua percepção cultural (Castells, 2008).

Tanto os moradores 1 e 2 chamam à atenção para a dimensão da resistência pois,

há sempre pessoas que ainda resistem em aceitar a chegada dos Imigrantes. Nossa preocupação é em como atender essa gente, uma vez que as pessoas que residem na cidade, vem enfrentando vários problemas sociais tais como: falta de moradia, emprego,

atendimento de saúde pública, entre outros fatores que afetam diretamente a população da cidade de Poconé-MT.

Desde o ano de 2010 que o Brasil vem recebendo os haitianos e esse número vem aumentando ano a ano. Contudo, em especial após o período pandêmico, os haitianos tem encontrado um país sem preparo para receber o fluxo de imigrantes que tem recebido. Inexiste política pública que acolha tais sujeitos ou os empreguem, além disso eles convivem com situações de xenofobia, racismo e preconceito (Baeninger & Peres, 2017)

Fica evidente que a aceitação dos imigrantes sofre o impacto de resistência visto que estes nem sempre são bem acolhidos ao chegarem à cidade por diversos motivos. Morador 1 afirma que no imaginário da população, estes são “forasteiros, ambulantes e até mesmo assaltantes”, etc. Porém destaca que: “aos poucos, conseguem um trabalho, realizam trabalho braçal em pequenas construções e olha que o salário não é atrativo”.

Morador 2 assevera que,

outros por sua vez, chegaram na cidade como vendedores ambulantes, nem sempre foram bem vistos pelos comerciantes residentes, porém, insistiram em permanecer e hoje, esses vendedores, já possuem seus comércios em estabelecimento fixo, conquistando seu espaço, bem como novas amizades.

Já por outro lado, no caso das mulheres, são as que mais sentem, sofrem com toda essa situação. De acordo com a esposa do casal 1,

De onde a gente vem, não passam pelo distanciamento das pessoas, elas se tornaram imigrantes em busca de melhores condições

de vida, e ao chegar em qualquer país, inclusive o Brasil, de modo especial, na cidade de Poconé-MT, são discriminadas, excluídas, não importando o grau de escolarização, são sempre vistas como estranhas, invasoras impertinentes, apesar de que já tenha uma política voltada a dar assistências a essas pessoas, porém, nem sempre é eficaz.

Na prática, as mulheres Haitianas possuem uma trajetória de vida marcada por dificuldades. N'zengou-Tayo (1998), ao falar da mulher na cultura haitiana, destaca que as diferenças de gênero influenciam as práticas sociais e o acesso a direitos sociais no Haiti, situação que é adensada quando estas estão em um país diferente, como no caso no Brasil e em Poconé-MT.

No que diz respeito a cultura, os imigrantes, destacam a beleza pantaneira e o ritmo musical como dois fatores de vínculo. Jovem 1 destaca que: “A música, danças e outras festas da região, são apreciadas com muito entusiasmo, apesar de que a gente se contém muito, evitando exagerar em determinadas danças”, para não se parecerem invasivos.

Jovem 2 chama a atenção para o fato de que

As leis aqui no Brasil, são muito brandas, e por isso, há pessoas que agem de diversas maneiras atacando pessoas, ferindo, provocando assassinato em série, provocando feminicídio, entre outras barbáries e se pagam uma fiança, logo estão inserida na sociedade provocando novos delitos perante a sociedade. No nosso país, as leis são mais duras pois as pessoas que fazem qualquer prática ilícita, sofrem as penalidades com mais seriedade, e aqui no Brasil as coisas são muito brandas, estão muito a desejar.

As falas dos imigrantes evidencia que no que se refere aos impactos culturais provocados pelo fluxo migratório em Poconé-MT, o

destaque situa-se na visão do estrangeiro mediante olhar de estranheza. Tal situação vem ao encontro do que menciona Paulo Freire em relação a Pedagogia do Oprimido (1975), visualizado na perspectiva do escravo, o estrangeiro (Camus), o perseguido, o cativo, não o simples necessitado, mas o explorado, precisa, ele mesmo, da comunhão com o outro oprimido.

É preciso que haja uma política voltada para o imigrante com mais seriedade e compromisso como ser humano que trabalha, contribuem pagando seus impostos, gerando renda, e sobretudo, com a vida, mas de modo geral, gostam do Brasil por se parecem muito com suas culturas e até certos costumes, apesar dos contratempos e desfavores em prol do próximo.

Considerações Finais

Na busca por compreender a percepção dos imigrantes que vivem em Cuiabá-MT e na baixada cuiabana, o alargamento cultural dos municípios onde estão inseridos, assim como investigar a participação dos imigrantes nas práticas culturais dos municípios pertencentes à baixada cuiabana, foi possível perceber por meio da pesquisa que o cenário mato-grossense permite tessituras diversas no que diz respeito a migração. As pessoas que aqui chegam, não chegam vazios, são detentores de dada cultura que agrega valor ao cenário cultural do estado, na perspectiva de ressignificação da forma de desenvolver os hábitos e costumes local e regional.

O estado de Mato Grosso é visto por muitos como um celeiro brasileiro, razão pela qual é visualizado como um estado promissor, perpassado por inúmeras possibilidades de geração de trabalho, emprego

e renda, e como uma região na qual os migrantes têm ganhado cada vez mais espaço.

Parte da dimensão sustentabilidade – a cultural – só é alcançada se o poder público e a sociedade reforçarem as identidades culturais, respeitarem a diversidade cultural e promoverem a alteridade nas relações intra e interculturais. A diversidade cultural como fonte geradora de desenvolvimento, em cujo conceito, encontra-se agregados os princípios e valores como igualdade, equidade e solidariedade, reforçam a necessidade da valorização do outro na perspectiva do semelhante, instrumento de fortalecimento dos valores humanos para produção de cultura de paz.

O agronegócio, a rede hoteleira, a amplitude da área de prestação de serviços, assim como a pujança da agropecuária, soma-se à beleza do pantanal mato-grossense, que abrange uma grande extensão territorial, com uma exuberante diversidade, não apenas relativa à fauna e à flora, como também à diversidade humana.

O estado conta com a presença de povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais ribeirinhas e rurícolas, dimensões que permitem a inserção dos migrantes de diferentes partes do mundo. Desta forma, muitos são os impactos culturais provocados pelo fluxo migratório em Poconé-MT, dentre os quais a resistência ao outro é um fator marcante, em função da dificuldade dos moradores da cidade em visualizar o imigrante como semelhante.

Muito antes de serem protagonistas nos diferentes setores da economia no Brasil e no Mato Grosso, os migrantes já se faziam presentes no setor cultural de outras maneiras, na perspectiva de pessoas que influenciam a culinária, a música, os hábitos e costumes do povo brasileiro. Contudo, tendo em vista a dinâmica do mundo globalizado,

fica evidente que a força do trabalho do migrante está cada vez mais presente na produção econômica e, aos poucos, este vem ganhando posição de destaque no mundo, no mercado de trabalho e na dimensão cultural do povo matogrossense.

Na prática, os migrantes permitem que a realidade de um número significativo de pessoas do estado do Mato Grosso seja transformada, mediante a resignificação do olhar em relação ao outro, ao estrangeiro, condição de fundamental importância para a prática da alteridade, que nos permite ser mais.

As trocas culturais se dão na vivência com a realidade e, por isso mesmo, se entrelaçam com as dimensões já existentes, como muito bem se aplica à realidade dos migrantes com as pessoas que aqui habitam. Daí a imprescindibilidade de pesquisar seus impulsos criadores, novas formas civilizatórias, onde convivam múltiplas culturas, outros processos educativos e outras formas de convivência, que reforcem a autonomia das pessoas, e culmine em processos de criação de valorize o outro no sentido de permanecer com o carisma produzido pelas práticas inovadoras em detrimento do poder.

As cores, sabores, ritmos, toadas... a arte no vestir, falar e cantar se expressam como pedras de toque capazes de fomentar a troca cultural. As tessituras culturais se apresentam como possibilidade de criação e recriação que se mostra como uma verdadeira extensão deste vasto território que é a cultura Mato-grossense.

Referências

Adam, J. M., Stenico, J. A. G., & Paes, M. S. P. (2017). Immigration au Brésil ces dernières années: analyse des politiques pour l'intégration

au travail. In M. Moubaraki et al. (Orgs.), *La santé mentale des jeunes*. Harmattan.

Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. McGraw-Hill.

Ávila, V. F. de (Org.) (2001). *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Universidade Católica Dom Bosco- UCDB.

Bhabha, H. (2001). *O Local da Cultura*. Editora UFMG.

Banacu, S., Rosini, A., Hoyos Guevara, A., Silva, O. R., & Palmisano, A. (2017). (14 de Agosto de 2024) Missão de Paz: uma discussão sobre a inclusão social e o migrante. *Eniac Pesquisa*, 6(1), 123-142. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6126491.pdf>

Bauman, Z. (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Jorge Zahar.

Baeninger, R., & Peres, R. (2017). (14 ago. 2024). Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 119-143. <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/887>

Beck, U. (1999) *O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Paz e Terra.

Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Dados Qualitativos. Investigação qualitativa em educação - uma introdução à teorias e aos métodos*. Porto Editora.

- Brasil, D. R., & Godinho, A. P. de P (2020). Uma Leitura do Contexto Histórico das Políticas Migratórias Brasileiras e das Disposições Preliminares da Nova Lei de Migração. *Revista PPGD*, 30(2), 59-78.
- Bréal, M. (1992). *Ensaio de semântica*. EDUC / Pontes.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.
- Castells, M. (2008). *O poder da identidade*. Paz e Terra.
- Claxton, M. (1994). *Cultura e desenvolvimento*. UNESCO.
- Cavalcanti, L., & Oliveira, W. F (2020). *Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos*. In Cavalcanti, L., Oliveira, T., Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais, Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. OBMigra.
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vozes.
- Cooke, F. L., & Wood, G (2011). New actors and employment relations in emerging economies. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, 66(1), 7-10.
- Costa, L. R., Souza, J. E. M. de, & Barros, L. C. dos A (2019). (14 ago. 2024). Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). *Revista Geopantanal*, 14(27), 167-184. <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/9733>

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988).

Freitas Bastos, E. (2006). *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.* Vozes.

Elias, N., & Scotson, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Jorge Zahar.

Hermínio, A. B. (2022). *Imigrantes Haitianos: o encontro com o CIEJA PERUSI, a construção identitária e a inserção social e profissional* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista - UNESP].

Ianni, O (1998). Globalização e neoliberalismo. *São Paulo em perspectiva*, 12(2), 27-32. http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf

Jarochinski-Silva, J. C., & Baeninger, R. (2021) .(14 ago. 2024). O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. Remhu: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 29(63), 123-139, set. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006308>

Jovelin, E. (2011) *Les jeunes issus de l'immigration confrontés à la discrimination.* *Hommes & Migrations*, (1292), 104-113. <http://dx.doi.org/10.4000/hommesmigrations.975>

Kashimoto, E. M., Marinho, M., & Russeff, I. (2002). Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões

em desenvolvimento. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 4, 35-42.

Leão, L. H. da C., Muraro, A. P., Palos, C. C., Martins, M. A. C., & Borges, F. T. (2017). Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em mato grosso, brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(7), 1-7. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00181816>

Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Imigração. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

Martin, D., Goldberg, A., & Silveira, C (2018). (14 ago. 2024). Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. *Saúde e Sociedade*, 27(1), 26-36. <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BTJsmc9wYXWmCKRBkp5LgPc/>

Montanari, M. (2013). *Comida como Cultura*. SENAC São Paulo.

N'zengou-tayo, M. J. (1998). 'Fanm Se Poto Mitan: haitian woman, the pillar of society. *Feminist Review*, 59(1), 118-142. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1080/014177898339497>

Oliveira, A. C. de. (2017). Uma questão de identidade! Migrações e pertencimento na dinâmica do mundo globalizado. *Revista Usp*, (114), 91. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i114p91-108>

Ortiz, F. (2012). Limite de entrada no Brasil é para proteção dos haitianos, afirma governo. *Opera Mundi*. <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/limite-de-entrada-no-brasil-e-para-protecao-dos-haitianos-afirma-governo/>

- Padilla, B., & Ortiz, A. (2014) Construção das identidades de jovens de origem imigrante em Europa: resultados dum projeto europeu. *Remhu: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 22, (42), 133-158. <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-85852014000100009>
- Perrot, Michelle (2007). *Minha História das Mulheres*. Contexto.
- Pimentel, P. C. T. (2006). *Migração e Identidade: processos que se cruzam* [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta]. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/622>
- Ramos, N. (2010). Interculturalidade e Alteridade: dinâmicas, contextos e políticas. In Serafim, J. F., Toutain, L. M. B. B. , Geffroy, Y. (Org.), *Perspectivas em informação visual: cultura, percepção e representação*. EDUFBA.
- Resstel, C. C. F. P. (2015). (14 ago. 2024). *Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil*. Cultura Acadêmica, <http://hdl.handle.net/11449/138590>
- Riaño, Y., & Piguet, E. (2016). *International student migration*. Oxford University Press.
- Ribeiro, A. R., Z., A. A. Z., Ramos, J. da S., & Amorim, W. (2023). *Aspectos socioeconômicos, socioambientais e demográficos na baixada cuiabana - análise a partir dos municípios que possuem sistemas agroflorestais – SAF'S*. Pantana.
- Ribeiro, M. (2004). Festas populares e turismo cultural - inserir e valorizar ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 2(1), 47-56.

Sayad, A (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Edusp.

Silva, R. de C. da C., & Pierro, M. C. Di (2022). Os impactos da covid-19 nos direitos educativos de migrantes e refugiados adultos - notas de pesquisa. *Educação em Revista*, 38, 1-15. <https://doi.org/10.1590/0102-469834185>.

Silva, E. A. (2010). Direitos Humanos e Cidadania. *Revista dos Tribunais*.

Tannock, S. (2015) .Bad attitude? Migrant workers, meat processing work and the local unemployed in a peripheral region of the UK. *European Urban and Regional Studies*, 22(4), 416-430.

FOTOREPORTEROS ESCOLARES Y LA GESTIÓN DE RIESGOS DE DESASTRES

Vladimir Bartolome Tornero Cruzatt¹

En los últimos años hemos podido apreciar como diversos fenómenos naturales han causado grandes perdidas en diferentes partes del mundo debido variados factores como el cambio climático, las condiciones pre existentes en la zona y el nivel de preparación de la población frente a estos eventos adversos. Muchos pueden pensar que por tratarse de fenómenos naturales estos son impredecibles y no hay la posibilidad que no vuelvan a presentarse, pero no es así, pues muchos de estos sucesos son cíclicos y al contrario se irán acentuando con el tiempo. Para mitigar el impacto de estos hechos adversos es necesario comenzar a trabajar con la población a fin de realizar acciones de

1. Magister en Educación
Profesor de la Facultad de Comunicación Social de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos.
vladimir.tornero@unmsm.edu.pe

mitigación, prevención y preparación. De esa forma, se podrá reducir sus efectos en la población.

Para intentar lograr un cambio en la sociedad, es necesario que tomen conciencia de los riesgos a los cuales están expuestos, en la medida que muchas veces, las personas residen en situaciones de riesgo sin ser conscientes de ello. La misma convivencia normaliza el peligro, lo hace ver como algo usual y que forma parte de su cotidianidad, sin pensar que están poniendo en peligro a su persona y seres queridos.

En este sentido, como parte de un proyecto de responsabilidad social y activismo universitario, se trabajó, con los estudiantes de Comunicación Social de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos de Lima – Perú, una estrategia educomunicacional que buscó sensibilizar a los colegas de diversas instituciones educativas de nivel secundario sobre los riesgos que existen a su alrededor. Para ello, se les capacitó con técnicas básicas de fotografía para que puedan ser capaces de registrar los peligros que exististen en sus domicilios, centros educativos y entorno.

Para lograr este objetivo, se buscó concienciar a los estudiantes universitarios sobre la importancia de la gestión de riesgos de desastres a fin de lograr un desarrollo sostenido a nivel social, para que luego ellos, puedan hacer el efecto multiplicador en diversas instituciones educativas de la capital, impulsando a que los escolares se conviertan en fotoreporteros y documenten los riesgos existentes a su alrededor.

Problemática

El Perú está ubicado en el Cinturón de Fuego del Pacífico Sur y frente a sus costas se encuentran dos importantes placas tectónicas: La de Nazca y Sudamericana, las cuales están en constante actividad,

generando diversos movimientos sísmicos a nivel nacional. El 2007, ocurrió un movimiento telúrico que afectó el departamento de Ica llegando a 7, 9 grados en la Escala de Richter y VIII en la Escala de Mercalli Modificada. Los efectos fueron devastadores. Cientos de viviendas quedaron arrasadas, miles de personas resultaron damnificados. El impacto fue mayor en aquellas zonas donde las viviendas eran precarias.

A este hecho habría que agregar, el peligro inminente que existe en Lima, la capital del Perú debido a que hace más de 50 años no ocurre un sismo de gran magnitud, existiendo un gran silencio, lo cual es un indicador que en cualquier momento puede ocurrir un movimiento telúrico de grandes dimensiones. Según el Instituto Geofísico del Perú, los efectos serían devastadores, debido a la falta de preparación de la población, la precariedad de las viviendas y la falta de recursos logísticos necesarios para atender un evento de estas proporciones.

Por su parte, el Instituto Nacional de Defensa Civil (INDECI) en un compendio estadístico publicado el año pasado señaló que del 2002 al 2022 se atendieron “99, 683 emergencias, 18,797,081. Afectados, 2,092.993 damnificados, 404 personas resultaron desaparecidas, 12,806 terminaron lesionadas y 3,138 fallecieron” (INDECI, 2023, p. 13). De estos datos podemos decir que casi 100 mil emergencias se presentaron a nivel nacional, donde más de dos millones de personas resultaron damnificadas, es decir, se vieron directamente afectadas, deteniéndose su desarrollo o en el mejor de los casos, muchos de ellos lograron regresar a su situación pre existente, antes del evento adverso.

Cabe precisar que, a diferencia de otras décadas, el daño al ecosistema, la exigua implementación de actividades de prevención, mitigación, y preparación de la población por parte de los gobiernos

locales, entre otros factores, han generado el surgimiento de numerosos eventos adversos, los cuales en muchos casos han tenido consecuencias nefastas como es la pérdida de vidas, daños a las viviendas, centros educativos y a la infraestructura productiva.

Ante esta situación, la población no ha tenido otra alternativa que enfrentarse a dichos fenómenos con sus propios medios o el apoyo solidario de instituciones sociales y personas de bien. Un ejemplo de este suceso, es lo vivido por los pobladores del distrito de Chaclacayo en Lima – Perú, que, tras sufrir los embates del huayco en el mes de marzo del año pasado, se vieron en la necesidad de salir adelante con sus propios recursos, ayudados por los vecinos y población civil. La autoridad local no estuvo a la altura de las circunstancias. Como suele ocurrir en estos casos, las autoridades de la comuna de Chaclacayo ni siquiera supieron hacer un EDAN (Evaluación de Daños y Análisis de Necesidades), documento básico para identificar a los damnificados y así poder brindar un apoyo adecuado, debido a que el evaluador enviado por el municipio sólo se limitaba a preguntar si la vivienda se había derrumbado o no, omitiendo los demás ítems de una adecuada evaluación de daños.

A pesar del paso del tiempo, en el distrito de Chaclacayo muchas calles, por las cuales discurrió el huayco permanecen deterioradas como consecuencia del evento adverso. A la fecha el municipio no ha realizado ningún trabajo de reconstrucción o prevención, sabiendo aún que este fenómeno es cíclico y nuevamente habrá nuevos huaicos debido al incremento de las lluvias, en los meses de febrero y marzo.

La extensión universitaria

Desde la época de su creación, las universidades han desarrollado múltiples actividades a nivel interno y externo, tal es así que “tradicionalmente, se adjudican a la universidad tres misiones fundamentales: la docencia, investigación, y extensión universitaria. A cada una de estas misiones le suele corresponder una estructura organizativa específica, que tiende a su vez a generar una «cultura institucional» propia, no pocas veces aislada o incluso en confrontación con las demás.” (Nieves, 2008, p. 27). En este sentido podemos decir que las universidades han dirigido su labor basadas en tres grandes lineamientos: la formación académica, la investigación científica y la extensión y responsabilidad universitaria, entendidas estas como las acciones que realiza cada casa de estudio con la finalidad de contribuir al desarrollo de la sociedad donde se desenvuelve y así, formar profesionales integrales.

Asimismo, es preciso añadir que, la Extensión Universitaria debe ser entendida como las actividades desarrolladas por la universidad destinadas a aportar en la solución de diversos problemas sociales. Al respecto, Juan Vega precisa:

La Extensión, como proceso de interacción humana, redimensiona su consideración como resultado de la actividad y la comunicación. La Extensión es actividad en tanto persigue como objetivo la transformación consciente del medio; quiere esto decir que no sólo pretende la contribución a la transformación de los procesos en que interviene en la universidad, y de la universidad en sí misma, sino también contribuye a la transformación de la sociedad mediante su propia participación en el desarrollo cultural. (Vega, 2002, p. 31)

De lo expresado por Vega, podemos destacar la labor de Extensión no solo busca el desarrollo intra universitario, sino sobre todo en forma conciente busca cambiar el entorno o transformar la sociedad. Y es a través de proyectos responsabilidad social que la universidad fomenta estos cambios con la participación de los estudiantes.

En sentido, Rodríguez (2012) señala “El “porqué” de la Responsabilidad Social Universitaria explica cómo las opciones de valores en los jóvenes estudiantes están formadas por lo que se trata de poder conectarlas con los proyectos colectivos, así como ayudarles a generar buenos procesos de discernimiento con opiniones más rigurosas y contrastadas con otras posturas en su fundamentación y que generen acciones coherentes e igualmente realistas en sus contextos.” (p. 18). De lo expuesto podemos decir que el acto de poner en contacto a los estudiantes universitarios con diversos problemas sociales ayuda a estos tengan mejores criterios de discernimiento, al contrastar la teoría con la práctica, a la vez, que los hace más sensibles a los problemas sociales y la necesidad de aportar al cambio como futuros profesionales.

Activismo universitario

Esta actividad implementada por diversas universidades destinada a acercar a los estudiantes con la población son denominadas actividades de aprendizaje de servicio, la cual implica el involucramiento de docentes y estudiantes con una determina comunidad con la finalidad de aportar en la solución de los problemas que puedan existir en dicha zona. En algunos casos, la presencia institucional en un sector sociedad es integral, lo que supone que la participación de diversas carreras

profesionales brindando sus servicios en forma gratuita, en la localidad previamente seleccionada.

Por su parte, Espinoza (2022), en su tesis para obtener el grado académico de Bachiller en Ciencias Sociales con mención en Antropología, precisa lo siguiente en sus conclusiones:

Se plantea la urgencia del estudio de las estrategias activistas con un énfasis en la comunicación y exposición mediante la virtualidad. Esto debido a que, pese a que las investigaciones sobre el activismo digital y el uso de las tecnologías de la información y comunicación (TIC) ya tienen años en el terreno de las ciencias sociales; las denuncias por acoso en las redes sociales, más conocidas como “escrache” o “funa”, son un mecanismo relativamente reciente y empleado por la población juvenil, que contribuye al estudio de la lucha contra la violencia de género así como el movimiento en favor de aulas libres de hostigamiento dentro del ámbito universitario. (p. 22)

Tal como lo expresa Espinoza, urge la necesidad de implementar diversas estrategias que usen las nuevas tecnologías de la comunicación y la educación con la finalidad de reducir los costos y además los jóvenes se involucran activamente en la solución de diversos problemas sociales.

Esta labor desarrollada por los jóvenes en beneficio de la población se constituye en un activismo social, donde el estudiante universitario deja de lado su pasividad y se convierte en un agente activo del cambio social. Bajo esta perspectiva se implantó este proyecto de investigación y extensión universitaria, denominado Fotoreporteros para Gestión de Riesgo de Desastres, cuyo objetivo fue sensibilizar a la comunidad educativa sobre los riesgos a los que están expuestos cotidianamente, donde los estudiantes universitarios de Comunicación Social tuvieron una participación activa y decisiva, pudiendo valorar,

reflexionar y convertirse en promotores del cambio social, fomentando la cultura de prevención.

Estrategia metodológica

Para la ejecución de este proyecto de activismo universitario y extensión social, se establecieron diferentes etapas, cada una de ellas con actividades propias, las cuales se detallan a continuación:

Primera etapa: Planteamiento metodológico

En esta primera fase, se realizó el planteamiento metodológico de nuestra intervención. Es así que para el desarrollo de este trabajo de investigación nos hicimos la siguiente pregunta ¿En qué medida las estrategias educativas comunicacionales permiten sensibilizar a estudiantes de instituciones educativas sobre los riesgos y desastres en los hogares, colegio y entorno? ¿Hasta qué punto los jóvenes pueden convertirse en agentes activos del cambio social? . Para este trabajo se empleó un enfoque cualitativo y la metodología de investigación acción.

Segunda etapa: Sensibilización y capacitación

Una vez determinada la estrategia metodológica, se estableció un esquema de trabajo, cuyo primer componente fue la capacitación en gestión de riesgos de desastres a los estudiantes del curso de Fotografía Básica de la Escuela Académica Profesional de Comunicación Social de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Este proceso formativo tuvo como objetivo sensibilizar y dotar de nuevos paradigmas vinculados a la gestión de riesgos de desastres a

los estudiantes, lo cual permitió el desarrollo de nuevas competencias. “Las “competencias genéricas”, que constituyen los conocimientos generales del alumno, incluyendo, en particular, las competencias socio-emocionales; por otra parte, la visión de las “competencias situacionales”, que representan el potencial de un estudiante para enfrentar algunas situaciones complejas que hacen referencia a un perfil de egreso.” (Roegiers, s.f, p. 5). De esta forma, podemos decir que los alumnos al interiorizar estos conocimientos especializados han aprendido nuevas capacidades situacionales que le permitirán enfrentar mejor una emergencia o desastre.

Asimismo, es preciso señalar que la participación de los jóvenes en la búsqueda del desarrollo social a través del activismo social es muy importante para su desarrollo profesional. “Si se tiene en cuenta que el activismo social se asocia a la capacidad de las personas para promover y gestar beneficios que mejoren la vida de la población (Torres, 2008), y la participación popular como forma de democracia para contribuir a la solución de determinados problemas, o para impulsar determinadas políticas en dependencia del tipo de sociedad” (Reyes & Colás, 2017, p. 42). En este sentido, el activismo social, no solo permite ellos tomen conciencia de los problemas a nivel de riesgos de desastres que se dan en su entorno, sino que, a su vez, dejan de lado su rol pasivo para asumir una actitud activa e impulsora del cambio.

Durante el proceso formativo de los estudiantes, se recalcó sobre la importancia que tiene la gestión de riesgos de desastres para lograr un desarrollo sostenible. Al respecto la UNESCO (2012) señala:

¿Cuál es la diferencia entre desarrollo sostenible y sostenibilidad?
La sostenibilidad suele considerarse como un objetivo a largo

plazo (es decir, un mundo más sostenible), mientras que el desarrollo sostenible se refiere a los muchos procesos y caminos que existen para lograr ese objetivo (por ejemplo, la agricultura y silvicultura sostenible, la producción y consumo sostenible, el buen gobierno, la investigación y transferencia tecnológica, la educación y formación, etc.) (p. 2)

De ello podemos decir que para lograr el desarrollo sostenible es necesario el involucramiento de diversos actores sociales, que permitan un crecimiento permanente y a largo plazo, sin que este se vea truncado por la aparición de eventos adversos.

Tercera etapa: organización y acercamiento inicial

Una vez capacitados, los estudiantes universitarios estaban listos para dar el siguiente paso que era tener un primer contacto con los representantes de las instituciones educativas con las cuales se iba a trabajar, lo que implicaba que debían organizarse y explicar la naturaleza del trabajo a realizar. Fueron casi dos semanas de coordinaciones previas.

Cuarta etapa: Preparación de material educativo y diseño de las charlas de capacitación

Una vez lograda la aceptación de las instituciones educativas, se determinó el día y hora en la cual los estudiantes, en forma grupal, iban a ir a dichos colegios para dar las charlas de capacitación. Para ello, cada equipo tuvo que preparar el material educativo a utilizar durante sus exposiciones de acuerdo al nivel educativo que les tocó desarrollar. En la mayoría de los casos fueron dos charlas. La primera de ellas de

gestión de riesgos de desastres y la segunda sobre fotografía, destinada a formar a fotorreporteros escolares.

¿Por qué convertir a los estudiantes en foto reporteros? para que puedan registrar los peligros de su entorno sin ningún tipo de alteración de la realidad, puesto que, si un sujeto extraño ingresa a su habitad, sin lugar a dudas obtendría un resultado distinto, ya que las personas suelen ocultar o disimular las condiciones de riesgo en las que viven.

Para evitar que los estudiantes de colegios se sientan vulnerables, al mostrar escenas de riesgo de su hogar, entorno donde viven y su colegio, se optó que las fotografías sean enviadas en forma anónima, consolidándose por instituciones educativas (Colegios). Los resultados fueron más que reveladores: Muchos de estos jóvenes viven expuestos a condiciones de alto riesgo.

Fueron un total de 34 los colegios en los que intervinieron los 82 estudiantes de Comunicación Social de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. De estos colegios, 03 están ubicados en San Juan de Lurigancho, 03 en Villa El Salvador, 06 en el Callao, 02 en el Cercado de Lima, 03 San Martín de Porres, 02 en Comas, 03 en los Olivos, 01 en Pachacamac, 01 Rímac, 01 Surco, 01 Puente Piedra, 03 Villa María del Triunfo, 01 Chosica, 01 El Agustino, 01 Carmen de la Legua y 01 San Juan de Miraflores.

El total de escolares capacitados fueron 1,036 estudiantes de educación secundaria del primer al quinto de secundaria. Ellos fueron ilustrados en temas de gestión de riesgos de desastres, los peligros y las vulnerabilidades y los comités de gestión de riesgos en colegios, como así también en técnicas básicas de registro fotográfico.

Riesgos domésticos

Se eligió esta categoría en la medida que muchas personas radican en sus hogares expuestos a un sin número de riesgos, sin ser conscientes de ello, como el hecho de dejar jugar a los niños cerca de donde están cocinando con agua hirviendo, el hecho de utilizar cables mellizos para sus instalaciones eléctricas, entre otros peligros.

Luego de analizar todas las fotografías tomadas en este rubro se ha evidenciado que los pasadizos de las viviendas están con diversos obstáculos (sillas, planchador, etc.), a la vez que existe un gran hacinamiento y desorden en el hogar, lo que afectaría la evacuación en caso de presentarse un incendio o sismo.

Adicionalmente, se ha observado en las fotografías que en muchas viviendas tienen estantes donde las personas mezclan los medicamentos, insumos de limpieza del hogar como champú y jabón, lo que podría ocasionar que el niño se equivoque o use el producto inadecuado pudiéndose intoxicar. En otros, casos también se aprecia la existencia de estantes muy atiborrados con diversas cosas, sin tener elementos que los puedan sujetar, pudiéndose caer sobre los niños u otras personas de surgir un movimiento telúrico.

En el ámbito eléctrico, se puede evidenciar de las fotografías, la presencia de: cables eléctricos colgados en forma aérea en diversas partes del hogar (sin canalización), tomacorrientes sobre saturados de enchufes, extensiones en el piso sin elementos sujeción (pudiendo generar que algún miembro del hogar se tropiece y caiga), cajas de las llaves termomagnéticas que no tienen tapa (dejando expuestos los cables de luz. A este listado habría que adicional la falta de extintores y luces de emergencia.

A nivel estructural hay muchas viviendas que están construidas sobre pircas (piedras superpuestas) que sirven de base a la construcción o sobre llantas de vehículos, lo cual las pone en gran riesgo de presentarse sismo. Asimismo, se observa la existencia de fallas estructurales muy graves ya que, en el primer piso de la vivienda, no hay columna, luego ésta parece en el segundo piso, lo cual no va brindar el soporte necesario de presentarse un terremoto. A esto hay que sumar la presencia de paredes, columnas y techos con grietas y fisuras. Y eso se debe a que la mayor parte de las viviendas en el Perú son autoconstruidas.

Como una forma de maximizar el espacio de su vivienda muchas personas han recurrido a la construcción de pasadizos estrechos, mal iluminados, sin barandas. En otros casos han improvisado fuera de su casa las escaleras para subir de un piso a otro, muchas de ellas rústicas, las cuales están deterioradas por el paso del tiempo. A estos problemas hay que adicionar la existencia de techos de calamina (oxidadas, doblas, partidas, mal sujetadas) y eternit en mal estado (rotos, superpuestos) lo cual no brinda una protección real a la vivienda.

Algunas viviendas que tienen un segundo piso, pero no tienen algún elemento de protección para que los niños no se suban pudiéndose caerse. Un caso llamativo fue la presencia de masetas en una ventana de un segundo piso, las cuales pueden desplomarse sobre las personas que puedan transitar por esta vivienda.

Riesgos en su institución educativa

En el ámbito escolar se ha podido detectar que los riesgos más recurrentes en el ámbito estructural son las paredes fisuradas, techos con rajaduras, escaleras con gradas deterioradas, lunas rotas y la existentes,

sin una cinta protectora, para que en caso de terremotos no se caigan sobre los niños de romperse. También, en las fotografías se apreció la existencia de restos de construcción inconclusas como vigas, material de construcción hacinados, restos de tubos de agua, fierros que construcción que sobresalen del techo. En algunos colegios la base del muro perimétrico se encuentra deteriorado.

En el ámbito eléctrico se ha podido constatar la existencia de cables eléctricos que cuelgan por el techo, sin una debida canalización. Asimismo, se observan tomacorrientes sin tapas, cables eléctricos expuestos en las paredes. En algunos ambientes de los colegios hay parlantes, ventiladores, proyectores multimedia y otros equipos eléctricos sin elementos de sujeción. Algunos ubicados en zonas altas, lo cual pueden generar una desgracia.

Otro problema recurrente es la existencia pasadizos con obstáculos (carpetas, sillas u otros elementos) que no permitirían una rápida evacuación de presentarse un siniestro.

Riesgos en su entorno

En el entorno donde viven los estudiantes se puede apreciar similares problemas que, en los hogares, por ejemplo, la presencia de casas con fisuras en los techos y paredes. Moradas autoconstruidas, con fallas estructurales debido a que las viviendas han sido edificadas en las faldas de los cerros y han tenido que usar elementos accesibles a ellos (piedras y llantas) para nivelar el suelo para poder erigir sus viviendas.

Asimismo, para poder acceder a muchas viviendas que se encuentran en la parte superior del cerro es necesario subir por escaleras angostas, sin barandas y deterioradas. En muchos casos, a los costados

de las edificaciones hay grandes barrancos o peñascos, anulando u obstaculizando una posible evacuación en caso de un incendio, fuga de gas o terremoto.

Asimismo, se ha observado que, en los exteriores de las viviendas, uno de los problemas más recurrentes son las cajas de agua sin tapa, donde las personas podrían tropezarse y caer. En algunas zonas se puede apreciar carros estacionados como si fuera una cochera, en muchos casos estos se encuentran abandonados.

Conclusiones

PRIMERA: El activismo universitario permite que los estudiantes conozcan de cerca la realidad y los problemas que aquejan a la sociedad, ofreciéndoles una oportunidad para reflexionar e iniciar diversas actividades destinadas a solucionar el inconveniente detectado, pasando de ser simples receptores de conocimientos a impulsores del cambio social.

Por otra parte, es importante que las universidades afiancen las actividades de aprendizaje de servicio, proyección y extensión social, otorgando un reconocimiento a los estudiantes que realicen este tipo de actividades y eso parte por la asignación de un ambiente y equipamiento básico para que los jóvenes puedan seguir realizando este tipo de actividades.

SEGUNDO: La estrategia educativa comunicacional destinada a la formación de fotorreporteros escolares con conocimientos de prevención de emergencias y desastres resultó exitosa en la medida que se consiguieron más de 600 fotografías que mostraron las condiciones

de riesgo existentes en sus centros educativos, hogar y entorno en el que viven los estudiantes.

Es posible utilizar esta metodología con la finalidad de sensibilizar a la población sobre otros temas de gran relevancia como son la violencia contra la mujer, el bulling, etc., involucrando a los estudiantes a fin de eliminar estas taras sociales.

TERCERO: En cuanto a los riesgos estructurales, domésticos y eléctricos en las instituciones educativas, podemos señalar que entre los riesgos más alpidos están los de índole eléctrico debido a la existencia de cables expuestos donde los toma corrientes no tienen tapas, las cajas eléctricas están al alcance de los estudiantes, entre otros problemas. A nivel estructural, es necesario la visita de un ingeniero civil para pueda evaluar las rajaduras de algunas paredes de las instituciones educativas y a nivel doméstico, podríamos decir que urge la liberación de espacios públicos como pasadizos, para una rápida evacuación de los estudiantes ante un emergencia.

CUARTO: Entre los riesgos estructurales, eléctricos y domésticos en los hogares de los estudiantes podemos decir que se hace imperativo una intervención inmediata por parte de las autoridades locales para mitigar los riesgos estructurales, debido a la existencia de viviendas que están sobre una base apircada. Otras viviendas son de más de un piso, pero sus columnas no parten del cimiento, sino del segundo piso de la vivienda, entre otros problemas y esto se debe a que en nuestro país (Perú) la mayor parte de las viviendas son autoconstuidas debido a que muchas familias no tienen muchos recursos económicos poder contratar a un profesional del ramo (arquitecto o ingeniero civil) pero la municipalidad como parte de su programa de gestión de riesgos de

desastres debería capacitar a los maestros de obra en técnicas constructivas. Esta deficiencia constructiva, trae consigo que las paredes y los techos de la vivienda se fisuren debido a que no tienen bases sólidas

Otro problema latente, son los riesgos eléctricos los cuales ponen a una alta vulnerabilidad a las viviendas en la medida que existe muchas condiciones de riesgo como la existencia de las conexiones eléctricas tienen cables mellizos, la sobre carga de conectores eléctricos en las extensiones, la presencia de cables eléctricos (extensiones) que cuelgan en diferentes ambientes de la vivienda pudiendo deteriorarse estos por acción del sol u otros agentes, lo que en cualquier momento podría generar un incendio.

Por otro lado, en lo que respecta a los riesgos domésticos, urge una capacitación a los padres de familia es sobre la necesidad de no combinar artículos de limpieza con otros insumos de aseo en un mismo estante, en la medida que en cualquier momento el niño puede equivocarse de producto y terminar envenenado debido al consumo de alguna sustancia toxica como lejía, ácido muriático, tal como ha ocurrido años atrás. Asimismo, se debe inculcar a los padres sobre la importancia dejar libres los pasadizos para todos los integrantes de la familia puedan evacuar de presentarse un desastre.

QUINTO: En lo que respecta a los riesgos del entorno, podemos señalar que estos son casi los mismos que en el riesgo que se presentan en los hogares de los estudiantes, debido a que se encuentra en el mismo área geográfica. A ello, podría añadirse la falencia de un buen alumbrado público, la presencia de buzones de desagüe sin tapa, entre otros problemas.

Referencias

- Espinoza, S. (2022). *La lucha contra el acoso sexual en la universidad: Una aproximación a las narrativas y mecanismos de denuncia desde el activismo digital en la comunidad universitaria de la PUCP* [Trabajo de investigación para obtener el grado académico de Bachiller en Ciencias Sociales con mención en Antropología, Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima].
- Domínguez, J., & Rama. C. (2012). *La Responsabilidad Social Universitaria en la Educación a Distancia*. ULADECH. Chimbote.
- Instituto Nacional de Defensa Civil (2023). *Compendio estadístico del 2023 de la gestión reactiva*. MORENO DE JACINTO E.I.R.L. https://www.gob.pe/institucion/indeci/buscador?term=cOMPEN-DIOS+ESTADISTICOS&institucion=indeci&topic_id=&contenido=&sort_by=none
- Martínez, M. (2008). *Aprendizaje servicio y responsabilidad social de las universidades*. Editorial Octaedro.
- Reyes, E., & Colás-Cos, I. (2017) El activismo social y sus particularidades en la educación. *EduSol*, 17(61). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475753289015>
- Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (2012). *Educación para el Desarrollo Sostenible. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura*. París.
- Vega, J. (2002). La extensión universitaria: función integradora del quehacer universitario en el presente siglo. *Revista Investigación & Desarrollo*, 10(1), 26- 39. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26812103>

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Arte 4
- ativismo social 203, 241
- audiovisuais 7, 30, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 48, 52, 81, 164, 173, 176, 178, 181, 211, 212, 277
- audiovisual 34, 39, 44, 50, 51, 53, 56, 87, 93, 151, 153, 157, 160, 164, 165, 167, 169, 170, 172, 177, 179, 181, 182, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 227, 230, 303
- Audiovisual 189, 214
- axé 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 89, 90, 93, 95, 97, 98, 100, 101, 242
- Axé 291

B

- Bauru 150, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 311, 312, 316, 317

C

- Carandiru 7, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56
- cidadania 7, 30, 33, 34, 38, 40, 41, 44, 52, 53, 63, 64, 67, 69, 71, 74, 110, 111, 118, 184, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194
- Cidadania 67, 122, 147, 185, 188, 219, 356
- comunicação 12, 14, 15, 19, 22, 23, 27, 28, 34, 36, 37, 38, 39, 44, 49, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 84, 91, 102, 107, 109, 110, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 127, 128, 129, 131, 146, 148, 150, 152, 157, 162, 168, 169, 171, 175, 177, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 195,

- 201, 202, 203, 209, 210, 214, 216, 218, 219, 226, 227, 232, 236, 246, 257, 260, 266, 268, 270, 271, 275, 277, 283, 284, 287, 289, 295, 301, 304, 340

- Comunicação 25, 29, 30, 55, 56, 71, 72, 73, 74, 75, 105, 122, 123, 124, 127, 129, 144, 145, 147, 150, 166, 167, 183, 184, 196, 217, 219, 220, 221, 244, 245, 257, 275, 294, 296
- comunicación 56, 361, 363
- Comunicación 219, 220, 357, 358, 363, 364, 367

D

- democracia 62, 63, 64, 67, 69, 72, 107, 121, 129, 130, 143, 198, 199, 200, 201, 218, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 274, 284, 365
- desinformação 58, 61, 62, 63, 64, 69, 70, 119, 131, 132, 135, 137, 139, 143, 178, 204, 205, 218, 284, 285, 287, 289, 292, 304
- Desinformação 62, 72, 149, 286
- direitos humanos 7, 30, 32, 33, 34, 35, 38, 41, 44, 45, 46, 48, 49, 52, 53, 54, 208, 250, 253, 256, 261, 262, 269, 270, 323
- Direitos humanos 54
- Direitos Humanos 32, 33, 54, 67, 145, 176, 246, 250, 260, 274, 322, 356
- diversidade cultural 7, 30, 33, 34, 35, 38, 41, 52, 53, 194, 237, 320, 349

E

- ecossistema 11, 75, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194
- Ecosistema 185

F

Facebook 134, 202, 205, 211, 212, 214
feministas 106, 107, 111, 112, 113, 114, 116,
119, 120, 201
fluxo migratório 319, 321, 323, 325, 330,
341, 347, 349
fotoreporteros 358
Fotoreporteros 363

G

Grande Rio 221, 231, 233, 235, 237, 238,
240, 243

I

imagética 20, 150, 151, 152, 161, 162
imagéticas 76, 152, 154, 159, 160, 161, 162,
163, 164, 176
imagético 15
imagéticos 181
imigrante 328, 332, 348, 349, 355
imigrantes 319, 320, 321, 322, 324, 326,
329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 340,
341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348
influenciadores 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82,
87, 89, 90, 95, 98, 100
Instagram 76, 77, 78, 79, 81, 85, 87, 90, 93,
97, 104, 115, 134, 211, 212, 214

J

jornalismo 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21,
22, 23, 26, 29, 33, 34, 35, 40, 49, 50,
52, 64, 132, 167, 171, 176, 177, 210,
211, 212, 217, 220
Jornalismo 7, 13, 27, 28, 29, 30, 46, 47, 51,
56, 196, 209, 218, 219

L

LGBTQIA+ 81, 256
LGBTQIAP+ 114

M

macumbeiro 76, 81, 85, 86, 87, 95, 104
macumbeiros 76, 87, 93, 97
medios 360
meta terreiro 79, 85, 88
Meta terreiro 78
mídia 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 27, 28,
29, 52, 53, 58, 60, 65, 67, 71, 73, 77,
78, 81, 84, 85, 93, 105, 106, 107, 108,
109, 110, 115, 117, 118, 120, 121, 123,
151, 153, 157, 158, 159, 163, 164, 170,
171, 178, 179, 182, 186, 198, 200, 205,
207, 211, 212, 214, 215, 216, 218, 219,
234, 257, 275, 277, 278, 283, 284, 285,
287, 288, 289, 290, 291, 293
Mídia 13, 27, 28, 60, 72, 196, 218, 244, 294
mídias 18, 61, 66, 70, 91, 99, 118, 131, 135,
150, 151, 158, 174, 185, 197, 198, 201,
203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213,
214, 215, 216, 220
Mídias 206, 219
midiática 23, 40, 49, 66, 71, 87, 105, 108,
110, 115, 132, 138, 140, 151, 164,
165, 168, 170, 178, 182, 193, 194,
257, 283, 291
Midiática 11, 57, 65, 67, 69, 71, 122, 123, 147
midiáticas 11, 16, 17, 22, 40, 41, 102, 106,
107, 108, 109, 110, 111, 115, 117, 158,
159, 161, 176, 177, 186, 198, 276, 277,
285, 302, 303, 311
Midiáticas 221, 302, 303
midiático 11, 38, 69, 70, 80, 106, 108, 117,
129, 152, 165, 180, 208, 209
midiáticos 11, 14, 107, 109, 110, 115, 117,
206, 219
midiatização 74, 79, 106, 107, 108, 109, 110,
111, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123,
219, 283, 284, 287, 291
Midiatização 107, 115, 121, 122, 123, 286,
293

migrante 323, 324, 327, 329, 331, 335, 350, 351

migrantes 321, 322, 323, 329, 330, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 343, 349, 350, 356

mulheres negras 275, 276, 277, 283, 284, 285, 286, 288, 290

N

negro 76, 225, 228, 239, 240, 243, 244, 278, 288

nordestino 240

O

Orixás 76, 78, 80, 85, 89, 102, 236

P

parlamentares 127, 129, 130, 135, 137, 142, 143

plataforma 76, 78, 85, 126, 130, 171, 190, 191, 205, 306

plataformas 26, 57, 63, 75, 78, 81, 82, 84, 89, 91, 94, 99, 102, 115, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 147, 168, 173, 178, 179, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 212, 218, 296

Plataformas 192, 218

plataformização 197, 208, 215, 216

Plataformização 220

preta 78, 242, 275, 290

Preta 235, 236, 239

pretas 81, 98

Pretas 89

preto 79

pretos 45, 56, 96

Pretos 78, 80

R

religião 22, 32, 72, 77, 79, 88, 90, 98, 108, 223, 245, 246, 247, 248, 250, 252, 253,

254, 255, 256, 257, 258, 260, 268, 269, 270, 271, 332

Religião 96

riesgos 358, 363, 364, 365, 367, 368, 369, 372, 373

T

TikTok 76, 79, 125, 167, 179, 192

Twitter 126, 134, 135, 137, 140, 142, 143, 145, 148, 149, 220

V

Vênus Negra 275, 276, 277, 283, 285, 286, 289, 293

video 26, 88, 92, 95, 97, 99, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 180, 181, 182, 190, 192, 202, 220

Vídeo 104, 274, 318

vídeos 47, 52, 75, 76, 79, 80, 81, 85, 99, 170, 171, 174, 192

W

WhatsApp 125, 134, 205, 218

X

X 8, 27, 73, 115, 124, 125, 126, 127, 130, 134, 136, 138, 140, 143, 148, 149, 211, 212, 214, 323

Y

YouTube 170, 171, 183, 192, 212, 214, 272, 274, 292, 318

RIA

Editorial